UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

**ESTADOS UNIDOS, PORTUGAL E BRASIL EM UMA ÉPOCA DE TRANSIÇÃO:
CONTINUIDADE E INOVAÇÃO (1783-1824)**

VERSÃO CORRIGIDA

NATALIA TAMMONE

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

**ESTADOS UNIDOS, PORTUGAL E BRASIL EM UMA ÉPOCA DE TRANSIÇÃO:
CONTINUIDADE E INOVAÇÃO (1783-1824)**

VERSÃO CORRIGIDA

NATALIA TAMMONE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini

**São Paulo
2012**

Aos caçadores de dragões e àqueles que ensinam a caçá-los.

Agradecimentos

À Profa. Dra. Vera Lúcia Amaral Ferlini, que desde os primeiros meses de graduação e ao longo dos últimos sete anos vem orientando meus caminhos acadêmicos, que acolheu este projeto e soube lidar com todas as minhas dúvidas e incertezas. Sou grata ainda à professora por ter sido mais do que uma orientadora acadêmica, por ter aberto as portas de sua casa e de seu convívio cotidiano, pelas broncas e preocupações de mãe, zelosa do bem estar de seus alunos dentro e fora da Universidade.

Aos meus pais, João Tammone Neto e Maria Jocely Odizio Tammone, e aos meus irmãos, Camila Tammone e Giovanni Tammone que, mesmo quando não entenderam as minhas escolhas, me apoiaram e me ajudaram em tudo que estive ao seu alcance.

Aos queridos amigos Bruno Vilagra, Luís Otávio Pagano Tasso, Manuela M. Penteado de Aguiar Balestra e Rodrigo Ricupero, pela amizade de todos os dias, desde muitos anos. Agradeço pela paciência com minhas dúvidas acadêmicas, por todos os nossos jantares e almoços, pelas muitas boas risadas que demos juntos, entre tantas sutilezas de uma amizade franca. Ao João Ferlini, grande amigo, que me acolheu em sua casa e no convívio de sua família.

Aos Prof. José Jobson de Andrade Arruda e Carlos Gabriel Guimarães, que participaram desde o início da elaboração deste trabalho e deram valiosas contribuições em minha qualificação para que esta dissertação tomasse a forma que agora tem. Ao Prof. Jorge Pedreira, pela orientação em minha estada em Lisboa.

Aos professores, que tanto influíram na minha formação ao longo dos últimos anos: Alexandre Saes, Ana Paula Megiani, Caio Boschi, Eni de Mesquita Samara (*in memoriam*), Fernando Novais, Francisco Carlos P. Martinho, Íris Kantor, Miriam Dolhnikoff, Monica Dantas e Pedro Puntoni.

Aos amigos Ana Lúcia Lana Nemi, Ana Luiza Marques Bastos, Avanete Pereira da Silva, Danuza Valim, Eduardo Januário, Fernando Gasparetto, Hélio Gordon, Igor Renato de Lima, Joana Monteleone, José Evando Vieira de Melo, Juliana Henrique, Lorena Leite, Lucas Janonni Soares, Marcos Corsini Pereira, Maximiliano Mac Menz,

Natalia Maria Sala, Nelson Alves Caetano, Nelson Cantarino, Pablo Mont Serrath, Patricia Machado, Paulo Cesar Gonçalves, Pedro Augusto Chaves, Rodrigo Inácio da Costa, Rosângela Leite, Sônia Barbosa, Theo di Pierro Ortega, Thiago Luiz Domingues, Tiago Soares, Vanessa Moraes Pacheco, Vivian Krauss. Em especial, meu agradecimento aos amigos Catharina Lincoln e Eduardo Ramos que, ao partilharem leituras e textos ao longo do último ano, fortaleceram minhas convicções e ajudaram a organizar meu emaranhado de leituras. Ao Thiago Alves Dias, que participou ativamente na revisão final desta dissertação.

Em Portugal agradeço aos Profs. Miguel Faria, Joaquim Romero de Magalhães, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, Leonor Freire Costa, Maria Cristina Moreira, João Carlos Garcia e ainda às queridas Madalena Mira, Beatriz Prazeres, Maria do Céu, Carolina Peralta e Ilda Dias pela recepção calorosa e ajuda em todos os momentos.

À Cátedra Jaime Cortesão pela bolsa de pesquisa em Portugal.

Ao CNPq pela bolsa concedida para a elaboração desta dissertação.

“A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que qualquer um dos setores particulares de produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização. Encontramos aí uma síntese que a resume.”

Caio Prado Junior, 1945.

RESUMO

O período que vai da segunda metade do século XVIII ao primeiro quartel do século XIX foi marcado por grandes transformações políticas e econômicas na Europa e no mundo Ocidental. O aumento populacional, bem como as transformações tecnológicas que causaram a Revolução Industrial e que advieram dela e a crise do Antigo Regime e do Antigo Sistema Colonial foram fatores estruturais que causaram importantes mudanças. Além disso, houveram conflitos bélicos e reconfiguração de alianças e rotas comerciais. As relações entre Portugal, Brasil e Estados Unidos foram profundamente influenciadas por esse panorama.

O estabelecimento das relações comerciais e diplomáticas entre Portugal e Estados Unidos, sua consolidação ao longo dos primeiros anos do século XIX e as mudanças advindas da transferência da corte para o Brasil são analisados através de cartas e ofícios diplomáticos e da composição e saldo do comércio externo dos três países.

ABSTRACT

The period from the second half of the eighteenth century to the first quarter of the nineteenth century was marked by great political and economic changes in Europe and the Occident. The population growth as well as the technological changes that caused the Industrial Revolution and result from it, and the crisis of the *Ancien Régime* and of the Old Colonial System were structural factors that have caused major changes. Furthermore, the period went through military conflicts and reconfiguration of alliances and trade routes. The Relations between Portugal, Brazil and the United States were deeply influenced by this scenario.

The establishment of trade and diplomatic relations between Portugal and the United States, its consolidation during the early years of the nineteenth century and changes arising from the transfer of the court to Brazil are to be analyzed through diplomatic letters and official documents and the composition and balance of foreign trade of the three countries.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Movimento Comercial de Portugal 1796-1811.....	30
Tabela 2- Movimento Comercial de Portugal (1796-1811)	31
Tabela 3- Comércio Luso-Brasileiro (1796-1807)	34
Tabela 4- Movimentos de Metal Precioso entre Portugal e o Brasil (1796-1807)	34
Tabela 5- Exportação para as Nações Estrangeiras	35
Tabela 6- Exportação de Produtos Industriais Portugueses para o Brasil (1796-1807) .	36
Tabela 7- Importação e Exportações Inglesas (1700-1850).....	42
Tabela 8- Comércio do Reino de Portugal com as Ilhas da Madeira e dos Açores (1776-1777)	56
Tabela 9- Participação dos mantimentos nas Importações Portuguesas nos Estados Unidos	60
Tabela 10- Participação das Madeiras nas Importações Portuguesas nos Estados Unidos	61
Tabela 11- Participação dos Vinhos nas Exportações Portuguesas (1796-1808).....	63
Tabela 12- Participação dos Gêneros Reexportados no total das exportações para os Estados Unidos (1796-1808).....	65
Tabela 13- Participação dos mantimentos nas Importações Portuguesas nos Estados Unidos	77
Tabela 14- Participação dos vinhos nas Exportações Portuguesas para os Estados Unidos (1809-1822).....	79
Tabela 15- Participação dos Gêneros Reexportados no total das exportações para os Estados Unidos (1809-1822).....	81
Tabela 16- Participação dos mantimentos nas Importações Portuguesas nos Estados Unidos	91
Tabela 17- Participação das Madeiras nas Importações Portuguesas nos Estados Unidos (1823-1831)	92
Tabela 18- Participação dos vinhos nas Exportações Portuguesas para os Estados Unidos (1822-1831).....	93
Tabela 19- Importação e Exportação dos Estados Unidos da América (1821-1833).	129
Tabela 20- Comércio dos Estados Unidos da América com o Brasil (1821-1833).....	130
Tabela 21- Importação e Exportação dos Estados Unidos da América. Total e participação do Brasil.....	131
Tabela 22- Produtos de maior Exportação do Brasil (1841-1842)	134
Tabela 23- Produtos de maior Exportação do Brasil (1842-1843)	135
Tabela 24- Produtos de maior Importação do Brasil (1841-1842)	136
Tabela 25- Produtos de maior Importação do Brasil (1842-1843)	137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Comércio de Portugal com os Estados Unidos da América (1789-1808).....	57
Gráfico 2- Importação Total e para os Estados Unidos (1789-1808).....	58
Gráfico 3- Exportação total e para os Estados Unidos (1789-1808)	58
Gráfico 4- Saldo total e do comércio com os Estados Unidos (1789-1808).....	59
Gráfico 5- Participação dos mantimentos no total das Importações portuguesas nos Estados Unidos (1789-1808)	60
Gráfico 6- Participação das Madeiras nas Importações portuguesas nos Estados Unidos (1789-1808).....	61
Gráfico 7- Exportação de vinhos de Portugal para os Estados Unidos (1796-1808)	62
Gráfico 8- Participação do Sal nas exportações portuguesas para os Estados Unidos ...	63
Gráfico 9- Participação dos Gêneros Reexportados no total das exportações para os Estados Unidos (1796-1808).....	64
Gráfico 10- Comércio de Portugal com os Estados Unidos da América (1809-1822)...	74
Gráfico 11- Saldo total e do comércio com os Estados Unidos da América (1809-1822)	75
Gráfico 12- Exportação total e dos Estados Unidos da América (1809-1822)	75
Gráfico 13- Importação total e dos Estados Unidos da América (1809-1822)	75
Gráfico 14- Participação dos mantimentos no total das Importações portuguesas nos Estados Unidos (1809-1822).....	76
Gráfico 15- Participação das Madeiras nas Importações portuguesas nos Estados Unidos (1809-1822).....	77
Gráfico 16- Exportação de vinhos de Portugal para os Estados Unidos da América	78
Gráfico 17- Participação do Sal nas exportações portuguesas para os Estados Unidos (1809-1822).....	80
Gráfico 18- Participação dos Gêneros Reexportados no total das exportações para os Estados Unidos (1809-1822).....	81
Gráfico 19 - Exportação total e para os Estados Unidos da América (1823-1831).....	89
Gráfico 20- Importação total e dos Estados Unidos da América (1823-1831)	89
Gráfico 21 - Comércio de Portugal com os Estados Unidos da América (1823-1831 ..	89
Gráfico 22- Saldo total e com os Estados Unidos (1823-1831)	90
Gráfico 23- Participação dos mantimentos no total das Importações portuguesas nos Estados Unidos	91
Gráfico 24- Participação das Madeiras nas Importações portuguesas nos Estados Unidos (1823-1831)	92
Gráfico 25- Exportação de vinhos de Portugal para os Estados Unidos (1822-1831) ...	93
Gráfico 26- Participação do Sal nas exportações portuguesas para os Estados Unidos (1823-1831)	94
Gráfico 27- Participação dos Gêneros Reexportados no total das exportações para os Estados Unidos (1823-1831)	95
Gráfico 28- Importação e Exportação dos Estados Unidos da América (1821-1833)..	129
Gráfico 29- Importação e Exportação dos Estados Unidos da América (1821-1833)	130

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1- Portugal, Inglaterra e a crise do moderno colonialismo europeu.	16
1.1- O Comércio português e a importância do Brasil.....	30
1.2- O comércio externo inglês e a participação dos Estados Unidos	40
1.3- O estabelecimento das relações entre Portugal e Estados Unidos	48
Capítulo 2- As relações entre Portugal e Estados Unidos.....	53
2.1- Relações entre Portugal e Estados Unidos até 1808	54
2.2- Portugal e Estados Unidos: das guerras européias à independência do Brasil (1808-1822)	73
2.3- As relações luso-americanas após a independência do Brasil	88
Capítulo 3- Brasil e Estados Unidos: Caminhos para o intercâmbio comercial (1808-1850).	102
3.1- Relações diplomáticas dos Estados Unidos com a corte portuguesa no Brasil.....	104
3.2 - A economia brasileira (1808-1860)	119
3.3- A consolidação das Relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos	125
Considerações Finais.....	141
Fontes e Bibliografia	145
Anexos	174
Anexo 1- A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, despachos do governo de Sua Majestade.	180
Anexo 2- Comércio do Brasil- 1808-1850	262
Anexo 3- Comércio entre Portugal e Estados Unidos na primeira metade do século XIX ..	267
Anexo 4- Balanço do Comércio dos Estados Unidos da América de 1821-1833.....	275

INTRODUÇÃO

Portugal, desde sua expansão ultramarina, foi um dos principais fornecedores de mercadorias coloniais para toda a Europa. Através do mecanismo que se convencionou chamar “pacto colonial”, exerceu comércio em que comprava com exclusividade de suas colônias mercadorias que, ao serem vendidas na metrópole, atingiam grande valor comercial e revendia mercadorias na Europa através do monopólio na colônia, auferindo grandes lucros. A partir de meados do século XVIII nota-se uma mudança nos parâmetros dessa relação, que começa a se reestruturar: a partir das ações do Marquês de Pombal, ministro do rei D. José I, iniciou-se um processo de reformulação da economia portuguesa, com a tentativa de lançar bases para industrialização da metrópole, procurando romper ou minimizar os laços de dependência estabelecidos perante à Inglaterra. Foi a partir dessa mudança que pode-se notar em finais do século XVIII e início do XIX um novo paradigma nas relações metrópole-colônia. A colônia passou então a desempenhar a função de abastecimento de matérias primas, não só para a metrópole, mas também para o mercado europeu em expansão.

A independência dos Estados Unidos teve forte impacto econômico nesse panorama: a ruptura política gerou a busca de novos parceiros comerciais, tanto por parte da antiga colônia – que buscava novas relações para suprir o mercado perdido – quanto da Grã-Bretanha – que necessitava de novos consumidores, fornecedores de matérias primas e escoar a produção de mercadorias, cuja produção aumentou desde a Revolução Industrial. Além do impacto econômico, a independência teve grande influência no campo das idéias e da política internacional. A partir de sua emancipação, a América do Norte abriu novas possibilidades de questionamentos sobre a exploração colonial, oferecendo-se como paradigma de revolução bem sucedida, servindo de exemplo e justificativa para diversas revoltas, revoluções independentistas e influenciando até mesmo a Revolução Francesa.

As relações entre Portugal e Estados Unidos consolidaram-se com a emancipação americana. Se, por um lado, o comércio entre os dois Estados não atingia grande valor monetário no período que vai da independência à guerra civil, a posição de Portugal como entreposto comercial de circulação de produtos entre a Europa e o ultramar teve grande importância estratégica para os americanos na fase de estabelecimento de redes mercantis próprias e de instabilidade em suas relações

políticas e econômicas. Por sua vez, os gêneros fornecidos pelos Estados Unidos para Portugal assumiram grande importância face aos conflitos europeus e a condição da agricultura portuguesa durante e posteriormente às guerras napoleônicas.

Com as invasões francesas e o estabelecimento da corte portuguesa no Brasil, em 1808, as relações entre Portugal e Estados Unidos sofreram alterações significativas. Por um lado, mantiveram-se as relações com o território europeu ao mesmo tempo abaladas pela aliança americana com os franceses e pelos conflitos entre americanos e ingleses entre 1812-1815, mas fortalecidas pela posição estratégica dos portugueses no mediterrâneo, pelo alcance do comércio via Portugal como entreposto para contrabando com a Inglaterra e pela carestia geral de produtos de abastecimento enfrentadas pelo território invadido pelas tropas francesas. Por outro lado, a partir da abertura dos portos brasileiros ao comércio externo descortinaram-se novas possibilidades aos norte-americanos; a sede da monarquia portuguesa no Brasil significava ao mesmo tempo uma “ameaça” à política de não intervencionismo da Europa na América, adotada pelos Estados Unidos desde sua independência, e ao mesmo tempo, um novo polo para o comércio interamericano. Percebe-se assim a multiplicidade de interesses e conflitos em relação ao comércio entre os Estados Unidos, Portugal e a América Portuguesa e como a situação política européia com as invasões napoleônicas constituíram-se em um momento de mudança nas relações comerciais.

No momento da independência, em 1822, as relações entre os Estados Unidos e o Brasil já vinham de um processo iniciado com a vinda da Corte. Acreditamos que os Estados Unidos gradativamente tornaram-se parceiros no tráfico de escravos - uma vez que o mesmo estava proibido nos Estados do norte e que havia fortes pressões para a supressão do tráfico e abolição da escravidão - nos transportes e, posteriormente, no escoamento da produção de café. Na visão dos americanos, por sua vez, o Brasil era entendido como a outra grande potência na América e, como tal, apto a uma parceria para as políticas estadunidenses de não-intervenção nos assuntos europeus e de predominância no cenário americano.

Após os anos de definição, na década de 1840, o papel dos Estados Unidos na economia e política do Império seriam consolidadas. O aumento das pressões interna e externa e a proibição do tráfico de escravos fez com que as relações entre os dois Estados se consolidaram no campo do comércio lícito: foi nesse momento que se estabeleceu a posição do café como grande produto de exportação para os Estados Unidos.

Este trabalho procura mostrar o modo como as relações entre Portugal e Estados Unidos foram estabelecidas, sua importância relativa face a conjuntura européia e americana, as permanências e mudanças ocasionadas após a vinda da corte portuguesa para o Brasil e sua consolidação. Não se trata portanto de analisar a economia Americana mas sim de delimitar sua importância na formação econômica do Brasil enquanto Estado Independente.

Para apreender essas relações utilizamos fontes quantitativas e qualitativas que dessem conta tanto das relações comerciais quanto das injunções políticas e estratégicas da conjuntura européia e americana. Quanto às fontes quantitativas, destacam-se as *Balanças de Comércio do Reino de Portugal* e os *Mapas de comércio do Império do Brasil*.

As Balanças de Comércio do Reino de Portugal, seus domínios e nações estrangeiras são uma documentação riquíssima. Seu surgimento data das reformas administrativas empreendidas pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, que tinham o intuito de regular as relações do Reino bem como organizar o comércio de Portugal de forma a, nos moldes das políticas mercantilistas então ainda vigentes, tornar o comércio do Reino favorável. No período de 1796 a 1831 a documentação encontra-se seriada, permitindo-se analisar o comércio do Reino ano a ano.

Os dados aparecem discriminados por importação ou exportação, nação com a qual que está comercializando, tipo dos produtos, unidade de medida, preços totais e parciais. Dessa forma, pode-se observar o comércio de Portugal com os Estados Unidos em todo o período, que tipos de produto comercializavam, para qual dos países a balança comercial pendia e, principalmente, constatar as mudanças ou permanências das relações entre eles após a abertura dos portos do Brasil, em 1808.

Os *Mapas de Comércio do Império do Brasil* são também uma documentação seriada, disponível para os anos de 1840 a 1889. Essa documentação contém o balanço do comércio do Império do Brasil, delimitando os tipos de mercadorias e valores, dividindo-se os itens segundo as nações com a qual o Brasil comercializava.

Quanto às fontes qualitativas trabalhamos sobretudo com a documentação diplomática. Os relatórios consulares são fonte descritiva que aliam a formalidade de uma documentação oficial a uma certa liberdade temática por parte do cônsul em relatar qualquer tipo de episódio que considere de interesse para a nação a qual representa. Dessa maneira, encontram-se na documentação consular diversas descrições de

costumes, da vida na corte, de negociações políticas e acordos escusos. Além disso, era dever do cônsul zelar pelos interesses da nação e, de certa maneira, fiscalizar e defender os interesses econômicos e comerciais de seu país.

Assim, procuramos casar os dados efetivos do comércio externo com a documentação descritiva, o que nos permitiu tanto mensurar os fluxos do comércio externo português em geral e em relação aos Estados Unidos quando verificar até que ponto estavam vinculados com a política externa e com a conjuntura política em que se relacionavam os países. A partir disso, formularemos explicações acerca das relações luso-americanas, sobre o papel do Brasil e sobre o desenvolvimento e consolidação das relações entre Brasil e Estados Unidos.

No capítulo 1, *Portugal, Inglaterra e a crise do moderno colonialismo europeu*, procuramos fazer um panorama da conjuntura econômica de Portugal e Grã-Bretanha no final do século XVIII e início do século XIX, em especial ressaltando o peso de suas principais colônias, Brasil e Estados Unidos respectivamente, para o compute geral de suas economias. Buscamos ainda dar conta de parte do debate historiográfico acerca dessas questões, ressaltando os pontos de divergência nas análises desses movimentos comerciais.

O capítulo 2, *As relações entre Portugal e Estados Unidos*, analisamos as relações comerciais e diplomáticas entre Portugal e Estados Unidos. Através da elaboração de quadros sobre o comércio e da sistematização de cartas e ofícios diplomáticos, procuramos perceber as variações comerciais, o tipo de produtos trocados, os valores e o peso da participação do comércio americano na economia portuguesa. Avaliamos também quais os nexos políticos e a importância estratégica dessa relação e a influência dos conflitos europeus nesse panorama.

Por fim, no capítulo 3, *Brasil e Estados Unidos: Caminhos para o intercâmbio comercial (1808-1850)*, mostramos de que maneira de estabeleceram as relações diretas com o Brasil a partir da abertura dos portos e quais interesses comerciais e políticos existiam por trás dessas transações. Abordamos a consolidação das relações econômicas e a política externa norte-americana procurando mostrar de que forma o Brasil ia ou não de encontro a esses interesses.

CAPÍTULO 1 - PORTUGAL, INGLATERRA E A CRISE DO MODERNO COLONIALISMO EUROPEU

A situação econômica de Portugal a partir do 3º quartel do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX é tema de grande importância para a historiografia portuguesa e brasileira: período de mudanças estruturais, convulsões políticas e guerras na Europa e nos domínios coloniais. A crise de sistemas – Antigo Regime e Colonial – incontestável, tem levado a historiografia a debater sua natureza: decadência, euforia, readequação, continuidade ou mudança.

José Jobson de Andrade Arruda abordou essa questão em muitos de seus trabalhos¹ apontando que, ao final do século XVIII, Portugal redefiniu seu sistema de colonização, visando à modernização à criação e manutenção de aparato industrial no Reino. A crise do sistema de colonização não demonstrava decadência econômica, nem para a metrópole, nem para a colônia. Assim, tratava-se de fase de efetiva prosperidade econômica, embora houvesse dificuldades no plano político, principalmente se levadas em conta às relações internacionais, nas quais Portugal procurou sempre manter o princípio da neutralidade².

Essa situação só foi possível através da reconfiguração das relações entre metrópole e colônia, conformando-se um novo padrão de colonização no qual o papel das colônias seria o de mercado consumidor para os produtos industrializados e das mercadorias européias e, ao mesmo tempo, fornecedoras de alimentos e matérias-primas para as manufaturas metropolitanas. Diminuía, assim, a importância dos gêneros tropicais para a economia colonial, o que distanciava esse padrão de trocas daquele decorrente da montagem do sistema colonial e predominante ao longo dos séculos XVI e XVII. Embora diferente, esse modelo não rompia com a lógica do modelo de

¹ Ver, por exemplo: ARRUDA, J. J. A. . “O Brasil e a crise econômica de Portugal na primeira década do século XIX”. *Ler História* (Lisboa), Lisboa, v. 8, p. 61-74, 1986; ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. *Revista da USP*, São Paulo, n. 50, p. 66-79, 2000; ARRUDA, José Jobson de Andrade . “O sentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830). In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2. ed. rev. e ampl. Bauru, São Paulo, Lisboa: EDUSC, UNESP, Instituto Camões, 2001.

² ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. *Op. cit.*, p. 77.

colonização e com o Sistema Colonial, reforçando as ligações entre metrópole e colônia³.

Grosso modo, pode-se dizer que o século XVIII português caracterizou-se por dois movimentos distintos. Do começo do século até a década de 1760, o Reino passou por fase de crescimento do volume de trocas comerciais com o exterior, baseadas no grande fluxo de metal amoeado proveniente das minas do Brasil. Após a década de 60, configurou-se a segunda fase, marcada, em um primeiro momento pela diminuição das receitas oriundas do ouro brasileiro e de crise em diversas áreas da produção colonial e uma fase de recuperação no final do século, com a última década marcada por grande prosperidade comercial^{4,5}.

O primeiro momento ficou marcado pela pujança do reinado de D. João V, com o afluxo de metais preciosos da colônia e pela assinatura do tratado de Methuen, tema controverso, que polariza as discussões sobre a dependência da economia portuguesa e sua relação com a Inglaterra e o papel hegemônico, tanto político quanto econômico, que desempenhou nas decisões portuguesas a partir de então.

Tomando o tratado como eixo central para a compreensão do século XVIII, João Lúcio Azevedo afirma que o mesmo não foi negativo para Portugal, pois não se pode responsabilizá-lo pela decadência de uma indústria que não existia antes de sua assinatura. O autor ainda assinala a relevância do mesmo para o comércio de vinhos que, se não compensou o *déficit* geral de Portugal com Inglaterra, ao menos foi beneficiado pela ação, alcançando grande crescimento e garantindo mercado privilegiado, coisa que não acontecia com os panos de lã ingleses, que foram admitidos no Reino, mas não em regime preferencial, estando à mercê da concorrência de todos os demais fornecedores, como a Holanda⁶. O comércio português, inclusive o comércio

³ *Idem*.

⁴ Para um panorama da situação econômica na primeira no século XVIII pormenorizado nos diversos setores da vida política e econômica do Reino ver LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, v.1- O século XVIII.

⁵ “Na segunda metade do século XVIII, porém, época da governação pombalina, eclodem crises simultâneas na área dos produtos coloniais. A crise é grave porque surge ao mesmo tempo um numerosos produtos: afeta a mineração (1760-1780); o açúcar (1749-1776); diamantes (1760-1780) e o mercado de escravos a partir de 1760”. ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 111.

⁶ AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico: Esboços de História*. Lisboa: Livraria clássica editora, 1978. (1ª Ed. 1929), p. 417 e seguintes. Posição defendida também por Jorge Borges de Macedo, em artigo sobre o tratado de Methuen no dicionário de história de Portugal. MACEDO, Jorge

colonial, era dominado pelos ingleses, mas as causas desse domínio remontariam aos tratados de 1654 e não ao tratado de panos e vinhos⁷, situação que não foi alterada após a sua assinatura.

Mesma conclusão a que chegara Pombal, em 1741, quando atuava como representante da coroa portuguesa em Londres, em sua *Relação dos gravames que ao comércio e vassallos de Portugal se tem inferido e estão actualmente inferindo por Inglaterra*. Pombal dava conta da situação do comércio, dos principais gêneros de intercâmbio com a Inglaterra e os expedientes através dos quais os ingleses tiravam proveito desse comércio externo, em detrimento da navegação e dos mercadores portugueses. A partir da análise dos tratados de comércio e do procedimento dos britânicos em suas relações externas, Pombal conclui que o tratado de Methuen, de 1703, não foi o elemento responsável pela ruína do comércio português, mas o procedimento dos mercadores deste Reino, ao excluir os estrangeiros das transações, e do Estado inglês, que continuamente modificou as taxas alfandegárias e as normas de navegação e aportamento, favorecendo unicamente o comércio de seus nacionais, o que prejudicou os interesses da coroa portuguesa⁸.

Borges de. "Tratado de Methuen" In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, v. 4, pp. 284-291.

⁷ AZEVEDO, João Lúcio de. *op. cit.* Para a atuação dos ingleses no comércio colonial ver principalmente p. 425 e para a questão do domínio inglês ver p. 460.

⁸ "Communmente se entende em Portugal que o infeliz Tratado da introdução dos panos, assignado em Lisboa a 27 de dezembro de 1703, foi aquelle que na nossa marinha e no nosso comercio interior e externo caouzou a notoria declinação que vimos depois daquelle tempo. Olhandose porem mais de perto para esses damnos desde a analysis que tenho feito na reflexão prezente, se vê (ao meo piqueno arbítrio) muito notoriamente que não foi aquelle tractado a cauza de tam perniciosos efeitos, mas sim as infrecções, os abuzos e as violencias que contra aquella e contra as mais convenções antecedentes se forão introduzindo e estão actualmente praticando em Inglaterra." Sebastião José de Carvalho e Melo. "Relação dos gravames que ao comercio e vassallos de Portugal se tem inferido e estão actualmente inferindo por Inglaterra, com as infracções que dos pactos recíprocos se tem feito por este segundo reyno assim nos actos de parlamento que publicou como nos costumes que stabeleceo e nos outros diversos meynos de que se sérvio para fraudar os tratados do comercio entre as duas nações". In: BARRETO, José (org., introd.) *Escritos económicos de Londres (1741-1742)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986, p. 76. D. Rodrigo de Sousa Coutinho apresentava posição oposta. Em trabalho em que discutia a utilidade das minas, observou: "O Reinado do Senhor Rei D Pedro, época em que se decobrirão as grandes Minas do Brazil foi também a do Tratado de Methoen, o qual destruiu todas as manufacturas do Reino, e fazendo cahir todo o nosso commercio nas mãos de huma nação aliada e poderosa, fixou contra nos a balança do commercio em tal maneira, que o immenso produto das Minas foi limitado para a soldar". COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. "Discurso sobre a verdadeira influência das Minas e Metaes preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da Portugueza" In: *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789.

Sandro Sideri rechaça essas posições de forma contundente. Para ele, se é possível afirmar que existiu aumento nas exportações e na produção de vinhos no norte do país após a assinatura do tratado de 1703, é igualmente necessário considerar as distorções causadas na organização econômica interna no Reino⁹. Ainda na opinião do autor, o peso do tratado é sobreestimado pela historiografia: não seria o ponto de partida para a compreensão do predomínio inglês em Portugal, mas o ponto de chegada, o ápice de uma relação de trocas de apoio político por concessões no campo econômico, que oficializou uma situação de dependência que já estava consolidada.

O autor problematiza ainda as considerações de João Lúcio Azevedo e Jorge Borges de Macedo acerca das relações entre Portugal e Inglaterra. O autor refuta a tese de que o aumento das exportações de vinhos teria compensado o *déficit* da Balança de pagamentos do Reino, mostrando que, ao mesmo tempo em que as exportações de vinho aumentaram, as importações de tecido cresceram em uma ordem ainda maior, acarretando maiores saldos negativos no computo geral¹⁰. Ao final, concluiu que, ao privilegiar o mercado de vinhos em detrimento dos têxteis, que representaram ao longo do século XVIII o setor de vanguarda nas inovações tecnológicas da industrialização, o Tratado de Methuen foi o elemento responsável pelo não arranque do desenvolvimento industrial português e, conseqüentemente, pela situação de dependência que ocupou desde então e até o momento de escrita do texto¹¹.

Em balanço historiográfico mais recente sobre a história econômica de Portugal, Leonor Freire Costa analisou o século XVIII português como o tempo de Methuen. autora, tanto o tratado em si como a negociação diplomática de Methuen são determinantes para compreensão da articulação de Portugal com os demais espaços europeus ao longo do século. O paradigma das negociações e da inserção de Portugal nas relações européias permaneceria sendo válido, levando-se em conta continuidades e mudanças, desde 1703 até 1810. No entanto salienta que não se pode entender o tratado como determinante da situação de dependência de Portugal, o que pode ser visto

⁹SIDERI, Sandro. *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa: Cosmos, 1978, p. 51.

¹⁰ “A grande disparidade entre as exportações e as importações com a Inglaterra provocou, como já referimos, um agravamento acentuado no *défice* da balança comercial portuguesa, o qual, de 1697-1700 para 1701-1705, passou de 128 mil libras para 368 mil libras, e mais tarde, 1706-1710, para 412 mil libras.” *Idem*, p. 76.

¹¹ *Idem*, p. 81.

principalmente na rearticulação dos parceiros comerciais e na situação de prosperidade vividas pelo Reino no final do período¹².

Percebe-se ainda, a partir de levantamento de fontes diplomáticas e principalmente a partir dos relatos de cônsules portugueses e estrangeiros que a questão das relações comerciais dominadas pelos ingleses deveria ser revista, tendo em conta as relações políticas do mediterrâneo, o sistema de trocas de bandeiras navais e o papel de plataforma de distribuição de mercadorias, tanto coloniais, quanto manufaturas européias, que Portugal desempenhou ao longo de todo o período¹³.

O Tratado de Methuen pode, assim, ser definido como marco inaugural do século XVIII português e, em grande parte, já definidor dos problemas políticos e econômicos que o país enfrentou ao longo de todo o século. Não se pode, no entanto, como bem definiu José Luís Cardoso, imputá-lo o estatuto de “pecado original”¹⁴, que haveria definido o atraso e a situação portuguesa ao longo do século. Há de se considerar as dinâmicas próprias da economia portuguesa, sua inserção na conjuntura internacional e mesmo a evolução das idéias políticas e econômicas ao longo do século. Assim, é possível melhor compreender os problemas econômicos, as soluções encontradas e o peso da economia européia e do Império colonial na economia e nas escolhas políticas encetadas à época¹⁵.

A partir de meados do século XVIII, em ações centradas principalmente na atuação do Marquês de Pombal, nota-se uma mudança nos parâmetros da relação entre metrópole e colônia. Pombal acreditava residir no comércio a maior riqueza da nação, sendo este o meio pelo qual o Estado se fortaleceria em relação às demais potências européias e, ao mesmo tempo, o mecanismo em que se apoiaria um processo de reformulação da mesma, com a tentativa de lançar bases para industrialização da metrópole. Outro traço marcante da política do ministro foi a busca por romper ou minimizar os laços de dependência estabelecidos perante à Inglaterra¹⁶.

¹² COSTA, Leonor Freire. “Relações Económicas com o exterior”. In: LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, v.1- O século XVIII, p. 265. Ver também: CARDOSO, José Luís; CLUNY, Isabel; COSTA, Fernando Dores (et. Ali). *O Tratado de Methuen (1703)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

¹³ *Idem*, pp. 271-272.

¹⁴ CARDOSO, José Luís. “Política Económica”. In: LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *op. cit.*, p. 347.

¹⁵ *Idem*. Cf. também. COSTA, Leonor Freire; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). *O Tratado de Methuen*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003

¹⁶ O Marquês de Pombal e as reformas econômicas propostas durante o tempo em que foi ministro em Portugal é tema que trás um grande debate entre os historiadores que defendem ter sido este um período

Essas preocupações, que norteariam todo seu período de governo, apareceram já expressas entre 1741/2 quando, ainda embaixador em Londres, afirmou que:

“ Não há couza que seja de mayor importancia para qualquer nação do que hum bem regulado comercio. O trafico de fora pode ser ou bem fonte de que estejam sempre manando forças e riquezas, ou golfo e abismo que vá issaciavelmente absorvendo todo o poder e substancia de hum Estado. (...)

Daqui rezulta que o comercio he, de todos os meyoys que podem enriquecer um Estado, aquelle que se julga mais vantajozo. A razão he porque obra com hum dobrado avanço. Isto he, que ao mesmo tempo que augmenta as riquezas e forças de um reyno, diminue a mesma proporção os cabedaes e o poder do outro com quem trafica. He o mesmo que que tirar parte do pezo de hua ballança, para o contrapor ou acrescentar na outra. (...)”¹⁷.

A saída proposta e, de certa maneira, executada quando alçado à Ministro do Rei José I, passava pela proteção do comércio colonial e da produção metropolitana, que deveriam ser administrados através de monopólios e companhias comerciais capazes de garantir, além da manutenção do exclusivo colonial, a formação de um núcleo de grandes casas comerciais portuguesas, para concorrer no mercado externo dentro das inclinações e dos desígnios da coroa.

Não queremos com isso dizer que o Marquês de Pombal tenha sido um visionário, com idéias descoladas dos homens de seu tempo. Ainda na primeira metade do século e durante todo o período aqui abordado, muitos homens, principalmente figuras públicas com papéis destacados nos assuntos do Reino, produziram textos, cartas e testamentos sobre a situação política e econômica de Portugal. D. Luís da Cunha, que também exerceu cargo na diplomacia em Londres, em suas *Instruções Políticas*, já tratava das vantagens do estabelecimento de Companhias de Comércio, da

de ruptura e inovação e os que entendem as reformas propostas em parâmetros de continuidade. Para a atuação de Pombal, principalmente em relação ao Brasil ver: AZEVEDO, João Lucio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004; FALCON, Francisco. *A Época Pombalina: política, economia e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982; MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal: Alguns aspectos*. Moraes Editores, 1982; MAXWELL, Kenneth. *Marques de Pombal: Paradoxo do iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

¹⁷ Sebastião José de Carvalho e Melo. *op. cit.*, pp. 33 e 36.

necessidade de formulação de balanços do comércio do Reino e ainda de uma possível transferência da sede da monarquia para o Brasil¹⁸. Pombal, ao ascender à posição de Ministro pode levar a cabo uma série de princípios e pressupostos, que já estavam presentes em seu pensamento no período anterior, e que assumiram a forma de uma política econômica mercantilista clara, visando reformar a estrutura interna do país e a sua inserção externa no jogo político europeu.

Problematizando a história do pensamento econômico em Portugal, José Luís Cardoso, definiu o projeto pombalino como uma fase de mercantilismo tardio, a partir da qual, principalmente levando-se em conta a formalização das aulas de comércio e as reformas na estrutura na Universidade de Coimbra, formou-se uma nova elite pensante no Império. O final do século XVIII, marcado por um pensamento “reformista ilustrado” seria consequência e continuidade dessas políticas: abrigados pela institucionalização, os membros da Academia de Ciência de Lisboa propuseram reformas de cunho mais reformista e liberalizante que as anteriores¹⁹.

Francisco Falcom salientou que as reformas pombalinas tinham sua limitação no âmbito institucional, uma vez que eram propostas sempre pensando adaptar o pensamento liberal à estrutura política e administrativa de um Estado Absolutista. Para esse autor, ao analisar as políticas e o ideário do pombalismo, percebe-se, o predomínio do mercantilismo e do iluminismo²⁰.

Uma das medidas pombalinas mais importantes para o entendimento das relações econômicas do Reino foi a criação do Erário Régio, ainda no governo de D. José I, em decreto de 1761. Centralizou-se, em única instituição, as tarefas de arrecadação do Império e de contabilidade do comércio externo e interno, despesas e receitas²¹. Foi a partir dessa iniciativa que se empreenderam esforços de formulação das *Balanças do Comércio do Reino de Portugal com seus Domínios e com as Nações*

¹⁸ CUNHA, D. Luís da. *Instruções políticas* [1736]. Introdução, edição e notas de SILVA, Abílio Diniz. Lisboa: CNCDP, 2001. Celebre também é a indicação para Ministro do Reino que D. Luís faz ao Rei de Sebastião José de Carvalho e Melo “cujo gênio paciente, especulativo e ainda que sem vício, um pouco difuso, se acorda com o da nação”. CUNHA, D. Luís da. *Testamento Político*. Introdução de LEONZO, Nanci. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 27.

¹⁹ CARDOSO, José Luís. *op.cit.*, p. 363.

²⁰ Não nos deteremos na análise da influência do iluminismo no pensamento português. Para isso, conferir: FALCON, Francisco. *A Época Pombalina: política, economia e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982, pp. 213-361.

²¹ A centralização das formas de arrecadação do reino foi mais uma medida do marquês de Pombal, que desempenhou o cargo de inspetor geral do tesouro. O Erário régio foi extinto por decreto de 1832, substituído pelo *Tribunal do Tesouro Público*. TORRES, Rui d'Abreu. “Erário Régio”, In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, v.2, p. 441.

Estrangeiras. A primeira Balança de que temos notícia é a do ano de 1776, seguida pelos anos de 1777 e 1789²². Nesses primeiros anos, as Balanças caracterizam-se pela simplicidade do conteúdo exposto, compostas por tabelas gerais sobre o comércio de Portugal com cada nação, sem apreciações sobre o significado desses valores e sem nenhum tipo de pormenorização acerca dos dados.

A partir de 1796, sob a responsabilidade do contador José Maurício Teixeira de Moraes, as *Balanças de Comércio* aparecem sob novo formato, que prevaleceu até 1831, último ano antes da extinção do Erário Régio. As Balanças tornaram-se descrição criteriosa do comércio do Reino, quantificando não só os totais do comércio com cada um dos domínios e das nações estrangeiras, mas fazendo descrição item por item dos produtos que compuseram o movimento comercial, com preços correntes, quantidades, unidades de medida e totais relativos e absolutos. Cada *Balança* era precedida por uma introdução, escrita pelo próprio contador, explicitando a metodologia utilizada para formulação dos valores. Apresentava considerações pessoais acerca do comércio do Reino, tanto explicativas em relação a alguma situação de anormalidade, como até mesmo em tom de aconselhamento ao monarca sobre a situação particular do comércio externo de Portugal²³.

As *Balanças de Comércio* constituem, assim, fonte importante de pesquisas acerca do comércio e da situação econômica de Portugal. Não se trata, porém, da única fonte única para entender a economia do período uma vez que não abrange o comércio de escravos, que não tinha suas entradas e saídas registradas nos portos metropolitanos e nem o contrabando, setor rentável e de grande vulto em uma economia de exclusivo. Vale ressaltar também que a coleta de dados que compõe a documentação era feita em consultas a órgãos oficiais e aos comerciantes das praças principais do Reino, pelas

²² As Balanças de Comércio aparecem em anos esparsos, com início em 1776. Nesse momento, no entanto, ainda não se configuram da mesma maneira, padronizadas, como aparecem de 1796 em diante. Trata-se de um resumo do comércio do reino, com tabelas gerais de importação e exportação com os domínios e nações, pouco pormenorizada em relação a tipos de mercadorias, valores unitários e portos de origem e destino.

²³ O próprio contador explica, nas introduções, o método de confecção das Balanças de Comércio. O movimento total é dividido em duas partes “Domínios” e “Nações” e, a partir dessa divisão, são expostos os totais da importação/exportação por porto do Reino e de destino e as mercadorias classificadas em categorias como “mantimentos”, “lanifícios”, “linifícios”, “produções do reino”, “drogas”, “madeiras” e etc. Para “O conhecimento da quantidade e qualidade dos generos por Entrada e Sahida foi extrahiado dos Livros das Cargas dos Navios, Relaccoens das Alfandegas detodo o Reino, e Mezas Fiscães desta Cidade”. Palavras do próprio Maurício Teixeira, na introdução da Balança com os domínios, em 1796.

médias dos valores auferidos, o que daria margem a questionamentos sobre a representatividade dos dados.

Apesar de todas as ressalvas apresentadas, acreditamos que as Balanças de Comércio podem e devem ser utilizadas como termômetro da dinâmica econômica do Reino, uma vez que são fonte serial e regular sobre o período e que foram desenvolvidas sob lógica única, decorrência das políticas reformistas pombalinas, que frutificaram na última década do XVIII²⁴, e de acordo com a racionalidade econômica de seu período de produção. As *Balanças de Comércio* foram utilizadas pela quase totalidade dos autores que estudaram a situação econômica portuguesa no período, que produziram as mais diversas formas de analisar a questão.

Aliando os dados econômicos, principalmente em relação às suas ligações externas, a uma extensa pesquisa sobre a conjuntura política, alianças e escritos de diplomatas e estadistas do período, João Lúcio Azevedo, em 1929, traçou um perfil do período que é matriz de grande parte dos enfoques posteriores. Em geral, a visão do autor tende a pensar os problemas econômicos do Reino como frutos de sua formação interna²⁵.

Destaca-se na análise do autor a atuação de Pombal. Para ele, a ação do ministro, de caráter claramente anti-inglês, representou um ponto de ruptura na situação de dependência de Portugal em relação à Inglaterra. As Companhias privilegiadas e a proibição dos comissários volantes nas colônias teriam causado diminuição do tráfico com as colônias mas, ao mesmo tempo, teriam excluído os ingleses do negócio colonial. Essas medidas, aliadas a grande expansão das necessidades de algodão, fizeram com que no final do século XVIII a balança comercial entre os dois países se invertesse, logrando Portugal alguns anos de superávit comercial²⁶.

João Lucio Azevedo ressaltou que o êxito da economia portuguesa, no entanto, estava condicionado à “atmosfera artificial” criada por Pombal e pela condição política européia. O cerne do problema econômico português assentou-se na ineficiência da atuação do Estado, em sua vastidão territorial, com especificidades em cada um dos pólos e com o caráter da população portuguesa que, indolente, acostumara-se às

²⁴ NOVAIS, Fernando Antônio. “Notas para o estudo do Brasil no comércio internacional do fim do século XVIII e início do XIX”, In: *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 106.

²⁵ AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico: Esboços de História*. Lisboa: Livraria clássica editora, 1978. (1ª Ed. 1929).

²⁶ *Idem*, p. 440.

descobertas e conquistas, ao clima brando e as riquezas advindas do comércio, não tendo se habituado aos ofícios industriais e ao fabrico dos bens de suas necessidades, como os ingleses²⁷. Tendo em vista essas condições, ao mudar a conjuntura européia, com o deslocamento da família real para o Brasil e com a invasão do território português pelas tropas de Napoleão, as condições tornaram-se desfavoráveis, e a economia portuguesa declinou. A abertura dos portos e os tratados assinados com a Inglaterra em 1810 configuraram então a vitória dos propósitos britânicos, passando o Brasil, nas palavras do autor, de fato a “posse efetiva” da Inglaterra²⁸.

Avançando na questão das reformas pombalinas, Jorge Borges de Macedo afirmou que foram resposta à queda do afluxo de ouro brasileiro, que causou diminuição geral nas trocas portuguesas. O ministro enfrentou os problemas na balança de pagamentos com uma política de substituição de importações e tentativa de incremento na indústria e nos transportes da metrópole, medidas que surtiram resultado na revitalização econômica do Reino. Nesse momento, a concorrência industrial estrangeira não foi um problema para a coroa, que tinha mercado seguro para suas exportações em seus domínios. O autor elaborou ainda de tabelas e gráficos baseados nas Balanças de Comércio, ressaltando a importância das produções metropolitanas na recomposição da economia geral de Portugal, concluindo que “é errado analisar a prosperidade portuguesa do fim do século XVIII apenas em termos de prosperidade colonial ou só resultante de gêneros oriundos do ultramar”²⁹ embora considerasse que os saldos comerciais favoráveis do período se devessem também ao aumento do preço do açúcar e do algodão.

Macedo avaliou as últimas décadas do século XVIII e o início do XIX como um período de prosperidade comercial. Os saldos positivos nas Balanças de Comércio são, para ele, indício claro dessa prosperidade ainda maior de considerarmos os montantes que escapavam ao fisco. A base da prosperidade econômica estava, então, assentada na posição de Portugal no comércio europeu, um entreposto e área de circulação entre fronteiras cada vez mais vastas, que nesse período abrangeram áreas como a Rússia e a América do Norte³⁰. Com base nesse raciocínio, ao analisar a quebra na economia pós 1808, o autor buscou as bases desse movimento. Para ele, mais do que a invasão do

²⁷ *Idem*, p. 433.

²⁸ *Idem*, p. 442.

²⁹ MACEDO, Jorge Borges de. *Problemas de História da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1963, p. 236.

³⁰ *Idem*, p. 204.

território pelas tropas francesas ou a abertura dos Portos brasileiros em 1808, fatores momentâneos, a ruptura se delimita a partir de 1802, simbolizada pela entrada legal ou ilegal de mercadorias inglesas nos portos do Reino. Teria sido, assim, a concorrência inglesa, em condições excepcionalmente favoráveis, o fator decisivo, a minar as possibilidades de modernização e de desenvolvimento da indústria portuguesa e seu arranque em direção à modernidade. “A indústria portuguesa, que resistira ao contrabando e à guerra dos preços e até da qualidade durante todo o século XVIII, era agora esmagada pela técnica nova da Revolução Industrial”³¹.

Percebe-se assim, o afinamento de posições entre João Lúcio Azevedo e Jorge Borges de Macedo. Ambos acreditam ser as reformas pombalinas um movimento de resposta à uma situação de comércio desigual, dominada pela Inglaterra, que se evidência com a diminuição de remessas de ouro do Brasil. Para o primeiro, a recuperação alcançada é efêmera, posto que baseada em momento passageiro de prosperidade internacional, que mudou com a conjuntura das guerras européias. A explicação de Macedo vai além, destacando que, além da posição momentaneamente favorável ao comércio português, existiu uma face mais profunda da mudança, a concorrência inglesa, que em posição industrial extremamente favorável em relação à nacional, haveria vencido a concorrência pela posição de entreposto ao comércio colonial. Ao final, a economia Portuguesa entrou em decadência e, para ambos, a Inglaterra configurou-se em grande vitoriosa.

Em 1973, Fernando Antonio Novais³² abordou a temática da economia portuguesa inserindo-a em um panorama mais amplo, a crise do Antigo Sistema Colonial. Para o autor, só se pode compreender o momento econômico português de final do século XVIII a partir das mudanças advindas da Revolução Industrial inglesa, iniciadas no início do século. Assim, as reformas empreendidas por Pombal na gestão do Estado e na política comercial do Reino, podem ser entendidas como resposta à situação de preeminência econômica inglesa, que absorvia recursos e desviava as riquezas do Reino, através de um comércio deficitário³³.

As reformas pombalinas foram então misto de políticas de fomento industrial, agrícola e tentativas de modernização social e do Estado adaptar o Sistema Colonial

³¹ *Idem*, p. 246.

³² Fernando Novais defendeu seu doutorado em 1973, publicado somente em 1979. NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1830)*, 7 ed., São Paulo: Hucitec, 1979.

³³ *Idem*, p. 123.

então vigente à nova estrutura produtiva e às novas condições do mercado internacional. Tinham o intuito de remover os obstáculos ao desenvolvimento industrial português, ou seja, tirar o país da situação de atraso em que se encontrava frente às potências que representavam a vanguarda do desenvolvimento econômico europeu, principalmente a Inglaterra. Esse momento marcou a tomada de consciência sobre a situação do Reino e da formulação de teorias reformistas.

A partir do reinado de D. Maria I, as políticas pombalinas sofreram reajustes para garantir seu funcionamento. O exclusivo colonial foi reduzido ao mínimo possível para a sua manutenção, Portugal adotou “posição intermediária entre o mercantilismo tradicional e as novas teorias”³⁴. Segundo Jobson Arruda, visava-se manter a posição de intermediário entre suas colônias e a Europa, compensando as concessões ao pacto colonial através do aumento do montante das relações comerciais. Esses objetivos seriam atingidos através de relações diplomáticas e uma política de formulação de tratados comerciais com diversas potências³⁵.

Para Novais, o contexto estrutural de crise do Antigo Sistema Colonial, aliado às mudanças da economia mundial ocasionadas pela industrialização da Inglaterra e a onda revolucionária francesa, que culminou com a invasão do território e com a inversão do pacto colonial, em 1808, seriam fatores irresistíveis à uma política de fomento ainda frágil e que tinha seu cerne em um sistema, que os contemporâneos não percebiam ainda, condenado. No caso inglês, após as mudanças estruturais sofridas pela economia do país, a manutenção das colônias dentro dos mecanismos do Sistema Colonial tornou-se onerosa para metrópole, possibilitando assim a ruptura do pacto com a manutenção do domínio político e econômico. No caso português, o atraso econômico tornou a colônia elemento vital do projeto de recuperação econômica. Com a mudança de conjuntura, o Brasil tornou-se a sede do governo, explicando-se assim, a peculiaridade da assimilação do liberalismo em Portugal, bem como a situação da independência do Brasil e suas ligações externas na primeira metade do século XIX³⁶.

É nesse mesmo sentido que retomamos as formulações de Jobson Arruda, em artigo em que revisita a questão da crise do Antigo Sistema Colonial. O autor destaca a função da colônia e o modo pelo qual a economia metropolitana formou-se

³⁴ *Idem*, p. 250.

³⁵ ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O sentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830)”. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2. ed. rev. e ampl. Bauru, São Paulo, Lisboa: EDUSC, UNESP, Instituto Camões, 2001, pp. 246-250.

³⁶ NOVAIS, Fernando Antônio. *op. cit.*, p. 298.

amparada pelo capital mercantil, realizado através da colonização, para mostrar a evolução do sentido da colônia na economia portuguesa, sobretudo no momento em que o Sistema Colonial entra em crise³⁷. As reformas pombalinas, resposta à crise gerada pela diminuição da produção aurífera do Brasil, teriam sido o ponto fundamental de mudança no sistema, permitindo aberturas em relação à economia e promovendo a grande integração entre metrópole e colônia, no novo padrão de colonização³⁸.

A proposta era realizar mudanças em toda a estrutura produtiva, englobando a produção agrícola - metropolitana e colonial - o comércio e indústria. Destaca-se assim, seu caráter estrutural, diferindo-a das tentativas de saneamento de crises anteriores, provocando mudanças de grande vulto e crescimento econômico nos dois eixos do sistema, que podem ser verificados através da análise do comércio externo e da prosperidade do Reino, mas que, ao mesmo tempo, levou ao acirramento das contradições que causaram sua ruptura³⁹.

Percebe-se, assim, convergências e divergências na interpretação dos historiadores portugueses e brasileiros. Embora todas as análises percebam a atuação do ministro de D. José I, o momento de reestruturação da dinâmica de funcionamento interno do Reino e de incentivo a produção que possibilitou a prosperidade econômica do final do século XVIII e início do XIX, percebe-se claramente a divergência dos autores em relação ao caráter dessas mudanças. João Lúcio Azevedo acredita que, embora delineie-se um momento de prosperidade, a mesma é efêmera, circunstancial, alterada pela mudança da conjuntura internacional. Macedo problematiza a questão, destacando a concorrência inglesa, insustentável competição em relação à nacional, como causa de crise.

Ao analisar a economia portuguesa vinculando-a mais profundamente à questão colonial, ou seja, inserindo-a nos termos no Antigo Sistema Colonial, Fernando Novais e Jobson Arruda vão além das explicações conjunturais. Problematizam-se as reformas e seus efeitos em conjunto com o desenvolvimento da colônia e define-se uma crise de caráter estrutural na relação colonial, que descola-se do movimento comercial ascendente ou decadente. Assim, mesmo que no final do XVIII a economia do Reino tivesse um caráter ascendente, as contradições internas e inerentes ao Sistema Colonial

³⁷ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O sentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830)”, *op. cit.*, p. 245.

³⁸ *Idem*, pp. 251-2.

³⁹ *Idem*, p. 254.

o colocariam em situação de crise, movimento que foi acelerado, chegando à ruptura, através das conjunturas políticas européias. Dentro desta perspectiva, percebe-se a posição que Portugal desempenhava no cenário europeu, a importância da relação com a colônia e o papel que desempenhará o comércio internacional após a mudança da corte e a abertura dos portos brasileiros.

1.1- O Comércio português e a importância do Brasil

O comércio de Portugal com seus domínios e nações estrangeiras na conjuntura dos anos finais do século XVIII e na primeira década do século XIX é elemento importante para compreendermos o papel de Portugal na cena política e econômica mundial à época, o papel que as colônias desempenhavam nessa situação e qual o peso que tiveram em todo esse contexto. O tema é tratado por diversos historiadores e, cada um deles, através dos problemas específicos que buscam solucionar ou ainda, dos objetivos e das hipóteses de seus trabalhos, trazem uma contribuição específica, concordante ou conflitante, para o entendimento do tema.

Fernando Novais e José Jobson de Andrade Arruda trabalharam com os dados das *Balanças Geraes de Comércio de Portugal* para compreender o caráter da crise do Antigo Sistema Colonial e a importância do comércio colonial neste período. Ambos utilizam as *Balanças de Comércio* como base para a análise quantitativa sobre o Império Português, valendo-se dos mesmos pressupostos metodológicos para empreender a análise. Partem da organização própria ao documento, com a separação dos gêneros e com os totais de importação e exportação fornecidos ao final de cada ano. Assim, chega-se aos seguintes totais do comércio de exportação e importação:

Tabela 1- Movimento Comercial de Portugal 1796-1811

Portugal - Nações estrangeiras: importação e exportação

Portugal - Nações estrangeiras: déficits e superávits ⁴⁰

Ano	Importação	Exportação	Saldo
1796	12652771691	16013356598	3360584907
1797	14498399597	11822970024	-2675429573
1798	14729238360	15053960930	324722570
1799	19755284401	17688107851	-2067176550
1800	20031347325	20684802298	653454973
1801	19337425504	25103785190	5766359686
1802	17942240592	21405349072	3463108480
1803	15068304594	21528379563	6460074969
1804	17841034672	21060962501	3219927829
1805	19636685570	22654204293	3017518723
1806	16440921781	23255505141	6814583360
1807	13896318253	20999506331	7103188078
1808	2740598802	5811038620	3070439818
1809	8833965232	9858222739	1024257507
1810	17051885239	12521960437	-4529924802
1811	38704283725	6913924928	-31790358797

⁴⁰ Reprodução das tabelas 8 e 9. NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1830)*, op. cit., pp. 320-323.

Tabela 2- Movimento Comercial de Portugal (1796-1811)
Portugal- Colônias: Importação e exportação
Portugal- Colônias: Déficits e Superávits⁴¹

Ano	Importação	Exportação	Saldo
1796	13414265038	7527648713	-5886616325
1797	5519870608	9651734406	4131863798
1798	12802090872	12418654675	-383436197
1799	15169305719	20458608483	5289302764
1800	14850936376	13521110817	-1329825559
1801	17527723934	13133542148	-4394181786
1802	12966553680	12800313175	-166240505
1803	14193353435	12741308922	-1452044513
1804	13579874717	14905960519	1326085802
1805	15843481445	12245019147	-3598462298
1806	16103966250	11313313554	-4790652696
1807	16968810061	10348602741	-6620207320
1808	614857782	1694187512	1079329730
1809	5857754930	3911194516	-1946560414
1810	3949320	3811220063	3807270743
1811	5304266468	3479940500	-1824325968

Fernando Novais mostrou como as políticas de fomento econômico, que vinham desde meados do século, tiveram êxito em várias de suas proposições. Através da análise dos saldos da *Balanças de Comércio*, avalia a situação econômica de Portugal distinguindo dois momentos de caráter distinto. Em um primeiro momento, apreendido através Balanças de 1776, 1777, 1778 e 1782 o comércio português apresentava tendência geral deficitária composta de saldos positivos no comércio com suas colônias e negativos em relação às demais potências européias. A partir de 1796, quando reinicia-se a série de dados, os resultados do comércio externo sofrem uma virada. Entre 1796 e 1800 existem variações anuais nos dados comerciais e a partir de 1800 configurou-se uma tendência superavitária. Em relação as colônias, o total geral passava a ser deficitário, o que é explicado pelo déficit do comércio com o Brasil; em relação às demais nações, a partir de 1800, a tendência é de seguidos superávits comerciais. No caso do comércio externo, nota-se que a tendência geral é puxada pelos superávits em relação à Inglaterra, condição nova historicamente para Portugal, que somava *déficits*

⁴¹ Reprodução das tabelas 3 e 4. *Idem*, pp. 310-313.

desde meados do século XVII⁴². O autor destaca o uso da documentação quantitativa como forma de apreender, na prática, as mudanças advindas das políticas do reformismo ilustrado, e destaca o período entre 1787 e 1796 como o momento de tomada de consciência para a situação econômica de Portugal, percebido pela mudança da organização do comércio externo, embora não haja registros das atividades comerciais do Reino para o período⁴³.

José Jobson de Andrade Arruda defendeu seu doutoramento sobre o papel da colônia brasileira no montante do comércio colonial do Império⁴⁴. O autor relaciona a crise do Antigo Sistema Colonial e as propostas de reformulação econômica da segunda metade do século XVIII, destacando a diversificação da produção colonial e peso que esta desempenhava no montante das relações econômicas da metrópole. Destacam-se, para os fins que nos propomos, a análise da diversificação produtiva da colônia e seu papel na economia da metrópole. Aproveitando-se da cena política favorável, abre-se novamente o comércio com o Oriente, incrementa-se a exportação de arroz e algodão do Brasil e percebe-se um surto de desenvolvimento manufatureiro na metrópole⁴⁵.

A virada no comércio com os domínios e com as nações estrangeiras foi analisada pelo autor, em comparação à conjuntura econômica européia, mostrando, assim, que Portugal estava inserido nessas flutuações. Para além disso, vale ressaltar que a inserção econômica do Brasil, baseou-se em fatores preponderantemente estruturais, ou seja, os fluxos comerciais e as formas de articulação do Brasil na economia mundial se mantiveram ao longo do século XIX, embora tenham se descolado dos fluxos mercantis da metrópole em 1808, quando entraram em declínio após a abertura dos Portos⁴⁶.

Com o intuito de analisar a crise do Antigo Regime português a partir de uma perspectiva metropolitana, Valentim Alexandre, na década de 90, revisitou o comércio do Reino e, conseqüentemente, as *Balanças de Comércio*. O autor afirmou que a face mais visível da prosperidade comercial de Portugal no final do século XVIII era o

⁴² *Idem*, pp. 287-292.

⁴³ Essas considerações aparecem em artigo publicado originalmente em 1971, portanto, um pouco antes de o autor defender sua tese de doutoramento, na qual retoma essas questões, embora sem especificá-las com a mesma clareza. O artigo foi reeditado recentemente e é a esta edição que fazemos referência. NOVAIS, Fernando Antônio. “Notas para o estudo do Brasil no comércio internacional do fim do século XVIII e início do XIX”, *op. cit.* Ver principalmente as pp. 106-111.

⁴⁴ Tese defendida em 73, na USP. O trabalho foi publicado em forma de livro em 1980. ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

⁴⁵ *Idem*, p. 117.

⁴⁶ *Idem*. Ver principalmente: cap. 2 e cap. 5.

comércio colonial, mas que existia uma participação significativa de produtos metropolitanos, agrícolas e manufaturados, envolvidos nesse processo, que foram subestimados pelas avaliações anteriormente produzidas. Além de enviesar a atuação da metrópole no fluxo e produção de mercadorias, isso causaria uma distorção na compreensão dos próprios fluxos coloniais e na avaliação da importância do mercado brasileiro para a metrópole⁴⁷.

Ao problematizar o tratamento que até então foi dado pelos historiadores às I, o autor afirma que trata-se de documentação formada por uma lógica própria que “não corresponde a qualquer critério científico, nem reflete sequer uma técnica precisa”⁴⁸. Existiria, portanto, a necessidade de análise dos dados agrupados em cada categoria e uma readequação, tanto de sua classificação geral, como das tentativas de identificar a procedência da produção dos bens manufaturados. Sobretudo, destaca-se a necessidade de retificar os montantes globais das transações, tendo em vista que remessas de ouro eram quantificadas juntamente com os totais das demais mercadorias⁴⁹.

A partir de novo levantamento dos dados, realocando as produções “fora de lugar” e desconsiderando o comércio de ouro dos totais comercializados o autor chega a algumas conclusões diferentes sobre o estado geral da economia portuguesa. Em

⁴⁷ALEXANDRE, Valentin. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, pp. 26-27.

⁴⁸*Idem*, p. 27.

⁴⁹Os problemas de classificação de mercadorias, estariam ligados principalmente as categorias mantimentos, em que salienta que os produtos consumidos no reino e destinados à reexportação estão indiscriminados; aos lanifícios, linifícios e as sedas, que não distinguem matéria-prima e produção final desses artigos no montante total das transações e, principalmente, a questão do ouro, que o autor afirma não poder ser contabilizado nos totais gerais dos Balanços, pois a sua aparição estaria associada ao envio de remessas para o pagamento de mercadorias, desvirtuando assim os fluxos de *déficits* e *superávits* nos saldos totais. Essas questões polemizam principalmente com a historiografia brasileira, pois minimizam a tendência superavitária do comércio da colônia em relação à metrópole e também os *superávits* comerciais de Portugal no período. As questões acima sintetizadas foram esmiuçadas pelo autor no primeiro capítulo do texto, “Sob o signo das Balanças: o comércio colonial português de 1796 a 1807”. ALEXANDRE, Valentin. *op. cit.*, pp. 25-89. Em artigo para a Revista da USP, em 2010, Jobson Arruda responde às ressalvas do autor, explicitando que impossibilidade de verificar a procedência de todas as mercadorias e, principalmente, da indefinição entre ouro amoeado, em adornos, para pagamentos de saldos comerciais ou como simples remessa, a escolha metodológica de manter a análise da documentação em sua divisão preservaria a visão geral e a intenção de seu formulador à época, não sendo uma forma de enviesar a leitura do texto. ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. *op. cit.*, pp. 66-79.

primeiro lugar, os saldos do comércio com as colônias, em especial com o Brasil altera-se sensivelmente em virtude da alteração da contabilização do ouro.

Tabela 3- Comércio Luso-Brasileiro (1796-1807)

Quadro VI
Comércio Luso-Brasileiro (1796-1807)

ANOS	1 EXPORTAÇÃO DO BRASIL PARA PORTUGAL a)	2 EXPORTAÇÃO DE PORTUGAL PARA O BRASIL a)	3 SALDOS PARA PORTUGAL	
			Anuais	Acumulados
1796	9687,1	6780,7	-2906,4	-2906,4
1797	4208,8	8460,5	+4251,7	+1345,3
1798	9607,8	10616,6	+1008,8	+2354,1
1799	10596,7	15758,8	+5162,1	+7516,2
1800	10106,5	9382,9	-723,6	+6792,6
1801	12530,6	10633,5	-1897,1	+4895,5
1802	8739,1	9802,8	+1063,7	+5959,2
1803	10022,8	8914,6	-1108,2	+4851
1804	10365,6	10169,8	-195,8	+4655,2
1805	13169,2	8700,8	-4468,4	+186,8
1806	13213,7	8272,4	-4941,3	-4754,5
1807	12537,5	6620,5	-5917	-10671,5

a) Excluindo os movimentos de metal precioso. Valores em contos de reis.

Tabela 4- Movimentos de Metal Precioso entre Portugal e o Brasil (1796-1807)

Quadro VII
Movimentos de Metal Precioso entre Portugal e o Brasil (1796-1807) a)

ANOS	1 EXPORTAÇÃO DO BRASIL PARA PORTUGAL	2 EXPORTAÇÃO DE PORTUGAL PARA O BRASIL	3 SALDOS PARA PORTUGAL			
			Anuais		Acumulados	
			Totais	Sem Patacas	Totais	Sem Patacas
1796	1856	201,5	-1654,5	-1654,5	-1654,5	-1654,5
1797	49,9	33,7	-16,2	-16,2	-1670,7	-1670,7
1798	1208,6	53,6	-1155	-1155	-2825,7	-2825,7
1799	1987,7	42,1	-1945,6	-1945,6	-4771,3	-4771,3
1800	2421,5 b)	45,8	-2375,7	-1535,7	-7147	-6307
1801	2246 c)	46,5	-2199,5	-1359,5	-9346,5	-7666,5
1802	1614,1 d)	348,7	-1265,4	-705,4	-10611,9	-8371,9
1803	1309,4 e)	1013,8	-295,6	+24,4	-10907,5	-8347,5
1804	834,4 f)	1215,3	+380,9	+780,9	-10526,6	-7566,6
1805	779,4 g)	804,4	+25	+345	-10501,6	-7221,6
1806	939,5 h)	153,6	-785,9	-225,9	-11287,5	-7447,5
1807	1390,9 i)	332,4	-1058,5	-58,5	-12346	-7506

a) Valores em contos de reis.

b) Dos quais 840 contos em patacas mobilizadas no Rio de Janeiro pelos navios de Lisboa com destino ao comércio com a Ásia.

c) Dos quais 840 contos em patacas mobilizadas nas condições referidas na nota anterior.

d) Dos quais 560 contos em patacas mobilizadas nas condições referidas na nota b).

e) Dos quais 320 contos em patacas mobilizadas nas condições referidas na nota b).

f) Dos quais 400 contos em patacas mobilizadas nas condições referidas na nota b).

g) Dos quais 320 contos em patacas mobilizadas nas condições referidas na nota b).

h) Dos quais 560 contos em patacas mobilizadas nas condições referidas na nota b).

i) Dos quais 1.000 contos em patacas mobilizadas nas condições referidas na nota b).

Quadro VIII
Exportação para as Nações Estrangeiras ^{a)}

Anos	1 Produtos do Reino	2 Produtos do Brasil	3 Produtos da Ásia	4 Reexportações ^{b)}	5 Valor Total ^{c)}
1808	854,5	4635,4	199,6	119,8	5811,0
1809	6337,4	2061,2	142,7	1316,2	9858,2
1810	6888,9	2961,7	68,5	2602,2	12521,9
1811	4250,5	515,5	48,3	2102,3	6913,9
1812	5191,8	969,0	93,5	4203,4	10458,5
1813	5518,6	913,3	147,0	3351,6	9930,7
1814	5316,8	8907,3	972,3	2366,1	17566,9
1815	6540,0	8621,4	1650,6	2772,6	19584,7
1816	4044,3	8676,0	1293,3	2164,9	16178,7
1817	5056,0	7944,2	1077,2	1641,4	15770,1
1818	6413,5	7579,2	1355,1	1552,0	16928,3
1819	4587,0	4469,1	871,4	1336,4	11291,4
1820	4636,8	5286,7	532,5	1028,2	11578,3
1821	4874,1	3707,0	352,1	1126,6	10167,4
1822	5325,8	3926,5	180,7	1205,4	10819,7
1823	4206,3	2277,1	144,1	1445,5	8175,6
1824	4097,2	2370,9	349,6	1667,9	8500,2
1825	7106,9	1625,1	236,4	1652,6	10791,9
1826	4090,9	1349,4	136,1	735,8	6383,6
1827	5234,8	1872,6	107,4	701,9	8057,0
1828	5357,5	1348,4	82,6	815,3	7719,5
1829	4050,3	1028,3	32,4	1005,0	6221,0
1830	3942,3	2004,0	77,7	838,2	6983,0
1831	4321,5	1433,0 ^{d)}	36,5	789,1	6633,3

a) Valores em contos de réis.

b) Incluem sobretudo patacas, lã espanhola reexportada para a Grã-Bretanha e outros países e produtos manufacturados ingleses reexportados para Espanha.

c) Inclui, além da soma dos valores das colunas 1 a 4, também «produtos das Ilhas» (até 1822) e «produtos de África» (de 1823 a 1831).

d) O valor indicado na Balança é de 1443 contos, mas a soma das exportações de produtos do Brasil para as várias nações estrangeiras é a aqui indicada.

Além disso, a separação da procedência dos artigos manufacturados, principalmente a produção de linho na região do Porto, e a desagregação da categoria mantimentos, conferiu à análise um peso muito maior às manufacturas portuguesas, mostrando uma dinamização do setor que vai além das análises que enfocam Portugal apenas como plataforma de exportação de mercadorias entre as colônias e às nações europeias⁵⁰.

⁵⁰ Os quadros reproduzidos nestas páginas estão apresentados tal como aparecem na obra de Valentim Alexandre. ALEXANDRE, Valentin. *op. cit.*, pp. 45,64,65 e 768.

Tabela 6- Exportação de Produtos Industriais Portugueses para o Brasil (1796-1807)

Quadro IV
**Exportação de Produtos Industriais
 Portugueses para o Brasil (1796-1807)**^{a)}

ANOS	1 INDICADA NAS BALANÇAS («produtos das fábricas do Reino»)	2 RECTIFICADA ^{b)}
1796	1716,1	2534,6
1797	2790,9	2897,9
1798	4068,4	4202,3
1799	5497,9	5609,7
1800	3715,5	3810,8
1801	3917,7	4029,3
1802	3320,4	3546,8
1803	2684,7	2864,3
1804	3251,4	3433,8
1805	2433,3	2641,4
1806	1821,9	1973,6
1807	1101,8	1603,7

a) Em contos de reis.

b) Rectificação feita segundo os critérios indicados na introdução do capítulo I.

Seguindo essa linha de análise e buscando entender a tentativa de formação de uma estrutura industrial em Portugal em finais do século XVIII, Jorge Pedreira, salientou a existência de dois setores distintos da industrialização do país: um primeiro, no qual se destacaram a metalurgia, a vidraria, a cerâmica, a curtimenta e o papel, destinado a abastecer o mercado interno e, o segundo, com destaque para a chapelaria, lanifícios, linifícios, algodão e estamparia, destinados à abastecer o mercado colonial. O autor afirma ainda que foi o segundo setor, amparado pelo Estado, que puxou o desenvolvimento das manufaturas no Reino⁵¹. O setor industrial “foi uma das dimensões mais visíveis da prosperidade mercantil de finais do século XVIII e começos do XIX”⁵².

⁵¹ PEDREIRA, Jorge M. V. *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994, pp. 277-295.

⁵² *Idem*, p. 293.

Embora afirme que o sistema colonial foi parte determinante da vida econômica de apenas uma parcela dos comerciantes e produtores do Reino e relativize a participação dos mercadores nacionais nas transações com as nações estrangeiras, Pedreira considera a mudança da corte em 1808, com posterior abertura do comércio colonial e emancipação política em 1822, fatores decisivos para a paralisação do movimento de formação e expansão da indústria nacional⁵³. Seguindo as proposições de Valentim Alexandre, que afirmava haver uma fragilidade estrutural na formação do império, que foi rompida no início do século XIX, o autor avalia o momento como o colapso da estrutura industrial que, embora apresente alguma recuperação entre os anos de 1814-1819, não consegue se sustentar sem as rotas comerciais, que estabeleciam sua função de entreposto e sem o mercado brasileiro para absorver a produção⁵⁴.

Mesmo que partindo de perspectivas diferentes sobre o Sistema Colonial e o momento de sua ruptura e abordando os dados quantitativos presentes nas Balanças de Comércio, utilizando-se de metodologias de trabalho diferentes, acreditamos que, para a análise do comércio exterior que procuraremos empreender, podemos ressaltar algumas semelhanças entre as abordagens apresentadas. Apesar dos totais discordantes e das diferentes conclusões referentes ao saldo do comércio com o Brasil, não se pode negar a importância da colônia brasileira e seu papel determinante na situação econômica de Portugal no período. É evidente que foram os produtos brasileiros que permitiram a inserção da metrópole no mercado europeu e, ao mesmo tempo, que é o mercado brasileiro que abasteceu com matérias-primas a nascente indústria portuguesa, que além disso, tinha no mercado brasileiro consumidor seguro para sua produção. Destacamos

⁵³ Existe uma discussão acirrada entre os historiadores portugueses sobre o peso da perda do Brasil na formação da estrutura industrial portuguesa. Alguns autores, como Miguel Pedreira, afirmam que a perda da colônia foi o momento decisivo para a desarticulação da nascente produção industrial, o que resultou do não desenvolvimento de um aparelho produtivo no século XIX e na inserção do país como semiperiferia do sistema capitalista no século XX. Para outros autores, como por exemplo Pedro Lains, foram problemas internos que levaram à não industrialização, retirando o peso da colônia na economia europeia. Consideramos que embora trate-se de uma importante controvérsia historiográfica, não seja cabível a nossos propósitos uma análise mais detalhada da questão. Uma boa síntese do tema pode ser acompanhada em uma série de artigos polêmicos publicados pelos autores na revista *Penélope*. LAINS, Pedro. “Foi a Perda do Império Brasileiro um momento crucial do desenvolvimento Português? (I)”. In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.3, 1989, pp. 92-102; ALEXANDRE, Valentim. “Um passo a frente, vários à retaguarda: Resposta à nota crítica de Pedro Lains”. In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.3, 1989, pp. 103-110; LAINS, Pedro. “Foi a Perda do Império Brasileiro um momento crucial do desenvolvimento Português? (II)”. In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.5, 1991, pp. 151-163; ALEXANDRE, Valentim. “Resposta à segunda nota crítica: Lains no país das adivinhas”. In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.5, 1991, pp. 165-178.

⁵⁴ PEDREIRA, Jorge M. V. *op. cit.*, pp. 326-340.

ainda que, mesmo que haja divergências sobre a questão do déficit ou superávit de Portugal em relação à colônia brasileira, não se pode negar, em primeiro lugar, a mudança do papel e do tipo de fornecimento de gêneros para a metrópole e, em segundo lugar, a diversificação produtiva e o incremento das atividades agrícolas no espaço colonial.

Quanto à questão da contabilização dos metais preciosos e da metodologia de trabalho a ser utilizada ao lidar com a fonte, seguiremos ao longo do trabalho as proposições de Jobson Arruda e Fernando Novais. Em primeiro lugar, não acreditamos ser o tipo de produtos e a composição dos mesmos internamente à documentação fator altamente relevante para a análise das relações com os Estados Unidos da América. Trata-se de intercâmbio de baixo valor agregado, se comparado ao montante total das relações externas portuguesas, baseado fundamentalmente na troca de produtos agrícolas. Além disso, acreditamos que a importância desse comércio reside na importância estratégica que teve para os dois países.

Em segundo lugar, no que se refere à quantificação de metais preciosos juntamente com o montante de outras mercadorias, não acreditamos ser totalmente fundadas as proposições de Valentim Alexandre, secundadas por Jorge Pedreira. O metal amoeado aparece contabilizado juntamente com adornos e jóias, o que não nos permitiria uma desagregação precisa desses itens. Além disso, não nos parece que exista comprovação de que esse metal seja destinado à compensação dos saldos comerciais. Sendo as *Balanças* um instrumento elaborado justamente para medir os saldos comerciais do Estado e organizadas segundo uma lógica e uma concepção de economia de época, acreditamos que a análise dos dados da maneira pela qual se apresentam na documentação seja o caminho mais seguro para compreensão das questões que pretendemos abordar.

Por fim, gostaríamos de destacar que a temática das relações econômicas de Portugal de modo algum está fechada nos trabalhos apresentados. Existe ainda tendência de elaboração de trabalhos setoriais sobre o comércio português, que permitem a compreensão mais detalhada da produção e circulação das mercadorias e das relações políticas e econômicas do Império. Destacamos, ainda que brevemente, o trabalho de Maria de Lourdes Ribeiro, sobre as relações comerciais entre Portugal e Brasil depois da abertura dos portos, a partir das *Balanças de Comércio*; a tese de Adelar Weber, sobre as relações do Reino com Hamburgo; os estudos de Maria Cristina Moreira, sobre as relações políticas, comerciais e o contrabando com Castela; Rômulo

de Carvalho e sua investigação sobre as relações do Império com a Rússia e, por fim, o trabalho de investigação ainda inédito de Jobson Arruda sobre as relações com a Itália⁵⁵.

Embora não nos caiba aqui uma discussão pormenorizada sobre todos estes trabalhos, seu elenco nos permite demonstrar a importância do tema e os múltiplos debates sobre o assunto que a academia tem promovido, desde do século XIX, com a publicação do ensaio de Balbi⁵⁶. Procuramos mostrar que tratou-se de mostrar ser este um período próspero, de aumento do fluxo comercial, com diversificação dos parceiros, das mercadorias comercializadas e, na medida das possibilidades de uma época de instabilidade política, de superávits comerciais. Nesse sentido, a importância da colônia enquanto mercado consumidor e como produtor de matérias primas para alimentar a metrópole e, ao mesmo tempo, garantir sua inserção nas relações econômicas e políticas da Europa é imensa. A partir dessas constatações, procuraremos observar brevemente a situação inglesa e a participação dos Estados Unidos, enquanto colônia e como nação, na situação das trocas Europeias.

⁵⁵ RIBEIRO Maria de Lourdes. *As relações comerciais entre Portugal e Brasil segundo as "Balanças de Comércio" 1801- 1821*, Imprensa de Coimbra: Coimbra, 1972; WEBER, Adelir. *Relações comerciais e acumulação mercantil: Portugal, Hamburgo e Brasil entre a colônia e a nação*. Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2008; MOREIRA, Maria Cristina. *Relaciones Comerciales Luso-españolas (1774-1860)*, tese de doutorado, Universidade de Navarra: Pamplona, 2002; CARVALHO, Rómulo de. *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*. Lisboa: 1979 e ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Dinâmica mercantil e potencialização industrial: Itália e Portugal (1796-1811)*, exemplar mimeografado.

⁵⁶ BALBI, Adrien. *Essay statistique sur le royaume de Portugal et Algarve, compare aux autres Etats de l'Europe*. Paris: Chez Rey Gravier, 1822, 2 T.

1.2- O comércio externo inglês e a participação dos Estados Unidos

Para Ralph Davis, o século XVIII pode ser entendido como uma fase de realinhamento do comércio internacional inglês. Foi um período de reorganização comercial, não só geograficamente mas em termos de produção e mercadorias. Pode-se delimitar, grosso modo, um período de reorientação, até a metade do século e um período de expansão, da metade do século até o reconhecimento da independência das colônias da América do Norte⁵⁷.

Para o autor, o início do século foi caracterizado pela diminuição dos mercados para os tecidos de lã ingleses, principal produto da pauta de exportações durante o século XVII. Isso deveu-se, principalmente, à queda do preço do produto no mercado externo e à estagnação dos mercados compradores europeus, que adotavam cada vez mais políticas protecionistas em relação às indústrias nacionais e tentavam protegê-las da competição externa. Nesse momento, os mercados ibéricos revelaram-se de extrema importância para a manutenção dos níveis de exportação dos lanifícios ingleses, que embora tenham parado de expandir seus mercados, mantiveram seus níveis de produção, amparados nos mercados consumidores já consolidados. Nesse sentido, ressalta-se uma mudança nas relações da Inglaterra com o continente europeu. As relações comerciais, tradicionalmente mais fortes em relação aos países do norte e nordeste, associadas notadamente às trocas de produtos industrializados, principalmente o linho, e a reexportação de produtos coloniais perderam espaço, dando lugar ao aumento das relações com o Mediterrâneo e com o Báltico, principalmente tendo em vista a demanda por matérias-primas para a indústria em expansão, com destaque para a importação de algodão, ferro, insumos para indústria têxtil, óleos, entre outros⁵⁸.

Se o mercado europeu limitou-se às trocas de matérias-primas, o mesmo não se pode dizer dos Estados Unidos. Com população crescente e uma indústria quase inexistente, a América do Norte passou a absorver todo o tipo de produção industrializada da Grã-Bretanha, principalmente a partir do segundo quarto do século. Destacam-se os tecidos de lã ingleses, os de linho escoceses e para a produção de todo o tipo de artigos de metal em geral, indispensáveis para a produção. Em adição a estes mercados, destaca-se a posição da Escócia e da Irlanda, virtualmente exclusivos às

⁵⁷ DAVIS, Ralph. "English Foreign Trade, 1700-1774", In: *The Economic History Review*, New Series, v. 15, no. 2 (1962), pp. 285-303.

⁵⁸ *Idem*, p. 286-288.

mercadorias inglesas, à regiões da África Ocidental, que absorviam grande quantidade de tecidos destinados às trocas do tráfico de escravos e às possessões inglesas na Ásia, que forneciam e absorviam grande quantidade de matérias-primas e manufaturados.

Assim, configura-se uma viragem no padrão das trocas comerciais inglesas:

*“na metade do século [XVIII] mantimentos mais variados vinham das colônias, mais matérias-primas da Europa; o crescente excedente de mantimentos coloniais além das necessidades inglesas iam para Europa para pagar o aumento das compras de matérias-primas, enquanto a América – para completar o ciclo de comércio- era satisfeita no aumento de seus fornecimentos recebendo em troca uma grande e variada gama de produtos manufaturados ingleses”*⁵⁹.

Ainda de acordo com Ralph Davis, a dinâmica nas relações entre colônia e metrópole do século XVIII não estava associada não ao sistema de exclusivo colonial, que caracterizaria as relações comerciais mercantilistas. Para ele as relações comerciais mantinham-se em parâmetros exclusivos devido à especialização da produção agrícola colonial, que tinha população reduzida e utilizava mão de obra escrava e aos atos de navegação ingleses, em vigor desde o século XVII, que facilitavam o escoamento de mercadorias para portos ingleses e via marinha mercante deste país. Sendo assim, era mais vantajoso para colônia trocar produtos manufaturados com a metrópole do que os produzir em território nacional⁶⁰.

Coletando dados sobre a formação da modernidade britânica Chirs Cook elencou, a partir de dados de B. R. Mitchell e P. Deane, os totais do comércio externo inglês de 1700 a 1849, elaborando à seguinte tabela⁶¹:

⁵⁹ *Idem*, p. 292 – tradução do autor.

⁶⁰ *Idem*, p. 296 e seguintes.

⁶¹ Reprodução da tabela de COOK, Chris. *The longman handbook of modern British history, 1714-1980*. Essex: Longman, 1988 (2 Ed.), p. 194.

Tabela 7- Importação e Exportações Inglesas (1700-1850)

Imports and exports, 1700–1850 (annual averages per decade in £m.)

	<i>Imports</i>	<i>Exports</i>	<i>Re-exports</i>
1700–9	4.8	4.4	1.7
1710–19	5.6	4.8	2.2
1720–9	6.8	4.9	2.8
1730–9	7.8	5.9	3.2
1740–9	7.3	6.6	3.6
1750–9	8.3	8.8	3.5
1760–9	10.7	10.0	4.8
1770–9	12.1	9.3	5.1
1780–9	13.8	10.2	4.3
1790–9	21.8	17.5	9.4
1800–9	28.7	25.4	12.2
1810–19	31.6	35.0	11.7
1820–9	38.3	46.1	10.0
1830–9	52.0	76.0	11.6
1840–9	79.4	124.5	17.0

Note: Figures for England and Wales to 1790; for Great Britain 1790–1850. Official values throughout. Figures rounded up to nearest £100,000.

(*Source:* B. R. Mitchell and P. Deane, *Abstract of British Historical Statistics*, Cambridge University Press, 1962, pp. 279–83.)

Pode-se perceber que, até 1760, as importações e exportações estavam praticamente pareadas, sendo a importação um pouco superior à exportação na maioria dos anos. Da década de 1780 até a virada do século, as importações assumem a preeminência dos valores totais do comércio, só sendo superadas pelas exportações na primeira década do século XIX. Percebe-se, assim, que o movimento do comércio inglês é contrário ao analisado do caso de Portugal. O Império Português passou por um período de instabilidade e crise, que perdurou grosso modo até a década de 60 do século XVIII, momento em que inicia a retomada do comércio externo, sendo o final do século XVIII um momento de prosperidade, com grandes *superávits* comerciais. Após a abertura dos portos e a perda do monopólio de seu principal mercado consumidor, o Brasil, a economia portuguesa sofreu imensas baixas, das quais não se recuperou ao longo de todo o século XIX.

No caso inglês, a relação importação exportação vinha num continuo ao longo de todo o século, com nítido aumento dos valores comercializados. Ao contrário de Portugal, a segunda metade do século XVIII caracterizou-se por *deficits* comerciais, oriundos principalmente dos conflitos militares em que o Império Britânico esteve envolvido ao longo do século e pelas guerras de independência dos Estados Unidos, iniciada em 1776. A perda da colônia, no entanto, não representou o declínio do comércio. Nota-se que a partir de 1800 há uma recuperação do comércio externo, que

passa a ser superavitário, condição em que se manteve até o final do período analisado, em 1850. Observa-se ainda que na primeira metade do século XIX os valores do comércio externo aumentam significativamente, com superávits comerciais de montante cada vez maiores.

Em seu estudo sobre a relação da Inglaterra com o mundo atlântico, Speck defende a teoria de que as 13 colônias não eram a porção mais lucrativa do Império, argumentando que as colônias orientais e, principalmente, as ilhas do Caribe eram as peças essenciais para a metrópole inglesa. O autor ressalta que o Império Britânico sempre esteve centrado em Londres e que o poder político e as concessões que os grandes proprietários coloniais poderiam obter sempre foram negociadas no centro do Império⁶².

Nesse sentido, argumenta que a crise do Império não foi propriamente em torno da questão da representatividade política das colônias da América do Norte. O autor destaca que a manutenção das 13 colônias, desde sua criação, havia sido um projeto privado, mais do que uma iniciativa pública. Eram os homens que se dispunham a colonizar as regiões que organizavam sua vida política e levavam as demandas locais ao parlamento. Em virtude das guerras do século XVIII, que em sua maioria envolveram o território colonial, essas formas de ajuste político mudaram. Com a necessidade de manter tropas quase que permanentes na América e com o grande aumento das despesas do Império Britânico, como consequência desses conflitos pelas fronteiras coloniais, o parlamento iniciou uma política de tributação, visando a compensação dessas despesas. Assim, o controle da metrópole sobre o Império, que até então era meramente comercial, passava a ser territorial⁶³. Foram essas mudanças que acarretaram a contestação do estatuto político da colônia e da forma de representação das mesmas no parlamento o que, em última instância, levou às contestações do sistema colonial e à independência.

Ross M. Robertson propôs a análise do mercantilismo inglês do ponto de vista colonial. Para ele, os Atos de Navegação ingleses constituíram sim uma política colonial inglesa, regulamentando o comércio da colônia e restringindo a circulação de uma série de produtos, que deveriam necessariamente ser encaminhados para a Inglaterra. O autor destaca que essa “velha política colonial” era pouco onerosa para as

⁶² SPECK, W. A. “Britain and the Atlantic World”, In: DICKINSON, T. H. (Ed.). *A companion to eighteenth-century Britain*. Malden: Blackwell, 2002, pp. 445-6.

⁶³ *Idem*, p. 451.

colônias, principalmente se comparada às imposições de outras nações européias as suas colônias. Se havia desvio via Inglaterra das rotas comerciais e aumento de preços de algumas mercadorias em virtude dessas relações, por outro lado, o mercado inglês abastecia o mercado americano, criavam-se redes de créditos e relações comerciais estáveis.

Da mesma forma, destaca-se a grande margem de liberdade do comércio colonial em enviar produtos diretamente as Antilhas e algumas regiões do Sul da Europa e a fraca observância das leis restritivas ao desenvolvimento manufatureiro da colônia, que nem por isso configurou-se em concorrência à produção metropolitana⁶⁴. A partir de 1767, ou seja, após a guerra dos sete anos, configurou-se o que o autor chamou de “nova política colonial”, gerando as tensões que encaminharam o processo de independência americana. Na verdade, não existiu uma grande mudança em relação ao pacto colonial que caracterizou a mudança foi principalmente o fiscalização da metrópole em relação ao cumprimento das restrições comerciais e a promulgação de uma série de leis⁶⁵, que aplicadas em momentos de tensão política e social ocasionaram o conflito entre colônia e metrópole⁶⁶.

Acompanhando as mudanças econômicas da relação com as nações européias e na da forma peculiar que se apresentava o colonialismo inglês em sua integração, principalmente com as 13 colônias, o pensamento econômico inglês distanciou-se gradativamente das propostas mercantilistas mais ortodoxas, destacando-se a polarização entre monopólio ou liberdade de comércio no final do século XVIII.

Em estudos escritos entre 1758 e 1776, Josiah Tucker trata dos problemas políticos e econômicos da Inglaterra de seu tempo, em quatro diferentes artigos⁶⁷. No primeiro, o autor trata da noção mercantilista sobre o comércio internacional contestando a tese de que se uma nação mais rica comercializasse em absoluta liberdade econômica e sem interferir política ou militarmente com um Estado mais pobre, a nação

⁶⁴ ROBERTSON, Ross M. *História da Economia Americana*. Rio de Janeiro: Record, 1964, v.1, pp. 114-115.

⁶⁵ Destacam-se principalmente a lei do açúcar, a lei do selo, as leis de aquartelamento, a lei do chá e as conhecidas “leis intoleráveis”.

⁶⁶ *Idem*, pp. 116 a 123.

⁶⁷ TUCKER, Josiah. *Four tracts, on political and comercial subjects. The third Edition*. Londres: Glocester, 1776.

mais rica acabaria se estagnando ou mesmo entrando em decadência e o mais pobre ascenderia e ultrapassaria o mais rico⁶⁸.

Ao longo do estudo procura demonstrar que sendo a riqueza da nação verdadeira, ou seja, advinda não do acúmulo de ouro e prata mas sim da indústria dos homens e da produção de bens, o comércio livre com as nações mais pobres só faria da nação mais rica ainda mais rica, na medida em que esta teria maiores possibilidades de desenvolvimento industrial e agrícola do que o outro Estado, mais pobre. Ao mesmo tempo, ressalta que nessa relação os dois Estados saem em vantagem, ambos aumentando suas riquezas, embora em níveis diferentes. Nesse mesmo sentido, objeta a noção da guerra como produtora de riquezas, uma vez que ela acarretaria maiores gastos do Estado e que os ganhos advindos dela seriam ilusórios, em bens e dinheiro, itens que não constituíam a verdadeira riqueza de uma nação.

Em outro artigo da mesma obra, o autor reproduz o que seria a carta de um tio, residente na metrópole, para seu sobrinho, seu representante comercial na América⁶⁹. Na carta o tio vai objetar aos argumentos do sobrinho, que se mostrou a favor da separação entre metrópole e colônia, argumentando sobre a unidade do Império e os mecanismos através dos quais todas as partes tinham para se fazer representar, além de mostrar que a independência não garantiria maior liberdade do que as colônias já gozavam, com o prejuízo da perda do pertencimento a uma grande nação, como a Inglaterra.

Pode-se perceber, assim, como Tucker adiantou algumas questões posteriormente consagradas na clássica obra de Adam Smith⁷⁰. O autor escocês foi além, ao formular a famosa teoria sobre a mão invisível, que equilibraria as relações comerciais mundiais e principalmente ao defender a especialização da produção e a liberdade absoluta de comércio. Nesse sentido, sem nos atermos na questão, a manutenção das colônias, ou seja, de um Império de fato, não seria de importância determinante para o crescimento econômico de um país, a liberdade irrestrita do

⁶⁸ TUCKER, Josiah. "A solution of the important question, wheter a poor country, where raw materials and provisions are cheap, and wages low, can supplant the trade of a rich manufacturing country, where raw materials and provisions are dear, and the price of labour high- with a postscript obviating objections" IN: *Four tracts, on political and commercial subjects, op.cit.*, pp.17-56.

⁶⁹ TUCKER, Josiah. "A letter from a Merchant in London, to his nephew in America, concerning the late and present disturbances in the Colonies" In: *Four tracts, on political and commercial subjects, op.cit.*, pp. 99-149.

⁷⁰ Nos referimos a SMITH, Adam. *A riqueza das Nações. Investigações sobre a sua natureza e as suas causas*. São Paulo: Circulo do livro, 1996, 2v. (Os economistas).

comércio seria o meio mais vantajoso para todos. Posteriormente, David Ricardo se aprofundou na questão da especialização da produção e nas vantagens comparativas que cada nação teria em comercializar os itens dos quais tem melhores condições de produção, abandonando a noção mercantilista de auto-suficiência⁷¹.

A despeito das teorizações extremamente liberais no campo da economia política e do pensamento econômico, Anthony Howe destacou que:

*“qualquer que tenha sido o primeiro apelo das teorias liberais de Smith, a política econômica britânica continuou baseada em uma combinação de conveniência e neomercantilismo, enquanto ela procurou usar de instrumentos como as Ordens de Conselho para restringir o comércio com poderes neutros”*⁷².

Assim, segundo o autor, a combinação do comércio europeu e, principalmente, a conquista dos mercados latino-americanos durante as guerras napoleônicas, o aumento da população mundial e o desenvolvimento da produção industrial e agrícola aliados à política econômica neomercantilista, teriam possibilitado a Inglaterra assumir a posição de grande potência ao longo do século XIX e fortalecer cada vez mais sua economia perante o mundo⁷³.

Percebemos, assim, as diferenças entre a trajetória inglesa e portuguesa ao final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX. Enquanto Portugal desenvolveu uma política de recuperação econômica e uma tentativa de industrialização que tinha como eixo central o papel da colônia enquanto mercado exportador de matérias primas e mercado consumidor das manufaturas metropolitanas, a Inglaterra, ao tentar moldar seu Império colonial de um mecanismo comercial para um Império territorial, enfrentou contestações e revoltas que culminaram com a independência das treze colônias e voltou-se para o fortalecimento da produção interna.

Assim, no início do século XIX ao se defrontar com a perda de sua principal colônia, Portugal se viu privado de seu maior mercado consumidor, e do esteio para o crescimento de sua indústria, entrando em uma grave crise econômica, que se

⁷¹ RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e tributação*. São Paulo: Abril, 1982 (Os economistas).

⁷² HOWE, Anthony. “Britain and the World Economy” In: WILLIAMS, Cris (Ed.). *A companion to nineteenth-century Britain*. Malden: Blackwell, 2004, p. 18.

⁷³ *Idem*, pp. 17-20.

prolongaria ao longo do século. Ao contrário, a Inglaterra inicia o século voltada para a produção industrial e para o fortalecimento do mercado e das estruturas de produção internos. No contexto das guerras européias, com a abertura de novos mercados latino-americanos para os produtos ingleses e, após o final da guerra, com a recuperação dos mercados europeus para os produtos ingleses, o país consolida-se como a grande potência européia, tornando-se o grande fornecedor de bens industrializados para todo o mundo.

1.3- O estabelecimento das relações entre Portugal e Estados Unidos

Foi dentro do quadro, até agora analisado, que se deu o estabelecimento de relações diplomáticas e econômicas entre Portugal e Estados Unidos. A partir da independência dos Estados Unidos, Portugal viu-se obrigado a uma delicada negociação diplomática sobre o reconhecimento ou não do novo Estado. A questão envolvia o abastecimento de cereais para o Reino, então deficitário nessa produção. Estava em pauta, também, o fato de tratar-se da independência de uma colônia, o que colocava em jogo a relação de Portugal com seus domínios. Por fim, havia a aliança histórica com a Inglaterra e o impacto que o reconhecimento poderia causar nesses entendimentos e, até mesmo, nos tratados de definição das fronteiras coloniais, em negociação com a Espanha.

A ruptura dos laços da colônia americana com a Grã-Bretanha causou forte impacto econômico: a independência gerou a busca de novos parceiros comerciais, tanto por parte da antiga colônia, que buscava novos parceiros para suprir o mercado perdido, quanto da Grã Bretanha, que buscava outros mercados para abastecê-la de matérias primas necessárias a sua recente Revolução Industrial. Além do impacto econômico, a independência dos Estados Unidos teve grande influência no campo das idéias e da política internacional. A partir de sua ruptura com a metrópole, a América do Norte rompeu o paradigma da exploração colonial, servindo de exemplo e justificativa para diversas revoltas, revoluções independentistas e até mesmo para a Revolução Francesa⁷⁴.

Nesse sentido, a aliança dos Estados Unidos com a França foi fundamental. Nesse período, em que o novo Estado necessitava de apoio, tanto para vencer as disputas militares, quanto para se resguardar no concerto das disputas européias, os Estados Unidos buscaram e encontraram na França uma aliada disposta a fornecer mercadorias e armamentos para sustentar a guerra, mesmo que clandestinamente, e como uma das grandes potências européias do período, forte o bastante para garantir aliados a causa americana e polarizar as posições dos demais Estados europeus, que se

⁷⁴ Ver: BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: EDUSC, 2003.

viram obrigados a um posicionamento sobre a questão, ou à favor da causa inglesa ou à favor do apoio francês⁷⁵.

Em relação à Portugal, destaca-se o fato de já existirem relações diretas, ou com pouca interferência da metrópole inglesa, entre os dois países, mesmo antes da separação. Após a independência, essas relações assumiram uma nova dimensão. Se, por um lado, o comércio entre os dois Estados não atingiu grande valor monetário em nenhum momento do período estudado, a posição relativa de Portugal como entreposto comercial de circulação de produtos entre a Europa e o ultramar teve grande importância estratégica para os americanos naquela fase de estabelecimento de redes mercantis próprias e de instabilidade em suas relações políticas e econômicas. Por sua vez, os gêneros fornecidos pelos Estados Unidos para Portugal (essencialmente cereais e produtos agrícolas de abastecimento) assumiram grande importância face aos conflitos europeus e a condição da agricultura portuguesa durante e posteriormente às guerras napoleônicas⁷⁶.

A Revolução Americana seguida da independência das treze colônias colocou Portugal em situação difícil ante ao delicado jogo de poder da política européia do final do século XVIII. Se, por um lado, pesavam as tradicionais relações luso-inglesas e a ruptura do estatuto colonial, deveriam também ser levadas em consideração as vantagens do comércio com os Estados Unidos e a pressão exercida por França e Espanha a favor dos rebelados⁷⁷.

A tradicional aliança entre Portugal e Inglaterra⁷⁸ remonta à reconquista cristã da península em que recrutamentos em território inglês somaram-se aos esforços de guerra

⁷⁵ Sobre a independência americana do ponto de vista das disputas políticas e relações diplomática o trabalho de PRATT, embora marcado por um nacionalismo exagerado, típico dos anos 50, traz uma boa síntese das disputas colocadas pela independência Americana. Mais atual, o compêndio organizado por Schulzinger, traz artigos de especialistas em cada período específico das relações externas dos Estados Unidos. Ver: PRATT, Julius W. *A history of United States Foreign Policy*. New Jersey: Prentice-Hall, 2 ed., 1965; SCHULZINGER, Robert D. (org.). *A companion to american foreign relations*. Malden: Blackwell, 2 ed., 2006. (Col. Companions to American History).

⁷⁶ Embora pouco estudado, a importância do tema revela-se na preocupação atual dos governos de Portugal e Estados Unidos em montarem uma exposição sobre as relações entre os dois países no final do século XVIII. Como resultado dessa exposição, publicou-se um catálogo com alguns textos sobre o tema, com introdução de José Matoso, que ressalta a dimensão dessas relações e elenca documentos importantes para o estudo do tema. Cunha, Ana Caniñas de(org.). *Relação entre Portugal e os Estados Unidos na época das luzes*. Lisboa: ANTT/ Fundação luso-americana para o desenvolvimento, 1997.

⁷⁷ PRATT, Julius W. "The diplomacy of the revolution", *op. cit.*, pp. 18-28; BRAZÃO, Eduardo. *Uma velha aliança*. Lisboa: Neogravura, 1955.

⁷⁸ Utilizamos durante o trabalho o termo Inglaterra para designar o centro econômico e político do Império Britânico, indistinguindo esta nomenclatura de Grã-Bretanha, visto que não é nosso objetivo

dos portugueses. Em 1294, D. Dinis enviou embaixadores do Reino para negociar o fim da pirataria e o salvo conduto de mercadores portugueses em território da Inglaterra. Percebe-se, assim, a existência de comércio entre as partes e a necessidade de normatizá-lo. O século XIV é marcado por quatro acordos entre os Reinos: o Acordo de Comércio de 1353, o Tratado de Tagilde de 1372, o Tratado de Westminster de 1373 e o Tratado de Windsor de 1386, que assegurou o envio de soldados e o apoio da Inglaterra a casa de Avis, ratificando os tratados anteriores⁷⁹.

No período da Restauração portuguesa pós União Ibérica essa aliança também teve papel fundamental. De maneira geral, os tratados de 1642, 1654 e 1662 ratificados entre os dois países tiveram o objetivo de assegurar a independência de Portugal em relação à Espanha mediante a proteção da Inglaterra e, como contrapartida, Portugal concedeu uma série de vantagens econômicas à Inglaterra, tanto em território europeu como em benefício relativos ao comércio colonial⁸⁰. No início do século XVIII, em 1703, Portugal firma com a Inglaterra o Tratado de Methuen. Além disso, destaca-se a posição de Portugal como Estado que possuía um vasto Império no ultramar que se interessava pela ordem e manutenção das colônias, enxergando o processo de emancipação dos Estados Unidos como um dupla ameaça: contra o estatuto colonial e contra a Monarquia⁸¹.

Por outro lado, o comércio com os Estados Unidos sem nenhuma intermediação da Inglaterra aparecia como uma perspectiva vantajosa para Portugal, já que as trocas de farinha de trigo e bacalhau, necessários ao abastecimento da população lusa, e o escoamento dos vinhos e do sal portugueses, que eram vistos com grande interesse pelo governo português, dada a importância que esse comércio já tinha e que poderia ter nas relações externas do país, considerando os Estados Unidos como um mercado em franca expansão⁸².

analisar a formação administrativa inglesa e acreditamos não haver prejuízo de compreensão para o leitor.

⁷⁹ MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história diplomática de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990, pp. 35-40.

⁸⁰ Ver: MAGALHÃES, José Calvet de. *História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991 e SIDERI, Sandro. *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa: Cosmos, 1978. As implicações da aliança inglesa e a dependência de Portugal em relação a essa potência foram discutidos na primeira parte deste capítulo.

⁸¹ Cf. BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: EDUSC, 2003.

⁸² Existem poucas referências sobre o comércio entre Portugal e Estados Unidos antes da independência. Calvet menciona um comércio de elevada importância mesmo antes da independência. Martins baseia-

Inserida na complicada cena política da Europa no final do século XVIII a independência dos Estados Unidos envolveu ainda as relações entre Inglaterra, França e Espanha. Os últimos dois países exerceram pressão sobre o governo de Portugal para que tomasse parte dos americanos nas guerras de independência ou que, ao menos, mantivesse-se neutro em relação ao conflito.

Em 4 de julho de 1776, coincidentemente antes de saber da proclamação oficial da independência das treze colônias inglesas, mas tendo recebido notícias da insurreição americana, Pombal interveio oficialmente em favor da Inglaterra, publicando decreto que anunciava que daquele dia em diante os portos portugueses estavam fechados às embarcações americanas. Naturalmente, esse posicionamento precipitado em relação ao conflito deve ser entendido à luz das demarcações de território em que o país estava envolvido com a coroa espanhola. Desta maneira, Pombal procurava, através do manifesto apoio à sua aliada histórica, angariar o apoio Britânico à causa portuguesa na América do Sul⁸³.

Após a queda de Pombal, o Congresso Continental instruiu seus representantes na França- Benjamin Franklin, Arthur Lee e Silas Deane- a corresponderem-se com o governo Português para esclarecer essa situação. A correspondência diplomática dos governos Francês, Espanhol e Americano desse período, demonstra a fragilidade da posição portuguesa, sendo algumas vezes cogitada a possibilidade de uma declaração de guerra à Portugal e assalto a seus domínios ultramarinos. Apesar de todos esses protestos, o governo português não se manifestou frente a essas representações⁸⁴.

se nas informações de Calvet e menciona o desenvolvimento de relações importantes entre os países mesmo antes de 1776. De fato o país aparece em quadros estatísticos separados da Inglaterra nas balanças de comércio desde 1776, mas devido a forma de organização destas, que não nos permitiu apurar o motivo da contabilização desta maneira e a falta de seriação do documento neste primeiro momento, fica-nos impossível compreender se o comércio com Portugal era livre de qualquer interferência inglesa ou se, o que nos parece mais provável, os americanos dispunham de liberdade para fazer esse comércio em suas próprias embarcações. Ressaltamos ainda a dificuldade de obtenção de fontes quantitativas para o século XVIII, Leonor Freire Costa chama atenção para o problema e sugere a utilização de relatórios diplomáticos e o estudo de redes comerciais dos principais comerciantes europeus para sanar essa lacuna da documentação. Sobre o tema ver: MAGALHÃES, José Calvet de. *História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*. op. cit.; RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Tese de doutorado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, 2v.; COSTA, Leonor Freire. “Relações Económicas com o exterior”. In: LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, v.1- O século XVIII.

⁸³ MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história diplomática de Portugal*, op. cit., p. 103.

⁸⁴ MAGALHÃES, José Calvet de. *História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*. op.cit., pp. 17-21.

Com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em outubro de 1777, abre-se uma nova fase nas negociações portuguesas. Com menor pressão espanhola sobre seus domínios ultramarinos e, aproveitando-se da declaração oficial de guerra à Grã-Bretanha por parte desse mesmo governo em 1779, Portugal procurou pressionar a Inglaterra a aceitar sua posição de neutralidade face ao conflito americano. Mesmo aceitando a condição de neutralidade portuguesa, o governo britânico não cessou em ancorar seus navios de guerra no porto de Lisboa sob inúmeros pretextos e atacar navios e mercadorias americanos, mesmo em águas portuguesas. Frente a essa situação e às inúmeras solicitações de reparação por parte do governo americano, Portugal acaba por adotar, em 1782, a chamada Paz Armada promovida pelos países neutros e encabeçada por Catarina II, da Rússia⁸⁵.

Somando-se ao apoio de França e Espanha, que declararam guerra contra a Inglaterra, e a simpatia de Rússia e Holanda a causa americana, no ano de 1781 a Inglaterra sofreu pesadas derrotas no campo de batalha. Sendo assim, em abril de 1782, iniciaram-se as negociações de paz. Após a assinatura do documento preliminar que firmava o fim da guerra entre Inglaterra e Estados Unidos, Lisboa reconhece em Decreto de 15 de fevereiro de 1783 a independência dos Estados Unidos da América, sendo um dos três primeiros Estados a fazê-lo⁸⁶.

⁸⁵ *Idem*, p. 22.

⁸⁶ MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história diplomática de Portugal*, op. cit., p. 67.

CAPÍTULO 2- AS RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E ESTADOS UNIDOS

Nos últimos anos do século XVIII e no começo do século XIX, as relações entre Portugal e Estados Unidos desenvolveram-se e consolidaram-se. Embora de pouco vulto em valores absolutos, nenhum dos países nunca figurou como o maior parceiro comercial do outro durante o período analisado, acreditamos que as relações entre os dois tiveram importância estratégica muito relevante no jogo de poder e nas relações internacionais nos primeiros anos do novo século.

Em um primeiro momento, Portugal desempenhou papel crucial para a entrada e estabelecimento da nova nação nas redes comerciais européias e mediterrâneas, possibilitando a consolidação no mercado externo dos produtos norte-americanos. No segundo momento estudado, após a abertura dos portos brasileiros e a mudança da família real para o Brasil, a situação se inverte e Portugal passa a depender dos produtos americanos para abastecer seu mercado interno e as tropas que defendiam o Reino das invasões francesas. Por fim, procuraremos mostrar como essas relações comerciais se mantiveram após o fim dos conflitos europeus e das independências na América, principalmente a do Brasil, em 1822⁸⁷.

⁸⁷ As tabelas e gráficos elaborados para a análise das relações comerciais entre Portugal e Estados Unidos foram baseados nos dados contidos nas *Balanças Gerais do Comércio do Reino de Portugal, seus Domínios e Nações Estrangeiras* disponíveis na Superintendência Geral dos Contrabandos e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal. As lacunas de dados encontradas nessa documentação, que tem algum de seus anos disponíveis em arquivos em que não foi possível consultarmos, bem como parte dos totais parciais foram extraídos dos levantamentos Jorge Martins Ribeiro, no volume dos anexos de sua tese, em que o autor faz um levantamento pormenorizados dos dados que utiliza. Os dados que utilizamos para a composição dos gráficos e tabelas encontram-se ao final do trabalho, em anexo. RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Tese de doutorado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, 2V.

2.1- Relações entre Portugal e Estados Unidos até 1808

Mesmo antes da independência dos Estados Unidos e de seu reconhecimento por parte de Portugal, os dois países mantinham relações comerciais diretas. Segundo Jorge Martins Ribeiro, essas relações explicam o rápido avanço das negociações que culminaram com o reconhecimento da independência americana e a troca de agentes diplomáticos e o grande interesse norte-americano na manutenção das relações com o Reino⁸⁸.

As trocas comerciais baseavam-se, principalmente, nas relações entre as ilhas Madeira e dos Açores e as colônias do norte da América Inglesa, principalmente por sua localização como ponto de parada dos navios nas rotas comerciais com a Inglaterra. Posteriormente, a região continental do Reino adquire importância como mercado consumidor. O Brasil, maior colônia e mercado de produtos portugueses neste momento, não aparecia nas redes de comércio de Portugal com os Estados Unidos, principalmente em virtude do pacto colonial, que fazia com que suas compras e vendas ficassem vinculadas ao espaço metropolitano.

A Madeira era o principal abastecedor de vinhos para a colônia americana, sendo o vinho madeirense o mais apreciado pelos americanos, pela facilidade de obtenção por sua resistência à viagens marítimas e seu baixo custo. O vinho era obtido tanto por meio de navios ingleses, que utilizavam a ilha como escala na viagem entre a Inglaterra e a América, como por comércio direto, concessão obtida por algumas colônias que realizavam o comércio em seus próprios navios. Por outro lado, os navios britânicos que aportavam na ilha trocavam o vinho por tecidos de lã, cereais, linho e outras produções européias. No caminho de retorno para a Europa, forneciam às ilhas, principalmente, bacalhau e cereais norte-americanos, destacando-se ainda tabaco, madeiras, arroz, cera, tecidos de algodão, carne e batatas. Nos momentos de crise de abastecimento, esse tráfico era direcionado para o Reino, que era abastecido com os cereais americanos. É de se referir ainda que a maior parte desse comércio estava em mãos dos comerciantes ingleses e sua colônia estabelecida nas ilhas da Madeira. Mesmo quando o comércio era feito diretamente com as colônias americanas, verifica-se a presença dos representantes comerciais das firmas inglesas nessas transações⁸⁹.

⁸⁸ RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. *op. cit.*, p. 35.

⁸⁹ *Idem*, pp. 40-43.

Por sua vez, as Ilhas dos Açores também representavam um ponto de apoio à navegação no Atlântico, estando em localização privilegiada em relação às rotas americanas, principalmente em direção ao Oriente. As exportações das ilhas constituíam-se principalmente em vinho, aguardente e frutas e as importações em uma série de produtos de abastecimento como bacalhau, cereais, madeiras e óleo de peixe. Além disso, os Açores destacaram-se como ponto de armação e organização de expedições baleeira, tanto portuguesas como americanas⁹⁰.

Em relação à Portugal continental, o comércio americano mantinha a característica de entreposto entre a metrópole e o mundo atlântico. Destaca-se o comércio de vinho da Madeira, do Porto e da região de Lisboa e o sal de Setúbal, preferido por sua alta qualidade e importante nas salgas de carne e na produção de couros. No que diz respeito às importações portuguesas, destaca-se o consumo de peixes, principalmente bacalhau. A partir das décadas de 60 e 70 do século XVIII, em virtude de uma série de más colheitas por toda a Europa, o porto de Lisboa assume a função de entreposto para o escoamento dos cereais norte-americanos, principalmente o trigo, a farinha e o arroz. Essa situação se acentuou quando a Inglaterra, em meados do século XVIII, deixa de exportar cereais para Portugal, tornando o comércio de cereais o principal aspecto das relações luso-americanas⁹¹.

Assim,

*“Nas vésperas da revolução americana, o espaço português e as colônias inglesas da América eram economicamente interdependentes. As duas economias, apesar das dificuldades criadas pelo exclusivo colonial, complementavam-se, funcionando cada uma simultaneamente como fornecedora e mercado da outra. Do continente americano, Portugal e as ilhas atlânticas recebiam bens alimentares, em que eram cronicamente deficitários, enviando para lá produtos, tais como vinho e sal, de que os norte-americanos careciam”*⁹².

⁹⁰ RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. *op. cit.*, pp. 46-8.

⁹¹ *Idem*, pp. 56-7.

⁹² *Idem*, p. 60.

Embora os dados do comércio português não quantifiquem os totais da relação das Ilhas com os Estados Unidos, tendo em vista que esse tráfico não passava pelo território metropolitano as *Balanças Geraes do Comércio* confirmam a tendência geral apontada por Ribeiro. Analisando o comércio de Portugal com a Madeira e os Açores nos anos de 1776 e 1777, verificamos sua inserção no comércio português como fornecedoras de trigo, gênero que não produziam e que estava associado ao comércio com os Estados Unidos.

Em ambos os anos, o comércio Português é deficitário em relação as ilhas, sendo a característica geral do comércio a importação por Portugal de pequeno número de mercadorias, em grande quantidade e valor agregado e a exportação de uma multiplicidade de gêneros, industrializados ou não, em pequena quantidade, para consumo local. Destacamos em nossa análise a importação de dois tipos de produtos: os de produção essencialmente local (notadamente os vinhos e a aguardente) e o de gêneros de abastecimento. A soma desses dois itens constituiu quase a totalidade do comércio do Reino com as ilhas, percebendo-se uma pequena variação de importância dos gêneros de produção local. Além disso, destacamos a importância da importação de trigo nos portos das ilhas, o que corrobora a tese de que, havendo carestia da mercadoria no continente, o comércio americano com as ilhas supriria esta necessidade além de apontar para a importância que o comércio americano assumiria para Portugal.

Tabela 8- Comércio do Reino de Portugal com as Ilhas da Madeira e dos Açores (1776-1777) em contos de réis					
Ano	Importação	Exportação	Saldo	Trigo	%
1776	141128278	103214742	-37913536	29196960	28,2
1777	174338346	105489005	-68849341	33789600	19,4

Fonte: *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Domínios e Nações Estrangeiras/ Contadoria da Superintendência Geral dos Contrabandos e Descaminhos dos Reais Direitos. Anos: 1776, 1777. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística (INE).*

Após o fim da Guerra de Independência dos Estados Unidos e seu reconhecimento por Portugal, as relações entre os dois países mantiveram-se relativamente estáveis, consolidando o mesmo padrão de trocas do período anterior: os Estados Unidos como fornecedor de mantimentos, notadamente trigo, milho e farinha

para Portugal e o Reino fornecendo produções próprias, principalmente vinhos e sal para os Estados Unidos.

De maneira geral, os montantes das transações entre os dois países aumentaram no decorrer do período, de maneira contínua. Portugal no período foi, na maioria dos anos, deficitário em relação aos Estados Unidos. Destacaram-se os anos de 1801, 1803 e 1804. No primeiro, as somas da importação ascendem a mais de 2 milhões de réis, causando enorme déficit comercial. O próprio Contador do Erário Régio, em seus comentários introdutórios às *Balanças de Comércio*, Maurício José Teixeira de Moraes, explicou a situação, apontando que os saldos negativos eram decorrentes da necessidade do Reino dos artigos de maior produção americana, trigo, farinhas e milho. Considerava ainda que, sendo a produção destes gêneros externa, ficavam os americanos com o saldo do emprego de sua população em atividades produtivas, “ocupando a Nação”⁹³. Acreditamos que essa necessidade excepcional, a qual se referiu tenha sido o conflito com a Espanha, em 1801⁹⁴.

Nos anos de 1803 e 1804 as cifras ascendem novamente, com novos saldos negativos para o comércio Português, que chega a ficar deficitário em mais de 1 Milhão em 1804. Nesses anos não há qualquer comentário ou alusão ao que teria motivado o aumento das importações que, no final do período, se estabiliza em quase um milhão por ano, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 1- Comércio de Portugal com os Estados Unidos da América (1789-1808)

⁹³ Ao analisar o saldo do comércio em 1801, Maurício Teixeira faz comentários, em notas sobre o desempenho do comércio com os Estados Unidos.

⁹⁴ Para um breve resumo do episódio, que ficou conhecido como Guerra das Laranjas ver. DÓRIA, António Álvaro, “Guerra das Laranjas (1801)”, In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, v.3, p. 435.

Mesmo com o aumento do fluxo comercial e com os anos de pico nas importações portuguesas, quando comparadas ao total do comércio internacional, as relações com os Estados Unidos ainda assumiam pouco vulto. As importações representavam de 2% a 5% do total do comércio, com o pico de 12% em 1801. Por sua vez, as exportações variam de 1,8% a 3,6%, sendo o último o maior valor, atingido nos anos de 1799 e 1805.

Gráfico 2- Importação Total e para os Estados Unidos (1789-1808)

Gráfico 3- Exportação total e para os Estados Unidos (1789-1808)

Gráfico 4- Saldo total e do comércio com os Estados Unidos (1789-1808)

Por fim, destacaremos brevemente o papel desempenhado pelos principais gêneros de importação e exportação no montante total do comércio de Portugal com os Estados Unidos. Como já referido acima, no campo das importações portuguesas nos Estados Unidos da América destacam-se grandemente a categoria dos mantimentos. Esses gêneros se compõem em sua maioria por milho, trigo e farinhas, cereais básicos de que Portugal tem necessidade, tendo em vista que sua própria produção não supria as necessidades da população mas também destaca-se a importação de grande quantidade de Bacalhau, alimento também muito importante na alimentação lusa, algum arroz e biscoitos. Além dos gêneros alimentícios, nesse período Portugal importa ainda madeiras, destacando-se àquelas relativas à construção naval e à navegação.

Destaca-se claramente o predomínio dos mantimentos, que em quase nenhum dos anos analisados representou fatia menor que 70% do valor total das importações, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 5- Participação dos mantimentos no total das Importações portuguesas nos Estados Unidos (1789-1808)

Tabela 9- Participação dos mantimentos nas Importações Portuguesas nos Estados Unidos (1789-1808)

Ano	Mantimentos	Total	%
1789	477.944.136	552.774.783	86,5
1796	15.321.684	105.928.130	14,5
1797	312.502.176	375.198.736	83,3
1798	241.124.650	289.029.500	83,4
1799	428.760.188	502.108.738	85,4
1800	529.099.230	638.159.439	82,9
1801	2.460.857.420	2.490.061.040	98,8
1802	825.094.016	880.591.700	93,7
1803	721.449.507	1.226.271.228	58,8
1804	1.324.058.209	1.409.630.004	93,9
1805	307.148.281	421.752.251	72,8
1806	815.133.326	915.999.641	89,0
1807	897.856.570	947.271.945	94,8
1808	71.635.356	74.235.536	96,5

Além dos mantimentos, que representam cerca de 70% das importações portuguesas, as madeiras foram o produto com maior representação na pauta de Importações portuguesas nos Estados Unidos, tanto em valores absolutos quanto na porcentagem em relação ao total exportado. Por não ser um gênero de primeira

necessidade, as motivações que levaram a essas variações de preços são de mais difícil dedução, podendo ser associadas a situação comercial, a produção e restauro de navios atracados nos portos portugueses; isso explicaria a queda de importações verificada nos últimos anos do período, quando a navegação estava prejudicada pelas imposições e restrições comerciais aplicadas por Napoleão em quase toda a Europa.

Gráfico 6- Participação das Madeiras nas Importações portuguesas nos Estados Unidos (1789-1808)

Tabela 10- Participação das Madeiras nas Importações Portuguesas nos Estados Unidos (1789-1808)

Ano	Madeiras	Total	%
1789		552.774.783	0,0
1796	73.942.550	105.928.130	69,8
1797	43.510.080	375.198.736	11,6
1798	40.812.560	289.029.500	14,1
1799	56.313.600	502.108.738	11,2
1800	70.375.289	638.159.439	11,0
1801	25.117.120	2.490.061.040	1,0
1802	51.642.784	880.591.700	5,9
1803	15.046.090	1.226.271.228	1,2
1804	80.777.995	1.409.630.004	5,7
1805	108.853.770	421.752.251	25,8
1806	82.392.275	915.999.641	9,0
1807	36.757.575	947.271.945	3,9
1808	2.400.000	74.235.536	3,2

No que se refere às exportações para os Estados Unidos, predominavam as produções do Reino e os artigos reexportados. Nas produções do Reino, destacam-se os vinhos e o sal, artigos que, como já destacamos, já eram comuns ao comércio entre os países desde antes da independência americana e que, de praxe, se destacavam na pauta de exportações portuguesas com as demais nações.

Os vinhos eram o item que, unitariamente, representavam a maior fatia do comércio com os Estados Unidos, aproximadamente 40% das exportações do Reino⁹⁵. O consumo de vinhos portugueses era muito difundido nos Estados Unidos, um hábito que vinha do período colonial, consequência dos tratados entre Inglaterra e Portugal para o comércio desse gênero⁹⁶. As variações de sua exportação estiveram em grande parte associadas às taxações sofridas nos portos americanos e à concorrência dos vinhos espanhóis e franceses e, por isso, a preocupação dos diplomatas portugueses em relação às taxas alfandegárias a que estavam sujeitos é constante durante todo o período estudado, conforme veremos adiante.

Gráfico 7- Exportação de vinhos de Portugal para os Estados Unidos (1796-1808)

⁹⁵ Conforme explicado acima, as Ilhas realizavam comércio diretamente com embarcações americanas, comércio que não era contabilizado nas Balanças de Comércio.

⁹⁶ Ver as considerações feitas no capítulo I acerca do Tratado de Methuen.

Tabela 11- Participação dos Vinhos nas Exportações Portuguesas (1796-1808)

Ano	Vinhos	Total	%
1796	201.666.000	440.985.822	45,7
1797	129.168.000	265.757.938	48,6
1798	104.310.000	283.501.827	36,8
1799	156.557.500	630.271.540	24,8
1800	141.552.000	704.409.900	20,1
1801	188.360.000	443.865.070	42,4
1802	138.203.000	401.267.355	34,4
1803	85.922.500	529.298.980	16,2
1804	145.789.000	334.728.050	43,6
1805	144.033.000	826.238.110	17,4
1806	194.771.000	458.334.635	42,5
1807	239.742.500	569.580.810	42,1
1808		82.382.800	0,0

Por sua vez o sal, segundo maior item das exportações portuguesas, representou no período entre 6 e 26% da pauta total de exportação do Reino. Essa variação estava associada principalmente à quantidade total dos gêneros exportados, havendo poucas variações no total absoluto. Sendo assim, percebe-se seu caráter de item essencial para os Estados Unidos da América, de comercialização constante.

Gráfico 8- Participação do Sal nas exportações portuguesas para os Estados Unidos (1796-1808)

Quanto aos artigos reexportados, o destaque é para o fato de ser este um comércio esporádico. Não se pode elencar um conjunto de produtos que seja usualmente exportado para os Estados Unidos, existindo uma variedade de gêneros exportados em pequena escala, em alguns anos específicos. Destacam-se os tecidos espanhóis e ingleses, como lã e algodão; alguns artigos do Brasil, como café, açúcar, borracha e até mesmo arroz⁹⁷. A variação da participação dessa categoria no montante total das exportações portuguesas varia de 10 a 72%, o que demonstra uma grande flexibilidade do comércio desses gêneros, que tem a mesma variação de altas e baixas que o total das exportações portuguesas com os Estados Unidos. Percebe-se, assim, a posição de Portugal no comércio internacional, como um empório de mercadorias de diversas partes do mundo. Através do comportamento do comércio americano, ou seja, de comprador esporádico, em pequenas quantidades, sem gêneros constantes, fica claro o papel do comércio com Portugal, a quem se recorre na falta de outros meios de obtenção de mercadorias.

Gráfico 9- Participação dos Gêneros Reexportados no total das exportações para os Estados Unidos (1796-1808)

⁹⁷ Curiosamente os Estados Unidos, grande exportador de arroz, compra uma pequena quantidade dos produtos proveniente do Brasil em portos portugueses. Esse não é um acontecimento isolado, se repetindo algumas vezes ao longo do período e sem explicação evidente.

**Tabela 12- Participação dos Gêneros
Reexportados no total das exportações para os
Estados Unidos (1796-1808)**

Ano	Reexportações	Total	%
1796	111.956.398	440.985.822	25,4
1797	26.661.890	265.757.938	10,0
1798	70.071.047	283.501.827	24,7
1799	394.465.400	630.271.540	62,6
1800	465.255.000	704.409.900	66,0
1801	170.513.410	443.865.070	38,4
1802	126.884.400	401.267.355	31,6
1803	324.927.180	529.298.980	61,4
1804	65.994.500	334.728.050	19,7
1805	595.887.350	826.238.110	72,1
1806	174.049.615	458.334.635	38,0
1807	205.068.590	569.580.810	36,0
1808		82.382.800	0,0

No campo das relações políticas e diplomáticas, o período que vai do reconhecimento da Independência americana até a invasão do território português pelos franceses, com o abandono do território metropolitano pela corte, foi caracterizado por três questões centrais: a negociação de um tratado de comércio, as relações com as potências Barbarescas e, por fim, a normatização das relações entre os dois países.

Após o reconhecimento da independência dos Estados Unidos da América pela Inglaterra, em 1783, o Congresso americano empreendeu esforços no sentido de angariar apoio para a nova República e estabelecer relações comerciais com a Europa. Nesse sentido, iniciou-se uma série de negociações com as nações europeias, com o objetivo de formular tratados de amizade e navegação. Portugal, um dos primeiros países europeus a reconhecer a independência dos Estados Unidos, estava inserido nas pretensões americanas.

No primeiro momento, os Estados Unidos pretendiam obter a livre navegação com os portos brasileiros, a criação de um entreposto comercial americano na ilha dos Açores e a livre exportação de farinhas para o Reino, alegando que o produto em grãos se estragava muito facilmente durante a viagem⁹⁸. Já nas primeiras negociações, os representantes portugueses rejeitaram a navegação direta com o Brasil e a criação do entreposto comercial, o primeiro, por não ser prerrogativa negociada com nenhuma

⁹⁸ A importação de farinhas era proibida em Portugal, visando com isso proteger o privilégio das moagens nos arredores de Lisboa.

nação com quem Portugal mantinha relações e o segundo por não estar na alçada de poder dos negociadores portugueses, condições aceitas pelos americanos⁹⁹.

Em 1785 as propostas do tratado de fato tomam forma, negociadas por John Adams e Luís Pinto de Sousa, em Londres. Segundo José Calvet de Magalhães, as negociações aconteceram com a indicação de Luiz Pinto de Sousa dos gêneros que Portugal estava interessado em Importar dos Estados Unidos - cereais, aduelas, madeiras, pez, alcatrão, erebentina, potassa, ferro, mastros, vergas, gurupeses, peles, ginseng e bacalhau - e pela indicação de Adams dos gêneros que os Estados Unidos estavam dispostos a importar – vinhos da Madeira, Carcavelos e Porto, azeite, sal, cânhamo, lonas e artigos do Báltico que poderiam trocar por produtos portugueses coloniais, adquiridos em Lisboa^{100,101}.

Pode-se perceber que os americanos procuravam a consolidação de um comércio já existente e ainda ampliar suas possibilidades, utilizando Lisboa como um possível entreposto para circulação de mercadorias, tanto produzidas pelos Estados Unidos no abastecimento da Europa, quanto na formação de redes comerciais mais amplas, por exemplo, com o Báltico. Portugal, a seu turno, não aceitava a introdução de farinha no Reino e desejava que fossem nomeados Ministros residentes, de mesma categoria, para que se encetassem relações e para que dessa forma fosse possível conhecer a situação do comércio no local, por pessoas experimentadas no tema.

As negociações chegaram a bom termo em 1786, com a participação de Thomas Jefferson, que juntamente com John Adams e Luis Pinto de Sousa redigiram uma proposta de tratado, assinada pelos representantes americanos, a ser ratificada pelo governo em Lisboa. Nessa proposta, os Estados Unidos abrem mão de suas pretensões ao comércio Brasileiro, ao entreposto com os Açores e a exportação direta de farinhas,

⁹⁹ MAGALHÃES, José Calvet de. *História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991. (principalmente o segundo capítulo).

¹⁰⁰ MAGALHÃES, José Calvet de. *op. Cit.*, pp. 27-8.

¹⁰¹ **Aduelas**: “*Madeira lavrada para pipas e toneis*”. SILVA, Antonio Moraes. Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, vol. 1, p. 47; **Pez**: “*Há duas castas de pez, pez liquido e pez seco. O pez liquido é a resina que se destila de umas tochas [...] já o pez seco é viscosa e tenaz que quando resfriada fica seco*”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico(...)* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728, vol. 6, p. 475; **Terebentina**: “*Resina proveniente de uma árvore resinosa*”. SILVA, *op. cit.*, vol. 2, p. 774; **Potassa**: “*Sal extraído e purificado das cinzas vegetais*”. SILVA, *op. cit.*, vol. 2, p. 479.

que fica em aberto para futuras negociações. Estabelecem-se bases gerais de amizade e cooperação entre as nações, os direitos dos cidadãos em cada território e noções gerais sobre o comércio, ficando o tratamento recíproco como o da nação mais favorecida. Os americanos ficavam ainda livres para exportar navios, óleo de peixe e espermacete para Portugal.

A proposta foi enviada a Lisboa ainda neste mesmo ano mas, ao contrário das expectativas dos negociadores, ficou sem resposta do governo Português. Um dos fatores apontados para a atitude do governo português em relação ao assunto foi o não atendimento de sua constante demanda pela troca de representantes diplomáticos entre os países¹⁰².

Com a nomeação de Ministros por ambos os governos em 1790, Cipriano Ribeiro Freire partiu para os Estados Unidos e a questão foi retomada. Em ofício datado de 1775, o diplomata afirmava que não havia vantagem para Portugal na assinatura de um tratado comercial com os Estados Unidos. Para ele, as vantagens que poderiam advir da negociação de um tratado não eram compatíveis com as dificuldades que a fixação de obrigações em relação aos Estados Unidos poderiam causar a Portugal. Para ele, a assinatura só seria vantajosa caso este contasse com estipulações genéricas a respeito do livre comércio entre os dois países, não convindo estipular cláusulas mais específicas a este respeito¹⁰³.

Seu sucessor, José Rademaker, em ofício redigido logo após sua chegada nos Estados Unidos, em 1805, afirmou que “*Va. Excia. me determinará se devo fazer alguma proposta para uma aliança ofensiva e defensiva contra esses Barbaros, procurar fazer algum Tratado de Comércio semelhante aos que se achão estabelecidos entre esta, e quase todas as Nações Européias*”¹⁰⁴ ao que obteve resposta do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Antonio Araújo Azevedo, pedindo que aguardasse até que

¹⁰² Outro fator igualmente levantado foi a melhora das relações com a Inglaterra, que modificava a disposição de Portugal em relação a nova república, recém- independente. *Idem*, p. 35.

¹⁰³ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central. Correspondência das Legações Portuguesas. Washington, caixa 550. Ofício do ministro residente, Cipriano Ribeiro Freire, para o Secretário de Estado de Negócios Estrangeiros, Luís Pinto de Sousa Coutinho, Filadélfia, **27 de Junho de 1795**. *Apud* RIBEIRO, Jorge Manuel Martins, *op. cit.*, p. 383.

¹⁰⁴ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Antonio de Araújo Azevedo, datado de Washington, em **26 de Abril de 1805**.

este se colocasse a par da situação e elaborasse uma respostas mais conclusiva a este respeito¹⁰⁵.

Assim, podemos perceber que, mesmo não ocupando mais um papel central nas relações luso-americanas, a negociação de um tratado de amizade e comércio não foi abandonada durante todo o período referido.

Outra questão importante no relacionamento Portugal-Estados Unidos foi a defesa contra os ataques das Nações Barbarescas¹⁰⁶ às embarcações de ambos os países. Os ataques piratas às embarcações eram bem conhecidos e a maior parte das nações que utilizavam a rota de comércio com o mediterrâneo apelavam ou para frotas de guerra que patrulhavam a região e escoltavam os seus navios ou para acordos políticos, em que pagavam para ter o acesso seguro à região. O comércio americano havia sido protegido pelas frotas e acordos ingleses enquanto foi mantida sua posição colonial. Embora tentassem incluir o comércio mediterrâneo nos acordos para o reconhecimento da independência pelos ingleses, os americanos não tiveram êxito, ficando sua navegação desprotegida.

Nesse momento, a situação de Portugal em relação ao mediterrâneo e ao norte da África já era bem consolidada. No período pombalino, o Marquês havia promovido a paz com o Marrocos, o que deixava as preocupações do Reino centradas nas relações com os Argelinos. O governo português seguia em relação a estes uma política de negociação que não aceitava o pagamento de resgates ou taxaço em dinheiro para manter a paz. A partir de 1783 e durante todo o período analisado neste tópico, os portugueses mantiveram-se em guerra contra os argelinos. Dessa situação adveio a necessidade de enviar tropas à Gibraltar o que, ao mesmo tempo que patrulharia a navegação segura dos Navios do Reino, garantiria que os piratas não conseguissem deixar a região do mediterrâneo, praticando saques e apresamentos no Atlântico.

Sabendo desta conjuntura, os representantes americanos na Europa enviaram relatos circunstanciados ao congresso, sugerindo a elaboração de uma parceria com portugueses nessa questão o que garantiria que os Estados Unidos, país com quase

¹⁰⁵ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo e Azevedo, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio de Queluz, em **11 de dezembro de 1805**.

¹⁰⁶ São as potências ou reinos do norte da África. Referimo-nos principalmente à Marrocos, Argel, Tunes e Trípoli. Existe uma diferença de nomenclatura no que se refere a esses povos; na documentação de época são referidos como Nações ou potências Barbarescas, nomenclatura seguida por José Calvet Magalhães e que adotaremos neste trabalho.

nenhuma marinha militar, garantisse sua participação no comércio mediterrâneo. Na conjuntura da negociação do tratado de comércio entre os dois países e reafirmando seu desejo de trocar representantes diplomáticos, em 1786 a coroa portuguesa deu ordens aos seus navios que protegessem a navegação americana, em um ação que mostrava claramente os interesses amistosos do estabelecimento dessas relações¹⁰⁷.

Com as mudanças na conjuntura européia e a polarização cada vez maior entre França e Inglaterra, a posição de Portugal e Estados Unidos ficam mais incertas, levando os americanos à tentativas de formação de sua própria frota militar, que defenderia os interesses de sua navegação. Sem perder o interesse na questão, o governo português pede a seu encarregado informações sobre a relação dos americanos no norte da África, alertando seu representante da necessidade de não se comprometer com os Estados Unidos na elaboração de um tratado defensivo/ofensivo na região, por ser incerta ainda a posição do Reino, que negociava a paz com Argel. Nesse sentido, o representante português informava, em 1805, que

*“presesentemente [os Estados Unidos] só tem guerra contra Tripoli, e para castigar esses bárbaros, tem atualmente no mediterrâneo 5 fragatas, 3 clusters, 2 bergantins, e vão para lá mandar 9 barcos canhoneiros. Com os mais de essas nações, estão em paz a troco de 20 mil patacas que anualmente pagam aos Argelinos, mas conhecendo o pouco que há de fiar em taes gentes, vivem sempre na maior desconfiança”*¹⁰⁸.

Com a complicação da conjuntura européia e o deslocamento da corte para o Brasil em 1807, a posição de Portugal como protetor do comércio americano e como entreposto para o mediterrâneo deixam de ter importância e o tema não foi mais retomado nas missivas da diplomacia portuguesa, nem mesmo após o reestabelecimento da corte na Europa. Contudo, pode-se perceber a importância do tema no período de estabelecimento da nova República e como o apoio português e a manutenção de

¹⁰⁷ MAGALHÃES, José Calvet de. *op. cit.*

¹⁰⁸ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Antonio de Araújo Azevedo, datado de Washington, em **26 de Abril de 1805**

relações amigáveis entre as duas nações era desejável e importante para a manutenção do comércio internacional americano.

Isso fica patente nas palavras de Willian Stephens Smith, encarregado de transmitir os agradecimentos do Congresso à Rainha Maria I pela proteção aos navios americanos, quando ao relatar o desempenho de sua missão. Nessa ocasião escreveu:

“É supérfluo para mim entrar no detalhe das circunstâncias que, na minha opinião, colocam o Reino de Portugal numa tal situação que o torna um objeto digno da atenção do Congresso; a sua posição geográfica, a conveniência de ter os seus portos abertos aos navios americanos, em caso de guerra ou de paz, a disposição que ele alimenta em relação aos piratas da Barbária, e as facilidades que a América pode obter de uma relação, favorável a troca de produtos, com ele e outras nações européias- são matérias sobre as quais o Congresso é tão competente de decidir que uma tentativa da minha parte de o elucidar deve ser desnecessária”¹⁰⁹.

Percebe-se, assim, a importância das relações entre os Estados Unidos e Portugal no período. Para além dos montantes das relações comerciais, que não eram muito elevados, interessavam sobretudo as conjunções políticas e econômicas mais amplas que essas relações poderiam engendrar: para Portugal, era vantajoso criar laços com a República americana visto que esta podia abastecer o Reino de cereais, era mercado consumidor para os vinhos portugueses e representavam uma alternativa à hegemonia britânica, uma potência secundária a se somar a força política de negociação pró-Portugal no cenário Português. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos viam em Portugal uma plataforma de acesso às questões políticas e aos mercados europeus, capaz de fornecer apoio político e militar para a expansão da economia norte-americana.

Por fim, destacaremos a importância da normatização das relações entre os dois países na conjuntura analisada. Para além das negociações e estabelecimento de Ministros de ambos os países e a formação das redes consulares, destaca-se a

¹⁰⁹ *The papers of the continental congress*, vol. 92, pp. 304-339, carta de Willian S. Smith para J. Jay de 12 de setembro de 1787, *apud* MAGALHÃES, José Calvet, *op. cit.*, p. 44.

preocupação desses primeiros encarregados com a normatização das relações luso-americanas.

Nesse sentido, os ofícios enviados para a corte são muito significativos do tipo de preocupação que motivava o representante luso em terras americanas, José Rademaker. Em 1805, ano em que assumiu a posição, tentava dar conta à corte portuguesa do estado do comércio entre os países e dos direitos a que as mercadorias estavam sujeitas ao desembarcarem, comparativamente à outras nações. Em um de seus primeiros ofícios descreve a situação dos direitos alfandegários.

“(...) Por ora só posso informar que as Embarcações Portuguesas não pagam aqui mais Direitos que as outras Nações. Que todas as Mercadorias importadas em Embarcações estrangeiras pagam 10% de Direitos do que as Embarcações Nacionais. Os vinhos de Lisboa e do Porto tem aqui pouco gasto. O vinho da Madeira tem grande consumo, o Sal paga grandes Direitos mas ouço dizer que os diminuirão. Poucos são os Navios Portugueses que aqui aparecem(...)”¹¹⁰.

Quanto aos gêneros exportados, destacou em 1807:

“A importação aqui de Generos de Portugal é mui pouca a excepção de alguns vinhos, e Sal; deste ultimo genero é provável que dâqui em diante haja maior extração para cá pois que esse governo finalmente se determinou retirar todos os Direitos de entrada do Sal, o que espero se hade considerar como de proveito para Portugal, e também espero com tempo conseguir o diminuirem-se os Direitos de Entrada dos Vinhos do Fayal e Figueira, e outros nossos vinhos de inferior qualidades. (...)”¹¹¹.

¹¹⁰ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio, em **29 de Maio de 1805**.

¹¹¹ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados

Para além das preocupações com a consolidação e expansão do comércio entre as duas nações, o diplomata descreve, em vários ofícios o descaso com que as autoridades americanas tratam os navios provenientes de Portugal, destacando que não era exigido deles nenhuma comprovação sobre trajeto empreendido, das cargas transportadas e nem dos marinheiros que compunham a tripulação. Somando-se a isso, pede providências do governo português, no sentido de fiscalizar as embarcações que entravam e saíam dos portos portugueses, para que se facilitasse o controle desse comércio, bem como o emprego de marinheiros portugueses nessas atividades, que muitas vezes abandonavam suas posições nas embarcações portuguesas e iam servir às americanas, causando grande prejuízo ao Reino. Alertava ainda às autoridades portuguesas sobre a necessidade de se cobrarem atestados de saúde das embarcações americanas, em decorrência dos perigos da febre amarela¹¹².

Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio, em **4 de Abril de 1807**.

¹¹² Cf. A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em **29 de Maio de 1805**; A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio e para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, em **4 de Junho de 1805**; A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio, em **24 de Maio de 1806**.

2.2- Portugal e Estados Unidos: das guerras européias à independência do Brasil (1808-1822)

A partir de 1807, com a invasão de Portugal pelos franceses, o panorama das relações luso-americanas se alterou substancialmente. Com a saída da corte para o Brasil, abriram-se duas frentes de relacionamento: uma diretamente com a colônia e com a corte, que trata dos parâmetros da relação dos Estados Unidos com o Brasil, dos gêneros comercializáveis e do relacionamento ordinário com a corte e com rei; por sua vez, o território europeu do Império fica a cargo da Regência, que passa a mandar ofícios diretamente para o representante nos Estados Unidos. Além disso, a manutenção da posição de neutralidade dos americanos perante o conflito europeu se torna inviável, causando uma série de bloqueios comerciais de seus portos até que, em 1812, entraram oficialmente em guerra com a Inglaterra. O período termina com o retorno do Rei à Europa e a declaração de independência do Brasil.

Em meio a tantos distúrbios militares e políticos, as relações comerciais entre os Estados atinge seu ápice. No campo das importações, o comércio americano que, no período anterior, tinha atingido um máximo de 13% do total do comércio português com as nações atinge índices de 20, 30 e até 40% das importações portuguesas. No mais, essa alta segue a tendência geral das importações portuguesas com as nações. Nas exportações, a alta é menor, atingindo em seu máximo 19% o que, mesmo sendo um índice bem menor que o das importações, é surpreendente, tendo em vista que no período anterior o comércio com os Estados Unidos não tinha passado de 4% dos totais exportados.

Destaca-se ainda o fato de que os valores exportados para os americanos mantiveram-se estáveis, com um único pico em 1812, tendência contrária aos totais exportados para as demais nações européias, que teve um quadro estável, com altas e baixas bastante pronunciados. Como veremos adiante, essa estabilidade deveu-se principalmente às tentativas de neutralidade de ambas nações durante os conflitos europeus e, sobretudo, ao tipo de comércio que existia entre os países, que primava pelo abastecimento da metrópole e, sendo assim, não tão afetado pela abertura dos portos coloniais.

O saldo do comércio português, iniciou uma fase de deficits que atingiu o seu ponto máximo, ficando negativo tanto em relação ao comércio total com as nações quanto em relação com os Estados Unidos. Nesse sentido, a curva do comércio

americano segue a do comércio geral do Reino. Esse acúmulo de grandes déficits comerciais deveu-se, sobretudo, a desorganização da produção e do tráfico colonial em virtude das invasões ao território português e as guerras de resistência aos franceses que se organizaram por toda a península Ibérica. Somando-se a isso, destacou-se a organização de tropas, tanto portuguesas quanto inglesas, para combater a invasão, que aumentou a necessidade de importação de gêneros de abastecimento, como veremos adiante.

Essa nova conjuntura, manteve-se até o final dos conflitos europeus. Após 1814, o comércio voltou a se estabilizar em patamares semelhantes aos do período anterior, destacando-se o equilíbrio entre importação e exportação no balanço do comércio externo Português. Finalizamos esse período em 1822, ano da declaração da independência do Brasil, principal abastecedor de manufaturas e principal mercado consumidor dos produtos do Reino.

Gráfico 10- Comércio de Portugal com os Estados Unidos da América (1809-1822)

Gráfico 13- Importação total e dos Estados Unidos da América (1809-1822) **Gráfico 12- Exportação total e dos Estados Unidos da América (1809-1822)** **Gráfico 11- Saldo total e do comércio com os Estados Unidos da América (1809-1822)**

No que se refere à composição dos gêneros de importação e exportação, os itens mais relevantes permaneceram os mesmos do período anterior, variando principalmente em sua relevância para o comércio externo ou na porcentagem de representação do comércio total.

As importações foram o campo em que mais sentiram-se os efeitos da nova conjuntura. Após 1809, as importações mantiveram-se em um patamar elevado, principalmente entre os anos da ocupação francesa ao território português (1808-1814), sofrendo baixas periódicas, causadas principalmente pelas dificuldades da navegação e pelas variações da diplomacia internacional. Os principais gêneros da importação mantiveram-se os mesmos, mantimentos e madeiras, destacando-se o aumento da participação dos mantimentos, que até 1819 representaram quase a totalidade das importações portuguesas nos Estados Unidos, ficando com índices que chegaram a 96% do total das transações. Com o final do conflito, a retirada dos exércitos de solo português e a normalização das rotas européias, esse total caiu a patamares modestos, atingindo sua maior baixa em 1822, somente 9% das importações provenientes da América do Norte.

Gráfico 14- Participação dos mantimentos no total das Importações portuguesas nos Estados Unidos (1809-1822)

Tabela 13- Participação dos mantimentos nas Importações Portuguesas nos Estados Unidos (1809-1822)

Ano	Mantimentos	Total	%
1809	973.447.699	1.218.591.684	79,9
1810	2.705.740.966	3.767.967.598	71,8
1811	12.717.359.096	13.073.393.454	97,3
1812	13.512.080.899	13.627.718.944	99,2
1813	5.785.977.615	6.021.074.600	96,1
1814	341.494.890	445.690.110	76,6
1815	798.941.638	868.346.868	92,0
1816	775.184.580	864.640.940	89,7
1817	461.285.731	541.679.951	85,2
1818	1.506.405.554	1.586.941.254	94,9
1819	475.899.640	543.376.820	87,6
1820	48.749.808	126.375.822	38,6
1821	115.082.005	242.337.810	47,5
1822	13.640.455	138.104.799	9,9

As madeiras, segundo maior item da pauta de exportações, seguiram o sentido oposto. Nos anos em que a importação de mantimentos mobilizou mais as relações comerciais entre os países, as madeiras atingiram seus índices mais baixos, chegando a representar apenas 0,4% das importações totais dos Estados Unidos em 1811 e 0,2% em 1812. Após o fim do período de guerras, quando as Importações caem, as madeiras voltam à sua antiga relevância, chegando a um máximo de 71,6% do total em 1822.

Gráfico 15- Participação das Madeiras nas Importações portuguesas nos Estados Unidos (1809-1822)

Ao contrário das importações, no campo das exportações não houve alterações substanciais no valor total das transações com os Estados Unidos, com exceção dos anos de 1812 e 1815, em que motivados pela conjuntura dos conflitos europeus, os americanos viram-se obrigados a importar diversos gêneros a que não tinham acesso pelos fluxos comerciais regulares através dos portos portugueses. Embora a guerra não tenha causado transformações substanciais na quantidade e tipos dos gêneros exportados, nota-se uma mudança na importância geral de cada tipo de produção no comércio luso-americano.

No que diz respeito aos vinhos, que no período anterior vinham aumentando sua importância relativa na pauta de exportações, iniciam o período representando em 1809 49% do total exportado. No entanto, durante o período de guerras em território português, até 1814, sua exportação caiu bruscamente, atingindo patamares máximos de 4,6% do total das mercadorias que foram para os Estados Unidos. Após o final da guerra, as exportações de vinho recuperam-se e, nos últimos anos do período (1820,1822,1822) voltam a representar, em média, 40% da pauta de exportações portuguesas, atingindo valores totais, em Réis, muito semelhantes aos obtidos em 1809.

Gráfico 16- Exportação de vinhos de Portugal para os Estados Unidos da América (1809-1822)

Tabela 14- Participação dos vinhos nas Exportações Portuguesas para os Estados Unidos (1809-1822)

Ano	Vinhos	Total	%
1809	132.807.500	268.786.900	49,4
1810	38.970.000	236.282.655	16,5
1811	18.300.000	629.772.100	2,9
1812	88.685.000	1.940.511.260	4,6
1813	7.280.000	361.103.627	2,0
1814	2.032.000	199.173.775	1,0
1815	106.386.000	1.034.905.130	10,3
1816	190.350.500	575.379.960	33,1
1817	48.763.250	465.266.575	10,5
1818	10.987.000	219.279.410	5,0
1819	3.229.500	189.791.260	1,7
1820	68.415.000	166.126.160	41,2
1821	130.913.750	246.657.790	53,1
1822	149.487.000	386.099.338	38,7

No que diz respeito às exportações de Sal, existem variações ao longo de todo o período. Em um primeiro momento, até 1813, as exportações do gênero aumentam e se mantiveram ocupando uma posição importante no total das mercadorias transacionadas, chegando a representar 60% do valor total de mercadorias. A partir de 1814 até 1817, a participação relativa do sal decresceu abruptamente, não ultrapassando o patamar de 15% do total comercializado com os Estados Unidos. Por fim, após 1818, o produto sofreu recuperação, voltando a ocupar patamares em torno de 30% do total das exportações portuguesas. Acreditamos que essa variação deveu-se, sobretudo, à instabilidade do preço e disponibilidade do produto no mercado americano, principalmente em virtude dos bloqueios impostos ao comércio internacional nos anos de 1812 e 1815, conforme veremos a seguir.

Gráfico 17- Participação do Sal nas exportações portuguesas para os Estados Unidos (1809-1822)

Por fim, destacamos o papel das Reexportações no total dos fluxos exportados para os Estados Unidos. Conforme já referimos, esse item comporta uma margem grande de produtos, destacando-se tecidos de lã e de algodão, produtos das índias e uma multiplicidade de itens em pequenas quantidades. Esse momento teve grande importância para entendermos o modo como Portugal serviu de empório e entreposto para as embarcações e mercadorias americanas.

Ao longo do período entre 1809 e 1822, os produtos reexportados variaram tanto em tipos de mercadorias¹¹³ quanto em quantidade e valor relativo ao total das exportações, tornando impossível delinear uma tendência geral para esse tipo de comércio. Assim, percebe-se mais uma vez o caráter esporádico desse tipo de transação, reforçando a tese de que Portugal funcionava como plataforma de distribuição de produtos para diversas partes do mundo e que, no caso americano, o comércio português preenchia lacunas de abastecimento nos momentos em que as relações com a Inglaterra foram bloqueadas pela guerra ou que suas rotas comerciais estavam interdidas.

¹¹³ Ver nos anexos ao final do trabalho as listas com os valores totais e os tipos de mercadorias exportados por Portugal para os Estados Unidos.

Gráfico 18- Participação do Gêneros Reexportados no total das exportações para os Estados Unidos (1809-1822)

Tabela 15- Participação dos Gêneros Reexportados no total das exportações para os Estados Unidos (1809-1822)

Ano	Reexportações	Total	%
1809	25.282.000	268.786.900	9,4
1810	57.038.000	236.282.655	24,1
1811	328.447.680	629.772.100	52,2
1812	1.582.264.325	1.940.511.260	81,5
1813	90.914.285	361.103.627	25,2
1814	141.014.370	199.173.775	70,8
1815	518.406.410	1.034.905.130	50,1
1816	270.040.720	575.379.960	46,9
1817	383.861.400	465.266.575	82,5
1818	94.821.240	219.279.410	43,2
1819	100.756.700	189.791.260	53,1
1820	29.014.000	166.126.160	17,5
1821	53.951.080	246.657.790	21,9
1822	95.988.880	386.099.338	24,9

A maior parte das questões levantadas do campo das relações comerciais podem ser melhor compreendidas quando analisamos os ofícios diplomáticos emitidos nesse período. Durante o tempo de permanência da corte portuguesa no Brasil, o governo ficou dividido em duas frentes: a primeira, no Brasil, para a qual transferiu-se a corte e o

poder executivo do Rei e de onde responderiam os Ministros dos Negócios Estrangeiros; a segunda, em Portugal, representada pela figura do Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, que continuava residindo em Portugal e de lá, também enviava ofícios para o representante português nos Estados Unidos. Analisaremos as questões relativas ao território português na Europa para, no próximo capítulo, detalhar as questões relativas ao comércio direto com o Brasil.

No que diz respeito ao comércio com Portugal, as relações com os Estados Unidos se preocuparam principalmente com o abastecimento do Reino e com as pressões econômicas e militares de ingleses e franceses, responsáveis por embargos e impedimentos no comércio das nações neutras durante todo o período das guerras napoleônicas.

Em ofício de 11 de julho de 1808, José Rademaker dava notícias à corte sobre o estado em que se encontrava a economia americana, tendo em vista a situação de embargo que experimentavam em relação à Inglaterra. O encarregado avaliou que como consequência da diminuição do comércio externo, os americanos passaram a investir grandes somas de capital nas produções agrícolas e manufatureiras internas e que essa política “tem dado grande gosto a esse governo que parece preferir a agricultura e manufatura a qualquer comércio”¹¹⁴.

Avaliando a situação de Portugal e Estados Unidos perante o conflito europeu, D. Rodrigo de Souza Coutinho, então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra alocado na corte no Brasil, concluiu que mesmo considerando-se a escolha desacertada dos americanos pelo apoio a causa francesa e os grandes prejuízos que o embargo causava a Grã-Bretanha, o comércio americano com Portugal estaria desimpedido, tanto em relação aos portos europeus quanto com os Brasileiros. Em ofício de 1809, descrevia a posição do Rei para o encarregado português nos Estados Unidos:

“S. A. R. viu com dor a continuação do embargo a respeito da Grã Bretanha, cujos principios se não podem confundir com os do Governo ainda revolucionário da França, que provocou todas as vexações do Comércio dos Neutros, e

¹¹⁴ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em **11 de julho de 1808**.

que foi o prelúdio dos maiores atentados cometidos contra as Monarquias de Portugal e Hespanha, mas prevendo S. A. R., que esse embargo poderá dar lugar a maiores comunicações e relações comerciais com os Estados Unidos, mandou aqui publicar essas notícias, afim de que os Negociantes Nacionais se aproveitem tomando parte em expedições para os Portos dos Estados Unidos e que podem fazer agora diretamente”¹¹⁵.

Esse posicionamento manteve-se durante todo o período de guerras, ou seja, mesmo que muitas vezes em campos de esfera de influência diferentes em relação à Inglaterra e a França, as relações comerciais e políticas entre Estados Unidos e Portugal foram mantidas. Os fluxos comerciais só foram interrompidos nos momentos em que os Estados Unidos entraram em política de embargo e fechamento de todo comércio externo.

No que diz respeito ao comércio com Portugal europeu durante a invasão do Reino, a maior parte da documentação arrolada reflete a preocupação do Secretário da Regência Miguel Pereira Forjas com a carestia de cereais para a população e para o exército. Nesse momento de exceção causado pela guerra, foi permitida a importação de trigo já processado em farinha como forma de incentivo aos comerciantes americanos de obterem maior rentabilidade.

Assim, em ofício de 25 de abril de 1810, Miguel Pereira Forjas dizia que:

“Achando se este reino em grande necessidade de Trigos e Farinhas para seu consumo e do Exército Portugues, manda o Governo destes Reinos recomendar a V. Mce. que haja de promover, quanto estiver da sua parte a exportação, desses Estados Unidos, da quantidade daqueles Gêneros que for possível, procurando facilitá-la pelo modo que julgar mais proprio, e conveniente, e fazendo ver aos Negociantes desses Estados Unidos a facilidade com que se poderá fazer a mesma

¹¹⁵ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **25 de Maio de 1809**.

exportação vista a melhor inteligência que agora existe entre esse Governo e o de Inglaterra”¹¹⁶.

A ordem, dirigida ao representante José Rademaker, mostra claramente as intenções do governo de Lisboa. Em primeiro lugar, suprir as necessidades de cereal que o país, com o território invadido e produção desarticulada, não tinha condições de produzir e, em segundo lugar, abastecer os exércitos ingleses que combatiam em Portugal, fazendo ver aos americanos que essas transações trariam melhora nas relações com a Inglaterra¹¹⁷.

Ainda no ano de 1810, o representante português dava notícias das providências que tomara para animar o comércio de farinha, dizendo que a imprecisão de informações era um fator de dificuldade nessas transações¹¹⁸. Em 08 de agosto desse mesmo ano, relatava a dificuldade do envio “*em razão de custar esse genero 8\$800rs por barrica além de despesas, seguros e fretes e o olharem as despesas e direitos que esse genero paga em Lisboa e que (segundo as ultimas notícias) lá não se vende por mais de 12\$800rs por barrica, o que não lhes deixa um lucro competente*”¹¹⁹.

¹¹⁶ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Governo, em **25 de Abril de 1810**.

¹¹⁷ A situação do território português invadido, principalmente no período de articulação da resistência, são retratados por um comandante do exército inglês, Henry Mackinnon, que durante seu período de estadia em Portugal manteve um diário, relatando os avanço diários da campanha, bem como a geografia e recorte urbano do país, sua produção e as condições de vida no país. Sobre a situação de abandono da produção causada pela guerra, disse em registro de 1811: “*The houses left without inhabitants are daily going to ruin, being exposed, without repairs, to the ravage of elements, ad to the still more relentless ravages of the soldiery, and even of the remaining inhabitants, who are made thieves either for natural inclinations or from want. The cattle of the country have almost entirely disappeared; nor are there sufficient left to till the ground, to enable the remmant of the population to exist. The fields which I have ofen described as being but seldom allowed to take a preponderance over the heath and gumcestus, most of them are now growing over whith weeds, and will be very soon return to their native heath*”. MACKINNON, Major-Gen Henry. *A journal of the campaign in Portugal and Spain, containing remarks on the inhabitants, custons, trade, and cultivation, of the countries from the year 1808 to 1812*. Londres: Charles Duffield, 1812, p. 95.

¹¹⁸ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, em **20 de Junho de 1810**.

¹¹⁹ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, em **8 de agosto de 1810**.

Em decorrência dessas dificuldades, em 1811 o governo de Lisboa enviou aos Estados Unidos o “Negociante Sampaio”, munido de crédito em libras inglesas para fazer compras das farinhas necessárias, remetendo-as ao Reino, o que causou algum desconforto ao encarregado José Rademaker, que escreveu longa missiva sobre os inconvenientes que esse comércio enfrentava, e referindo-se aos grandes gastos oriundos de tal procedimento, que acreditava ser menos efetivo que encarrega-lo de tais transações, posto que conhecia bem a situação da economia norte-americana¹²⁰.

Em 1812, o encarregado português dava conta ao governo de Lisboa da situação gerada pelo embargo econômico imposto pelos Estados Unidos em 1812 que, segundo ele, caso se prolongasse prejudicaria a situação do abastecimento de Lisboa, que no momento ainda possuía alguma reserva. Sobre as relações entre os Estados Unidos e a Inglaterra, ressaltou as grandes perdas dos comerciantes que mantinham mercadorias e letras de câmbio em Londres e analisa a situação dos Estados Unidos diante do conflito que, segundo ele, não conseguiria sustentar uma guerra com a Inglaterra tanto pela fragilidade de sua economia quanto pela precariedade de seu contingente militar, que não dispunha de fortificações e armamentos apropriados¹²¹. Em julho do mesmo ano, o encarregado falava do fim do embargo e da normalização do envio de mantimentos para Portugal, ressaltando as dificuldades em encontrar marinheiros portugueses e pedindo dispensa dessa formalidade¹²².

Esse estado de relações entre os Estados Unidos e Inglaterra mantém-se em 1813, não demonstrando os ofícios preocupação com o abastecimento do Reino ou com o fluxo de farinhas e mercadorias exportadas. Portugal, utilizado como mediador entre Estados Unidos e Inglaterra, acaba abastecendo os ingleses com as mercadorias americanas de que tem necessidade, formando um fluxo de comércio americano para a Inglaterra, mesmo que formalmente os dois países não mantivessem relações amistosas. José Rademaker, refere-se a essa situação dizendo que

¹²⁰ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, em **25 de Fevereiro de 1811**.

¹²¹ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **6 de Abril de 1812**.

¹²² A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **21 de julho de 1812**.

*“A novidade de agora se exportar algodão de lá para Lisboa, sabendo-se a grande quantidade desse genero que o Brasil produz, receio poderá dar justa causa a este governo queixar-se de que assim os Portugueses d’aqui suprirem as manufaturas da Inglaterra, e que talvez isso se poderá interpretar como transgressão da neutralidade declaradas pelo Principe N. S. (...)”*¹²³.

Com a nova piora nas relações entre Inglaterra e Estados Unidos, o Congresso americano decidiu-se por um novo embargo comercial, que deveria entrar em vigor no início de 1815. O encarregado referiu-se ao procedimento que deveria ser adotado pelas embarcações das potencias neutras e ao aumento de preços desmedidos que a notícia do bloqueio havia resultado nos Estados Unidos, causando sofrimento e ruína ao povo, que abandonava suas casas e seus modos de vida, pela impossibilidade de subsistência. Quanto à Portugal, preocupava-se com os efeitos que a falta de mantimentos poderiam causar ao Reino¹²⁴.

O embargo e o fim dos conflitos europeus, a partir de 1815, surtiram efeitos na economia americana. Em ofício enviado para a corte em 1816, Rademaker comentou a situação dos Estados Unidos, dizendo que cessara-se, pelo menos por hora, a necessidade da economia européia pelos gêneros americanos, e referindo-se à volta ao padrão de normalidade nas relações com Portugal, que recebia apenas cargas de milho americano¹²⁵. A partir de então, as relações com o continente estabilizam-se, não havendo mais ofícios mandados do governo provisório de Lisboa diretamente para o

¹²³ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Vice-Consul em Nova York, Joaquim José Vasques Junior, em **30 de outubro de 1813**.

¹²⁴ “*Queira Deus os Trigos da Russia, da Inglaterra, da Cosra de Barbaria e Va. Suprão a falta d’estas Farinhas, e que este Governo se desengane, que o seu errado sistema de condescender com o da França não poderá ter efeito algum contra a felicidade de Portugal*”, A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **4 de janeiro de 1814**.

¹²⁵ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **13 de Abril de 1816**.

agente português e não havendo referências nos ofícios da corte sobre o comércio com a Europa.

Percebe-se, assim, a coincidência dos dados referentes ao comércio externo português apresentados nas Balanças de Comércio com as questões e negociações dos Ministros e diplomatas portugueses nos Estados Unidos. Os anos de maior volume de relações comerciais, puxados pela importação de mantimentos, são justamente aqueles em que o Reino, ou Portugal europeu, encontrava-se invadido por tropas francesas e tem que sustentar um enorme contingente militar, com a desarticulação de sua já limitada produção agrícola. As quedas abruptas nas importações coincidem sobretudo com os anos em que os portos americanos encontram-se fechados ao comércio internacional.

Além disso, as contingências políticas e militares do Reino explicam a concentração das importações de Portugal nos mantimentos, ficando o já limitado rol de produtos comercializados quase que restritos ao abastecimento. No campo das exportações portuguesas para a América do Norte, à restrição ao comércio americano com a Inglaterra aliado a manutenção por Portugal de boas relações com ambos os Estados, explica a forte alta nos valores de produtos de Reexportações transacionados.

A partir de 1815, as relações comerciais voltam a um patamar semelhante ao que ocorria antes da invasão francesa, diminuindo-se abruptamente a participação americana na economia portuguesa e, no campo diplomático, diminuindo a importância dos aspectos militares e econômicos referidos pelo agente português, que para de manter comunicações duplas com a corte, no Brasil, e com o governo provisório, em Lisboa.

2.3- As relações luso-americanas após a independência do Brasil

Após 1814, período conturbado, de guerras, bloqueios comerciais e instabilidade na navegação, a Europa estava novamente em paz. Conforme já referido acima, de maneira geral, o comércio iniciou uma nova fase, de reestabilização dos patamares anteriores ao conflito. No entanto, Portugal não estava livre de seus próprios conflitos internos. A partir da queda de Napoleão e da restauração das monarquias européias, a corte portuguesa, que agora residia oficialmente no Reino Unido do Brasil, teve que redefinir seu local de residência, sua política colonial e, chegando mesmo a questionar a forma de governo monárquico, tendo seu ápice com a revolução de 1820.

Com a proclamação e o início da ruptura que levou ao reconhecimento da independência do Brasil em 1822, a economia portuguesa passa por um momento de crise, de reconfiguração do comércio com seus Domínios e com o restante das Nações e, principalmente, de perda da posição de entreposto comercial e de empório de mercadorias, gozada desde o final do século XVIII. As décadas de 1820 a 1840 foram marcadas por um período de disputas de poder e de guerra civil, o que desestabilizou ainda mais a produção e o comércio internacional do Reino. Foi só a partir de 1850 que pôde-se atingir um momento de relativa estabilidade política interna.

Apesar das *Balanças de Comércio* só darem conta do comércio externo português até 1831, podemos perceber que as relações com os Estados Unidos acompanharam essa tendência geral. No período que compreende os anos entre 1822 e 1831 percebe-se uma baixa nos valores das transações comerciais, que chegam a patamares inferiores aos registrados em 1789, primeiro ano a que tivemos acesso aos registros das atividades comerciais entre os dois países. Ao mesmo tempo, nota-se uma estabilização do patamar das relações que, pela primeira vez, tornam-se superavitárias para Portugal, conforme os gráficos abaixo. Nesse período, as Importações dos Estados Unidos reduziram-se entre 1 e 2% do total das transações portuguesas, enquanto as exportações passaram a um máximo de 6%, variando em geral entre 2 e 3% do total exportado.

Gráfico 21 - Comércio de Portugal com os Estados Unidos da América (1823-1831) **Gráfico 20- Importação total e dos Estados Unidos da América (1823-1831)** **Gráfico 19 - Exportação total e para os Estados Unidos da América (1823-1831)**

Gráfico 22- Saldo total e com os Estados Unidos (1823-1831)

No que diz respeito à composição geral do comércio com os Estados Unidos, novamente, não houve grandes mudanças em relação ao período anterior. No entanto, mais uma vez, a quantidade e o papel esses itens desempenharam no somatório total das relações entre os Estados sofreu diversas mudanças, sobretudo pela nova configuração do cenário nacional e internacional.

Quanto às importações, a preeminência dos mantimentos e das madeiras foi mantida. No entanto, gradativamente, os mantimentos vão diminuindo no total, tanto em sua participação relativa ao total importado, quando em valores absolutos, seguindo assim a tendência geral das Importações portuguesas com os Estados Unidos. Em 1823, as importações de mantimentos constituíam 45,1% do total das transações com os Estados Unidos, valor que sofre uma queda súbita e passa a uma média de 15% nos anos subsequentes. No final do período, entre 1829 e 1831, essas médias caem novamente, chegando a patamares inferiores a 10% das importações portuguesas dos americanos.

Embora seja difícil conjecturar os motivos dessa diminuição, podemos verificar que ela acompanhou a tendência geral das trocas portuguesas, tanto do total importado das nações quando nos totais relativos aos Estados Unidos. Isso fortalece a hipótese de que trata-se de um período de reconfiguração das trocas portuguesas que, após o final dos conflitos europeus e a independência do Brasil associados às dificuldades sofridas na política interna, se reestabelecem em um patamar bem menos elevado.

Gráfico 23- Participação dos mantimentos no total das Importações portuguesas nos Estados Unidos

Tabela 16- Participação dos mantimentos nas Importações Portuguesas nos Estados Unidos (1823-1831)

Ano	Mantimentos	Total	%
1823	45.711.076	101.354.658	45,1
1824	31.185.336	188.872.086	16,5
1825	20.917.490	133.672.690	15,6
1826	42.775.120	192.759.930	22,2
1827	8.087.100	109.667.210	7,4
1828	11.508.900	75.120.260	15,3
1829	6.497.296	77.693.756	8,4
1830	1.561.600	74.909.385	2,1
1831	1.778.000	77.494.560	2,3

A importação de madeiras sofreu o movimento inverso. A partir de 1820, a participação das madeiras na pauta dos itens importados entrou num momento de alta, não representando menos de 40% das importações portuguesas em nenhum dos anos avaliados. Nos últimos anos do período analisado, as madeiras assumiram 98 e 67%, respectivamente, do comércio de Portugal com os Estados Unidos. Essa alta, contudo, não significa um aumento na quantidade de madeira consumida pelo Reino. Se observados os valores das transações de madeira entre os dois países, percebe-se que os valores transacionados na compra de madeiras mantém-se na mesma média do período anterior. Assim, o aumento relativo da participação das madeiras no comércio luso-

americano pode ser considerado um reflexo das baixas no total de importações e, principalmente, nos totais das transações de mantimentos.

Gráfico 24- Participação das Madeiras nas Importações portuguesas nos Estados Unidos (1823-1831)

Tabela 17- Participação das Madeiras nas Importações Portuguesas nos Estados Unidos (1823-1831)

Ano	Madeiras	Total	%
1823	14.712.402	101.354.658	14,5
1824	77.397.430	188.872.086	41,0
1825	59.885.440	133.672.690	44,8
1826	130.095.410	192.759.930	67,5
1827	73.837.100	109.667.210	67,3
1828	31.022.540	75.120.260	41,3
1829	53.303.960	77.693.756	68,6
1830	69.892.680	74.909.385	93,3
1831	52.167.290	77.494.560	67,3

As exportações, após sofrerem mudanças na ordem de importância durante o período anterior, praticamente retornam aos patamares do período de 1789-1807, ou seja, antes das agitações e conflitos europeus, embora houvesse queda nos valores absolutos comercializados.

Quanto as exportações portuguesas, os vinhos retornaram a posição de preeminência, retomada já a partir de 1820, com a reestruturação das redes de comércio no pós-guerra. A partir de 1824, os vinhos representaram quase metade de todos os itens

exportados pelo Reino para os Estados Unidos, com queda acentuada na participação da pauta de exportações apenas em 1825, em que atingiram somente 8% do total das exportações. No entanto, essa queda atípica deveu-se ao grande valor de mercadorias reexportadas neste ano e não a uma grande diminuição nos valores de vinhos exportados, conforme a tabela abaixo.

Gráfico 25- Exportação de vinhos de Portugal para os Estados Unidos (1822-1831)

Tabela 18- Participação dos vinhos nas Exportações Portuguesas para os Estados Unidos (1822-1831)

Ano	Vinhos	Total	%
1822	149.487.000	386.099.338	38,7
1823	23.098.750	144.300.550	16,0
1824	97.438.000	216.444.760	45,0
1825	53.883.750	654.104.390	8,2
1826	95.028.750	211.341.216	45,0
1827	52.346.250	155.199.470	33,7
1828	90.012.000	164.211.380	54,8
1829	66.140.500	145.334.149	45,5
1830	45.129.000	66.553.143	67,8
1831	28.855.000	139.116.793	20,7

O comércio de exportação do Sal foi o que manteve-se mais estável ao longo dos três períodos analisados. Embora, como no geral, os valores absolutos desse comércio tenham sofrido uma ligeira queda, o papel que o gênero desempenhava em relação ao

total exportado para os Estados Unidos manteve-se na casa dos 30%, tendo apenas dois anos de quedas mais abruptas. Em 1825, representou apenas 3,5% das exportações totais, em virtude principalmente da subida dos valores totais exportados e em 1831 sofreu uma nova queda, para 8,5%, que não conseguimos precisar se foi de queda circunstancial ou o início de uma nova conjuntura, descendente.

Gráfico 26- Participação do Sal nas exportações portuguesas para os Estados Unidos (1823-1831)

No campo das Reexportações, a partir de 1822 Portugal enfrentou as piores baixas sofridas em todo o período. Mesmo após o término dos conflitos europeus, as reexportações ainda mantiveram-se em alta na pauta de exportações portuguesas, sendo pelo menos 50% do total de gêneros exportados para as nações, posição começa a se alterar em 1820, atingindo totais muito mais modestos nos anos subseqüentes, com exceção de 1825. Acreditamos que essa baixa nos gêneros reexportados se baseie, em primeiro lugar, na conjuntura de independências, tanto do Brasil como da América Espanhola, que dava ensejo aos Estados Unidos para abastecerem-se dos itens desejados no próprio território americano e, em segundo lugar, as convulsões da política interna portuguesa, que tornaria os portos portugueses menos desejosos para escalas marítimas e rotas comerciais.

Gráfico 27- Participação dos Gêneros Reexportados no total das exportações para os Estados Unidos (1823-1831)

Como podemos perceber, os vinhos e o sal voltam a ocupar quase a totalidade das transações portuguesas no período, estabilizando-se em patamares muito semelhantes aos que ocupavam em um primeiro momento, de estabelecimento das relações comerciais diretas entre ambos e antes dos acontecimentos que mudariam toda a estrutura do tráfico externo de ambos os países, a partir 1807/8. Nota-se também, que os gêneros de reexportação, de composição e valores inconstantes, gradativamente perdem a sua importância, o que se deve creditar principalmente à mudança da conjuntura internacional, a perda do Brasil e do Papel de entreposto que Portugal até então desempenhara.

Os ofícios enviados pela corte e pelos representantes portugueses nos Estados Unidos ajudam-nos a perceber melhor a mudança, ou regresso, das relações comerciais entre Portugal e Estados Unidos. Ao contrário das Balanças do Comércio, a documentação produzida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros mantém-se após 1831, o que nos permite formular um panorama das relações entre os dois países até meados do século XIX.

Além disso, cabe ressaltar o papel dos acontecimentos que, a partir de 1822, colocaram Portugal em uma situação política de grande instabilidade. Mesmo que formalmente o comércio brasileiro estivesse livre do exclusivo português desde a abertura dos portos em 1808, o processo de independência formal iniciado em 1822 torna a cisão formal, alterando as perspectivas do Reino em relação ao Brasil. Além

disso, destacaram-se ainda os movimentos liberais e antiliberais que eclodiram no Reino, com a eclosão de conflitos internos, que perdurariam ao longo de todo o século XIX¹²⁶.

Durante o período da Usurpação e das guerras civis de Portugal, a legação portuguesa nos Estados Unidos sofreu uma série de abalos e sua documentação não foi preservada no período de 1828 e 1834. Frederico Torlade de Azambuja foi nomeado representante do “novo governo” português e passou então a negociar seus reconhecimento junto ao governo americano. Em outubro de 1829 o governo de D. Miguel foi reconhecido pelos Estados Unidos que, baseados na doutrina Monroe, posicionavam-se a favor do governo *de facto*. Esses acontecimentos fizeram com que se iniciasse um processo entre Azambuja e o antigo representante português, liberal, Joaquim Barroso Pereira, pela posse dos arquivos da legação portuguesa. Desse conflito e da posterior restauração de Maria II ao poder resulta que não hajam registros da atuação de Azambuja como representante português nos Estados Unidos. Assim, todas as questões abordadas a seguir sofrem a defasagem desses anos de documentação¹²⁷.

A partir de 1824, percebe-se a preocupação com a retomada das negociações de um tratado de comércio entre Portugal e Estados Unidos questão que, como vimos, no primeiro momento das relações luso-americanas pós-independência dos Estados Unidos, havia sido de grande interesse para a diplomacia americana e que chegou a uma proposta de redação em 1786, não colocada em prática por falta de ratificação por parte da Rainha Maria I. Em ofício desse mesmo ano, o Ministro dos Negócios Estrangeiros à época, Marques de Palmella, relatava conversa que havia tido com o Imperador Regenerado no sentido de se entabularem negociações para a assinatura de tratado de comércio. Ressaltava no mesmo ofício a importância da negociação que, no entanto,

¹²⁶ Entre 1828 e 1834 Portugal passou por uma série de revoltas e golpe de Estado que ficou conhecido como Usurpação. D. Miguel, irmão de D. Pedro I e casado com sua filha mais nova, herdeira do trono, assumiu o governo de Portugal com o título de D. Miguel I, rechaçando à Constituição em vigor no intuito de implementar uma monarquia absoluta. Inicia-se um processo de guerra civil entre a facção de D. Pedro e de D. Miguel pela monarquia portuguesa, que se estendeu por quase uma década e envolveu o relacionamento de Portugal com as demais potências européias e americanas. Cf. VARGUES, Isabel Nobre e TORRALBA, Luís Reis. “Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político”. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*, v.5, Lisboa: Estampa, 1998.

¹²⁷ A questão da representação portuguesa nos Estados Unidos e os papéis desempenhados pelos representantes americanos, portugueses e brasileiros foi acompanhada em detalhes por Magalhães, através dos papéis de Estado norte-americanos. Cf. MAGALHÃES, José Calvet de. *História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*, op. cit., p. 123.

deveria ser estendida pelo representante dando ensejo para se definir a situação da independência do Brasil antes de se finalizarem as negociações¹²⁸.

O assunto só foi retomado pela documentação em 1836 e 1837 quando o representante português Joaquim Filangieri e Morão descreveu a situação do comércio de Portugal com os Estados Unidos, relatando a maneira como as tarifas alfandegárias prejudicavam o comércio português. Nesses ofícios defende que “a convenção mercantil que houve ideias de ajuntar entre o governo de Sua Majestade e os Estados Unidos viria também pelas razões acima expostas a ser inútil, como Vmce já insinuava em um de seus ditos ofícios”¹²⁹.

Curiosamente, o próximo ofício da corte para os Estados Unidos que se tem notícia, em 1840, dava conta da assinatura de tratado de comércio entre Portugal e Estados Unidos¹³⁰. *O Tratado de Comércio entre o Governo de Sua Magestade Fidelíssima, e o dos Estados Unidos* estabeleceu a reciprocidade de relações do comércio e navegação entre os países. Os navios portugueses e americanos seriam tratados nos portos de ambos como os nacionais, pagando os mesmos direitos dos navios portugueses. Não se estabeleceriam impostos novos, que não fossem pagos anteriormente por outras nações e nem maiores do que elas pagavam e não se proibiria nenhum tipo de gênero que não fosse proibido nas demais nações. Além disso, no transporte de mercadorias entre os dois países seriam cobrados os mesmos direitos, independente da nação que os tivesse transportando. Ficavam excluídos do acordo a

¹²⁸ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **03 de fevereiro de 1824**; A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **28 de julho de 1824**.

¹²⁹ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **12 de Dezembro de 1836**.

¹³⁰ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **8 de Março de 1840**.

navegação de cabotagem e o comércio com os portos em que não era admitido o comércio e navegação estrangeira¹³¹.

Após a assinatura do *Tratado de Comércio*, os ofícios da diplomacia portuguesa fazem alusão a ele diversas vezes, em geral referindo-se as taxações dos produtos portugueses nas alfândegas americanas e à conformidade ou não das ações do governo norte-americano com as estipulações estabelecidas pelo acordo, como veremos adiante.

Os direitos de alfândega e as taxações sofridas pelos produtos portugueses nos Estados Unidos são tema recorrente na documentação durante todo o período, sobretudo no que se refere à questão dos vinhos, que assumem cada vez mais destaque a partir da década de 30. Em ofício para a corte de 1823, Francisco Solano Constâncio dava conta ao ministro das relações exteriores sobre os encargos sofridos pelo comércio português nos Estados Unidos. Segundo ele,

*“(...)Devo lembrar a V. Excia. que os Navios Portugueses pagarão nos portos dos Estados Unidos, um Dollar por tonelada por direito chamado de tonelagem, o de [ilegível] e alem disto pagão de pilotagem um quarto mais que os americanos, e um direito para o Hospital, onde todavia não é admitido marinheiro algum nosso sem pagar os seus gastos e fiança. Tambem pagão alguns outros direitos como de descargo eV. Nos nossos portos, não são excessivos os direitos exigidos dos Navios Estrangeiros, mas, tanto para eles como para os Nacionais há um sem numero de formalidades e de repartições, guardas, eV de modo que o encomodo e demora são realmente insuportáveis, e formão um dos grandes estorvos ao Comercio. As Cortes já simplificarão o que diz respeito as visitas e a guardas, mas ainda resta, a meu ver, muito a fazer para facilitar todas as operações fiscais conexas com a entrada e a saida de Navios nos nossos Porto ”*¹³².

¹³¹ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Magestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 89. Projecto de Tractado entre o governo de Sua Magestade Fidelíssima e o dos Estados Unidos, 1841.

¹³² A. N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 410 (1822-1828). Ofício do agente consular nos Estados

Solano Constâncio explicitava ainda no mesmo ofício que a diferença de tratamento entre os navios portugueses e o das demais nações devia-se, sobretudo, à política de tratados comerciais estabelecidas pelos americanos após a independência, o que excluía Portugal da condição de nação mais favorecida¹³³. Durante toda as décadas de 20 e 30 do século XIX os ofícios diplomáticos portugueses abordaram as questões de taxações, dando conta principalmente das determinações do congresso e novas leis aprovadas à respeito das mercadorias e as providências tomadas pelos representantes portugueses face ao governo americano para manter as relações comerciais em posição o mais favorável possível para Portugal.

Com relação aos vinhos, a partir da década de 1830 percebe-se uma preocupação cada vez maior com relação às taxações do produto e sua inserção no mercado americano, dando conta dos direitos pagos nas alfândegas comparativamente à outras nações, da lucratividade desse negócio para os comerciantes portugueses e mesmo sugerindo as formas ideais desse comércio para Portugal¹³⁴. Em 1838, em um esforço de incentivar a exportação de vinhos Portugueses, o ministro dos negócios estrangeiros e da guerra, Conde de Vila Real, encaminhou ofício para todas as legações portuguesas no estrangeiro com um questionário acerca dos costumes do consumo de vinho, interrogando os agentes portugueses sobre o tipo de vinho mais apropriado para o consumo do local, os preços correntes, as quantidades e qualidades de vinhos e aguardentes importados e as facilidades e estorvos encontrados pelo comércio¹³⁵. Dois anos depois, Portugal assinava o tratado de comércio com os Estados Unidos, regulamentando todas essas questões.

A partir da década de 1840, as questões relativas aos direitos alfandegários e importação de vinhos foram dominadas pelas estipulações do tratado de comércio. Em 1842, o governo português interroga o representante nos Estados Unidos a respeito das

Unidos, Francisco Solano Constâncio, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, em **14 de maio de 1823**.

¹³³ *Idem*.

¹³⁴ Ver, principalmente: A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **11 fevereiro de 1835**.

¹³⁵ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **26 de outubro de 1838**.

taxas e despesas que as embarcações portuguesas tinham ao aportar nos Estados Unidos, comparando-as às embarcações de outras nações que chegavam a esses portos¹³⁶. Ainda no biênio 1841-2, no pós-assinatura do tratado, o governo português entrou com representações no governo americano no sentido de diminuir a taxaço dos vinhos portugueses e não sobrecarregá-los com taxas acima do estipulado no tratado de comércio, no que foram atendidos pelo governo americano¹³⁷. A partir de então, até a década de 1850 a temática dos ofícios sobre a questão das alfândegas e taxaço portuária girou sempre em torno das exportações de vinhos e dos impostos devidos de acordo com o tratado comercial¹³⁸.

Assim, em consonância com a situação demonstrada a partir da análise das Balanças de Comércio do Reino de Portugal, os ofícios e cartas produzidos pelos Ministros portugueses e pelos agentes da coroa nos Estados Unidos mostram uma preocupação com a proteção do comércio de gêneros produzidos no Reino, sobretudo os vinhos, e com sua inserção no mercado americano. A importância estratégica da manutenção de relações amigáveis, tão sublinhada nos outros períodos não foi mais tema de instruções e ofícios, o que corrobora a hipótese de que o relacionamentos dos países tenha se estabilizado em um patamar de pequena importância econômica e política. Essa situação reflete ainda a inserção de Portugal na economia e política

¹³⁶ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **27 de junho de 1842**.

¹³⁷ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **10 de Maio de 1841**; A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **13 de setembro de 1841**; A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **8 de março de 1842**.

¹³⁸ Destacamos, entre inúmeros outros exemplos possíveis, os ofícios: A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **28 de fevereiro de 1844**; A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **08 de Abril de 1847**; A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Torjal, para o agente consular nos Estados Unidos, datado do Palácio das Necessidades, em **18 de setembro de 1849**.

mundial que, com a perda de sua maior colônia, da posição de entreposto do comércio europeu e com a situação de instabilidade em sua política interna perdeu importância no cenário econômico mundial.

CAPÍTULO 3- BRASIL E ESTADOS UNIDOS: CAMINHOS PARA O INTERCÂMBIO COMERCIAL (1808-1850)

Após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, o centro da monarquia lusa deslocou-se para sua antiga colônia, formando uma inversão de papéis que colocava o centro das decisões políticas do Reino no Brasil¹³⁹. Nesse momento, em que o território europeu da monarquia passava por uma série de invasões francesas e tentava articular sua resistência, abriram-se os portos brasileiros para o comércio com as nações amigas o que, conseqüentemente, iniciou o processo de emancipação da colônia.

Conforme vimos anteriormente, o deslocamento da corte implicou também na rearticulação do aparato de governo e da diplomacia. Na prática, formaram-se dois governos, um sediado em Lisboa, que respondia as questões emergenciais e as necessidades do país em guerra e outro no Rio de Janeiro, preocupado com a manutenção da monarquia, com a continuidade dos laços políticos e diplomáticos do Império, agora sediado na América.

Aos Estados Unidos, país novo, recém independente, formador de um dos primeiros estados republicanos e que incentivava as independências na América à questão brasileira era de grande interesse. Com a mudança da corte, os americanos prontamente enviaram seus representantes para residir no Brasil e deram a conhecer ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, suas intenções em entabular comércio direto com o Brasil¹⁴⁰. No entanto, a análise das pautas de importação e exportação portuguesas para os Estados Unidos empreendidas no capítulo anterior mostra-nos que as relações comerciais luso-americanas baseavam-se principalmente em produções metropolitanas (vinhos e sal) e produtos de abastecimento.

¹³⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “A interiorização da metrópole”, *In: A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 7-38.

¹⁴⁰ Cf. AGAN, Joseph. *The diplomatic Relations of the United States and Brazil. The Portuguese Court at Rio de Janeiro* (v. 1). Paris: Jouve Cie. Editeurs, 1926; ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil. As relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: SENAC, 2001; CERVO, Amado e MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil. 1808-2000*. Brasília: UNB, 2000; MAGALHÃES, José Calvet de. *História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991.

Assim, neste capítulo analisaremos o estabelecimento de relações comerciais diretas entre o Brasil e Estados Unidos sob três aspectos: o Brasil na diplomacia luso-brasileira no período de permanência da corte, a economia brasileira ao final do período colonial e a consolidação das relações entre Brasil e Estados Unidos. Partimos da hipótese de que, num primeiro momento, o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais diretamente com o Brasil passou muito mais por escolhas políticas de afastamento em relação à Europa e atuação na esfera americana e pela percepção estratégica em relação ao Brasil do que por necessidades econômicas e mercados bem consolidados. Dessa forma, procuraremos entender de que maneira esses laços foram criados e consolidados durante os anos de permanência da corte e nos primeiros anos do novo Império e como esses laços possibilitaram o despontar dos Estados Unidos como o grande importador de produtos brasileiros na década de 1840.

3.1- Relações diplomáticas dos Estados Unidos com a corte portuguesa no Brasil

Durante o período de estada da corte portuguesa no Brasil e mesmo depois de seu retorno ao Reino, diversos oficiais do Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos agentes portugueses nos Estados Unidos deram conta do tipo de interesses comerciais e políticos que existiam no estabelecimento do comércio direto. Não podemos esquecer, conforme já nos referimos no capítulo 2, que desde o início das negociações de um tratado de comércio entre Portugal e Estados Unidos, os americanos ambicionavam a navegação livre e o comércio direto para os portos brasileiros.

Os ofícios emitidos pelas autoridades portuguesas no tocante ao relacionamento entre Brasil e Estados Unidos abordaram alguns temas principais, a saber: a abertura dos portos brasileiros, o estabelecimento de relações comerciais, o processo de independência, a elaboração do tratado de comércio e a situação política do Brasil. Analisaremos cada uma dessas temáticas separadamente para, ao final, formularmos uma interpretação sobre os impulsos ao relacionamento entre Brasil e Estados Unidos.

Em primeiro lugar, trataremos dos ofícios relativos à abertura dos portos brasileiros. Em fevereiro de 1808, sabendo do embarque da corte para o Brasil, o encarregado português nos Estados Unidos José Rademaker enviou ofício para a corte, lamentando as circunstâncias da partida da família real e fazendo votos de que todos chegassem bem ao novo destino. Ainda no mesmo ofício, o encarregado dava conta da situação do comércio americano, dos desentendimentos com a Inglaterra e, por fim, aproveitava a oportunidade de remeter uma lista com os principais gêneros americanos com que se poderia suprir o Brasil, enviada por negociantes americanos, que gostariam de saber se os gêneros seriam admitidos no Brasil como antes o eram em Portugal. Na lista de gêneros, enviada anexa, constavam: farinha, bolacha, carne salgada, carne de porco salgada, manteiga, queijos, velas de espermacete, velas de sebo, sabão, semente de linho, pólvora, maçame, alcatrão, pez, resina, termentina e papel¹⁴¹.

Ressaltamos o interesse com que os negociantes americanos acompanhavam a questão do deslocamento da corte. Se o ofício data de 24 de fevereiro de 1808 e o agente afirma que procurou notícias sobre a veracidade das informações sobre a saída da Família Real, é de se supor que os comerciantes americanos estavam bem

¹⁴¹ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em **24 de fevereiro de 1808**.

informados sobre as notícias dos conflitos europeus, sobretudo em relação ao caso português. Importante ainda perceber que, sendo a abertura dos portos decretada em janeiro desse ano, o ofício enviado em fevereiro provavelmente desconhecia essa medida, adiantando-se, em nome dos negociantes que o procuraram para saber se “*se os devo animar com a certeza de que S. A. R. os permitira a negociarem para o Brasil como de antes para Portugal, ou de qual modo S. ^a R. for servido ordenar*”¹⁴², ou seja, antes mesmo do decreto oficial, os americanos apressaram-se a saber se podem fazer o comércio direto com o Brasil.

Ainda no mesmo ano, o encarregado reitera as questões feitas acerca da abertura dos portos do Brasil, o que nos leva a crer que as notícias acerca da abertura ainda não tivessem chegado aos Estados Unidos:

“(...) vários negociantes desejando serem os primeiros negociantes de aqui para o Brasil, tem procurado saber de mim que generos serão lá permitidos e com que restrições? A que só respondi que logo que eu receba as ordens de Va. Excia. faria publico o modo por que Sua Alteza Real fosse servido permitir o comércio daqui para o Brasil (...)”¹⁴³.

Somente no final de julho de 1808 é que o encarregado recebeu notícias do Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando-o sobre as leis que haviam sido promulgadas no sentido de abrirem-se os portos brasileiros ao comércio com as nações. O ministro ainda deu a conhecer as taxas a que seriam submetidos os artigos exportados para o Brasil e salientou que ficava também permitida a compra de mercadorias em portos brasileiros para o transporte em navios americanos. Por fim, D. Rodrigo concluía dizendo que o Rei estava muito satisfeito pela ruptura dos Estados Unidos com a França e retomando suas relações com a Grã Bretanha, enfatizando que se o Estados Unidos se mantivesse nesse caminho de justiça, se antevia o estabelecimento de “*um comércio que*

¹⁴² *Idem.*

¹⁴³ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em **2 de maio de 1808**.

com o tempo virá a ser grande entre o Brasil e a América”¹⁴⁴. Ainda no mesmo ano, D. Rodrigo de Sousa Coutinho dava conta da chegada do agente americano Henry Hill a Bahia e do modo como havia transmitido todas as resoluções de Sua Majestade a ele, o que garantiria a recepção pelo governo americano¹⁴⁵.

O interesse dos americanos no estabelecimento de relações diretas com o Brasil pode ser percebido ainda na correspondência de José Rademaker. Em carta enviada para Nova Iorque, em 1809, informava à Silvano F. Jenkins, mercador, dos direitos pagos para admissão de mercadorias nos portos Brasileiros, dos direitos de baldeação e da forma como se deveria proceder o comércio entre os dois países¹⁴⁶. Ainda em 1809, o encarregado dirigia um ofício à corte em que expressava o contentamento do governo norte-americano com a abertura dos portos e admissão de seus navios e mercadorias nos portos brasileiros, bem como pela recepção do agente Mr. Hill, enviado a Bahia. Relatava ainda a partida de um novo enviado americano, com vistas a residir na corte portuguesa no Rio de Janeiro¹⁴⁷.

Ante o exposto, percebe-se o entusiasmo com o qual os Estados Unidos receberam as notícias da abertura dos portos do Brasil e a prontidão com que procuraram estabelecer relações de comércio e enviar seus representantes para a “nova corte” portuguesa. Cabe lembrar que as relações com “Portugal europeu” não foram interrompidas nesse período, antes fortaleceram-se, estabelecendo-se uma relação de dependência de Portugal em relação aos gêneros de abastecimento norte-americanos.

Após esse primeiro momento de conhecimento da abertura dos portos e acerto das relações de das representações americanas e portuguesas, podemos identificar preocupações propriamente comerciais expressas nos ofícios diplomáticos. Ainda em

¹⁴⁴ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **30 de Julho de 1808**.

¹⁴⁵ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **08 de outubro de 1808**.

¹⁴⁶ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Mr. Silvanus F. Jenkins, em **18 de março de 1809**.

¹⁴⁷ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, D. Rodrigo de Souza Coutinho, em **20 de março de 1809**.

maio de 1809, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviou ofício ao representante português por via de um navio americano que aportara no Brasil. O ministro lamentava o fato de os Estados Unidos manterem seu comércio com a Inglaterra em situação de embargo mas, ao mesmo tempo, alertava representante português para as possibilidades de aumento do comércio entre Estados Unidos e Brasil advindas desse fato. Pedia ainda informações sobre a existência de ferreiros americanos que se dispusessem a ir ao Brasil exercer o ofício. Além das recomendações de cunho econômico, interessa-nos a recomendação feita para que o agente português enviasse jornais, obras estatísticas sobre a república americana e livros sobre o Estado e a administração pública¹⁴⁸.

Essas observações feitas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho refletem as preocupações do ministro em relação aos contatos de Brasil e Estados Unidos: a constante atenção ao incremento do comércio, às e das atividades econômicas brasileiras e com o exemplo que os Estados Unidos representavam, como grande país não fragmentado na América, de formação nacional recente.

Testemunho interessante sobre a visão dos Estados Unidos sobre a abertura dos portos brasileiro é a carta que Henri Hill, escreveu em novembro de 1808 a James Madison, Secretário do Departamento de Estado dos Estados Unidos, relatando detalhadamente a situação comercial do Brasil e as formas de inserção que poderiam ter os comerciantes americanos nessa economia¹⁴⁹. Existem poucas referências biográficas sobre o autor da carta. Segundo Luís Henrique Tavares, editor do manuscrito, desconhece-se a data da chegada de Hill ao Brasil e mesmo se era funcionário credenciado do departamento de Estado americano. Acredita-se, no entanto, que desempenhava algum tipo de função oficial tendo em vista que viajou ao Rio de Janeiro para apresentar-se a corte e que manteve conversas com o Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho com o objetivo de negociar um tratado de comércio¹⁵⁰.

Hill, no prologo da carta, justifica a falta de informações e o fato de não ter feito uma escrita mais detalhada pelo fato de a “urgência” do tempo o obrigar a um trabalho

¹⁴⁸ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **25 de Maio de 1809**.

¹⁴⁹ O documento foi descoberto pelo historiador baiano Luís Henrique Dias Tavares, em visita ao acervo da documentação de estado americano, em outubro de 1961. Foi preparada, então, edição bilíngüe do texto, publicada na Bahia, em 1964. Cf. HILL, Henri. *A view of the commerce of Brazil (1808)*, Edição Bilíngüe. Salvador: Banco da Bahia, 1964.

¹⁵⁰ TAVARES, Luís Henrique. “Visão norte-americana do comércio do Rio e em Salvador em 1808”. In: *Revista de História*, n. 28, janeiro de 2008.

rápido, limitado aos portos do Rio de Janeiro e Salvador. Feito isso, iniciou sua análise a partir das condições gerais “práticas” do comércio, com uma descrição geral dos termos em que foram abertos os portos brasileiros, assegurando que as embarcações dos Estados Unidos seriam recebidas com amizade, independente de sua carga ou de sua procedência. Prossegue o relato indicando as regulamentações e tarifas alfandegárias a que estariam sujeitos os navios dos Estados Unidos, fazendo uma estimativa de taxas para cada porto¹⁵¹. Essa forma de relato detalhado aliada a afirmação de urgência com que o documento foi composto denota, mais uma vez, o caráter oficial que essa comunicação poderia assumir e o interesse que tais informações suscitaria ao Estado e aos comerciantes americanos.

Na segunda parte da carta, o autor se propunha a analisar a composição do comércio português no que tangia a colônia brasileira, ressaltando que

*“A ocupação deste Reino pelas tropas francesas, enquanto bloquearam imediatamente o principal escoadouro, então aberto ao comércio brasileiro, assim como a feliz transferência da sede do governo para o Brasil elevou este belo país ao destino e à sua justa posição entre as nações”*¹⁵².

Para ele, embora a abertura dos portos fosse positiva para os comerciantes brasileiros, estes continuavam ainda esperando pelo desenrolar dos acontecimentos na Europa, principalmente pelo habito de comercializar por Portugal e não pela lógica mercantil. Assim, caracterizou o panorama comercial do Brasil como de quase inatividade: em relação à Inglaterra, os produtos brasileiros encontravam mercado ruim e sofriam restrições no recebimento; em relação ao Oriente, as expedições estavam praticamente interrompidas; em relação á África, o Brasil mantinha seu comércio, enviando tabaco, aguardente e artigos manufaturados europeus em troca de escravos negros; por fim, em relação às províncias do Sul, o tráfego comercial era crescente e rendoso, embora não fosse conveniente fornecer detalhes sobre sua produção¹⁵³.

¹⁵¹ *Idem*, pp. 41-9.

¹⁵² *Idem*, p. 50.

¹⁵³ Provável alusão ao contrabando com a região do Prata. TAVARES, Luís Henrique. “Visão norte-americana do comércio do Rio e em Salvador em 1808”. In: *Revista de História*, *op. cit.*, pp. 51-2.

Em seguida, Hill fez uma análise pormenorizada da situação inglesa. Para ele, os comerciantes britânicos haviam se precipitado no envio de mercadorias, o que “sobrecarregou o Brasil com quase todos os artigos manufaturados ingleses”, independente das necessidades reais do país, com itens em quantidades erradas e mal escolhidos, o que deveu-se sobretudo a falta de informação dos mercadores ingleses. Por isso, ressaltava a importância de os comerciantes americanos disporem de dados estimados sobre o comércio brasileiro e não enviarem mercadorias a esmo nem tão pouco aquelas as quais os ingleses já tivessem saturado os portos e nem nenhuma em grande quantidade¹⁵⁴.

Por fim, o autor elaborou uma série de quadros estatísticos mostrando o comércio brasileiro nos anos anteriores à abertura dos portos e estimando as necessidades para os próximos, sobretudo de gêneros produzidos pelos americanos. Para ele, o mercado brasileiro tinha potencial para absorver principalmente bacalhau, madeiras para a produção de navios, alcatrão, metais fundidos, carnes, manteigas e velas de espermacete, entre outros produtos em pequenas quantidades. No entanto, Hill prudentemente avaliava a pequena população do Brasil e a extensão de seu mercado consumidor e afirmava que, se restaurada a situação da Europa, muitos desses produtos poderiam ser abastecidos por Portugal e Espanha, com menor custo para os brasileiros. Assim, alertava que:

*“(...)é importante que o nosso comerciante [dos Estados Unidos], cujos empreendimentos não conhecem limites, seja informado e regule suas exportações de acordo. Mas há pouca razão para acreditar, pelo crescente consumo e exportação, que um comércio ativo dará rapidamente a este novo país, que o nosso comércio aqui receberá um grande e proveitoso aumento depois do próximo ano”*¹⁵⁵.

A análise do texto mostra que, se por um lado, a abertura dos portos era vista com bons olhos e era de interesse do governo norte-americano e dos mercadores locais entabular relações comerciais diretas com o Brasil, por outro lado, as estimativas de

¹⁵⁴ *Idem*, pp.53-4.

¹⁵⁵ *Idem*, p. 76.

desenvolvimento desse comércio não era muito promissoras, sendo os produtos comercializáveis limitados e o mercado consumidor brasileiro pequeno.

Quanto ao enviado português nos Estados Unidos, passado o entusiasmo inicial, avaliava a questão das relações comerciais de maneira menos otimista:

“Pouco vantajoso para estes Estados Unidos pode ser o Comércio d’aqui com o Brasil, porque lá pouco se precisão os gêneros que aqui há, alguns gêneros do Brazil poderão aqui deixar proveito, mas sendo mui poucos os que faria conta levar de cá para lá em retorno, claro está que o balanço de tal comercio todo seria a favor do Brasil e não é de supor se inclinarão a isso, enquanto lhes for permitido suprirem as Ilhas de Havana, Porto Rico, Sta Cruz e Varias, com gêneros de aqui que lá muito necessitão e trazerem de lá em retorno mais baratos do que do Brasil açúcar, Café e vários em que tanto se tem lucrado. (...)”¹⁵⁶.

Assim, avaliava a ida do representante americano para a corte no Rio de Janeiro, Mr. Sunter, como fato que influiria muito pouco na relação entre os dois países, revelando não ter conhecimento sobre nenhuma negociação específica de que fosse encarregado.

O agente português, em 1812, escreveu nova carta ao Sr. Silvanes Jenkins na qual explicava as condições do comércio português e brasileiro para os Estados Unidos na conjuntura do bloqueio comercial americano: ficavam proibidas todas as exportações de produtos franceses, direta ou indiretamente, além do que as demais mercadorias eram permitidas em todos os portos; destacava-se ainda a posição de Santa Catarina, porto franco, que aceitava o comércio de reexportação com tarifas de 4,5%¹⁵⁷. No mesmo

¹⁵⁶ O ofício tem data de 1 de fevereiro, logo, menos de um mês antes da assinatura dos tratados com a Inglaterra, que estabeleceram tarifas preferenciais ao comércio inglês. A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), em **1 de Fevereiro de 1810**.

¹⁵⁷ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 412 (1810-1816). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Mr. Silvanes F. Jenkins, em **18 de fevereiro de 1812**.

contexto, em 1815 enviou correspondência a Norfolk, explicitando as condições do comércio com o Brasil e elencou as mercadorias que usualmente se exportavam dos Estados Unidos, a saber: farinhas, velas de espermacete, presuntos, gin e cartuchos¹⁵⁸.

A partir de 1815, os ofícios do Ministro das Relações exteriores e dos agentes consulares portugueses não tratam mais da questão comercial, o que indica que as relações se estabilizaram nos patamares acima mencionados. Nem os Estados Unidos e nem o Brasil constituíam grande parceiro comercial no compute geral do comércio externo, mas ambos percebiam a importância política e estratégica dessas relações.

O retorno da corte para Portugal e a declaração da independência do Brasil por D. Pedro I foram outro tópico recorrente da correspondência oficial da diplomacia portuguesa nos Estados Unidos. Ao analisar as perspectivas para o comércio luso-brasileiro, em 1823, o representante Francisco Solano Constâncio avaliava que, mesmo que o Brasil permanecesse independente de Portugal, estabelecendo-se um estado de sossego, com um governo regular, as relações entre Portugal e Brasil ainda seriam preponderantes nas relações comerciais de ambos. No entanto, afirmava que:

“Não vejo, todavia, ao presente probabilidade de se verificar tão fausta e desejável perspectiva, e como nos [sic] crise politica e comercial em que nos achamos digo vemos, cumpre aproveitar todos os recursos, e crear outros novos que supporão graves perdas já experimentadas ou de que estamos ameaçados, por esse motivo é que tenho lembrado a necessidade de dar mais extensão ao nosso comércio com aquelas Nações que a isso se prestarem, ainda que seja um prejuízo das Relações, hoje interrompidas, entre o Brasil ou a maior parte dele. (...)”¹⁵⁹.

Desse modo, Solano Constâncio procurava mostrar ao ministro e à coroa, as

¹⁵⁸ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para J. B. Nones, em **15 de julho de 1815**.

¹⁵⁹ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 410 (1822-1828). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, em **14 de maio de 1823**.

possibilidades de inserção de Portugal no comércio americano bem como avaliava as possibilidades para a economia lusa, caso a independência do Brasil realmente se consolidasse. Apesar de mais vantajoso, o enlace com o Brasil poderia ser abalado definitivamente pela independência e, nesse caso, seria melhor para Portugal se precaver, ampliando suas relações externas.

Ainda no mesmo ano, em julho, o agente prestava informações do posicionamento dos Estados Unidos perante a guerra de independência do Brasil. Segundo ele, os Estados Unidos estavam contrabandeando pólvora e munições principalmente para Pernambuco, situação que não podia ser remediada por suas representações ao governo americano, posto que eram ilegais. Sugeriu ao governo português, como forma de impedir esse contrabando, o envio de esquadras para interceptar as embarcações norte-americanas. Por fim, comentava ainda o caráter liberal do governo que o Imperador Pedro I se propunha a implementar¹⁶⁰.

Em resposta aos ofícios enviados dos Estados Unidos, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmela, mandou instruções ao agente português no sentido de informar a corte sobre qualquer alteração no quadro das relações entre Brasil e Estados Unidos, principalmente no que se referia ao reconhecimento da independência brasileira. Palmela ainda salientava que os objetivos da monarquia portuguesa eram:

*“os mais paternaes, e mesmo liberaes para os Brasileiros, e que bem longe de intentar sujeitar de novo aquele Paiz a hum monopolio comercial, Deseja ao contrario assegurar-lhe o maior grao de independência administrativa compativel com a unidade da Monarquia”*¹⁶¹.

Os ofícios enviados durante o ano de 1824 mostram como esse momento foi crucial para a independência brasileira e a importância dos Estados Unidos nesse

¹⁶⁰ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 410 (1822-1828). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, em **3 de julho de 1823**.

¹⁶¹ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **4 de Dezembro de 1823**.

contexto. Entre janeiro e março deste ano, foram enviados quatro ofícios para o representante português, todos contendo relatos sobre a situação com o Brasil, instruindo-o sobre as atitudes que deveriam ser tomadas em nome da coroa portuguesa.

Em 5 de janeiro, em ofício ao representante português Joaquim Barroso Pereira, o Marques de Palmela relata a situação das negociações da independência, incluindo a ida de emissários portugueses ao Brasil, e suas instruções de negociação com o D. Pedro I¹⁶². Em 2 de fevereiro, sabendo do fracasso das negociações, Palmela envia novo ofício, relatando a forma por que foram recebidos os enviados de Portugal e salientando novamente a intenção de manutenção da paz dos povos e as intenções do monarca de guiar seus súditos ao melhor caminho, posto que estariam iludidos por idéias errôneas sobre o governo e que o príncipe D. Pedro I estaria constrangido a agir contra suas próprias crenças e virtudes¹⁶³. Ainda no mesmo ofício, mandava em anexo cópia do relatório dos emissários portugueses, em que mostravam toda a vexação que passaram ao tentar desembarcar no Rio de Janeiro para tratar com D. Pedro¹⁶⁴.

No dia seguinte, 03 de fevereiro, Palmela escreveu um novo ofício, em que abordava diversos aspectos das relações entre Portugal, Brasil e Estados Unidos. Em primeiro lugar, instruía o enviado português a não empreender negociações para um possível tratado de comércio luso-americano, tendo em vista a instabilidade e indefinição das relações com o Brasil até o momento. Quanto à questão do reconhecimento da independência brasileira, manifestava sua crença de que *“não é de esperar que da parte d’esse Governo haja maior precipitação em reconhecer a independencia do Brasil”*¹⁶⁵. Para isso, argumentava que mesmo que o espírito de proselitismo republicano pesasse na opinião publica nacional americana, o governo dos Estados Unidos não deveria incorrer nessa demonstração de hostilidade para com o

¹⁶² A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **5 de Janeiro de 1824**.

¹⁶³ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **2 de fevereiro de 1824**.

¹⁶⁴ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90.

¹⁶⁵ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **03 de fevereiro de 1824**.

governo português, antigo e fiel aliado da república americana. Ressaltava ainda o fato de o auto-proclamado Imperador do Brasil era o legítimo herdeiro da coroa portuguesa, o que não fazia supor que a separação, se ocorresse, fosse duradoura, o que corroboraria com a vontade dos americanos de não se indisporerem com o governo de Sua Majestade¹⁶⁶.

Com a piora nas relações luso-brasileiras e a situação de convivência do Estado americano em relação à independência do Brasil, Palmela envia novo ofício ao enviado português em 04 de março. Nesse ofício, o ministro dava instruções sobre a forma pela qual Joaquim Barroso Pereira deveria proceder no caso de chegarem embarcações com a bandeira brasileira aos portos americanos, alegando que nesse caso as autoridades portuguesas deveriam enviar reclamação ao governo americano imediatamente, sob a justificativa de que não poderia haver tal bandeira e que os súditos brasileiros estavam sujeitos ao controle de Sua Alteza Real. Também instruía-o no sentido de confiscar os bens do patrimônio real que se encontrassem dentro das embarcações, tais como Pau Brasil e Diamantes¹⁶⁷.

A despeito das providências intentadas pelo ministro português, o Congresso americano reconheceu a independência brasileira em 04 de maio de 1824, sendo o primeiro governo que o fez oficialmente. Ao formular o reconhecimento, os Estados Unidos alegaram, segundo os princípios da recém estabelecida Doutrina Monroe, que apoiavam os governos de facto e, portanto, reconheciam a autoridade de D. Pedro I sobre o Império Brasileiro¹⁶⁸.

Em 24 de setembro, Palmela mandou instruções ao enviado português nos Estados Unidos, pedindo que vigiasse o representante do Império Brasileiro, procurando saber o teor das relações americanas e brasileiras¹⁶⁹. Finalmente, em novembro de 1825,

¹⁶⁶ *Idem*.

¹⁶⁷ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **4 de Março de 1824**.

¹⁶⁸ Cf. PERKINS, Dexter. *A History of the Monroe Doctrine*. Boston: Little, Brown and Company, 1941.

¹⁶⁹ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **24 de setembro de 1824**.

o Ministro dava conta ao encarregado do reconhecimento da independência do Brasil, incluindo em anexo o anúncio oficial publicado na Gazeta de Lisboa¹⁷⁰.

A partir da análise dos ofícios e cartas emitidos pelos ministros e diplomatas portugueses, podemos perceber como perante a questão da independência, os Estados Unidos assumem posição de relevo nas preocupações da política externa portuguesa. Multiplicaram-se os ofícios e cartas instruindo o representante português sobre o modo como deveria agir, sobre as esperanças e atitudes da coroa portuguesa em relação à emancipação do Brasil. Por ter sido pioneiro na emancipação da metrópole e grande apoiador das independências da América Espanhola, os Estados Unidos são um polo de atração aos revolucionários brasileiros, que viam alí uma chance de reconhecimento de sua emancipação.

Quanto às negociações para um tratado de comércio, destacamos duas alusões, em 1836, que intercalam a questão da assinatura do tratado de comércio entre Portugal e Estados Unidos e as negociações luso-brasileiras em formalizar uma aliança. No primeiro ofício, o Conde de Vila Real, Ministro dos Negócios Estrangeiros, parabenizava o agente por sua atuação nas tentativas de diminuir os direitos pagos pelos produtos portugueses nas alfândegas americanas. Alertava-o também para o boato que estava circulando sobre a assinatura de um tratado de comércio entre Portugal e Brasil, dizendo que as especulações a esse respeito eram infundadas e que *“não se daria uma preferencia aos produtos do Brasil sobre outros semelhantes que nos podem vir dos Estados Unidos, por se assuntar que os portos d’essa Republica podem oferecer mais vantagens aos Comércio Português, em razão da extensão do mercado”*¹⁷¹.

Alguns meses depois, em dezembro, a posição do Ministro português alterou-se substancialmente. Declarando ter tomado conhecimento de que os americanos legislarão contra os portugueses em caso de assinatura de um tratado com o Brasil, o ministro afirmava que apesar de não existirem negociações em curso para nenhum acordo nesse sentido, Portugal teria todo direito de fazê-lo se assim quisesse pois

¹⁷⁰ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **15 de novembro de 1825**.

¹⁷¹ A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **28 de maio de 1836**.

“nem essa [Estados Unidos] nem alguma outra nação tem conosco tão antigas nem tão fortes razões a exigir de Portugal iguais vantagens ás que a este Reino convenha estipular com aquele Império o qual também como Vmce acertadamente pondera, não se limita, como os Estados Unidos, a receber dos nossos produtos tão somente o vinho, e sal, mas recebe muitos outros dos nossos gêneros, que não achariam mercado nesse pais, aonde de mais a mais se admitem os vinhos das mais Nações, especialmente os de França com mais diferença de Direitos contra nós, diferença que como Vmce informa, ainda existe, por haver sido geral a redução neles feita ultimamente(...)”¹⁷².

O governo de Portugal oscilava, assim, entre uma posição de distanciamento em relação à antiga colônia, com a busca de novos parceiros e novos mercados para os gêneros produzidos no Reino, e um posicionamento mais conciliatório, que reconhecesse a importância do Brasil para o comércio externo do Reino.

A partir da análise dos ofícios e correspondência oficial dos ministros portugueses com os agentes enviados aos Estados Unidos, fica claro o papel representado pelo Brasil nas relações luso-americanas. Antes da abertura dos portos brasileiros, o comércio restringia-se à metrópole, baseando-se principalmente na troca de produções do Reino e reexportações do oriente e de outras partes da Europa. A vinda da corte abre novos campos de atuação para os comerciantes americanos, que demonstram interesse imediato em estabelecer relações diretas com o Brasil.

Nesse momento de reconfiguração da monarquia portuguesa, são inúmeros os ofícios e cartas dos agentes portugueses nos Estados Unidos procurando saber sobre a nova condição do Brasil, as estipulações alfandegárias a que estariam sujeitas embarcações estrangeiras e de que tipo de produto havia necessidade. Embora haja grande interesse em encetar relações comerciais, principalmente por parte dos americanos, existia o conhecimento da falta de interesse comercial que poderiam advir

¹⁷² A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **14 de dezembro de 1836**.

dessas relações tendo em vista que, mesmo havendo mercado para algumas produções brasileiras no mercado estadunidense, os Americanos podiam obtê-los nas Antilhas, onde havia mercado também para a compra de mercadorias dos Estados Unidos. Essa situação assinala para a existência de objetivos políticos e estratégicos para a criação de um vínculo entre Brasil e Estados Unidos, maior do que os interesses propriamente comerciais que poderiam advir dessa relação.

No momento da independência, os Estados Unidos atuaram como peça chave no reconhecimento do Império brasileiro. Nesse contexto o governo português demonstrou grande preocupação em relação à postura americana, seu posicionamento e apoio, mesmo que não declarado, a causa do novo país. Se em um primeiro momento a avaliação do Ministro português é de incredulidade em relação ao reconhecimento dos Estados Unidos, que considerava aliado seguro da monarquia portuguesa, gradualmente a documentação revela desconfiança e mesmo uma percepção de que o posicionamento americano seria dado menos por suas alianças e relações tradicionais do que pelos princípios gerais e internos adotados pelo governo americano, notadamente a Doutrina Monroe. Por fim, após a independência, o Brasil aparece como um empecilho ou como concorrência às relações luso-americanas. Nesse sentido, as autoridades portuguesas dicam dividas entre a proteção ao relacionamento com o Brasil, um dos principais fornecedores e consumidores de mercadorias em Portugal e as possibilidades de inserção no mercado ascendente norte-americano.

Em artigo recente, Jorge Martins Ribeiro analisou as relações luso-americanas no período da estada da corte no Brasil através da documentação oficial produzida por Thomas Sunter Jr, ministro plenipotenciário nomeado pelo governo estadunidense no momento em que a corte esteve no Brasil. O autor avaliou as posições do agente em várias das questões que ocuparam a diplomacia do período, sobretudo as relativas à questão inglesa e à inserção americana na economia brasileira¹⁷³.

Em primeiro lugar, o autor analisa as relações luso-americanas em relação ao Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho. Para ele, as ações do conde de Linhares foram muito importantes no sentido de estabelecerem-se relações comerciais e, mais ainda, no sentido de estimular os interesses americanos no país. Seguindo a correspondência de

¹⁷³ RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. “Alguns aspectos das relações luso-americanas durante o primeiro lustro da estada da corte portuguesa no Rio de Janeiro”, In: Silva, Francisco Ribeiro da; Cruz, Maria Antonieta; Ribeiro, Jorge Martins; Osswald, Helena (Orgs.). *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: FLUP, 2004, pp. 905-915.

Sunter, pondera que este considerava o Ministro como um homem de grande caráter, que sabia da necessidade de apoio inglês para os interesses de seu país mas que faria tudo o que estivesse a seu alcance para garantir a amizade de outros países¹⁷⁴.

Sobre o tratado de comércio firmado com a Inglaterra, o autor aponta o fato de o mesmo não ter sido visto pelo agente americano no Brasil como nocivo a causa americana visto que não impunha impedimentos para que outras nações obtivessem as mesmas vantagens comerciais. Frisava ainda em sua correspondência o fato de que as nações produtoras de gêneros ditos coloniais- como açúcar, tabaco e café - estarem sofrendo as consequências do bloqueio econômico europeu, o que abria possibilidades ao comércio intercontinental, sobretudo entre o Brasil e Estados Unidos¹⁷⁵.

A posição do Brasil perante a política externa inglesa é o tema de maior preocupação de Sunter. Ribeiro destaca diversas temáticas em que a posição do Brasil face aos desígnios ingleses foi cuidadosamente exposta pelo americano como, por exemplo, em relação a proibição do tráfico negreiro e o retorno ou não da casa real e da corte portuguesa para Europa, com a restauração do estatuto colônial. A conclusão de Sunter sobre a posição portuguesa foi de que D. João procurava fortalecer suas posições, tanto no Brasil quanto na Europa, silenciosamente, através de uma política de aparência de acordo pleno, que ratificasse as alianças com a Inglaterra mas que lhe permitiam ganhar tempo para formular suas próprias decisões, de acordo com os interesses da casa real¹⁷⁶.

A análise de Ribeiro mostra a posição americana face a conjuntura vivida pela monarquia portuguesa no Brasil. Importante perceber como os problemas portugueses e as soluções adotadas pelo regente são de extremo interesse para a política externa americana, sobretudo para a política de não intervenção nos assuntos europeus e nas possibilidades de formação de um mercado interamericano, assuntos aventados pelo Ministro americano no Brasil e que marcaram a política externa e o relacionamento entre Brasil e Estados Unidos ao longo do século XIX, como veremos adiante.

Em seguida, analisaremos a situação econômica do Brasil após a independência com o objetivo de entendermos se o momento era de crescimento ou retração das atividades econômicas e de que maneira os Estados Unidos inseriu-se em seus fluxos comerciais.

¹⁷⁴ *Idem*, p. 908.

¹⁷⁵ *Idem*, p. 909.

¹⁷⁶ *Idem*, pp. 912-914.

3.2 - A economia brasileira (1808-1860)

A partir da análise do modo como a diplomacia, principalmente o Ministro dos Negócios Estrangeiros e os agentes portuenses que atuavam nos Estados Unidos, observamos a preocupação com o desenvolvimento de novos laços comerciais e com o futuro arranque das economias americana e brasileira. Assim, faz-se necessária uma breve análise do panorama econômico brasileiro nesse momento.

A economia do Brasil ao final da época colonial de maneira geral e a montagem de suas estruturas próprias enquanto Império independente é tema recorrente nas discussões sobre a formação do Estado nacional¹⁷⁷. Esses estudos partem de diferentes preocupações, modelos e padrões comparativos, buscando verificar as origens e bases da configuração e desenvolvimento da economia atual do país. Frutos desse esforço são as diversas sínteses da história econômica do Brasil que se iniciam pela análise das formas produtivas e pelas bases da economia colonial.

Em todas essas propostas de análise, o fim do sistema colonial e a desmontagem do exclusivo comercial metropolitano são momentos - chave para compreensão do subsequente desenvolvimento econômico brasileiro. Analisaremos brevemente alguns desses modelos e o modo como a temática das relações comerciais foi enfocada para mostrar o debate historiográfico no qual pretendemos nos posicionar.

Uma das primeiras sínteses da economia brasileira¹⁷⁸ encontra-se no trabalho de Lemos Brito¹⁷⁹. O autor refere-se ao final do século XVIII e início do XIX como um período no qual a economia colonial estava em expansão, embora classifique as limitações impostas pela condição colonial como entraves para o desenvolvimento econômico.

Para ele, o principal problema da economia colonial era a questão comercial. As dificuldades e a falta de incentivo da coroa ao intercâmbio de novos artigos faziam com que a colônia continuasse um mercado de poucos gêneros. Ainda assim, destaca a

¹⁷⁷Os termos Brasil e país serão utilizados para designar o que seria a totalidade da colônia portuguesa à partir de 1808 e no Império brasileiro no pós- independência. Não consideramos portanto que as diferenças territoriais e jurisdicionais do final do período colonial ao território constituído pós independência sejam relevantes neste trabalho e que o emprego de uma nomenclatura única facilitará o entendimento do texto.

¹⁷⁸ Para uma explicação do enquadramento e principais autores de sínteses econômicas do Brasil até a década de 50 ver: IGLÉSIAS, Francisco, "Introdução", In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, Brasília: Editora da UNB, 1963, pp. xi-xxxiv.

¹⁷⁹BRITO, José Gabriel de Lemos, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

diversidade produtiva alcançada no final do século XVIII destacando principalmente a posição do açúcar, fumo, couros, madeiras, plantas medicinais, drogas, aguardente, café e pássaros, entre outros, como os produtos fornecidos do Brasil para Portugal antes da abertura dos portos fazendo um balanço regional da distribuição desses gêneros em 1808¹⁸⁰.

A transferência da sede da monarquia para o Brasil foi, para Lemos Brito, um marco na trajetória do Brasil. Foi a determinante de um novo momento da economia, uma verdadeira *emancipação econômica*, assumindo a viagem da corte *as proporções de verdadeira revolução social, política e econômica*¹⁸¹. O autor não fornece dados sobre o comércio brasileiro no período, mas avaliou a mudança de status e as novas relações comerciais brasileiras como aspectos positivos economicamente, embora sua análise não ultrapasse a independência política, em 1822.

Para Roberto Simonsen, no final do século XVIII e início do século XIX, *Portugal usufruiu (...) um período áureo de sua história econômica*¹⁸². Período esse que seria curto e passageiro visto que rapidamente substituído por uma série de dificuldades econômicas, de queda de preços e aumento das importações após a abertura dos portos.¹⁸³

O autor argumentou que os fatores que mobilizaram o incremento da produção colonial foram de ordem passageira como as guerras na América espanhola, os embargos ao comércio internacional decretados pelos americanos e as prolongadas guerras de independência com a Inglaterra. No entanto, fatores como a revolução industrial, os melhoramentos nos transportes e técnicas produtivas e as novas diretrizes do capitalismo comercial, se colocaram como elementos desfavoráveis à produção brasileira e, desta maneira, nem mesmo os efeitos benéficos à economia praticados pela transferência da sede da monarquia e pela abertura do comércio puderam impedir a reação negativa da economia¹⁸⁴.

Para o autor, após a independência política, a economia continuou sendo tipicamente colonial, dependente da exportação de gêneros tropicais. Sem a metrópole, ou seja, sem um mercado consumidor garantido para sua produção e tendo que

¹⁸⁰ *Ibidem*, pp. 285-292.

¹⁸¹ *Ibidem*, pp. 359-360.

¹⁸² SIMONSEN, Roberto C., *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, 3 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, p. 432.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 404.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 432.

concorrer com colônias que tinham em seus respectivos mercados metropolitanos benefícios que colocavam barreiras à entrada da produção brasileira, a situação econômica do Brasil piorou. Sendo assim, o período entre 1808 e 1844 caracterizou-se por sucessão de déficits econômicos, estabilizados a partir da inserção de um gênero agrícola novo, produzido para o abastecimento em escala mundial: o café. Mantinha-se, assim, a mesma estrutura econômica, de exportação de produtos primários do período colonial.¹⁸⁵

Caio Prado Junior inseriu a ruptura do sistema colonial em um quadro mais amplo: a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial. Para o autor, a vinda da Família Real para o Brasil, que levou a independência, foi a eclosão, em conjuntura favorável, de um processo de abertura econômica, que não se concluiu imediatamente. A metrópole portuguesa, naquele momento, representava para o Brasil simples “parasita” nas relações comerciais, um entreposto que foi eliminado através da conjuntura das guerras européias¹⁸⁶.

A abertura dos portos marcava nova fase da vida econômica do país, de crescimento econômico e grande estímulo ao comércio internacional. No entanto, a transferência da corte e as novas possibilidades de consumo agregadas pela ampliação das potencialidades de importação, geraram um aumento das despesas, que definiram os déficits nos balanços de pagamentos e o desequilíbrio da vida financeira do Brasil até a década de 1860. Esse déficit, saldado pelo afluxo de empréstimos estrangeiros e por uma política de desvalorização da moeda, seria o grande responsável pela drenagem de recursos do Império¹⁸⁷.

Existia um *desacordo fundamental entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente independente*. Foi esse “desacordo” que causou as dificuldades econômicas que a nação enfrentou durante todo o império e que afetaram todos os setores da vida do país. O café foi o produto que, momentaneamente, extinguiu essas dificuldades financeiras, mas não modificou a estrutura geral da economia, exportação de produtos agrícolas¹⁸⁸.

¹⁸⁵ SIMONSEN, *op. cit.*, p. 434-436. Para o autor, até a preponderância do café na economia nacional, os principais gêneros de exportação do Brasil continuam a ser o açúcar, o algodão, couro, tabaco, arroz e especiarias.

¹⁸⁶ PRADO JR, Caio, *História econômica do Brasil*, *op. cit.*, pp. 123-126.

¹⁸⁷ *Ibidem*, pp. 132, 133.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 140.

No final da década de 50, sob forte influência das teorias do subdesenvolvimento e da criação da CEPAL, Celso Furtado escreveu obra sobre a formação da economia nacional¹⁸⁹. retomou algumas das posições de Simonsen em sua análise da estrutura econômica da passagem da economia colonial a economia da nação independente. Para o autor, o século XVIII foi um período de crise, dado mascarado no final do período pela relativa euforia econômica vivida pelo Maranhão que, devido à conjuntura altamente favorável, elevava as receitas da colônia de maneira geral, através da produção de algodão¹⁹⁰.

A transferência do governo metropolitano e a abertura dos portos no início do século XIX, aliados à fatores circunstanciais como a guerra de independência dos Estados Unidos, a Revolução francesa com a subsequente invasão napoleônica, o colapso do Haiti, as dificuldades enfrentadas pelas colônias espanholas e a elevação temporária dos preços,¹⁹¹ deram a economia brasileira uma aparência de vitalidade que, quando restabelecida a situação, levou o Brasil a *sérias dificuldades nos primeiros decênios de vida, como nação politicamente independente, para defender sua posição nos mercados dos produtos que tradicionalmente exportava*¹⁹².

Os tratados de 1810 refletiam, assim, uma mentalidade liberal incompatível com o retorno que recebia das nações com as quais comercializava, notadamente a Inglaterra que exercia uma política liberal de comércio unilateral. A economia continuou dependente do modelo colonial, em que um gênero agrícola era o carro chefe da economia de todo o país, que mantinha-se dependente em relação aos mercados internacionais. Assim, a situação de dificuldade se amenizou a partir dos anos 30 do século XIX, quando o café iniciou sua ascensão como nova fonte de receitas¹⁹³.

Essas análises foram as pioneiras da história econômica do Brasil. Fornecem subsídio, tanto como visão ampla da formação do país como por apresentarem grande sistematização de dados sobre a economia do período, importantes para os estudos e debates subsequentes sobre a economia no final do período colonial e sua inserção como nação independente.

¹⁸⁹ Em trabalho recente, Roberto Pereira da Silva analisou a formação de Celso Furtado, texto que ajuda a compreender o panorama intelectual no qual escreveria, posteriormente sua obra clássica. Cf. SILVA, Roberto Pereira. *O Jovem Celso Furtado. História, política e economia*. Bauru, SP: Edusc, 2011.

¹⁹⁰ FURTADO, Celso, *op. cit.*, pp. 113-118.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 116.

¹⁹² *Ibidem*, p. 117.

¹⁹³ FURTADO, *op. cit.*, p. 123.

O trabalho de Fernando Novais ressaltou a importância de não se analisar a ruptura de um ponto de vista estritamente econômico ou político. Para ele, o fim do sistema colonial foi uma crise estrutural, resultante dos mecanismos constituintes do próprio sistema que em seu desenvolvimento criou os mecanismos que o iriam tornar insustentável¹⁹⁴.

Dessa forma, as crise do sistema e a independência do Brasil estariam associadas tanto as mudanças de caráter sócio-cultural quanto à parâmetros como o aumento da população, da capacidade produtiva e da acumulação de capital oriundo do próprio sistema, fatos esses que possibilitaram tanto a gradativa tomada de consciência dos colonos sobre sua situação de exploração quanto a formação de uma economia capaz de autonomizar-se em relação à metrópole¹⁹⁵.

Também na chave de interpretação do Antigo Sistema Colonial¹⁹⁶, José Jobson de Andrade Arruda, analisou o comércio colonial de Brasil e Portugal entre 1796 e 1808 e percebeu os principais mecanismos de funcionamento das relações comerciais no fim do período colonial e as bases da economia legadas ao período posterior a abertura dos portos brasileiros¹⁹⁷.

O autor realizou levantamentos minuciosos dos dados do comércio de Portugal com os seus domínios, em especial o Brasil, presentes nas *Balanças de Comércio do Reino* e percebeu que no final do século XVIII houve uma diversificação das pautas comerciais brasileiras com a metrópole oriunda da uma expansão da produção brasileira, principalmente de matérias-primas, o que inverteu a balança de comércio em favor da colônia.

Constatada a maior diversidade produtiva e os balanços comerciais favoráveis, o autor analisou a economia colonial face às flutuações européias e os fatores que levaram a transformação dessas relações, diferenciando as flutuações econômicas coloniais das

¹⁹⁴ NOVAIS, Fernando A., *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1830)*, 7 ed., São Paulo: Hucitec, 1979, p. 301.

¹⁹⁵ Ver principalmente os Capítulos 3 e 4. *Idem*.

¹⁹⁶ Entendemos o posicionamento dos autores como linha de análise que se contrapõe tanto à tendências em atribuir um certo arcaísmo à metrópole portuguesa e sua forma de inserção na configuração européia como aquelas que minimizam o peso da exploração colonial e a ruptura advinda da independência. Para este debate ressaltamos como contraponto as análises de ALEXANDRE, Valentin. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993 e FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

¹⁹⁷ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

metropolitanas. A partir desse quadro, conclui que as mudanças que levaram à prosperidade do final do século XVIII e início do XIX foram estruturais¹⁹⁸, causaram a crise do Antigo Sistema Colonial e à prosperidade econômica efetiva e duradoura na econômica brasileira, posição contrária às análises de Simonsen e, principalmente, de Celso Furtado. Nesse sentido, Jobson Arruda aproximou-se das análises de Caio Prado Junior e Fernando Antonio Novais¹⁹⁹.

Este trabalho se insere nessa linha de interpretação. Partimos da idéia de *prosperidade efetiva*²⁰⁰ e entendemos o período posterior a abertura dos portos como a *era do liberalismo econômico*²⁰¹. Dessa forma, podemos dividir a economia brasileira de 1796-1860 em dois momentos: o primeiro, de 1796-1808, em que o crescimento econômico foi ao mesmo tempo explícito e limitado pelas estruturas que atrelam a economia colonial a metrópole; o segundo, de 1808-1860, uma época de transição na qual, apesar de haver crescimento econômico, amparado em fatores estruturais da economia mundial, o Brasil viveu um período de reconfiguração, tanto econômica como política, e enfrentou dificuldades para se readaptar internamente às novas necessidades de sede da monarquia portuguesa.

Aliando a análise da conjuntura econômica brasileira àquela já exposta sobre o estabelecimento das relações econômicas e políticas com os Estados Unidos, percebe-se uma vez mais, o comércio como uma forma de entabular relações diplomáticas e buscar o fortalecimento político dos Estados, tanto no campo Europeu, quanto em relação aos demais países em formação na América Latina. A consolidação das relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos viria somente mais tarde, a partir do desenvolvimento e expansão da lavoura cafeeira e da consolidação dos Estados Unidos como grande consumidor desse gênero, conforme analisaremos adiante.

¹⁹⁸Partindo da análise de Caio Prado o autor define esses fatores como: Crescimento da população européia, incremento das atividades comerciais, revolução industrial, guerras marítimas nas rotas de trânsito, desorganização da produção antilhana e aparecimento do algodão; destacando seu caráter predominantemente estrutural. *Idem*, p.638.

¹⁹⁹ Ver principalmente os Capítulos 2 e 5. *Idem*.

²⁰⁰ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*, *op. cit.*

²⁰¹ PRADO JR, Caio, *História econômica do Brasil*, *op. cit.* Para o autor a era do liberalismo compreende o período entre 1808-1850.

3. 3- A consolidação das Relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos

Tradicionalmente o século XIX brasileiro é considerado o século inglês. A vinda da família real para a colônia e a abertura dos portos brasileiros ao comércio com as nações amigas marcaram o início do novo século e da história econômica do Brasil independente. Somando-se à aliança antiquíssima entre Portugal e Inglaterra, o apoio militar e a escolta da família real foram feitos como bases de troca, estabelecidos pela convenção secreta de 1807 o que, virtualmente, colocava o Reino em uma posição de dependência em relação aos britânicos, fazendo do Brasil, nas palavras de Jobson Arruda, uma colônia “entre impérios”: se por uma lado se afrouxavam as relações monopolistas em relação a metrópole européia, a abertura dos portos e os tratados de 1810 encetaram condição de dependência inglesa²⁰².

A preeminência britânica no Brasil ao longo do século foi tema largamente estudado pela historiografia brasileira e inglesa. Isolada do comércio europeu pela situação causada pelas guerras napoleônicas e em estado de guerra com sua antiga colônia na América do Norte, o comércio com a região da América do Sul, ou seja, com as colônias e ex-colônias espanholas e portuguesas, tornou-se alternativa para o escoamento da produção britânica, mercado essencial para a continuidade do aparato produtivo inglês em momento em que suas relações externas passavam por fase tão delicada²⁰³. Destaca-se ainda, a participação do capital britânico nas casas comerciais estabelecidas no Rio de Janeiro e através dos grandes bancos e empresas de capital

²⁰² Recentemente, muitos trabalhos e coletâneas de textos foram editados sobre a abertura dos portos brasileiros, que completou 200 anos em 2008. Ver: MARTINS, Ismênia e MOTTA, Márcia (Org.). *1808: A Corte no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2010; OLIVEIRA, Luís Valente de e RICUPERO, Rubens. *A abertura dos portos*. São Paulo: SENAC, 2007; ARRUDA, J. J. A. . *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2008; SILVA, Alberto da Costa e (org.). *História do Brasil Nação (1808-2010). Crise colonial e independência* (v.1), Rio de Janeiro: Objetiva, 2011; JANCÓS, István (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005; COUTO, Jorge (org.). *Rio de Janeiro: Capital Geográfica do Império Português (1808-1821)*, Lisboa: Tribuna, 2010.

²⁰³ Olga Pantaleão explicita a situação inglesa e a corrida inicial para o estabelecimento de casas comerciais e o envio de mercadorias inglesas para o Brasil. A autora ainda mostra como diversas casas comerciais, desconhecedoras do mercado brasileiro ou mesmo abaladas pela vertiginosa dos preços causada pelo grande afluxo de mercadorias, acabaram falindo ou indo a bancarrota e as consequências desse processo para economia inglesa. PANTALEÃO, Olga. “A presença inglesa”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, v.3, 9. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 75-114.

britânico, responsáveis em grande medida pela modernização do Império brasileiro ao longo do século XIX^{204,205}.

Em trabalho de 1970, Antonia Wright introduziu a participação americana nos estudos sobre o século XIX brasileiro. Para a autora, na primeira metade do século foi óbvia a predominância da Grã-Bretanha em termos econômicos e da França em termos culturais no Brasil. A autora analisou a presença dos Estados Unidos na economia brasileira desse momento não como um competidor a altura das relações inglesas mas em termos de “desafio” americano à preponderância comercial inglesa. A inserção americana na economia brasileira na segunda metade do século seria, assim, resultado de uma bem articulada e agressiva política americana de orientada para uma ação combativa às posições inglesas²⁰⁶. Assim, avaliava que:

“Esse desafio não é estrepitoso e nem tampouco pode ser submetido aos esquemas comuns para sua caracterização, porquanto os fatos que o revelam processam-se em áreas diferentes, sobretudo até 1850. Demonstram, porem, claramente, as bases de um esquema norte-americano que incluía planos de política nacional e continental a longo prazo e não simplesmente uma disputa de mercados”²⁰⁷.

Ainda nos anos 70, Moniz Bandeira escreveu obra sobre a presença dos Estados Unidos no Brasil. Embora o objetivo principal do autor esteja na análise do papel dos americanos principalmente no século XX, com as polarizações oriundas da II Guerra

²⁰⁴ Ver: MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973, pp. 192-218; FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil. Aspectos da influência Britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948; GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

²⁰⁵ Síntese de sua tese de doutorado, defendida em 1997, e de seus trabalhos mais recentes, Carlos Gabriel Guimarães faz excelente balanço da historiografia sobre a presença econômica inglesa no Brasil e o processo de industrialização. Cf. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio do Brasil Imperial. Os casos da sociedade bancária Mauá, MacGregor & Cia (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Philips & Cia (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 221-232.

²⁰⁶ WRIGHT, Antonia F. P. de Almeida, *Desafio a preponderância Britânica no Brasil: 1808-1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 6.

²⁰⁷ *Idem*, p. 21, grifo nosso.

Mundial e da Guerra Fria, o texto fornece uma das primeiras e únicas análises da participação política e econômica dos Estados Unidos ao longo do século XIX²⁰⁸.

Segundo o autor, os americanos desempenharam um papel político importante no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro, sendo constante a busca de auxílio por parte dos brasileiros, tanto no exemplo da independência americana tanto no apoio político e militar de seu próprio processo de independência. Assim, após a abertura dos portos brasileiros e durante a estada da corte no Brasil, os Estados Unidos iniciaram sua atuação direta no Brasil, visando, em primeiro lugar, observar o movimento dos britânicos na corte portuguesa e a sua influência sob as decisões políticas e militares de Portugal e, além disso, estabelecer novos vínculos econômicos diretos com o Brasil, tendo já em vistas a possibilidade da autonomização da economia do continente americano²⁰⁹.

A partir da análise de dados sobre o comércio americano e da análise da correspondência de representantes de ambos os governos, oficiais ou não, no decurso do processo de independência, o autor verifica a continua busca brasileira pelo apoio dos americanos em seus movimentos de insurreição contra Portugal e para o reconhecimento da independência, mostrando como nesse momento os americanos faziam uma política dúbia: se por um lado apoiavam ideologicamente as independências e principalmente a formação dos governos republicanos, por outro não queriam se envolver com as questões européias, evitando conflitos que comprometessem a consolidação interna do recente estado americano²¹⁰.

Buscando compreender as ligações entre Estados Unidos e Brasil, principalmente em relação à política externa e às vinculações ideológicas dos países, Willian Lloyd Cumiford defendeu, em 1977, vinculando as duas nações no cenário político americano do século XIX. Para o autor, o interesse americano no Brasil vinculava-se sobretudo à necessidade de autonomia em relação a antiga metrópole e a Europa. Após a vinda da Corte e com os acontecimentos que levaram à independência em relação à Portugal, o Brasil passava a ser entendido pelos americanos como a outra grande potência da América e, sendo assim, peça fundamental para eficácia da política

²⁰⁸ BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

²⁰⁹ *Idem*, pp. 25-36.

²¹⁰ IOs dados do comércio externo foram coletados a partir dos dados de Thimoty Pikitin e Pandia Calogeras. *Idem*, pp. 71-120.

externa americana em relação à América, além do que, ressaltava-se a intenção de brasileiros na instalação de um governo republicano, aos moldes dos Estados Unidos²¹¹.

Para o autor, a maior dificuldade no relacionamento entre os países e no estabelecimento de relações mais estáveis foi a diferença ideológica entre o novo Império - ligado à Europa por laços de sangue e assim, não dissociado do destino da antiga metrópole européia - e a República americana, que buscava cada vez mais autonomia em relação à Europa e disputava os espaços americanos com a sua antiga metrópole. Mesmo assim, para ele, a história das relações entre Brasil e Estados Unidos no século XIX pode ser entendida como um momento de cooperação e mutuo benefício para ambas as nações.

*“Ao longo dos anos, um lento mas firme desenvolvimento de relações comerciais caracterizou a diplomacia entre os Estados Unidos e o Brasil. Diferentemente dos Estados hispano-americanos, o Brasil oferecia-se como um polo de endossamento da Doutrina Monroe”*²¹².

Ainda em 1835, Timothy Pitkin foi além da apresentação da conjuntura e dos problemas relativos ao estabelecimento de relações entre Brasil e Estados Unidos, fornecendo uma análise quantitativa acerca do comércio externo norte-americano a partir do período da independência até o momento em que escrevia, assim o autor procurava mostrar o peso da participação externa no total da economia americana²¹³. Para o período que vai de 1821 a 1833, o autor apresentou dados seriados sobre o comércio dos Estados Unidos, com as quantidades de importação, exportação – desmembrada em produtos estrangeiros ou nacionais - saldo do comércio externo e sua composição, por nação.

A partir da sistematização e análise dos dados fornecidos por ele concluímos que, de maneira geral, houve um crescimento pequeno nos valores transacionados pelos

²¹¹ CUMIFORD, William Lloyd. *Political ideology in United States- Brazilian relations, 1808-1894*. Tese de doutorado, Faculdade do Texas, 1977, pp. 8-23.

²¹² *Idem*, p. 188.

²¹³ PITKIN, Timothy. *A statistical view of the commerce of the United States of America: including also an account of Banks, Manufactures and international trade (...)*. New Haven: Durie & Pack, 1835, 2v.

Estados Unidos ao longo do período. O saldo do comércio americano variou muito, tendo anos positivos e negativos, com o saldo total deficitário²¹⁴.

Gráfico 28- Importação e Exportação dos Estados Unidos da América (1821-1833)

Tabela 19- Importação e Exportação dos Estados Unidos da América (1821-1833)

Ano	Importação	Exportação	Saldo
1821	62585724	64974382	2388658
1822	83241541	72160281	-11081260
1823	77579267	74699030	-2880237
1824	80549007	75986657	-4562350
1825	96340075	99535388	3195313
1826	84974477	77595322	-7379155
1827	79484068	82324827	2840759
1828	88509824	72264686	-16245138
1829	74492527	72358671	-2133856
1830	70876929	73849508	2972579
1831	103191124	81310583	-21880541
1832	101029265	87176943	-13852322
1833	108118311	90140433	-17977878
Total	1110972139	1024376711	-86595428

²¹⁴ Os gráficos e planilhas abaixo foram elaborados a partir dos dados sobre o comércio americano apresentados por Pitkin. PITKIN, Timothy. *A statistical view of the commerce of the United States of America: including also an account of Banks, Manufactures and international trade (...), op. cit.*

Seguindo a tendência geral, o comércio com o Brasil, na maior parte do anos e no saldo final também foi deficitário para os Estados Unidos. As transações entre os dois países aumentaram em valores absolutos, percebendo-se uma tendência de alta mais acentuada a partir de 1830, embora não possamos confirmar se se tratava de alta apenas conjuntural.

Gráfico 29- Importação e Exportação dos Estados Unidos da América (1821-1833)

Tabela 20- Comércio dos Estados Unidos da América com o Brasil (1821-1833)

Ano	Importação	Exportação	Saldo
1821	605126	1381760	776634
1822	1486567	1463929	-22638
1823	1214810	1341390	126580
1824	2074119	2301904	227785
1825	2156707	2393754	237047
1826	2156678	2200349	43671
1827	2060971	1863806	-197165
1828	3097752	1988705	-1109047
1829	2535467	1930027	-605440
1830	2491460	1843238	-648222
1831	2375829	2076095	-299734
1832	3890845	2054794	-1836051
1833	5089693	3272101	-1817592
Total	31236024	26111852	-5124172

Embora o aumento dos valores totais transacionados com o Brasil seja significativo, quando comparado aos valores do comércio total dos Estados Unidos as

trocas com o Brasil não chegaram em nenhum momento a valores acima dos 4% do total das exportações e 5% dos valores de importações. Esses dados corroboram a hipótese de que, embora houvesse interesse político e estratégico dos dois países em estreitar as relações comerciais, no período que se seguiu a independência brasileira até 1833, essas relações aumentam, mas não atingem patamares significativos no computo geral das transações comerciais.

Tabela 21- Importação e Exportação dos Estados Unidos da América. Total e participação do Brasil (1821-1833)

Ano	Importação Total	Importação Brasil	%	Exportação Total	Exportação Brasil	%
1821	62585724	605126	1,0	64974382	1381760	2,1
1822	83241541	1486567	1,8	72160281	1463929	2,0
1823	77579267	1214810	1,6	74699030	1341390	1,8
1824	80549007	2074119	2,6	75986657	2301904	3,0
1825	96340075	2156707	2,2	99535388	2393754	2,4
1826	84974477	2156678	2,5	77595322	2200349	2,8
1827	79484068	2060971	2,6	82324827	1863806	2,3
1828	88509824	3097752	3,5	72264686	1988705	2,8
1829	74492527	2535467	3,4	72358671	1930027	2,7
1830	70876929	2491460	3,5	73849508	1843238	2,5
1831	103191124	2375829	2,3	81310583	2076095	2,6
1832	101029265	3890845	3,9	87176943	2054794	2,4
1833	108118311	5089693	4,7	90140433	3272101	3,6

Embora não existam dados pormenorizador sobre o comércio externo brasileiro por nação até a década de 1840, dispomos de levantamento e composição geral do comércio externo realizada pelo IBGE e recentemente sistematizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, na forma de CD-ROM²¹⁵. Para a primeira década após a abertura dos portos brasileiros (1808-1820) os dados são mais esparsos, e os levantamentos mostram uma predominância de saldos negativos para o comércio brasileiro, que importava das nações mais do que exportava em todos os anos da década. Quanto ao tipo de mercadorias de exportação, destacavam-se o açúcar, o algodão, as peles e os couros. Os levantamentos não contém indicativos dos montantes de cada uma das mercadorias ou de sua participação proporcional ao montante geral das transações.²¹⁶

²¹⁵ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *200 anos de Comércio Exterior*.

²¹⁶ Os dados citados para a análise da conjuntura de 1808-1839 foram todos retirados dos levantamentos acima referidos e estão sistematizados no ANEXO 2 desta dissertação.

Para a década de 1821-1830, o saldo do comércio manteve-se negativo, com exceção dos anos de 1823 e 1828. Em geral, verifica-se um aumento dos montantes devidos, embora não se possa afirmar que sejam progressivos, havendo variações ano a ano que não se enquadram em uma lógica de crescimento contínuo de déficits. No que diz respeito ao tipo de mercadorias comercializadas, destaca-se a predominância do açúcar, com 32,2% do total, seguido pelo algodão e pelo café, quase empatados, com 20% e 18,6% do total exportado, respectivamente.

Nos anos 30 (1831-1839) a tendência dos déficits no balanço do comércio externo manteve-se. A grande diferenciação em relação ao período anterior deu-se em relação a posição ocupada pelos gêneros de exportação: o café passou a representar 43,8% dos totais transacionados, seguido pelo açúcar e pelo algodão, com 24% e 11%, respectivamente.

As décadas seguintes, até os anos 1860 confirmam essa viragem na importância dos gêneros comercializados. Assim, na década de 1840 o café foi responsável por 41,3% das exportações, o açúcar por 26,7% e o algodão por 7,5%; nos anos de 1850, o café subiu para 48,8% contra 21,2% e 6,2% do açúcar e do algodão.

Importante notar ainda que a manutenção da importância relativa do café em relação ao montante global das exportações brasileiras foi acompanhada pelo aumento dos totais exportados pelo Brasil que, dos anos de 1820 à 1860 quase quadruplicaram, passando de um total de 258.050\$000 na primeira década para 900.532\$000 no último decênio, ou seja, os valores absolutos da exportação do café acompanharam e até mesmo impulsionaram o crescimento do total exportado: de 45.246\$918 que totalizava na década de 1820 passou a 439.459\$616 na década de 50, ou seja, as exportações do gênero cresceram mais de dez vezes ao longo da primeira metade do século XIX.

A partir da década de 1840, o Império brasileiro sistematizou os dados relativos ao comércio externo nos *Mappas estatísticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil*²¹⁷. Os *Mappas* contém uma descrição detalhada dos totais comercializados por nação, porto, mercadorias, quantidades e ainda dos direitos alfandegários pagos por cada uma delas na entrada ou saída do país. A análise dessa documentação nos fornece mais dados sobre a composição das relações comerciais do Brasil.

Embora disponíveis somente a partir da década de 1840, a análise sistemática dos dados relativos ao comércio brasileiro com Portugal, Inglaterra e Estados Unidos no

²¹⁷ *Collecção de mappas estatísticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil no anno financeiro de [1841-1860]*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

primeiro biênio, ou seja, 1841 e 1842, permitiram-nos formular algumas considerações acerca da participação americana na economia brasileira²¹⁸.

No campo das importações, manteve-se a preponderância inglesa, principalmente baseada nos produtos têxteis – tanto as manufaturas de algodão, como os linhos e sedas – porém, verificou-se uma notável participação americana baseada na compra pelo Brasil de trigo e farinhas, que ocuparam o segundo lugar nos itens de maior importação em 1841 e terceiro em 1842, revesando sua posição com os vinhos portugueses, largamente consumidos na antiga colônia.

Quanto aos gêneros exportados, destacavam-se o café, o açúcar o algodão e os couros. O café- que nesse momento já atingia o patamar de principal gênero de exportação brasileiro, posição que manteria até o final do século – era majoritariamente exportado para os Estados Unidos, que absorvia cerca de 30% da produção contra aproximadamente 15% da Inglaterra e 1% de Portugal. Quanto ao açúcar, segundo item da pauta, a predominância era inglesa. Nos anos analisados, os ingleses absorveram em média 25% das exportações, os Portugueses aproximadamente 10% e os americanos, um máximo de 6%.

No caso do algodão, terceiro item em importância na pauta das exportações, os mercados português e americano não tinham importância significativa, sendo os ingleses responsáveis pela compra de mais de 80% da produção nacional. Por fim, no caso dos couros – verdes, secos e salgados – não existia uma predominância clara de nenhuma das nações, que variavam sua participação na compra de cada um desses itens. Embora fragmentados, esses dados mostram a diversidade de parceiros brasileiros e a importância que as transações com os Estados Unidos assumiam, tornando-se fornecedor de gênero de abastecimento e principal comprador do produto brasileiro que assumiu maior importância relativa dentro das pautas comerciais, tendência que se consolidou cada vez mais na segunda metade do século XIX.

²¹⁸ Os dados nos quais baseamos esta breve explanação encontram-se parcialmente expostos nas tabelas a seguir e pormenorizados no ANEXO 3 desta dissertação.

Tabela 22- Produtos de maior Exportação do Brasil (1841-1842)

Mercadoria	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Oficial	Taxa	Direitos	Valor Total	País	Valor proporcional	% do Total
Café	Arrobas	5565325,9	18295990685	7,00%	1280719348	19576710033,0	Gram-Bretanha	2643508284	14,4
Café	Arrobas	5565325,9	18295990685	7,00%	1280719348	19576710033,0	Portugal	422777385	2,3
Café	Arrobas	5565325,9	18295990685	7,00%	1280719348	19576710033,0	Estados Unidos	5995409494	32,8
Assucar	Arrobas	4817577,27	8373270046	7,00%	586128903,2	8959398949,2	Gram-Bretanha	1660580435	19,8
Assucar	Arrobas	4817577,27	8373270046	7,00%	586128903,2	8959398949,2	Portugal	1088878180	13,0
Assucar	Arrobas	4817577,27	8373270046	7,00%	586128903,2	8959398949,2	Estados Unidos	499467310	6,0
Algodão em pluma	Arrobas	639580,1	3223958755	7,00%	225677112,9	3449635867,9	Gram-Bretanha	2360724147	73,2
Algodão em pluma	Arrobas	639580,1	3223958755	7,00%	225677112,9	3449635867,9	Portugal	150161425	4,7
Algodão em pluma	Arrobas	639580,1	3223958755	7,00%	225677112,9	3449635867,9	Estados Unidos	0	0,0
Couros verdes, e salgados	Arrobas	521791	1652745950	7% ou 17%%	184997399	1837743349,0	Gram-Bretanha	226671760	13,7
Couros verdes, e salgados	Arrobas	521791	1652745950	7% ou 17%%	184997399	1837743349,0	Portugal	203593743	12,3
Couros verdes, e salgados	Arrobas	521791	1652745950	7% ou 17%%	184997399	1837743349,0	Estados Unidos	548769072	33,2
Couros seccos de boi	Arrobas	264747,27	1295791714	2% ou 7% ou 17%	56943003	1352734717,0	Gram-Bretanha	132475230	10,2
Couros seccos de boi	Arrobas	264747,27	1295791714	2% ou 7% ou 17%	56943003	1352734717,0	Portugal	387272625	29,9
Couros seccos de boi	Arrobas	264747,27	1295791714	2% ou 7% ou 17%	56943003	1352734717,0	Estados Unidos	73844819	5,7

Tabela 23- Produtos de maior Exportação do Brasil (1842-1843)

Mercadoria	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Oficial	Taxa	Direitos	Valor Total	País	Valor proporcional	% do Total Comercializado
Café	Arrobas	5807555,26	17091230666	7,00%	1196386147	18287616812,6	Gram-Bretanha	2442541312	14,2
Café	Arrobas	5807555,26	17091230666	7,00%	1196386147	18287616812,6	Portugal	375715991	2,1
Café	Arrobas	5807555,26	17091230666	7,00%	1196386147	18287616812,6	Estados Unidos	5938269170	34,7
Assucar	Arrobas	5209721,17	9998574919	7,00%	699900244	10698475163,3	Gram-Bretanha	2840192176	28,4
Assucar	Arrobas	5209721,17	9998574919	7,00%	699900244	10698475163,3	Portugal	733091377	7,3
Assucar	Arrobas	5209721,17	9998574919	7,00%	699900244	10698475163,3	Estados Unidos	177690883	1,7
Algodão em pluma	Arrobas	685140,5	3452173930	7,00%	241652175	3693826105,1	Gram-Bretanha	2873447079	83,2
Algodão em pluma	Arrobas	685140,5	3452173930	7,00%	241652175	3693826105,1	Portugal	70050452	2,0
Algodão em pluma	Arrobas	685140,5	3452173930	7,00%	241652175	3693826105,1	Estados Unidos	0	0
Couros seccos de boi	Arrobas	615810,28	2640508936	7 ou 17%	783065640	3423574576,0	Gram-Bretanha	514556483	19,4
Couros seccos de boi	Arrobas	615810,28	2640508936	7 ou 17%	783065640	3423574576,0	Portugal	525520657	19,9
Couros seccos de boi	Arrobas	615810,28	2640508936	7 ou 17%	783065640	3423574576,0	Estados Unidos	228348162	8,6
Moedas de ouro e prata	Alqueires	-	1807376781	0,50%	9036883,91	1816413664,9	Gram-Bretanha	994114528	55,0
Moedas de ouro e prata	Alqueires	-	1807376781	0,50%	9036883,91	1816413664,9	Portugal	117084280	6,4
Moedas de ouro e prata	Alqueires	-	1807376781	0,50%	9036883,91	1816413664,9	Estados Unidos	74584570	4,1

Tabela 24- Produtos de maior Importação do Brasil (1841-1842)

Mercadoria	Valor Oficial	Taxa	Direitos	Valor Total	País	Valor proporcional	% do Total Comercializado
Tecidos, e outras manufacturas d'algodão	19717808842	20,00%	3943561768	23661370610	Gram-Bretanha	15820841977	80,2
Tecidos, e outras manufacturas d'algodão	19717808842	20,00%	3943561768	23661370610	Portugal	78761900	0,4
Tecidos, e outras manufacturas d'algodão	19717808842	20,00%	3943561768	23661370610	Estados Unidos	1919310658	9,7
Farinha de trigo e seus artefactos	3301554940	20,00%	660310988	3961865928	Gram-Bretanha	121383	0,0
Farinha de trigo e seus artefactos	3301554940	20,00%	660310988	3961865928	Portugal	3414574	0,1
Farinha de trigo e seus artefactos	3301554940	20,00%	660310988	3961865928	Estados Unidos	2719723090	82,4
Vinhos diversos	2365504789	53,50%	1265545062	3631049851	Gram-Bretanha	16928816	0,7
Tecidos e outras manufacturas de linho	2387618756	20% ou 16,5%	477438491	2865057247	Gram-Bretanha	1962296841	82,2
Tecidos e outras manufacturas de linho	2387618756	20% ou 16,5%	477438491	2865057247	Portugal	148656255	6,2
Tecidos e outras manufacturas de linho	2387618756	20% ou 16,5%	477438491	2865057247	Estados Unidos	37136840	1,6
Vinhos diversos	2365504789	20,00%	473100957,8	2838605747	Portugal	2195793663	92,8
Vinhos diversos	2365504789	20,00%	473100957,8	2838605747	Estados Unidos	3359787	0,1
Tecidos e outras manufacturas de seda	2343056538	20,00%	468611307,6	2811667846	Gram-Bretanha	291923395	12,5
Tecidos e outras manufacturas de seda	2343056538	20,00%	468611307,6	2811667846	Portugal	47055940	2,0
Tecidos e outras manufacturas de seda	2343056538	20,00%	468611307,6	2811667846	Estados Unidos	21013920	0,9
Tecidos e outras manufacturas de lã	2315883516	20,00%	463176703,2	2779060219	Gram-Bretanha	2012982766	86,9
Tecidos e outras manufacturas de lã	2315883516	20,00%	463176703,2	2779060219	Portugal	12815015	0,6
Tecidos e outras manufacturas de lã	2315883516	20,00%	463176703,2	2779060219	Estados Unidos	5949795	0,3

Tabela 25- Produtos de maior Importação do Brasil (1842-1843)

Mercadoria	Valor Oficial	Taxa	Direitos	Valor Total	País	Valor proporcional	% do Total Comercializado
Tecidos, e outras manufacturas d'algodão	15492872284	20,00%	3098574457	18591446741	Gram-Bretanha	11406750482	73,6
Tecidos, e outras manufacturas d'algodão	15492872284	20,00%	3098574457	18591446741	Portugal	90771548	0,6
Tecidos, e outras manufacturas d'algodão	15492872284	20,00%	3098574457	18591446741	Estados Unidos	2218575931	14,3
Tecidos e outras manufacturas de lã	3758089414	20,00%	751617882,8	4509707297	Gram-Bretanha	3257402558	86,7
Tecidos e outras manufacturas de lã	3758089414	20,00%	751617882,8	4509707297	Portugal	12568413	0,3
Tecidos e outras manufacturas de lã	3758089414	20,00%	751617882,8	4509707297	Estados Unidos	4141186	0,1
Vinhos diversos	2420080758	53,50%	1294743206	3714823964	Gram-Bretanha	30628786	1,3
Farinha de trigo e seus artefactos	2899520371	20,00%	579904074,2	3479424445	Gram-Bretanha	117551271	4,1
Farinha de trigo e seus artefactos	2899520371	20,00%	579904074,2	3479424445	Portugal	1957426	0,1
Farinha de trigo e seus artefactos	2899520371	20,00%	579904074,2	3479424445	Estados Unidos	2410194751	83,1
Vinhos diversos	2420080758	20,00%	484016151,6	2904096910	Portugal	1160006469	47,9
Vinhos diversos	2420080758	20,00%	484016151,6	2904096910	Estados Unidos	4089228	0,2
Carnes e lingoas de vacca seccas e salgadas	2313004651	20,00%	462600930,2	2775605581	Gram-Bretanha	0	0,0
Carnes e lingoas de vacca seccas e salgadas	2313004651	20,00%	462600930,2	2775605581	Portugal	0	0,0
Carnes e lingoas de vacca seccas e salgadas	2313004651	20,00%	462600930,2	2775605581	Estados Unidos	0	0,0

A partir da análise dos dados de Timothy Piktin, dos dados do IBGE e dos *Mappas Estatísticos* podemos tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, a avaliação da participação de americanos e portugueses no comércio externo brasileiro nos permitem relativizar a idéia de “século inglês” ou de hegemonia absoluta da Inglaterra na economia brasileira. Apesar de inegável o peso da participação inglesa, destacamos a variedade de parceiros comerciais e, principalmente, o papel dos Estados Unidos como comprador do principal gênero de exportação brasileiro, comércio que resultava em saldos positivos para o Brasil.

Além disso, a comparação dos dados de Piktin, que vão até o início da década de 1830, com os dados dos *Mappas Estatísticos*, que tem início na década de 1840, nos sugerem uma outra questão. De que maneira as relações Brasil- Estados Unidos, que tinham pouco valor absoluto e pouca importância em termos relativos para ambos os países atingiram os patamares verificados na década de 1840? A resposta para essa questão encontra-se no tráfico.

Acreditamos o mais importante eixo de ligação entre Brasil e Estados Unidos no início do século XIX tenha sido o tráfico de escravos. Foi inserção dos americanos nas atividades ligadas ao tráfico de escravos para o Brasil o elo que garantiu a participação estadunidense na economia brasileira²¹⁹.

Procurando compreender a sociedade escravista dos Estados Unidos, Gerald Horne escreveu importante trabalho sobre o envolvimento de americanos e brasileiros no tráfico de escravos ao longo do século XIX. Para ele, a escravidão nos Estados Unidos e os desdobramentos internos que levaram à Guerra Civil norte-americana só podem ser compreendidos em um chave geral, continental. O Sul escravista procurava

²¹⁹ Nossa intenção nesse momento não é fazer um debate extensivo acerca do tráfico de escravos e da sociedade escravista no século XIX. Levantaremos algumas questões com o intuito de ilustrar a presença americana neste ramo de atividades. Para uma abordagem mais detalhada da questão, ver: RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Slavery and Freedom in colonial Brazil*. Oxford: Oxford University Press, 2002; BETHEL, Leslie. *The abolition of the Brazilian slave trade: Britain, Brazil and the slave trade Question, 1807-1869*. Londres: Cambridge University Press, 1970; GRAHAM, Richard. “Slavery and Economic Development in Brazil and the U.S. in the 19th century” In: *Comparative Studies in Society and History*, 23, out 1981, pp. 620-655; MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

no Brasil uma base de apoio, contra as pretensões anti-escravidão da Inglaterra e de seu próprio governo²²⁰.

Analisando os dados levantados sobre o comércio internacional de escravos, principalmente por W. E. E. Du Bois, Horn estimou que nos anos 30 e 40 do século XIX cerca de um terço, ou aproximadamente 1 milhão de escravos foram transacionados na América. Somados, Brasil e Estados Unidos somariam mais de 65% dos cativos do globo²²¹. A documentação sobre o tráfico registrava intensamente a presença de navios americanos no comércio com o Brasil, principalmente em virtude da facilidade da navegação dos navios com bandeira americana.

O autor avalia o estabelecimento americano nas relações com o Brasil, mostrando a existência de empresas americanas estabelecidas do Rio de Janeiro e mostrando a relação dessas empresas com a compra de café para os Estados Unidos e seu envolvimento com capitais, embarcações e capital humano para as empresas escravistas. Além disso, destacou o papel e envolvimento dos representantes diplomáticos do governo americano nessas atividades²²².

Em artigo recente, Dale Garden aprofundou a investigação sobre o envolvimento de cidadãos americanos no tráfico transatlântico de escravos para o Brasil. O autor ressalta que, a partir das proibições do governo americano a cidadãos americanos envolverem-se no tráfico, os americanos procuraram oportunidades de inserção em outros circuitos, notadamente no Brasil e em Cuba²²³, aproveitando-se do fato de que o governo americano não permitia aos ingleses a revistas de embarcações estadunidenses. As atividades se intensificaram a partir dos anos 30, atingindo o seu ápice nas décadas de 1840 e 1850, quando a Lei Euzébio de Queiroz, que proibia o tráfico no Brasil, dificultou a atuação dos negociantes²²⁴.

Os empresários norte-americanos atuavam em diversos seguimentos, aproveitando as oportunidades comerciais do mercado brasileiro. Assim, o autor encontrou indícios da atuação americana nos setores de compra e venda de navios, fornecimento de mercadorias para efetuar o comércio, marinheiros, navios de apoio ao tráfico e como agentes comerciais para o apresamento e embarque de negros na costa

²²⁰ HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (1 ed. 2007).

²²¹ *Idem*, p. 10.

²²² *Idem*. Ver principalmente as p. 20-21 e 31-52.

²²³ GRANDEN, Dale T. "O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858". *Revista Afro-Asia*, São Paulo, n. 35, 2007, p. 9.

²²⁴ *Idem*, p. 11.

africana²²⁵. Para apreender o modo como essas redes de capitais e comerciantes funcionaram, Dale Gardem utilizou a documentação dos ministros dos Estados Unidos no Rio de Janeiro que, após a década de 1840, combatiam notadamente o tráfico, recolhendo processos e depoimentos sobre o envolvimento de cidadãos americanos nessas atividades²²⁶.

Com base nessa documentação o autor estimou que entre os anos de 1815 e 1850 cidadãos dos Estados Unidos tenham armado 430 navios que realizaram 545 viagens entre a costa da África e o Brasil com o intuito de transportar escravos²²⁷. Esse comércio envolveu inúmeros cidadãos americanos e brasileiros que, ao longo do século constituíram fortunas, em uma atividade que rendia um grande retorno. Para Graden, o tráfico negreiro empregou milhares de pessoas, diretamente ou indiretamente relacionadas a ele. Assim, foi esse comércio responsável pela grande indústria naval dos Estados Unidos, pelo subsídio as destiladores de rum, companhias produtoras de pólvora, plantações de tabaco, o emprego de trabalhadores tais como carpinteiros, artífices e mastreadores além de proporcionarem ocasião de competição estadunidense pela supremacia do comércio com a América. Foi, então, a partir do desenvolvimento dessas atividades e da gradativa proibição ao tráfico que os empresários do tráfico passaram a empregar seus capitais em atividades “lícitas”²²⁸.

Baseando-nos na análise da documentação quantitativa disponível e nos levantamentos bibliográficos acerca da participação dos americanos no tráfico de escravos brasileiros podemos concluir que impulsionadas pela política externa amistosa entre os países e pelas possibilidades abertas pela participação americana nas atividades ligadas ao tráfico de escravos, as relações entre Brasil e Estados Unidos consolidaram-se e, a partir da década de 1840, com o aumento da produção e consumo do café brasileiro e com o aumento gradativo das pressões para a abolição do tráfico, assumem cada vez mais feições de comércio lícito. Pelos valores transacionados e pela predominância dos Estados Unidos no campo das exportações, pode-se portanto, perceber a importância da diversificação dos parceiros comerciais na economia do Império.

²²⁵ *Idem*, p. 15 e ss.

²²⁶ *Idem*, p. 10.

²²⁷ *Idem*, p. 19.

²²⁸ *Idem*, pp. 34 e 35.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período que vai da segunda metade do século XVIII ao primeiro quartel do século XIX foi marcado por grandes transformações políticas e econômicas na Europa e no mundo Ocidental. O aumento populacional, as transformações tecnológicas que causaram a Revolução Industrial e que advieram dela e a crise do Antigo Regime e do Antigo Sistema Colonial foram fatores estruturais que causaram importantes mudanças políticas e econômicas. Além disso, o período passou por diversas mudanças políticas, conflitos bélicos e reconfiguração de alianças e rotas comerciais. As relações entre Portugal, Brasil e Estados Unidos foram profundamente influenciadas por esse panorama.

A Revolução Americana seguida da independência das treze colônias colocou Portugal em situação difícil ante o delicado jogo de forças da política européia do final do século XVIII. Se, por um lado, pesavam as tradicionais relações luso-inglesas e a ruptura do estatuto colonial, deveriam também ser levadas em consideração as vantagens do comércio direto com os Estados Unidos e a pressão exercida por França e Espanha a favor dos rebelados.

Nos últimos anos do século XVIII e no começo do século XIX, as relações entre Portugal e Estados Unidos desenvolveram-se e consolidaram-se. Embora de pouco vulto em valores absolutos - nenhum dos países nunca figurou como o maior parceiro comercial do outro durante o período analisado - o contato entre os dois países teve importância estratégica muito relevante no jogo de poder e nas relações internacionais dos primeiros anos do novo século.

Em um primeiro momento, de 1783 - data do reconhecimento da independência americana por Portugal - até 1808 - quando o território português foi invadido pelas tropas francesas de Napoleão - as relações luso-americanas basearam-se principalmente na importância estratégica de Portugal para os Estados Unidos. O comércio entre os países constituía-se principalmente no envio de mantimentos e madeiras para Portugal que, em troca, enviava vinhos, sal e gêneros reexportados para a América. No campo da política e diplomacia internacional, Portugal, uma das primeiras nações a reconhecer a independência americana, atuou como entreposto para o comércio americano, tanto inserindo seus produtos no mercado europeu como ponto de obtenção de mercadorias vetadas ao comércio americano e, por fim, atuou como protetor da nascente marinha

americana no comércio com o mediterrâneo.

Com o conflito em território português e a vinda da família real para o Brasil em 1808, as relações entre Portugal e Estados Unidos entraram em um novo momento. Com a concentração de tropas e a desarticulação econômica do território em guerra, a necessidade de abastecimento de mantimentos do Reino cresceu muito, aumentando proporcionalmente a importância do comércio com os Estados Unidos. Assim, elevou-se a participação relativa e a quantidade absoluta dos mantimentos na pauta de importações de Portugal nos Estados Unidos que, ao mesmo tempo, utilizava o comércio como Portugal como meio de abastecer as tropas inglesas que combatiam em território luso e para onde o comércio americano estava formalmente fechado. No campo da diplomacia, Portugal assumiu posição de neutralidade em relação aos americanos, abstendo-se de manifestações oficiais sobre a posição americana, que hora se aproxima dos franceses, ora dos britânicos. Destaca-se ainda que, em decorrência do deslocamento da família real, abriram-se duas frentes de relacionamento com a América do Norte: uma de Portugal europeu, através do Conselho da Regência e outra no Rio de Janeiro, com a Corte.

Com fim dos conflitos europeus em 1815 e, principalmente, com a independência do Brasil, iniciada em 1822, as relações luso-americanas iniciaram um novo momento. Portugal - desprovido de sua posição de entreposto comercial e de sua principal colônia, abastecedora e mercado consumidor para os produtos portugueses - perdia sua importância no cenário econômico mundial e os Estados Unidos despontavam como grande mercado consumidor e como grande abastecedor europeu de gêneros alimentícios. Nesse momento, o comércio entre essas nações decresce de importância econômica e retorna a patamares semelhantes ou mesmo inferiores àqueles do momento pós-independência dos Estados Unidos.

Os mantimentos ainda predominavam na pauta de exportações americanas, mas assumiram importância relativa e valores absolutos muito menores do que no período anterior. Na pauta de exportações portuguesas os vinhos mantêm-se em posição de destaque; o sal e os artigos reexportações perderam importância em termos de valores absolutos. Em consonância com a situação demonstrada a partir da análise das Balanças de Comércio, os ofícios e cartas produzidos pelos Ministros portugueses e pelos agentes da coroa nos Estados Unidos mostravam preocupação com a proteção do comércio dos gêneros produzidos no Reino, sobretudo os vinhos, e com sua inserção no mercado americano.

As relações entre os Estados Unidos e o Brasil iniciaram-se após a vinda da Família Real portuguesa, em 1808. Nesse momento, a corte e a burocracia da monarquia lusa deslocaram-se para sua antiga colônia, em uma inversão de papéis que colocava o centro das decisões políticas do Reino no Brasil. Nesse momento, em que o território europeu da monarquia passava por uma série de invasões francesas e tentava articular sua resistência, abriram-se os portos brasileiros para o comércio com as nações amigas, o que incluía os Estados Unidos.

Para os Estados Unidos, país novo, recém independente, formador de um dos primeiros estados republicanos e que incentivava as independências na América a questão brasileira era de grande interesse. Com a mudança da corte, os americanos prontamente enviaram seus representantes para residir no Brasil e deram a conhecer ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, suas intenções em entabular comércio direto com o Brasil, mesmo sabendo que os produtos coloniais não estavam inseridos nas pautas tradicionais do comércio entre os dois países.

A despeito da ausência de dados detalhados sobre a composição do comércio brasileiro da década de 20 até a década de 1840, quando iniciou-se a prática de formulação de estatísticas sobre o comércio do Império, a documentação diplomática e as formulações políticas do governo norte-americano mostram indícios do envolvimento americano na economia brasileira. Seguindo a política de não envolvimento nas questões européias, do reconhecimento de todo e qualquer governo de fato e da soberania dos governos americanos nos problemas do continente americano, formuladas de maneira sistemática através da doutrina Monroe, os Estados Unidos buscaram formas de integrar-se à economia brasileira.

Em um primeiro momento, a presença americana foi sentida no Brasil pelo apoio velado ao movimento de independência, com o fornecimento de armas e a vista grossa das autoridades estadunidenses aos movimentos dos rebelados. Com a independência já consolidada e ao longo da década de 1830, os americanos apareceram principalmente nas atividades ligadas ao tráfico de escravos, à pesca da baleia e ao transporte de mercadorias, atividades que deixaram poucos vestígios sobre a lucratividade ou a parcela de participação total dos americanos. A partir da década de 1840, o comércio entre Brasil e Estados Unidos consolidou-se na esfera do comércio lícito. A análise dos *Mapas Estatísticos do Comércio do Império Brasil* mostram os Estados Unidos como grande importador de mercadorias brasileiras, principalmente café, que se consolidou em base econômica do Império do Brasil.

Assim, a partir da análise dos nichos de inserção do comércio americano e da posição de maior importador de café brasileiro já na década de 40 pode-se problematizar a questão da preeminência britânica no Brasil. Apesar de sua inegável importância como principal nação fornecedora de todo o tipo de produtos para o Brasil, das grandes casas comerciais que se formaram no Brasil e de sua importante contribuição através de financiamentos, empréstimos e investimentos de capital, não se pode entender o século XIX como século inglês. O papel de outras nações, principalmente na pauta de exportações brasileiras, destacadamente os Estados Unidos, mostra um nível de complexidade muito maior nas relações comerciais do Brasil e a existência de desafios à predominância inglesa no mercado brasileiro.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo- Ministério dos Negócios Estrangeiros

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo e Azevedo, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio de Queluz, em **11 de dezembro de 1805**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo e Azevedo, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio de Queluz, em **28 de maio de 1806**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo e Azevedo, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio de Mafra, em **10 de Dezembro de 1806**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **30 de Julho de 1808**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **08 de outubro de 1808**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em 25 de Maio de 1809.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz,

para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Governo, em **25 de Abril de 1810**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **23 de Maio de 1810**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **23 de agosto de 1810**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **28 de Fevereiro de 1811**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, para o agente consular José Rademaker, em **26 de julho de 1811**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Governo, em **1 de Julho de 1812**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **19 de Julho de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **4 de agosto de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o

agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **20 de outubro de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **8 de Novembro de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **4 de Dezembro de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **14 de Janeiro de 1822**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **15 de Janeiro de 1825**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **15 de novembro de 1825**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro Interino dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Porto Santo, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, em **27 de Maio de 1826**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **23 de junho de 1827**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90.

Ofício do Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado do Paço da Ajuda, em **08 de Março de 1828**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado do Paço da Ajuda, em **24 de Março de 1828**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Duque de Loulé, para o agente consular, Joaquim Cesar de Figanieri Mourão, datado do Paço do Porto, em **21 de Abril de 1833**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangiere Mourão, datado do Paço da Ajuda, em **2 de dezembro de 1834**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangiere Mourão, datado do Paço da Ajuda, em **04 de dezembro de 1834**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **5 de Janeiro de 1824**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **2 de fevereiro de 1824**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **03 de fevereiro de 1824**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o

agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **4 de Março de 1824**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **28 de julho de 1824**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **24 de setembro de 1824**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 416 (1822-1831). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Francisco Solano Constancio, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **27 de julho de 1822**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 416 (1822-1831). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Francisco Solano Constancio, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **26 de agosto de 1822**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **11 fevereiro de 1835**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **03 de outubro de 1835**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **15 de Abril de 1836**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01.

Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **28 de maio de 1836**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **22 de junho de 1836**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **27 de outubro de 1836**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **12 de Dezembro de 1836**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **14 de dezembro de 1836**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **5 de agosto de 1837**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **13 de dezembro de 1837**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **26 de outubro de 1838**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **8 de Março de 1840**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **8 de Março de 1841**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **10 de Maio de 1841**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **13 de setembro de 1841**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **14 de outubro de 1841**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio de Sintra, em **13 de setembro de 1841**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **8 de março de 1842**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **27 de junho de 1842**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **4 de julho de 1842**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **10 de outubro de 1842**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **17 de outubro de 1842**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **14 de novembro de 1842**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **06 de fevereiro de 1843**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **7 de julho de 1843**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **7 de agosto de 1843**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **14 de janeiro de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **28 de fevereiro de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02.

Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **6 de março de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **20 de abril de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **10 junho de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **1º de junho de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **30 de julho de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **21 de agosto de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **18 de agosto de 1845**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **30 de setembro de 1845**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **14 de maio de 1845**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **9 de julho de 1846**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **19 de agosto de 1846**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **29 de agosto de 1846**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **5 de Janeiro de 1847**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **03 de março de 1847**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **08 de Abril de 1847**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Torjal, para o agente consular nos Estados Unidos, datado do Palácio das Necessidades, em **18 de setembro de 1849**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Antonio de Araújo Azevedo, datado de Washington, em **26 de Abril de 1805 (p. 2 e 3)**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio, em **29 de Maio de 1805**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em **29 de Maio de 1805**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio e para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, em **4 de Junho de 1805**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Joaquim Monteiro, datada da Philadelfia, em **15 de junho de 1815**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio, em **24 de Maio de 1806**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio, em **10 de julho de 1806**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio, em **4 de Abril de 1807**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em **24 de fevereiro de 1808**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em **2 de maio de 1808**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em **11 de julho de 1808**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Mr. Silvanus F. Jenkins, em **18 de março de 1809**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, D. Rodrigo de Souza Coutinho, em **20 de março de 1809**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Robert Dickson, em **19 de setembro de 1809**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), datado da Philadelphia, em **27 de dezembro de 1809**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), em **1 de Fevereiro de 1810**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, em **20 de Junho de 1810**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, em **8 de agosto de 1810**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), em **7 de dezembro de 1810**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, em **25 de Fevereiro de 1811**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), em **16 de agosto de 1811**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, em **30 de setembro de 1811**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Mr. Silvanes F. Jenkins, em **18 de fevereiro de 1812**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **6 de Abril de 1812**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios do Estado Americano, James Madisson, **11 de Maio de 1812**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **30 de maio de 1812**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **21 de julho de 1812**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Governador de Cayena, João Severiano Maciel da Costa, em **6 de outubro de 1812**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **31 de agosto de 1813**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Vice-Consul em Nova York, Joaquim José Vasques Junior, em **30 de outubro de 1813**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **4 de janeiro de 1814**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **15 de julho de 1815**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para J. B. Nones, em **15 de julho de 1815**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **13 de Abril de 1816**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 414 (1821-1825). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, para o Sr. Henrique Guilherme Schmitz, em **8 de fevereiro de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 410 (1822-1828). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, em **14 de maio de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 410 (1822-1828). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, em **14 de junho de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 410 (1822-1828). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, em **3 de julho de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade*. Washington, cx. 114 (1803-1820). Ofício do

Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo e Azevedo, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio de Queluz, em **11 de dezembro de 1805**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo e Azevedo, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio de Queluz, em **28 de maio de 1806**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo e Azevedo, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio de Mafra, em **10 de Dezembro de 1806**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **30 de Julho de 1808**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **08 de outubro de 1808**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em 25 de Maio de 1809.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Governo, em **25 de Abril de 1810**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **23 de Maio de 1810**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do

Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **23 de agosto de 1810**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **28 de Fevereiro de 1811**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, para o agente consular José Rademaker, em **26 de julho de 1811**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Governo, em **1 de Julho de 1812**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **19 de Julho de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em

4 de agosto de 1823.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **20 de outubro de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **8 de Novembro de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **4 de Dezembro de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **14 de Janeiro de 1822**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **15 de Janeiro de 1825**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **15 de novembro de 1825**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro Interino dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Porto Santo, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, em **27 de Maio de 1826**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **23 de junho de 1827**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado do Paço da Ajuda, em **08 de Março de 1828**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado do Paço da Ajuda, em **24 de Março de 1828**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Duque de Loulé, para o agente consular, Joaquim Cesar de Figanieri Mourão, datado do Paço do Porto, em **21 de Abril de 1833**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangiere Mourão, datado do Paço da Ajuda, em **2 de dezembro de 1834**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangiere Mourão, datado do Paço da Ajuda, em **04 de dezembro de 1834**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **5 de Janeiro de 1824**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **2 de fevereiro de 1824**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **03 de fevereiro de 1824**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **4 de Março de 1824**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **28 de julho de 1824**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **24 de setembro de 1824**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 416 (1822-1831). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Francisco Solano Constancio, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **27 de julho de 1822**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 416 (1822-1831). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Francisco Solano Constancio, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **26 de agosto de 1822**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **11 fevereiro de 1835**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **03 de outubro de 1835**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **15 de Abril de 1836**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **28 de maio de 1836**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o

agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **22 de junho de 1836**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **27 de outubro de 1836**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **12 de Dezembro de 1836**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **14 de dezembro de 1836**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **5 de agosto de 1837**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **13 de dezembro de 1837**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **26 de outubro de 1838**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **8 de Março de 1840**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02.

Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **8 de Março de 1841.**

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **10 de Maio de 1841.**

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **13 de setembro de 1841.**

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **14 de outubro de 1841.**

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio de Sintra, em **13 de setembro de 1841**

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **8 de março de 1842.**

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **27 de junho de 1842.**

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **4 de julho de 1842.**

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **10 de outubro de 1842.**

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **17 de outubro de 1842**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **14 de novembro de 1842**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **06 de fevereiro de 1843**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **7 de julho de 1843**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **7 de agosto de 1843**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **14 de janeiro de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **28 de fevereiro de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **6 de março de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **20 de abril de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02.

Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **10 junho de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **1º de junho de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **30 de julho de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **21 de agosto de 1844**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **18 de agosto de 1845**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **30 de setembro de 1845**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **14 de maio de 1845**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **9 de julho de 1846**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **19 de agosto de 1846**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **29 de agosto de 1846**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **5 de Janeiro de 1847**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **03 de março de 1847**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **08 de Abril de 1847**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Torjal, para o agente consular nos Estados Unidos, datado do Palácio das Necessidades, em **18 de setembro de 1849**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Antonio de Araújo Azevedo, datado de Washington, em **26 de Abril de 1805 (p. 2 e 3)**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio, em **29 de Maio de 1805**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em **29 de Maio de 1805**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio e para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, em **4 de Junho de 1805**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Joaquim Monteiro, datada da Philadelphia, em **15 de junho de 1815**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio, em **24 de Maio de 1806**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio, em **10 de julho de 1806**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio, em **4 de Abril de 1807**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em **24 de fevereiro de 1808**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em **2 de maio de 1808**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em **11 de julho de 1808**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Mr. Silvanus F. Jenkins, em **18 de março de 1809**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, D. Rodrigo de Souza Coutinho, em **20 de março de 1809**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Robert Dickson, em **19 de setembro de 1809**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício

do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), datado da Philadelphia, em **27 de dezembro de 1809**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), em **1 de Fevereiro de 1810**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, em **20 de Junho de 1810**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, em **8 de agosto de 1810**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), em **7 de dezembro de 1810**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, em **25 de Fevereiro de 1811**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), em **16 de agosto de 1811**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, em **30 de setembro de 1811**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Mr. Silvanes F. Jenkins, em **18 de fevereiro de 1812**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **6 de Abril de 1812**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios do Estado Americano, James Madisson, **11 de Maio de 1812**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **30 de maio de 1812**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **21 de julho de 1812**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Governador de Cayena, João Severiano Maciel da Costa, em **6 de outubro de 1812**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **31 de agosto de 1813**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Vice-Consul em Nova York, Joaquim José Vasques Junior, em **30 de outubro de 1813**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **4 de janeiro de 1814**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício

do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **15 de julho de 1815**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para J. B. Nones, em **15 de julho de 1815**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **13 de Abril de 1816**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 414 (1821-1825). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, para o Sr. Henrique Guilherme Schmitz, em **8 de fevereiro de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 410 (1822-1828). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, em **14 de maio de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 410 (1822-1828). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, em **14 de junho de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 410 (1822-1828). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, em **3 de julho de 1823**.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade*. Washington, cx. 112 (1835-1839), m. 89. Projecto de Tractado entre o governo de Sua Magestade Fidelíssima e o dos Estados Unidos, 1841.

Instituto Nacional de Estatística (INE)- Portugal

Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Domínios e Nações Estrangeiras. Anos: 1796-1831. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Domínios e Nações Estrangeiras/ Contadoria da Superintendência Geral dos Contrabandos e Descaminhos dos Reais Direitos. Anos: 1776, 1777, 1789. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Biblioteca Nacional de Portugal

SALES, Alberto Jacqueri de; SAVARY des Bruslons, Jacques. *Diccionario do commercio [Manuscrito]*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 4v.

Fontes Impressas

Collecção de mappas estatísticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil no anno financeiro de [1841-1860]. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1848-1855.

BALBI, Adrien. *Essay statistique sur le royaume de Portugal et Algarve, compare aux autres Etats de l'Europe*. Paris: Chez Rey Gravier, 1822, 2T.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e ensaios de economia política-1808-1842*. Lisboa: Banco de Portugal, 1995.

COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. “Discurso sobre a verdadeira influência das Minas e Metaes preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da Portugueza” In: *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias*, 1789.

CUNHA, D. Luís da. *Instruções políticas* [1736]. Introdução, edição e notas de SILVA, Abílio Diniz. Lisboa: CNCDP, 2001.

CUNHA, D. Luís da. *Testamento Política*. Introdução de LEONZO, Naci. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

FARINHA, Maria do Carmo. *Os documentos dos Negócios Estrangeiros na Torre do Tombo*. Lisboa: ANTT, 1990.

MACKINNON, Major-Gen Henry. *A journal of the campaign in Portugal and Spain, containing remarks on the inhabitants, custons, trade, and cultivation, of the countries from the year 1808 to 1812*. Londres: Charles Duffield, 1812.

Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior. *200 anos de Comércio Exterior*.

PITKIN, Timothy. *A statistical view of the commerce of the United States of America: including also an account of Banks, Manufactures and international trade* (...). New Haven: Durie & Pack, 1835, 2v.

SMITH, Adam. *A riqueza das Nações. Investigações sobre a sua natureza e as suas causas*. São Paulo: Circulo do livro, 1996, 2V.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e tributação*. São Paulo: Abril, 1982 (Os economistas).

TUCKER, Josiah. *Four tracts, on political and comercial subjects. The third Edition*. Londres: Glocester, 1776.

Bibliografia

AGAN, Joseph. *The diplomatic Relations of the United States and Brazil. The Portuguese Court at Rio de Janeiro* (v. 1). Paris: Jouve Cie. Editeurs, 1926.

ALEXANDRE, Valentim. “Um passo a frente, vários à retaguarda: Resposta à nota crítica de Pedro Lains”. In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.3, 1989, pp. 103-110.

ALEXANDRE, Valentin. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

ALEXANDRE, Valentim. “Resposta à segunda nota crítica: Lains no país das adivinhas”. In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.5, 1991, pp. 165-178.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil. As relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: SENAC, 2001.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O Brasil e a crise econômica de Portugal na primeira década do século XIX”. *Ler História* (Lisboa), Lisboa, v. 8, p. 61-74, 1986.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A grande Revolução Inglesa, 1640-1780: revolução inglesa e revolução industrial na construção da sociedade moderna*. São Paulo: DH-FFLCH/ Hucitec, 1996.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. *Revista da USP*, São Paulo, n. 50, p. 66-79, 2000.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O sentido da colônia. Revisitando a crise do antigo sistema colonial no Brasil (1780-1830). In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2. ed. rev. e ampl. Bauru, São Paulo, Lisboa: EDUSC, UNESP, Instituto Camões, 2001.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. 1. ed. Bauru: EDUSC, 2008.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Dinâmica mercantil e potencialização industrial: Itália e Portugal (1796-1811)*. No prelo.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal Económico: Esboços de História*. Lisboa: Livraria clássica editora, 1978. (1ª Ed. 1929).

AZEVEDO, João Lucio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004 (1 Ed. 1909).

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: EDUSC, 2003.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil. Dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, pp. 14-64.

BETHEL, Leslie. *The abolition of the Brazilian slave trade: Britain, Brazil and the slave trade Question, 1807-1869*. Londres: Cambridge University Press, 1970.

BRAZÃO, Eduardo. *Uma velha aliança*. Lisboa: Neogravura, 1955.

BRITO, José Gabriel de Lemos, *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII. 1780-1808*. Lisboa: Estampa, 1989.

CARDOSO, José Luís. "Política Económica". In: LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, v.1- O século XVIII.

CARDOSO, José Luís. "Introdução". In: *Portugal Como Problema. A economia como solução*. V.5- Do mercantilismo à Ilustração. Lisboa: Público, 2006.

CARDOSO, José Luís; CLUNY, Isabel; COSTA, Fernando Dores (et. Ali). *O Tratado de Methuen (1703)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

CARVALHO, Rómulo de. *Relações entre Portugal e a Rússia no século XVIII*. Lisboa: 1979.

CERVO, Amado e MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil. 1808-2000*. Brasília: UNB, 2000.

COOK, Chris. *The longman handbook of modern British history, 1714-1980*. Essex: Longman, 1988 (2 Ed.).

COSTA, Leonor Freire. "Relações Económicas com o exterior". In: LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (orgs.). *História Económica de Portugal, 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, v.1- O século XVIII.

COSTA, Leonor Freire; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). *O Tratado de Methuen*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

COUTO, Jorge(org.). *Rio de Janeiro: Capital Geográfica do Império Português (1808-1821)*, Lisboa: Tribuna, 2010.

CUMIFORD, William Lloyd. *Political ideology in United States - Brazilian relations, 1808-1894*. Tese de doutorado, University of Texas, 1977.

CUNHA, Ana Cannas de (org.). *Relação entre Portugal e os Estados Unidos na época das luzes*. Lisboa: ANTT/ Fundação luso-americana para o desenvolvimento, 1997.

DAVIS, Ralph. "English Foreign Trade, 1700-1774", In: *The Economic History Review*, New Series, v. 15, no. 2 (1962), pp. 285-303.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “A interiorização da metrópole”, In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 7-38.

ELLIS, Miriam. *A Baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

FALCON, Francisco. *A Época Pombalina: política, economia e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FALKNER, Harold Underwood. *Historia económica de los Estados Unidos*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1956.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. “Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822)”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17. n.2, pp. 237-250, jul-dez, 2009.

FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1976.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro 1790-1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil. Aspectos da influência Britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, Brasília: Editora da UNB, 1963.

GERBOVIC, Tathiane. *O olhar estrangeiro em São Paulo até meados do oitocentos: relatos de viajantes ingleses e norte-americanos*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2009.

GODINHO, Vitorino de Magalhães. *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRAHAM, Richard. “Slavery and Economic Development in Brazil and the U.S. in the 10th century” In: *Comparative Studies in Society and History*, 23, out 1981, pp. 620-655.

GRANDEN, Dale T. “O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858”. *Revista Afro-Asia*, São Paulo, n. 35, 2007, pp. 9-35.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio do Brasil Imperial. Os casos da sociedade bancária Mauá, MacGregor & Cia (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Philips & Cia (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012, pp. 221-232.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial”. In: HOLANDA, S. Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª Edição. São Paulo: Disel, 1985. Tomo 2, vol. 1.

HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOWE, Anthony. “Britain and the World Economy” In: WILLIAMS, Cris (Ed.). *A companion to nineteenth-century Britain*. Malden: Blackwell, 2004, pp. 17-33.

JANCSÓ, István (org.). *Independência: História e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

LAINS, Pedro. “Foi a Perda do Império Brasileiro um momento crucial do desenvolvimento Português? (I)”. In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.3, 1989, pp. 92-102.

LAINS, Pedro. “Foi a Perda do Império Brasileiro um momento crucial do desenvolvimento Português? (II)”. In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.5, 1991, pp. 151-163.

LIPSON, E. *The Economic History of England*. Londres: Adam and Charles Black, 6ª ed., 1956 (v. II- The age of mercantilism).

MACEDO, Jorge Borges de. *Problemas de História da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1963.

MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal: Alguns aspectos*. Lisboa: Moraes Editores, 1982.

MACEDO, Jorge Borges. *O Bloqueio Continental. Economia e guerra peninsular*, 2 ed., Lisboa: Gradiva, 1990.

MACEDO, Jorge Borges de. “Indústria - Na Época Moderna”, In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, v. 3, pp. 304-311, 1991.

MACEDO, Jorge Borges de. “Tratado de Methuen”, In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, v. 4, pp. 284-291, 1991.

MACLEOD, Emma Vincent. “The Crisis of the French Revolution”, In: DICKINSON, T. H. (Ed.). *A companion to eighteenth-century Britain*. Malden: Blackwell, 2002, pp. 112-124.

MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história diplomática de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

MAGALHÃES, José Calvet de. *História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973, pp. 192-218.

MARTINS, Ismênia e MOTTA, Márcia (Org.). *1808: A Corte no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo do saquarema. A formação do estado imperial*. 5.ed., São Paulo: Hucitec, 2004.

MARQUESE, Rafael B. *Feitores do corpo, Missionários da mente. Senhores, Letrados e o controle dos escravos nas Américas (1660-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MOREIRA, Maria Cristina. *Relaciones Comerciales Luso-españolas (1774-1860)*, tese de doutorado, Universidade de Navarra: Pamplona, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. 2ª Edição 1986. São Paulo: Perspectiva.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. 17 Ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

MAXWELL, Kenneth. *Marques de Pombal: Paradoxo do iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

NORTH, Douglas C. *The economic growth of the United States: 1790-1860*. Nova York: Norton & Company, 1966.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1830)*, 7ed., São Paulo: Hucitec, 1979.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVEIRA, Luís Valente de e RICUPERO, Rubens. *A abertura dos portos*. São Paulo: SENAC, 2007.

PANTALEÃO, Olga. "A presença inglesa". In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, v.3.,9. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, pp. 75-114.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

PEDREIRA, Jorge M. V. *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994.

PERKINS, Dexter. *A History of the Monroe Doctrine*. Boston: Little, Brown and Company, 1941.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 9. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1942.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 11 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945.

PRATT, Julius W. *A history of United States Foreign Policy*. New Jersey: Prentice-Hall, 2 ed., 1965.

RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Tese de doutorado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, 2v.

RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. "Alguns aspectos das relações luso-americanas durante o primeiro lustro da estada da corte portuguesa no Rio de Janeiro", In: Silva, Francisco Ribeiro da; Cruz, Maria Antonieta; Ribeiro, Jorge Martins; Osswald, Helena (Orgs.). *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: FLUP, 2004, pp. 905-915.

RIBEIRO Maria de Lourdes. *As relações comerciais entre Portugal e Brasil segundo as "Balanças de Comércio" 1801- 1821*, Imprensa de Coimbra: Coimbra, 1972.

ROBERTSON, Ross M. *História da Economia Americana*. Rio de Janeiro: Record, 1964, 2v.

ROSE, J. Holland; NEWTON, A. P.; BENIANS, E. A. *The Cambridge History of the British Empire*. Cambridge: University Press, 1940. (v. II- The growth of the New Empire 1783-1870).

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Slavery and Freedom in colonial Brazil*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SCHULZINGER, Robert D. (org.). *A companion to american foreign relations*. Malden: Blackwell, 2 ed., 2006. (Col. Companions to American History).

SIDERI, Sandro. *Comércio e poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa: Cosmos, 1978.

SIMONSEN, Roberto C., *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, 3 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SIMONSEN, Roberto C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

SILVA, Alberto da Costa e (org.). *História do Brasil Nação (1808-2010). Crise colonial e independência* (v.1), Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SPECK, W. A. "Britain and the Atlantic World", In: DICKINSON, T. H. (Ed.). *A companion to eighteenth-century Britain*. Malden: Blackwell, 2002, pp. 447-458.

TAVARES, Luís Henrique. "Visão norte-americana do comércio do Rio e em Salvador em 1808". In: Revista de História, n. 28, janeiro de 2008.

TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2. ed. rev. e ampl. Bauru, São Paulo, Lisboa: EDUSC, UNESP, Instituto Camões, 2001.

TORRES, Rui d'Abreu. "Erário Régio", In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, v.2, p. 441.

VARGUES, Isabel Nobre e TORGAL, Luís Reis. "Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político". In: MATTOSO, José. *História de Portugal*, v.5, Lisboa: Estampa, 1998.

WEBER, Adelir. *Relações comerciais e acumulação mercantil: Portugal, Hamburgo e Brasil entre a colônia e a nação*. Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2008.

WRIGHT, Antonia F. P. de Almeida, *Desafio a preponderância Britânica no Brasil: 1808-1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

Anexos

Anexo 1- A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, despachos do governo de Sua Majestade.

MNE- Caixa 114- 48(A)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820).

Despachos do Governo de Sua Majestade de 1803 a 1813 (inclusive)/ 1814-1818 /1820-1821

30 de Dezembro de 1803

Pede ao Encarregado que toma providencias no sentido de listar todos os portugueses que residem no país e que se embarção para o Reino.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo e Azevedo, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio de Queluz, em **11 de dezembro de 1805**.

Tendo recebido sem interrupção os officios de V. Mce até o n. 7 inclusivamente e todos tem sido levados a Real Presença do Principe Regente Nosso Senhor.

Devendo primeiro que tudo louvar o zelo com que V. Mce. me comunica todas as noticias que chegam ao seu conhecimento passo a responder aos objetos mais importantes de que tratão os referidos officios.

Em primeiro lugar, pelo que toca as noções que V. Mce. me transmite no n. 2, relativas ao Comercio de exportação de Portugal para os Estados Unidos, e ao Tratado de Comércio, que há muito tempo se intenta ajustar entre ambas as potências, reservo para outra ocasião mais oportuna escrever amplamente a V. Mce. depois de haver examinado com a devida atenção todos os officios e projetos que a este respeito dirigira a esta Corte Cipriano Ribeiro Freire em quanto fora Ministro nessa Residencia.

Devo dizer a V. Mce. que mais não toque no ponto que fora incumbido, de se conhecerem em sujeição as Potencias Bárbarescas visto que presentemente cuida essa Corte em

[p.1- verso] em ajustar com os Argelinos um Tratado de paz e o resgate dos Portugueses que conservão em escravidão.

Tenho de participar lhe que S. A. R. Há por bem determinar que V. Mce., a exemplo dos Consules de Hespanha e França, haja ahi de declarar que nenhuma Embarcação vinda desses Estados será admitida nos Portos de Portugal, sem que a sua Carta de Saúde e os conhecimentos de todas as suas mercadorias sejam conhecidos e atestados pelo Consul de Portugal, ali residente, ficando livres de quarentena só as Embarcações que forem munidas de taes atentações para deste modo se evitar a introdução nesse Reino de pessoas, mercadorias ou generos infectados.

Ainda por ora não posso participar a V. Mce. as ordens de S. A. R. Sobre importante objeto de que trata o seu n. 3, do modo absoluto porque esses portos se conduzem os Mestres e Marinheiros Portugueses e da falta de execução das Instuções da Real Junta do Comércio, pois sobre o mesmo objeto ainda não subiu a Consulta que se mandou fazer á mesma Junta para

[p. 2- frente] S. A. R. Resolver o que for servido.

O Mesmo Augusto Senhor se dignou aprovar a resposta que ao n.5 refere V. Mce. haver dado ao officio que lhe dirigira essa Secretaria de estado, e os protestos por V. Mce. feitos de mandar a boa intelligencia e harmonia entre ambas as nações.

A respeito do fato que no n.6 V. Mce. participa do homicidio e ferimento feitos em Nova Iorch pelo Marinheiro Francisco dos Santos, não deverá V. Mce. dar passo algum, deixando inteiramente sujeita á disposição das Leis penais existentes nesse pais a sorte daquele criminoso.

Resta-me dizer-lhe que fica já expedido o competente decreto para a cobrança das despesas dessa Secretaria feitas no 3º. Quartel do corrente ano.

Deus Gde. A V. Mce. Palacio de Quelus em 11 de dezembro de 1805.

Antonio de Araujo

Sr. João Rademaker

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos

Negócios Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo e Azevedo, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio de Queluz, em **28 de maio de 1806**.

O príncipe regente Nosso Senhor Hé servido determinar, que V. Mce. em todos os casos ocorrentes que digão relação ao Comércio, não se haja de dirigir a esta secretaria de Estado, mas sim em direitura à Real Junta do Comercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Reinos e seus Dominios, donde receberá as Ordens competentes. O que participo a V. Mce. para sua devida inteligência e execução.

Deus Guarde a V. Mce. Palacio de Queluz em 28 de Maio de 1806.

Antonio de Araujo de Azevedo

PS. Nesta Ordem se não compreende a correspondencia Consular que V. M. Deve continuar a ter com esta Secretaria de Estado

Sr. José Rademaker

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo e Azevedo, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio de Mafra, em **10 de Dezembro de 1806**.

Pela Cópia inclusa da Representação do Aministrador da pescas das Baleias do Estado do Brasil será patente a V. Mce. a decadência deste importante ramo de Comercio ocasionada pelo grande número de Embarcações Estrangeiras, e numeradamente Americanas sujetias desse Estaaado, que continuamente fazem pesca volante desde as Costas da Ilha de Santa Catarina até o Rio da Prata por tanto sendo o referido comércio estrangeiro destrutivo e ilegal em aposição aos nossos direitos, e ainda tanto mais repreensível por ser fundado na infração da unidade de esse Território e Sua Altesa Real ordena q V. Mce. que faça as devidas Reclamações ao governo dos Estados Unidos da América porque determine aos seus Armadores e não continuem a pesca das Baleais nos Mares adjacentes aos nossos Dominios e nas Vizinhas das nossas Costas Coloniais, aonde temos o direito e posse exclusiva de um semelhante tráfico.

Deus guarde a V. Mce. Palácio de Mafra em de Sembro de 1806

Antonio de Araujo de Azevedo

Sr, Joseph Rademaker

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **30 de Julho de 1808**.

Recebi e levei a Augusta Presença de S. A. R. O Príncipe Regente Nosso Senhor os officios q`V. Mce. me dirigiu pela Via de Londres, n. 42 e 43 e S. A. R. Ficou na intelligencia de tudo o que eles continhão.

Já V. Mce. saberá as sabias Leis que S. A.R. tem promulgado depois que chegou a estes seus vastos Dominios, abrindo todos os Portos do Brasil ao Comércio, e mandando receber todos os Generos, e mercadorias das Nações com quem está em Paz e aboa amizade mediante ao direito de vinte e quatro por cento sobre as Pautas das suas Alfandegas, estabelecendo a favor de uma terça parte menos de Direitos, ou só os desasseis por cento e permitindo que todos os Generos que aqui se trouxerem para serem reexportados paguem só quatro por cento de baldeação, o que vem em alguns casos a ser uma espécie de Drassback. Logo que seja possivel remeterei a V. Mce. todtdas as sabidas Leis que S. A. R. Tem feito publicar a este e outros respeitos. Igualmente verá V. Mce. que aqui se receberão com gosto os Navios Americanos que houverem Generos de qualquer espécie, e quizerem levar os nossos Produtos, o que V. Mce. deverá fazer ali constar e publicar.

S. A. R. Lisongea-se que os Estados Unidos da América conhecendo a perfidia Francesa, e os seus verdadeiros interesses não romperam a Guerra com a Gram Bretanha, e de baixo desses principios espera ver estabelecer um comércio que com o tempo virá a ser grande entre o Brasil e a America. S. A. R. Manda lavrar o Decreto para o pagamento das suas Despesas de Secretaria, e o Mesmo Augusto Senhor ordena que V. Mce. informe o modo com que poderá mandar aqui receber este pagamento, sendo talvez o mais comodo por via da Gram Bretanha, o que V. Mce. me fará contar para se expedirem as convenientes ordens.

Deus guarde a m.Mce Palácio do Rio de Janeiro em 30 de julho de 1808.

D. Rodrigo de Souza Coutinho

Sr. Jozé Rademaker

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **08 de outubro de 1808**.

Acuso a recepção dos officios de V. Mce., de que foi portador o seu Secretário, que aqui chegou no Bergantim, que conduziu a este Porto Mr. Hill, Consul dessa Nação para residir na Bahia de todos os Santos, e não me sendo possível neste momento enviar a V. Mce uma Cópia da Nota que aqui dirigi ao dito Consul, explanando os liberais principios com que S. A. R. Havia emancipado o seu comercio no Brasil, onde os Navioa Americanos serão considerados como os das Nações mais amigas e favorecidas, previno a V. Mce. de que neste espírito pode ali fazer aquelas explicações, que lhe pedirem genericamente, pois que Mr. Hill não deixará de informar em detalhe o seu Governo so que aqui se lhe comunicou. (...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em 25 de Maio de 1809.

Recebi e levei à Presença de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor os officios que V. Mce. me dirigiu n. 56 e 57 e foi muito agradável a S. A. R. A noticia que V. Mce. escreve da satisfação que deu a esse Governo e Povo da America o bom acolhimento que aqui teve Mr. Hill, e as declarações que se lhe fizerão sobre os principios liberais de Comércio, que S. A. R. Havia adotado a respeito de todas as Nações e em particupar dos Estados Unidos da América, e creio que este e os mais Navios que aqui tem chegado dos Portos dos Estados Unidos mais terão ali confirmado a verdade, e exacção dos principios que S. A. R. Abraçou em tal matéria, e de que desse resultar a felicidade dos seus Povos e a boa harminia com todas as Nações com quem está em paz que e deseja promover.

S. A. R. viu com dor a continuação do embargo a respeito da Gram Bretanha, cujos principios se não podem confundir com os do Governo ainda revolucionário da França, que provocou todas as vexações do Comércio dos Neutros, e que foi o prelúdio dos maiores atentados cometidos contra as Monarquias de Portugal e Hespanha, mas prevendo S. A. R., que esse embargo poderá dar lugar a maiores comunicações e relações comerciais com os Estados Unidos, mandou aqui oublicar essas notícias, afim de que os Negociantes Nacionais se aproveitem tomando parte em expedições para os Portos dos Estados Unidos e que podem fazer agora diretamente.

S. A. R. Hé servido encarregar a V. Mce. de informar se das Minas de ferro, e Ferrarias ali estabelecidas à

[p.1- verso] maneira de Suécia, se poderão haver-se e as quaes preços alguns Fundidores habeis, que viessem aqui trabalhar as ricas Minas, que existem no Brasil, e de que se não tem até aqui tirado partido, devendo V. Mce. dar conta das informacões que proceder em tal matéria, afim de que S. A. R. resolva o que melhor possa convir aos interesses dos seus Povos em tão interessante matéria.

Igualmente Ordena S. A. R. que V. Mce. remeta regularmente huma das melhores Gazetas desse País, que exponha todas as resoluções Políticas e Comerciais que ali se tomão e que informe melhor da cultura, Industriam e Navegação d'esses Estados. Também S. A. R. é servido que V. Mce. remeta alguma das melhores obras Estatisticas e das mais modernas que possa ter-se ali publicado sobre o estado, e Administração das Provincias dos Estados Unidos, querendo S. A. R. ter sempre ante seus olhos na formação do seu novo Império, a grande e útil experiência do que se tem luminozamente praticado nos Estados- Unidos, não esquecendo na escolha das obras, as que mostrarem o que se tem feito para o ensino e educação dos Povos nas Sciencias e Artes, e nos Estabelecimentos para promover a Agricultura, as Artes e Comércio e a Navegação.

S.A.R. o Principe Regente Nosso Senhor, e toda a Real Familia continua a gozar da mais perfeita saude e afiançando-nos assim o Céu a continuação da nossa felicidade.

[p.2-frente] Deus Guarde a V. Mce. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Maio de 1809.

Conde de Linhares

Sr. José Rademaker

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Secretário dos

Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Governo, em **25 de Abril de 1810**.

Achando se este Reino em grande necessidade de Trigos e Farinhas para seu consumo e do Exército Portugues, manda o Governo destes Reinos recomendar a V. Mce. que haja de promover, quanto estiver da sua parte a exportação, desses Estados Unidos, da quantidade daqueles Gêneros que por possível, procurando facilitá-la pelo modo que julgar mais proprio, e conveniente, e fazendo ver aos Negociantes desses Estados Unidos a facilidade com que se poderá fazer a mesma exportação vista a melhor inteligência que agora existe entre esse Governo e o de Inglaterra.

Deus Guarde as V. Mce. Palacio do Governo em 25 de Abril de 1810

D. Miguel Perera Forjaz

Sr. José Rademaker

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **23 de Maio de 1810**.

Pede que se envie para a Bahia e também alguma porção do Rio de Janeiro do tabaco da Virginia e de Mary Land aos cuidados do Negociante Francisco Ignacio de Siqueira Nobre.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **23 de agosto de 1810**.

Recebi e levei à Augusta Presença de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor os Officios de V. Mce. n, 73,75 e 76 datados em 2 de abril, 30 de maio, e 19 de Junho do corrente ano e S. A.R. ficou por eles inteirado de se ter terminado a sessão do

Congresso, não se havendo renovado nelle o Ato para impedir a comunicação Comercial entre esses Estados e a Gram Bretanha, assim como com a França, cujo iniquo procedimento de fazer sequestrar em todos os seus portos, o nos dos Países sujeitos à sua immediata influencia os Navios Americanos, que neles se achavão, espera S.A.R. que fará ver, e persuadiá ao Governo dos estados Unidos, que a força só com a forsa se pode repelir; não admirando que o Ministro Plenipotenciário da Russia chegasse ahi só sem vir em companhia do Ministro Francês, Mr. Demouhir, como o esperavão, por ser provavel que já não haja entre os dois respectivos Gabinetes a mesma intimidade. (...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Rio de Janeiro, em **28 de Fevereiro de 1811**.

Recebi e levei à Augusta Presença de Sua Alteza Real O Principe Regente Nossos Senhor o officio n. 80 que V. Mce. me dirigiu, e Sau Alteza Real vio nele provas do zelo e intelligencia com que V. Mce. o serve, e muito lhe manda a recomendar a Mesmo Augusto Senhor a execução dos diversos objectos que lhe tem sido recomendados, e que Sua Alteza Real espera que A. M. Não perca de modo algum de vista.

No seu officio viu Sua Alteza Real o que V. Mce. relata relativamente à segurança que esse Governo recebeu de ter o Governo Frances abrogado [?] os Decretos de Berlim e de Milão contra o Comércio dos Neutros, e juntamente a esperança que tinha de que a Gram Bretanha do seu lado faria cessas as Ordens do Conselho dadas para contrabalanças os efeitos dos sobreditos Decretos e que consequentemente a essas Declarações já se havia publicado huma Proclamação do Presidente dos Estados Unidos para abrir totalmente o Comércio com a França, e se havia declarado o mesmo a respeito da Gram Bretanha, com tanto que até dois de Fevereiro do actual ano chegassem dos Portos da America noticias certas e officiais de se haverem suspendido as Ordens do Conselho.

Com a sua costumada providencia ficaria Sua Altesa Real muito satisfeito de vêr assim restabelecer o Comércio dos Neutros, se, conhecendo perfeitamente o Governo Francesm que o da

[p.1- verso] America não quer considerar no seu verdadeiro ponto de vista, não tivesse todo o fundamento para temer que seja este um novo artifício da França para empenhar os Ameranos m os primeiros Ganhos a fazer grandes importações para a França, de que muito necessita no momento atual, sobre tudo depois de perdidas todas as suas colonuas, para depoisquando lhe convenha fazer as costumadas Confiscações das Propriedades Americanas, qu é bem duvidososrestitua jamais com a devuda exação; e receando também Sua Altesa Real que o Governo Britanico possa no momento atual consentir em retirar as Ordens de Conselho, pelo miseravel estado de estagnação a que tem chegado o seu comércio, espera absoluta necessidade que tem de procurar algum remedio contra o mal que provocou, e de que a Nação deve pedir conta a Bonaparte.

Igualmente foi presente a ocupação do Território litigioso da Florida, e talvez a Gram Bretanha não veja essa aquisição com indiferença, tendo garantido á Espanha a integridade da Monarquia; e se o Governo Espanhol franqueasse o Comércio dos Portos da América, fazendo cessar o Regima Colonial, talvez então o Governo Britanico tomasse este Negócio com calor, e os Estados Unidos viessem a correr grandes riscos, ou ao menos a verem-se embaraados nas mesmas ca-

[p.2-frente]lamidades da guerra que tem querido evitar.

Sua Altesa Real vio também com muita dor a faciidade com que o governo dos Estados Unidos permite a passagem de Revolucionários que a França manda para os Dominios da Coroa de Portugal e Espanha, e é doloroso que a fraquesa do Poder Executivo do Governo dos Estados Inidos, o ponha no caso de não poder por um freio a um tão horroso atentado contra Governos que vivem em boa inteligencia e harmonia com o dos Estados Unidos. Sua Alteza Real ordenou que se não seicassem desembarcar dos Navioa Americanos Passageiros que venhão sem o Passaporte do seu Encarregado de Negócios em Philadelfia, V. Mce. assim o pode fazer constar.

Sua Altesa Real fica na inteligencia do que V. Mce refere a respeito da chegada de Mr. Jarvis que foi Consul em Lisboa, e de Mr. Armstrong que foi ministro em Paris.

Deus Guarde a V. Mce. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de fevereiro de 1811

Cons de Linhares

Sr. José Redemaker.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Secretário dos

Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, para o agente consular José Rademaker, em **26 de julho de 1811**.

Pede providencias para que se enviem cavalos para a remontagem do exército português, bem como as possibilidades e custo desses e do transporte.

D. Miguel

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 114 (1803-1820). Ofício do Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, para o agente consular José Rademaker, datado do Palácio do Governo, em **1 de Julho de 1812**.

Fazendo-se digno da maior contemplação o abastecimento deste Reino, e devendo por isso tomarem-se com antecipação as medidas necessarias para que ele não venha a experimentar faltas de semelhante natureza, Manda este Governo recomendar a V. Mce., em nome de Sua Alteza Real, que, podendo acontecer, quando continue a proibição da extração de Farinhas e Milhos desses Estados, u eles declarem infelizmente guerra contra a Inglaterra, que hajão alguns Negociantes que queirão comparar Navios Americanos e faze-los navegar com bandeira Portuguesa, carregando-os com os sobreditos generos, V. Mce. procure facilitar, quanto estiver da sua parte, esta especulação, distribuindo pelos mesmos Negociantes os Passaportes que eles requererem, dos cincoenra que remeto inclusos a V. Mce., por mim somente assinados; E como parece que um dos que querem tentar aquela negociação é Francisco Teixeira Sampaio, que atualmente ai se acha rezidindo, V. Mce. poderá tratar com ele sobre este objeto,ou, na sua ausencia, com a Passoa que para esse fim se lhe apresentar, autorizada com Carta do Negociante Henrique Teixeira Sampaio, facilitando lhe igualmente os Passaportes que requerer.

[p. 1-verso] O governo espera que V. Mce. obrará em semelhante materia com todo o segredo, circunspecção, e prudencia que lhe são proprias, e que exige hum tão delicado objeto, para evitar qualquer comprometimento quedo contrário nos possa resultar.

Cumpre-me prevenir a V. Mce. de que por cada Passaporte que entregar deverá receber a quantia de 6\$880rs em metal, e remeter a importancia à secretaria de Estado dos Negocios de Marinha em Lisboa, á qual pertence este Emolnumento.

Deus Gde a V. Mce. Lisboa no Palacio do Governo, em 1 de julho de 1812.

D. Miguel Pereira Forjaz

PS. Quando V. M. Veja que tem bom exito a negociação lembrada, me avisará, a fim de lhe remeter maior numero de Passaportes.

Sr. José Rademaker

MNE- CAIXA 115 – MAÇO 90(2)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90.

1) MAÇO 90- 1822 a 1828

Contas e receitas de Despesas feitas pela Legação de Portugal em Washington- 1822-1828-

2) MAÇO 90- 1828

Contas e recibos de despesas feitas, em 1828, pela legação de Portugal em Washington com os emigrados recibos da Ilha de Madeira

3) MAÇO 90- 1823 (23 Despachos)

16 de junho de 1823

Demissão e nomeação de responsável interino para a legação dos estados Unidos. Endereçada, aparentemente, à Joaquim Barroso Pereira.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **19 de Julho de 1823.**

s/n

Receberão-se nesta Secretaria d'Estado os Officios d'essa Legação debaixo dos n. 21 a 29, e n. 31, vindo a faltar o n. 30, os quaes foram presentes a S. Mag., que ficou inteirado do que nele se trata, e só se oferece hoje responder, quanto ao que respeita aos

Escravos conduzidos a Savannah, que já se achão dadas as necessarias providencias, como participei a essa Legação no officio n. 26 de 23 de maio ultimo.

Tendo o Mesmo Augusto Senhor julgado conveniente abolir os Consulados ultimamente criados nesses Portos Unidos, reduzindo todos ao que V. Mce. Ocupa, e em que ficou conservado com o ordenado anual de Rs 1:200\$000, tenho de prevenir a V. Mce. d'esta determinação régia, e[ilg] que hoje se fação as competentes participações aos individuos empregados nos ditos Consulados, com tudo convém que V. Mce. também os avise d'isso pela razão de se poderem desencaminhar as mesmas participações. E porque é também conveniente haver naqueles Portos Vice-Consules, para que o Comercio e Navegação Portuguesa não padeção, V. Mce. proporá para Vice-Consules nos diversos Portos, onde os julgar necessários, pessoas estabelecidas e de boa nota que se queirão encarregar d'este Serviço gratuitamente, e exigirá dos [ilg]outoures Consules as necessárias informações sobre o estado dos negócios pendentes dos seus respectivos Consulados.

Faz-se igualmente necessário que V. Mce. avise a Henrique Guilherme

[p.1- verso] Schimith , que a sua Comissão finda em Março de 1824, vindo por consequencia a acabar d'essa época em diante o seu Ordenado.

Do mesmo modo participo a V. Mce. para sua devida intelligencia, que em officio de 14 do mes proximo passado foi ordenado ao Ex-encarregado de Negócios Francisco Solano Constancio que lhe fizesse entrega dos Arquivos da Missão, bem como de qualquer saldo existente das quantias que tivesse recebido para despeza ordinária e extraordinária, das quaes devia enviar a esta Secret. De Estado uma carta circunstanciada e documentada.

Deus Gde. A V. Mce. Lisboa: Secret. D'Estado dos Negocios Estrangeiros em 19 de julho de 1823.

Marques de Palmella.

Sr. Joaquim Barroso Pereira.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Offício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **4 de agosto de 1823.**

s/n

Participa ao consul o envio de um compendio de notícias sobre a restauração portuguesa, que segue anexo. (cópia)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **20 de outubro de 1823.**

s/n

Remeto a V. Mce hum exemplar da Carta de Ley de 15 do Corrente Mês, pela qual Sua Majestade há por bem determinar que se restabeleção ou aumentem os Direitos de entrada de alguns gêneros, para ue V. Mce. possa fazer d'ela o conveniente uso, a dim de que o Comercio Estrangeiro tenha o devido conhecimento de seu conteúdo.

Deus guarde a V. Mce. Lisboa, Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros em 20 de outubro de 1823.

Marques de Palmella

Sor. Joaquim Barroso Pereira

[Anexo] N. 34

Dom João pela Graça de Deus Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, d'aquem e d'além Mar, em Africa Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Persia, I e da Índia e etc. Faço saber que, havendo a Facção desorganizadora, que por espaço de quase três anos se apoderou do Governo deste Reino, e que debaixo do especioso pretexto do bem público abalou pelos alicerces todos os Estabelecimentos da Monarquia, forçado o Erário Régio a despesas superiores aos seus rendimentos, obrigando-o em consequência da escasses de meios, em que necessariamente devia achar-se, depois de uma Guerra longa e devastadora, a ocorrer a operações ruinosas para sufocar a guerra civil, que a mesma Facção havia ateado nos Dominios Portugueses de ambos os Hemisférios, e a faltar os pagamentos, que de justiça devia efetuar nas épocas de seus vencimentos, seguindo-se daqui grande descrédito publico: e não se podendo acudir a esses males sem recorrer a um empréstimo para fazer face às despesas publicas, e habilitar o Governo a proceder com

acerto aos melhoramentos e reformar necessárias, tanto ao pertence ao aumento da receita, como à judiciosa redução da despesa, sem o que as pessoas empregadas no diferentes ramos do Meu Real Serviço não poderão contar com os seus pagamentos nas épocas, em que lhes forem devidos, nem os Credores do Estado poderão ter uma garantia segura aos seus Captaes e Juros: Para satisfazer , portanto, a tão sagrados deveres, assim como para suprir as despesas geraes, e manter a segurança e tranquilidade de Meus fiéis Vassallos, é absoluta necessidade, e exige a pública utilidade, que se lance mão de alguns meios subsidiários, e em quanto não se regularem debaixo de um plano fixo as Pautas das Alfândegas destes Reinos, a cujo exame Mandeí proceder: Hei por bem determinar, depois de ter ouvido Meu Conselho de estados, e mais pessoas doutas e zelozas do meu Real Serviço, e interessadas no bem geral da Nação, que se restabeleçam ou aumentem os Direitos de entrada de alguns Generos, na forma seguinte: Os generos chamados Coloniaes, que até agora pagavão unicamente o Direito para Fragatas, ficão pagando trinta por cento do seu valor como os outros da mesma origem. O arroz do Brasil ou das Provincias Portuguesas e Africanas pagará os trinta por cento, calculado sobre o valor de tres mil e seiscentos reis por quintal: o de qualquer Colonia ou pais estrangeiro pagará, além deste Direito, mil e duzentos reis também por quintal; mas será admitido somente no caso em que a Resolução de vinte e cinco de Agosto de mil oitocentos e dezesseis permite a sua entrada, derogando o Alvará de vinte e quatro de julho de mil tesecentos e oitenta e um. O açúcar branco pagará por arroba novecentos e sessenta reis; o mascavo quatrocentos e oitenta reis, e o café mil e seiscentos reis; e continuarão em pleno vigor as Leis que favorecem exclusivamente o Comércio do Brazil: ficarão igualmente em vigor as Leis a favor do Comércio Portuguez da Asia, e paará o arroz dauele Pais os mesmos Direitos que o do Brasil. O chá perola, alfojar, e chalon, quatrocentos e oitenta reis; o gigon e uxim trezentos e sessenta reis; e qualquer outro duzentos e quarenta reis, por arratel. A carne de porco estrangeira, fresca ou salgada, pagará quarenta por cento, segundo os preço correntes, ou entre pelos portos secos, ou molhados.

Fica extinta a diferença das Pautas da Casa da India, e Alfandega Grande naqueles Generos que tem avaliação em ambas, e pela desta se regularão os valores naquela. As liberdades e franquessas, concedidas nos Capitulos cento e vinte e cinco, e cento e vinte e seis do Foral da Alfândega ficam extintas, e em inteira observância o Artigo primeiro do Alvará de vinte e cinco de Abril de mil oitocentos e dezoito, exceptuando somente os

objetos de despacho da Casa da Frua. O produto adicional destes Direitos aumentados ou restabelecidos será escriturado separada-

[p.1- verso] mente no Real Erário, aonde dará entrada para ocorrer o pagamento dos Juros, e amortização do empréstimo já contratado muito vantajosamente; e sem que se entenda que, por este aumento de Direitos, se desvião do seu destino os que forão estabelecidos e aplicados pelo Alvará de sete de Março de il oitocentos e um para o pagamento dos Juros dos Novos Empréstimos; porque estes ficão ilesos, e continuarão a entrar no Cofre da Junta privativa, como sempre se praticou, e como pede a boa fé e o crédito publico, que muito Desejo manter e consolidar. Sou outrosim Servido Determinar que o disposto nesta minha Carta de Lei principie a ter efeito na data dela em diante.

Pelo que: Mando à Mesa de Desembargo do Paço; Preseidente do Meu Real Erário; Regedor da Casa da Suplicação; Conselhos de Guerra, da Minha Real Fazenda, e do Ultramar; Mesa da Consciencia e Ordens; Senado da Camara; Governador da Relação e Casa do Porto; e as Capitães Generaes do Reino, e Provincias Ultramarinas; Desembargadores, Corregedores, Provedores, Ouvidores, Juíses e mais justiças, a quem o conhecimento desta carta de Lei pertencer, a cumprão e guardem, e fação inteiramente guardar como nela se contém, não obstante quaesquer Leis, Ordenações, e Regimentos contrários, que todos e todas Hei por derogadas para este efeito somente, como se de todas e cada uma delas fizesse especial menção, ficando aliás em seu vigor. E ao Doutor Manoel Nicolao Esteves Negrão, do Meu Conselho, Meu Desembargador do Paço, e Chanceler Mor destes Reinos, Ordeno que a faça publicar na Chancelaria, passar por ela, e registrar nos Livros dela a que tocar, remetendo os exemplares impressos debaixo do Meu Selo, e seu Sinal, a todos os lugares; e guardando-se o Original desta no Meu Real Arquivo da Torre do Tombo Dada no Palácio da Bemposta aos quinze dias do mes de Outubro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de Mil oitocentos e vinte e tres.

EL REI Com Guarda.

[Imprensa régia]

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade*. Washington, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em

8 de Novembro de 1823.

s/n

O Marques de Palmela avisa que enviou ordem para que o antecessor de Consul Joaquim Barrosos Pereira, o Senhor Francisco Solano Constancio devolva os arquivos da Legação para o atual consul e que, além disso, expediu carta ao governo americano explicando os mal entendidos que possam ter provido da ação deste, nomeando-o como novo responsável.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em

4 de Dezembro de 1823.

s/n

Acuso o recepção do officio n.3 que V. Mce. me dirigio em data de 29 de Setembro preterito, de cujo conteúdo fico inteirado.

Por esta ocasião cumpre-me dizer-lhe, que tenho recebido varias Cartas dos Consules demitidos d'esses Estados Unidos, os quaes não tenho dado Resposta, por me parecer que já não existirão nos seus Respectivos lugares de residência.

Convem que V. Mce. informe sobre quaesquer diligencias que pelo Governo intruso do Brasil se tenham praticado para obter o reconhecimento da sua independência por esse Governo; cumprindo-me manifestar a V. Mce. que os Desejos de Sua Majestade são os mais paternaes, e mesmo liberaes para os Brasileiros, e que bem longe de intentar sujeitar de novo aquele Paiz a hum monopolio comercial, Deseja ao contrario assegurar-lhe o maior grao de independência administrativa compativel com a unidade da Monarquia.

Deus Gde. A V. Mce. Lisboa: Secretaria d'Estado dos Negócios Estrangeiros em 4 de Dezembro de 1823.

Marques de Palmella

Sr. Joaquim Barroso Pereira

4) MAÇO 90- Despachos do Governo à Legação nos Estados Unidos

1822 à 1828

1830 à 1834

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **14 de Janeiro de 1822.**

Substituição do consul

Menciona que o sucessor tem como principal cuidado a tomar as providencias e reivindicações contra a pirataria praticada por navios americanos, que causam muito prejuízo ao commercio portuguez.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **15 de Janeiro de 1825.**

s/n

Remeto a V. Mce. para sua inteligencia a cópia inclusa do Decreto de 3 do corrente, pelo qual Sua Majestade há por bem proibir a importação de generos coloniaes, e mercadorias d`Azia em Embarcações Costeiras Portuguesas de menor lotação de 80 toneladas.

Por es ta ocasião não posso deixar de ponderar a V. Mce. que o Mesmo Augusto Senhor foi Servido dar esta providencia por lhe constar o grande contrabando que diariamente se introduz nas Costas de Portugal nas referidas Embarcações, e evitar que estas se autorizem com Bandeira Estrangeira para clandestinamente fazerem este comércio, para que nunca forão destinadas, providencia esra que foi julgada como interna e necessaria no estado atual, em que os generos coloniaes fazem o transito de portos estrangeiros, e que com roda a facilidade se introduzem por este meio em alguns

pequenos surgidoiros e praias da Costa, e por consequencia em todo o Reino, cuja entrada não se pode facilmente impedir, sem esta providencia, nem evitar o prejuízo dos Reais Direitos, que por uma tal maneira se entrarão, fundamentos estes que forão tomados em Pondera’~ao, e sobre

[p.1- verso] os quaes Sua Majestade Houve por bem deliberar.

Deus guarde a V. Mce., Secretaria dos Negocios Estrangeiros, em 15 de Janeiro de 1825.

Marques de Palmella

Sr. Joaquim Barroso Pereira

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **15 de novembro de 1825.**

n.12

Dá conhecimento ao Consul da Independencia do Brasil, anexando o suplemento da Gazeta de Lisboa em que o Rei dá conhecimento dos acontecimentos. (Cópia)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro Interino dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Porto Santo, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, em **27 de Maio de 1826.**

n. 21

“(...)É muito para desejar que sejam adotados os Bills propostos por Mr. Woodbury e pelo General Smith no Senado desses Estados para a redução dos direitos de Importação sobre o Sal, e sobre os vinhos, e estimo ver que ha apparencia de ser aprovada pelo Congresso a primeira daquelas Leis, pois que muito interessa qualquer delas a este Reino, por serem proprias a aumentar nesses Estados o Consumo de dois dos principais artigos de nossa produção; sendo por isso muito louvável o que V. Mce. praticou para cooperar à adoção dessa medida legislativa. (...)”

Conde de Porto Santo
Joaquim Barroso Pereira

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **23 de junho de 1827.**

N.3

- Pede que o funcionário da legação o continue informando sobre a situação de independencia das colonias espanholas, com as notícias que possas ser úteis a política e ao comércio de Portugal
- Avisa que serão tomadas providências a respeito da denúncia sobre o funcionário da Alfândega, que por seu desleixo se tem tido grande prejuízo no Reino.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado do Paço da Ajuda, em **08 de Março de 1828.**

n. 2

Os officios dessa legação n. 81, 82, 83 e 84 me chegaram devidamente à mão.

Parecia incrível, se constantemente se não visse um Governo que conheça o Direito das Gentes, estivesse protegendo o armamento de Piratas, pois outro nome não podem ter Navios que insultão todas as Bandeiras, consentindo que nos portos de sua dependencia vendão sua presas illegaes, e feitas as Nações com as quais se diz em paz: no entando esse Governo assim tem praticado, e ontinua a praticar sem reбуço, como se vê do que V. Mce. refere no seu Oficio n. 32, relativamente ao Corsario Brandierer. Eu aqui fiz sentir a Mr. Brent quanto são irregulares taes procedimentos, e que se os Vasos de Guerra Portugueses houvessem de encontrar algum desses denominados Corsarios, que não tenha todas as legalidades que constituem o Legitimo Corso entre Nações beligerantes, ou que tenha, como alguns tem, apresado Navios Portugueses, sem

embargo de não termos guerra com Nação alguma, esses Firibisteiros serão tratados como taes, e punidos com as penas em que incorrem os Piratas.

Não carece V. Mce. de instruções pelo que respeita ao objeto de seu officio n. 84, que é em parte veridico, posto que a Augusta Personagem seja outra, porque não creio que aqueles viajantes, que atualmente se achão em Londres, se dirijam a esse pais.

Deus Gde. A V. Mce. Paço da Ajuda em 8 de Março de 1828.

Conde de Vila Real

Sr. Joaquim Barroso Pereira

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado do Paço da Ajuda, em **24 de Março de 1828**.

n. 2

‘(...) Vejo com muita satisfação pelo segundo dos ditos officios o projeto de Lei proposto na Camara dos representantes desse Pais para diminuição de direitos de importação sobre os vinhos, que pode aumentar o consumo nesse pais daquele produto principal de nosso solo. (...)’

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Duque de Loulé, para o agente consular, Joaquimm Cesar de Figanieri Mourão, datado do Paço do Porto, em **21 de Abril de 1833**.

n. 5

Nas cronicas constitucionais do Porto ha de V. Mce. encontrar os Decretos de 3 e 4 do corrente pelo primeiro é S. M. I. O Duque de Bragança Regente em Nome da Rainha, servido permitir as importações nesta Cidade de vinhos Nacionais e Estrangeiros debaixo de qqr Bandeira, e dee Licores e mais bebidas espirituosas, e pelo segundo Houve por bem fazer extensivas as Disposições do Decreto de 19 de Janeiro de 1827 ás famílias de todos os indivíduos que tem perecido, ou precerem vitimas de sua lealdade á

causa da Rainha da Patria em quanto durar a luta entre a Usurpação e a Legitimidade: e ordena o Mesmo Senhor que V. Mce. dê toda a publicidade áqueles Diplomas, fazendo-os inserir nas formas mais acreditadas dessa pais.

Deus Guarde a V. Mce. Paço do Porto em 21 de Abril de 1833.

Marques de Loulé

Sr. Joaquimm Cesar de Figaniere Mourão

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangiere Mourão, datado do Paço da Ajuda, em **2 de dezembro de 1834**.

n.6

“(…) Sobre o objeto das conferencias particulares ue V. Mce. refere ter tido com o Secretário de Estado, nas quaes este lhe manifestou o desejo que tem esse Governo de restabelecer as relações com o de Portugal, já Mr. Brent fez igual participação ao Governo de Sua Majestade, que animado dos mesmos sentimentos para com o Governo dos Estados Unidos, nem uma duvida se lhe oferece para restabelecer aquelas relações; o que V. Mce. poderá, em ocasião oportuna poderá, confidencialmente assegurar ao Secretário de Estado d’esse Governo. (...)”

Conde de Villa Real

Joaquim Cesar de Filangiere Mourão

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangiere Mourão, datado do Paço da Ajuda, em **04 de dezembro de 1834**.

n.1

Manda re-estabelecer as relações dilpomáticas entre estados unidos e portugal, nomeando para consul do país o proprio Joaquim.

O intuito desse reconhecimento é estabelecerem-se relações comerciais, que favorecerão os dois países.

Pede-se ao representante, no entanto, ressaltar verbalmente que a Coroa Portuguesa está perdendo alguns agravos cometidos pelo Gov dos EUA, como a manutenção do mesmo representante do governo do usurpador na corte restaurada, mas que isso seja somente dito, e não um impedimento para se retomarem as relações e nem que com isso pretenda-se um pedido formal de desculpas.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **5 de Janeiro de 1824.**

s/n

Incluso achará V Mce. um Exemplar do Relatório dos Comissários enviados por El Rei, Meu Senhor, ao Rio de Janeiro: e ainda que este Relatório das observações que o precedem, sejam publicados por ordem Regia, e devam servir para regular a Linguagem dos Ministros de S. M. Nas Cortes Estrangeiras, não podem contudo ser considerados como um Manifesto, porque este só terá lugar quando em consequência do resultado das negociações que se estão tratando, S. M. Tiver adotado as Determinações Ulteriores, que exigir o interesse da Monarquia, e a Sua honra e dignidade, que lhe impõem o dever de conservar ileso a Coroa que herdou de seus antepassados.

[p. 1- verso] Ds. Gde. A V. Mce. Lisboa: Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 5 de janeiro de 1824.

Marques de Palmella

Sr. Joaquim Barroso Pereira

(Segue anexo o Relatório- Cópia)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **2 de fevereiro de 1824.**

s/n

Pelo relatório impresso que remeti a V. Mce., e observações que o precedião viria V. Mce. no conhecimento da desuasada recepção qye experimentarão no Rio de Janeiro os Commissário enviados por S. Mag. Com proposição as mais moderadas e conciliatórias. Sucedendo porem El Rei, Meu Senhor, observar até a ultima extremidade e sistema que adotou n'este importantíssimo negócio, e atrair, se possível for, novamente ao abrigo do seu Septro Paternal pelos meios de doçura e fa persuasão aqueles Povos iludidos, e um fiho que evidentemente se vê constrangido a obrar contra os seus naturaes sentimentos e verdadeiros interesses, persiste S. Mag. Ainda na esperança de conseguir por meio de uma negociação indireta a participação e reconciliação que farião o unico objeto da Missão dos Commissários Regios, e pedio para esse ifeito a mediação de S. M. O Imperador de Austria, que pelos estreitos vinculos que o unem a S.A.R. o Principe D. Pedro, e pela sua magnanimidade e esclarecida politica parecer ser destinado pela providência para efetuar a grande obra da qual depende o triunfo da mais justa das causas.

Espera S. M. Fidelíssima que esta negociação haja de prosseguir-se com o apoio e intervenção da S. M. Britan-

[p.1- verso] nica , seu antigo e constante aliado, e espera igualmente que as Potencias Continentais, cujos Plenipotenciarios vão a reunir-se em Paris, prestarão também o seu poderoso apoio moral a S. M. Fidelissima, reconhecendo quanto interessa a todos os Estados que não se restabeleça o fatal exemplo de hum novo Reino, que começaria por coroar a usurpação destituída até do mínimo pretexto.

S. Mag. Encarrega a V. Mce. de fazer uso, prudente e comedido das noções que acabo de apontar-lhe, as quaes n'~ao devem em nenhum caso fornecerem-lhe a matéria de comunicações escritas, nem mesmo verbalmente officiaes, mas servirem só para regular á sua conduta e os seus discursos nos circulos Diplomáticos.

Dos. Gde. A V. Mce. Lisboa: Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros, em 2 de fevereiro de 1824.

Marques de Palmela

Sr. Joaquim Barroso Pereira

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade*. Washington, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro

dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em

03 de fevereiro de 1824.

Já em 4 de Dezembro ultimo respondi a primeira via de seu officio n. 3 e tendo recebido depois a segunda via deste mesmo n., as primeiras e segundas dos que seguem até o numero 8 inclusive.

Ficando na intelligencia do que por eles me comunica supponho que a esta hora estarão desvanecidos os receios que V. Mce. deixava entrever no seu officio n.7 sobre a dificuldade que julgava encontrar relaticamente á sua apresentação a esse Governo, como Encarregado inteirinaamente dos Negócios de Sua Majestade, pois que não pode conceber-se qual seria o motivo ou a desculpa que o Presidentes dos Estados Unidos alegaria para deixar de reconhecer o Governo que me Portugal existe de Direito e de Fato, e junto ao qual se acha ainda atualmente residindo um Ministro Americano. Devo por tanto supor que V. Mce. não tinha solidos motivos ou fundamentos para os receios que indica, e V. Mce. sem duvida terá procurado com a devida energia ainda que em termos comedidos, exigir que se verifique a sua apresentação e reconhecimento.

O Ministro desses Estados que há bastante tempo procurára

[p.1- verso] entaboar com o Governo de S. Mag. Uma negociação para ajustar um Tratado de Comercio entre os dois Países, negociação que se achava completamente parada, quanfo Sua Mag. Reassumiu sua Soberana Autoridade, tornou pouco depois d'esse fausto acontecimento a expressar-me por meio de uma Nota official os mesmos desejos, e a esta Nota repondi com outra assegurando-o de que faria chegar à cReal Presença quanto propunha, e que em as circumstancias o perminitndo lhe comunicaria a Resolução de D. Mag.

É necessário pois que V. Mce. saiba que, ainda que este Governo tem muito em vista semeslhante objeto, contudo, a incerteza das nossas relações com o Brasil indicão a conveniencia de não apressar negociações d'essa natureza, e não se tendo apresentado a oportunidade que se deseja para tratar esse ponto, só poderia por agora adotar-se alguma medida pelo que diz respeito a regulações de Porto, Privilégios Consulares, [e vários].

Fico no fato de qual seja o espirito publico n'esse país em relação ao que se passou entre Portugal e o Brasil, mas sejam ele qual for, não é de esperar que da parte d'esse Governo haja maior precipitação em reconhecer a independencia do Brasil do

[p.2- frente] que tem havido em reconhecer a das Colonias espanholas pois e a huma semelhante precipitação nenhuma outra construção se poderia dar se não a de que o interesse mercantil e talvez o espirito de proselitismo democrático induzião aquele Governo a eser-se dos principios de justiça e boa fé com que sempre tem obrado, e a cmeter a mais cruel hostilidade, e a menos procada, contra um Soberano seu amigo e aliado, acrescendo ainda às sobreditas considerações a circunstancia muito importante de se achar a testa do Governo do Brasil o Principe herdeiro de toda a Monarquia Portuguesa, o que dá as mais bem fundadas esperanças de não se haver de completar a separação perpetua dos dois Reinos de Portugal e do Brasil.

O Relatório impresso que a V. Mce. remeti com a circular de 5 de janeiro ultimo e o meu despacho de data de ontem dar-lhe-ão ideias das nossas atuaes relações com o Brasil (...)

(Passa daí em diante a tratar do desligamento do ex- encarregado)

Marques de Palmella

Sr. Joaquim Barroso Pereira

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **4 de Março de 1824.**

Convindo que os Agentes Diplomáticos de Sua Mag. E Consules Portugueses nos Países estrangeiros estejam previnidos com as instruções necessárias para lhe servirem uniformemente de reggra[?] sobre a conduta que deverão seguir relativamente às embarcações pertencentes aos vassalos de Sua Mag. Do Reino do Brasil, ou que navegão com bandeira chamada Brasileira, determina El Rei Meu Senhor se seguinte:

No caso de chegar a algum dos Portos dos seus respectivos Distritos Consulares qualquer Embarcação com a Bandeira acima mencionada, devrão os Agentes Diplom;aticos, ou Consules Portugueses reclamar imediatamente perante as autoriades, a quem pertencer para que se não permita usar de semelhante nandeira e quando não seja atendida a sua reclama;ção, deverão protestar formalmente, por que não pode admitir se que as nações amigas, e alidas de Su Mag.

[p.1- verso] hajão de reconhecer uma bandeira insurgente levantada contra os Direitos da sua Soberania. E podendo suceder que a bordo de taes Navios venhão generos do Patrimonio Real, ou seja Pao Brasil, Diamantes, Ursela[?], ou Marfim, deverão eles ser reclamados como pertencentes a S. Mag. Da mesma forma deverão ser reclamadas quaesquer Embarcações de guerra com Bandeira dita do Brasil, pois é inegável que elas pertencem a El Rei Meio Senho, e cumpre portanto que exija a sua entrega com toda a eficacia, fazendo o mais solene protesto no caso de recusação. Quanto aos Navios de Comercio, S. Mag. Desejoso de estender a Sua Paternal Proteção a todos os seus Vassalos, ou eles sejam Portugueses, ou Brasileiros, Determina que os Consules Portugueses protejão e sirvão de Procuradores a seus vassalos Brasileiros, devendo contudo ter

[p.2- frente] a cautela de não mandar para Cortes do Brasil, mas só para Portugal e Algarves os marinheiros naufragados, ou desamparados que na forma das suas Instruções, os Consules estão autorizados a fazer transportar para os Reinos Portugueses.

V. Mce. portanto deverá regular-se sobre este objeto em conformidade desta Regia Determinação, e comunica-las a todos os Consules Portugueses residentes nesse País para que hajão de dar lhes a devida execução cada um pela parte que lhe toca.

D. Gde. A V. Mce. Lis.: Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, em 4 de março de 1824.

Marques de Palmella

Sr. Joaquim Barroso Pereira

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **28 de julho de 1824.**

Não conveniencia de celebrar nesse momento um tratado comercial com os Estados Unidos, em primeiros lugar, até que se finde o praso do tratado celebrado com a Inglaterra e, em segundo lugar, até que se resolvam as questões relativas as insurreições no Brasil.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 115 (1820-1834), m. 90. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marques de Palmella, para o agente consular, Joaquim Barroso Pereira, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **24 de setembro de 1824.**

Pede ao Encarregado que vigie os passos do encarregado nomeado pelo governo do Brasil, e dê notícias à corte de tudo quanto ele obrar.

MNE- Livro 416

1822-1831

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 416 (1822-1831).

Ha de este livro servir para nele se registarem e rubricarem os Officios dirigidos pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, e por outras autoridades Portuguesas e recebidos desde a minha nomeação. Philadelphia 1 de outubro de 1822

**O Encarregado dos Negócios Políticos e Comerciais dos Estados Portugueses no
Estados Unidos.**

Francisco Solano Constancio

Ofs. 1,2 3 3 Informam o novo responsável pela legação, que está a caminho dos Estados Unidos para lá tomar posse do estado dos negócios dessa legação e das principais incumbências com as quais se deve ocupar, a saber: as relações com a Hespanha e a questão do reconhecimento da independência de suas colônias e a questão da Pirataria.

Sobre a primeira questão, recomenda-se que o responsável nos estados unidos trate com os representantes dos novos países, justificando-se o reconhecimento dos mesmos pelo direito das gentes e pelo não impedimento do comércio do Portugal a nenhuma nação soberana que dele se interesse. Quanto à segunda questão, convés ao novo encarregado informar-se com os seu antecessores e a partir da documentação anterior da legação de modo a continuar as providencias contra a pirataria.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 416 (1822-1831). Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Francisco Solano Constancio, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **27 de julho de 1822**.

n. 7

Participa ao responsável da Legação a diminuição dos consulados portugueses em todo o mundo, tanto pela economia que isso causa ao erário, quanto pela escolha de locais onde esses consulados possam ter maior utilidade do Reino, ou seja, que sejam localizados em zonas portuários.

Quanto ao caso dos Estados Unidos, ficam limitados os consulados a sete, todos subordinados a essa legação, a saber:

“(…) Destes trinta e três consulados, pertencem sete aos Estados Unidos, e são estabelecidos em Philadelfia, Boston, Nova York, Baltimore, Norfolk, Charleston e Nova Orleans, para os quais se acham nomeados, e alguns já em caminho para os seus destinos, o 1^o. Adido Joaquim Barroso Pereira, Frederico Vicente Spinza de Comura[?] Perestrello, Eugenio Antonio Lobatto, José Joaquim Ramos Guzarte, Joaquim César de la Figaniérr, Gervasio Ferreira Rosgo, e Ddiogo Maria Gallan, tendo todos a faculdade de nomear vice cónsules no lugar de seus distritos (...)”

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 416 (1822-1831). Ofício do Ministro dos

Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Francisco Solano Constancio, datado da Secretária dos Negócios Estrangeiros, em **26 de agosto de 1822**.

n.9

Não entendi bem o documento. Dá instruções ao responsável da legação que se aproxime dos Estados Unidos para propor uma aliança, o que se tenta fazer no caso da Espanha, no caso de um conflito europeu, ressaltando a posição de Portugal como nação constitucional. Ressalta também a semelhança de interesses de Portugal e Grécia nessa questão e a tentativa de se firmar aliança com os estados unidos no mesmo estilo da firmada pelos gregos.

Aparentemente, relaciona-se de alguma maneira aos conflitos da América espanhola (doc. Anexa)

MNE- Caixa 112 –

(Masso 1)- Legação de Portugal em washington- 1835- 1839

Correspondencia do Governo Portugues- Ofícios ordinários

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **11 fevereiro de 1835**.

Circular n 8

“Remeto a Vmce as observações inclusas para inteirado do seu conteúdo procure dispor esse Governo a adoptar as medidas convenientes a fim de que os direitos que pagão os vinhos de Portugal ahi importados serão reduzidos como é de justicia na forma demonstrada nas mesmas observações.

A equalização dos Direitos a 15% para todas as mercadorias de qualquer Nação operada pelo Governo de Sua Majestade dá a bem fundada esperança de que as mercadorias Portuguesas importadas nos outros países obtenhão favor na redução dos direitos a que estão sujeitas e principalmente os vinhos

[p. 1- verso] em Países que como esse os não produzem o que seria suficiente para obter desse Governo a desejada reducao, mas alem isso a singular qualidade dos vinhos Portugueses que os faz superiores a todos os conhecidos podendo aparecer nos Mercados da America pelo mesmo preço dos que ahi importão as outras Nações reduzindo-se ou equiparendo-se os direitos d importação , é do interesse dos Americanos fazer a redução para obterem um genero de melhor qualidade pelo mesmo preço do que é inferior.

O direito adicional pela diferença de bandeir não é menos injusto e prejudicial como se demonstra nas obser-

[p.2- frente] vações inclusas de cujos argumentos Vmce se presalecerá[?] para o fazer elmente cessar.

As boas disposições que esse Governo tem mostrado para com o de Sua Majestade depois de debellada a Usurpação não deixão de oferecer favorável oportunidade para Vmce empregar o zelo e atividade que tem manifestado pelo Serviço Público a fim de obter d'esse Governo tudoo o que se demonstra nas observações inclusas por que é de justiça .

Deos Guarde a Vmce. Palacio das Necessidades em 11 de fevereiro de 1835.

Conde de Villa Real (assinatura)

Sr[?] Joaquim Cesar de Figaniere

[ANEXO]

[p.1- frente]Copia

Estados Unidos da América

Dos Estados Unidos ha algumas concessões a obter, que presumimos nao serão dificeis de conseguir, por serem fundadas sobre a rasão, justiça e reciprocidade.

Falamos da desigualdade do Direito sobre nossos vinhos ainda mesmo depois da ultima redução, que teve principio em março de 1834 e do Direito Adcional de 10% sobre o Direito existente que pagam naquelas Alfandegas todos os generos e produções que forem debaixo da nossa bandeira. Ora se esta diferença de Direito fosse exigida de todas as Nações Estrangeiras, ainda assim seria arduo para nós que nos fazemos diferença em

nossos portos aos produtos ou Navios Americanos mas sendo todas as Nações há muito isentas de tão proibitiva e ofen-

[p.1- verso] siva Contribuição exceptuando-se unicamente a Portuguesa e Hespanhola devemos insistir pela sua imediate abolição ou impor sem demora sobre as produções da America trazidas or Navios Americanos um igual Direito retributivo de 20% sobre os direitos regulares em nossas Alfandegas até que o Governo Americano desista de tão injusta agressão que torna perfeitamente illusória a abolição que ultimamente nos concederam dos imensos Direitos de Tonelagem /a saber: 1 pataca por Tonelada/ sobre os nossos Navios, pois não é de supor que apesar da mesma haja quem envie Navios Portugueses ou melhor carregue paea os Estados- Unidos em quanto as Mercadorias que levarem tiverem de pagar tão exorbitante diferença de 10% sobre os já bem altos Direitos em nossos Generos, acima dos que pagem, os que vão nos Americanos.

[p.2- frente] Quanto ao Direito que pagam os nossos vinhos temos toda a justiça a justiça a exigir que sejamos postos sobre o mesmo pé de igualdade que as mais Nações, sem terem mais de tantos Titulos a consideração do Governo Americano.

Pelo ato do Congresso de 14 de julho de 1832, foram reduzidos os Direitos sobre os vinhos Portugueses e principiou de 3 de Março de 1834 ao seguinte- Vinho da Madeira a 25 Cents o Galão- Vinhos de Porto, Lisboa, Figueira, Fayal [e vários] a 15 Cents p. Dito. Porem o mesmo ato reduzio os Direitos sobre os mais vinhos ao seguinte- Vinhos tintos de França 3 Cents p. Galão- Brancos de França e Hespanha 5 Ditos- Ditos de S. Lucas, Colmenares, Grecia, Alemães [e vários] a y1/2 Cts [?]-; de França em garrafas a 11 e os de primeira qualidade a 15 Cents. - Ora

[p.2- verso] quem examinar esta pauta, conhecera logo o quanto é injusto para nós essa invencivel desvantagem com que tem a concorrer nossos vinhos nos Estados- Unidos. Em quanto os vinhos mais preciosos carissims de mais luxo, da França, pagam somente 3 cents p. Galão, indo embarricados ou de 11 a 15 centsp. Dito indo em garrafas e os melhores do Rheno[?] y1/2 cents----- os vinhos vindos da Madeira pagam enormissima desproporção de 25 Cents. Sobre toda a qualidade indistintamente e todos os outros vinhos de Portugal / que não são para comparar em custo ou estimação com os vinhos acima especificados/ pagam 15 Cents, melhor serua dizer que ambos de todo estão proibidos nos Estados Unidos!

Este direito sobre o vinhos da Madeira monta a 2 y1/2 patacas p. Cipa[?] e sobre o de Lisboa a 20, o que corres-

[p.3- frente] ponde a 50% sobre o seu original custo. O governo Americano pelo Acto do Congresso de 2 de Março de 1833 declarou que os Direitos acima modificados sobre os vinhos pelo Acto de 14 de julho de 1832, no caso de excederem 20% sobre o valor original dos mercados donde são importados sofrem progressivamente diminuindo este excesso a razão de 10% cada dous anos até o Direito ficar uniformemente reduzido para todas as Nações a 20% do seu valor- Ora o valor de uma pipa de vinho da Madeira da melhor qualidade na primeira mão nunca excede a 50\$000 rs e das inferiores de 20\$000 a 25\$000 rs, de segunda qualidade de 30\$000 a 40\$000 rs o que dá em rateio 32\$000 por pipa- Os de Portugal custam muito menos por conseguinte deverão certificar-se os Direitos sobre os nossos vinhos a final em Conformidade com as disposições do respectivo ato em 6\$400 reis por Pipa, ou 5 Cents o galão o que equivale

[p.3- verso] ao que já pagam a maior parte dos reinos Europeus, e Y1/2 Cents o Direito maior dos melhores por Galão, ficando assim os Vinhos Portugueses anathemisados com o exclusivo prohibitivo, e injustissimos Direito de tres vezes maior sobre os de Lisboa, e cinco vezes sobre os da Madeira do que pagam os mais vinhos Europeus de igual estimação e valor. Esta e as outras reclamações sobre os 10% de adicionamento de Direitos sendo representada em diversas formas, é de esperar serão prontamente atendidas pelo Governo Americano, agora que o Congreso está reunido.- O Representante de S. M. F. Deve instar pela redução desde já do mencionado Direito Adicional de 10% e pela dos direitos de nossos vinhos de Portugal, Madeira e Açores a 5 Cents o Galão para ficarmos ao par, e nada mais

[p.4- frente] das outras Nações que isto mesmo pagam por vinho exatamente da mesma estimação, ou ainda mais superior. Mão pagando os de França tintos embarricados, que bem justamente se poderão igualar,- e muitos excedem aos tintos de Lisboa, e Figueira, mais que 3 Cents o Galão- Quando isto seja de todo impraticavel o que não é de supor, o referido Representante deverá ao menos insistir na redução dos Direitos sobre os nossos vinhos a y1/2 Cents o Galão desde já que é o maior sem excepção, que pagão os das outras Nações em quanto se não fizerem as subseqentes reducções nos de mais: e não querendo o Governo Americano atender a tão justas reclamações igualando os Direitos sobre os vinhos das outras Nações como fez a Inglaterra então impor então impor se mais demora 50% adicional sobre os Direitos dos produtos que importaram os Americanos além do que pagam as outras Nações até que haja doe atender as nossas tão justas reclamações sobre este tão importante ponto.

Está conforme

Theodoro José Pinheiro “

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **03 de outubro de 1835**.

O Documento é uma resposta de diferentes ofícios.

- Providencias sobre a questão do direito dos vinhos. Aparentemente a questão está encaminhada, mas ainda não foi formalizado nenhuma acordo entre os países a esse respeito. Palmela pede que o Consul envie a Convenção entre os Estados Unidos e a Grã Bretanha, de 03 de julho de 1815 para responder á questão.
- Quanto ao comércio entre os países, há uma passagem interessante em que ele afirma que o aumento do comércio entre os países traz riqueza e vantagem para ambos (Smith)
- Comentário sobre o direito de tonelagem pago aos EUA que deve ser extinto. Não explica a questão.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **15 de Abril de 1836**.

ofício n 5

Reclamação e pedido para que o Secretário tome providencias a respeito dos tecidos que chegam a Cabo Verde via Boston. Segundo o ofício, os tecidos que custam 4000reis estão sendo lançados como 50reis, causando grande prejuízo alfandegário para o reino.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **28 de maio de 1836**.

Ofício n. 11

“... com o n. 167 em que Vmce me participa ter passado no Senado o Bill para suspender os impostos diferenciais sobre as mesmas mercadorias importadas em Navios Portugueses e para reduzir os Direitos dos Nossos Vinhos, não quero deixar de imediatamente comunicar a Vmce que o Governo de Sua Majestade recebeu com muita satisfação esta notícia, confiando nas esperanças que Vmce dá que o dito Bill [p. 1 verso] seja também aprovado na outra Camara.

Como porem segundo a insinuação que me fez o Encarregado de Negócios desse Governo poderá influir sobre a sorte do Billl, a participação feita pelo mesmo encarregado de negócios de que o Governo de sua Majestade negociava com o do Brasil um Tratado no qual concedia favores especiais as produções d'aquela Continente devo prevenir a Vmce de que não há notícia alguma de se haverem feito semelhantes estipulações com o Governo do Brasil e que mesmo quando estas estivessem já concluidas o Governo atual de S. M. Nao tem ainda fixado a sua opinião sobre a con- [p.2- frente] veniencia de as aceitar, antes, segundo o parecer de muitas pessoas instruidas nesta matéria apoiado pelo de muitos Negociantes bem informados, não se daria uma preferencia aos produtos do Brasil sobre outros semelhantes que nos podem vir dos Estados Unidos, por se assuntar que os portos d'essa Republica podem oferecer mais vantagens aos Comércio Portugues, em razão da extensão do mercado. E se esta suposição for confirmada pelas medidas tomadas em favor do mesmo comercio por esse Governo, não pode haver duvida de que elas influirão sobre a resolução que o Governo de S. M. Ha de tomar

[p.2- verso] a este respeito. Nessa encerteza convem que Vmce procure remover a impressão que pode ter feito a insinuação do Encarregado de Negócios dos Estados Unidos e evitar que se altere o Bill, o qual provavelmente hade ter passado segundo o que Vmce anunciou.

Deos Gde a Vmce. Palácio das Necessidadesm em 28 de Maio de 1836

Conde de Villa Real

Sr. Joaquim de Cezar de Figamiere e Morão

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade*. Washington, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular,

Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **22 de junho de 1836**.

Ofício n. 14

- Menção à pirataria praticada por navios americanos sob bandeiras de Buenos Aires
- Justificação de falta de pagamento de ordenado ao corpo diplomático pela situação em que se encontra o Tesouro Portugues.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **27 de outubro de 1836**.

Ofício n. 19

Acusa o recebimento da “Copia da Lei de 4 de julho ultimo adoptada pelo Congresso dos EUA e pela qual se suspenderão os direitos diferenciais sobre os generos desse país importados nesse em navios portugueses e se reduzirão a metade o direito sobre os vinhos“

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **12 de Dezembro de 1836**.

Ofício n. 22

“[pag. 1- frente] (..) Sobre o conteúdo que tomei conhecimento pouco se me oferece dizer porque tudo se acha concluído em quanto aos favores que pertendiamos para o nosso comercio pelo Ato do Congresso de 4 de julho de d presente ano, o qual como V. Mce terá visto, foi aqui publicado nos periodicos. Sendo também infrutífera qualquer outra redução que se procurasse obter sobre os direitos especiaes dos nossos vinhos ordinários enquanto estiverem em vigor as estipulações favoráveis aos vinhos de França, insertas no tratado de Julho de 1831 as quais finalizam no ano de 1832, parece que nada ha de fazer por ora sore este objecto”

[p.1-verso] (...) A convenção mercantil que houve ideias de ajuntar entre o governo de Sua Majestade e os Estados Unidos viria também pelas razões acima expostas a ser inútil, como Vmce já insinuava em um de seus ditos officios (...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **14 de dezembro de 1836**.

Ofício n. 23

[p.1- frente] (...) Vi com surpresa o que Vmce refere no parágrafo 5º. Do officio n. 178 de Mr Forsith na conversação que com Vmce tivera, lhe ter dito que no caso de ser ratificado o projecto do Tratado do Brasil com este Reino, os Estados Unidos se verião obrigados a lelislar em consequencia. Aquele Tratado não foi aprovado na Camara dos Deputados do Brasil como Vmce já deverá saber, no entanto caso tivesse lá sido aprovado e depois ratificado por este Governo, nenhum justo motivo de queixa poderia dahi formar o Governo dos Estados Unidos porque nem essa nem alguma outra nação tem conosco tão antigas nem tão fortes razões a exigir de Portugal iguais vantagens ás que a este Reino convenha estipular com aquele Imperio o qual também como Vmce acertada-

[p.1 verso] mente podendera, não se limita, como os Estados Unidos, a receber dos nossos productos tão somente o vinho, e sal, mas recebe muitos outros dos nossos generos, que não achariam mercado nesse pais, aonde de mais a mais se admitem os vinhos das mais Nações, especialmente os de França com mais differença de Direitos contra nós, differença que como Vmce informa, ainda existe, por haver sifo geral a redução neles feita ultimamente. (...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **5 de agosto de 1837**.

Ofício n. 12

Reclama da falta de reciprocidade nas relações entre EUA e Portugal visto que o comércio por si só é de pouca monta e feito em sua maioria por navios americanos, acha-se Portugal já desfavorecido em relação à esta nação, quadro que se agrava pela recusa dos EUA em taxarem os produtos portugueses da mesma forma que os da nação mais favorecida, o que, segundo ele, Portugal já faz com os EUA mesmo sem a existência de um tratado formalizando essa relação. Para além disso ameaça de executar as mesmas taxas que os EUA submetem a Portugal caso essa situação não mude. Segue cópia anexa do documento que mandou a Mr Kavanagh (encarregados dos negócios estrangeiros dos EUA) a esse respeito em que, sistematicamente, destaca a falta de reciprocidade no comércio entre os dois países.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **13 de dezembro de 1837**.

Ofício n. 24

Retorno do Imposto de tonelagem.

Pede ao consul que verifique a possibilidade de aumento de comércio, destacando os principais generos deste, o vinho e o sal.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1835-1839), m. 01. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Vila Real, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **26 de outubro de 1838**.

Documento encaminhado aos consules Portugueses em países estrangeiros pela Comissão encarregada de propor e consultar os meios mais convenientes e prontos de reanimar a cultura e comercio dos vinhos da provincia de estremadura.

Segue um questionário a ser respondido pela legação.

“Aos consules portugueses em países estrangeiros”

Quesitos

1-

Quais são as qualidades de vinhos mais apropriados ao gosto dos habitantes deste país?

2-

Donde tira este país os vinhos que consome e por que preço lhe ficão, referindo-se a moeda e medida portuguesa?

3-

Que direitos pagão os vinhos que se consomem neste país?

4-

Que estorvos ou facilidades pode ter o comercio dos nossos vinhos nesse pais, apontando o modo de fazer as vendas , as despesas de armazenagem, de cp,ossão e outras que possam encarece-lo e declarando tudo quanto possa concorrer para o conhecimento Mais exacto que poder alcançar-se desse comercio?

5-

Qual é a porção de aguardente que se importa anualmente nesse país? Qual é a sua graduação? E de que países se importa?

6-

Qual é o seu preço corrente?referindo-se a uma medida portuguesa. E que direito paga?

7-

Que estorvos ou facilidades pode ter em os Estados Unidos o Comercio das nossas agoardentes , e tudo quanto possa concorrer para o entaboar?

Secretaria dos negócios estrangeiros em 26 de outubro de 1838”

Masso 2- Legação de Portugal em Washington- 1840-1849: Correspondência recebida do Governo Português.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **8 de Março de 1840.**

Despacho n. 3

Comunica a assinatura de um Tratado de comercio entre Portugal e os EUA, e o envio de um encarregado para tratar do assunto: D. Pedro de Souza Botelho.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio das Necessidades, em **8 de Março de 1841**.

Despacho n. 4

“Remeto a V. Sa. Para seu conhecimento o incluso exemplar do tratado celebrado entre Portugal e os Estados Unidos aos 26 d`Agosto ultimo, e ratificado no dia 8 do corrente; em seguimento do qual achará V. Sa. Transcriptas as notas reversaes, que se lhe não remetem por cópia por não ter tempo de a tirar.

Deos Gde a Vsa. Palacio das necessidades em 8 de março de 1841

Rodrigo da Fonseca Magalhães

Snr Joaquim Cezar de Figuiere”

Segue juntamente com o despacho o anexo n. 190 (cópia)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **10 de Maio de 1841**.

n.7

-Pedido de negociação no congresso de taxação dos vinhos em 20% ad valorem com exceção dos franceses.

-Parágrafo 8: “Ao governo de Sua Majestade deu muita satisfação a notícia contada no officio n.7, de ter o Senado Americano aprovado o Tratado de Comercio feito entre Portugal e esses Estados aos 26 de Agosto de 1840. O governo da todo o apreço as novas relações que o dito Tratado vai abrir com esse Paiz, destinado sem duvida a ter dentro de em breve grande preponderancia política na Europa, em razão da vasta extensão do seu comer-

cio e da sua força marítima, que em poucos anos tem tido um prodigioso aumento. O principal cuidado que V. Sa. e dos seus sucessores deverá ser manter essas relações no melhor pé.”

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **13 de setembro de 1841**.

n.11

O Secretário dos Negócios estrangeiros reclama de que fonte segura lhe havia dito ter passado um Bill no Senado dos EUA taxando os vinhos Portugueses em 20% ad valorem, contra os pressupostos acertados do tratado de comércio entre os países.

O secretário atribui as causas disso aos possíveis interesses de outros produtores e pede que o consul tome providencias no sentido de se informar sobre a situação e cobrar uma atuação imediata do governo americano contra tal medida, prejudicial aos interesses portugueses.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **14 de outubro de 1841**.

n. 13

Ressalta a condição a partir do tratado, do comércio de Portugal ter que ser igual ao da nação mais favorecida, e por isso as taxações do vinho português estarem incorretas no Bill, tendo, assim, que ser equiparadas as da Hespanha e Austria.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, datado do Palácio de Sintra, em **13 de setembro de 1841**

Confidencial n. 1

Com referencia ao meu officio ostensivo da data de hoje, devo prevenir a V. Sa. que se em resposta as suas solicitações contra o Bill do Senado a respeito do imposto nos

vinhos se alegar a V. Sa. que o Governo Portugues consente que o Brasil imponha também direito ad valorem nos vinhos de Portugal, V. Sa. explicará: 1º. Que esse direito foi imposto depois de considerado não existente o Tratado de 1825, razão dada pelo dito Governo ás representações que se fizeram contra tal direito.

2º. Que apesar do fundamento alegado acima, o Governo de Portugal se empenha e insiste em que esse sistema se altere, e se estabeleça um único direito especifico sobre o vinho.

Cumprir fazer sentir a grandissima diferença das nossas relações com o Brazil quando em forma de represália se estabeleceu aquele direito ad valorem comparada com as que se estabeleceram e se desejam manter invioláveis no Tratado de 26 de Agosto de 1840.

Não tenho mais tempo porque escrevo esse mui a pressa na ultima hora da sahí-[p.1-verso] da do Paquete para seer mais extenso; e entrego ao seu _elo[?] a direção de tão importante negócio.

Deos Gde a V. Sa. Palacio em Sintra. 13 de setembro de 1841.

Rodrigo da Fonseca Magalhães”

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **8 de março de 1842**.

n.6

Solucionada a questão do Bill, não valendo para os vinhos portugueses as taxas mencionadas de 20% ad valorem.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **27 de junho de 1842**.

Circular n. 12

Repassa pedido de esclarecimentos da Fazenda sobre direitos e despesas de aporte de navios nos portos americanos.

- 1- Quanto são as despesas de qqr especie que paga uma navio americano em seus portos? Quanto são essas despesas em caso de navio portuguez?

- 2- Quanto pagam de direitos, emolumentos e mais despesas os generos de qqr especie e quantidade nas respectivas alfandegas quando importados ou expostados em navios da propria Nação? E em navios Portugueses?

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **4 de julho de 1842**.

n. 14

Novamente se requisita ao Consul que tome providencias relativas á taxação dos vinhos portugueses em relação ao tratado de 1840.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **10 de outubro de 1842**.

n. 19

Novamente pede-se informação sobre o estado do comércio dos vinhos portugueses antes e depois do tratado de comércio. Indaga-se sobre um bill a respeito das alfandegas dos Eua.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **17 de outubro de 1842**.

n. 20

Governo portugues reclama providencias do consul contra o Bill, que infringiria o parágrafo 3 do tratado de comércio e, dessa maneira, o governo portugues teria que tomar atitudes também contra as concessões feitas aos navios americanos em portugal.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **14 de novembo de 1842**.

n. 21

Ainda sobre o mesmo assunto, manda anexa cópia de circular enviada aos demais ministérios e a Lisboa sobre os prejuízos que a taxaçaõ causa aos vinhos portugueses e a maneira pela qual fere-se o tratado de comércio com essas taxaçaõ.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **06 de fevereiro de 1843**

n.1

Continua-se a pedir providencias sobre a taxaçaõ dos vinhos. O representante do MNE pede que o consul negocie de maneira á taxaçaõ estar de acordo com o 3 artigo do tratado com urgencia.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **7 de julho de 1843.**

n. 8

O Secretário dos negócios estrangeiros recusa a idéia de se estabelecerem bases de trocas para os produtos das duas nações sem que antes se resolvam as questões anteriores, relativas ao comércio dos vinhos portuguesas. Alega ainda que tais negociações só fariam sentido no caso de dois países com meércio de maior monta e com relações bem estabelecidas, o que não é o caso do comércio entre Portugal e EUA.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **7 de agosto de 1843.**

n.12

O Secretário dos negócios estrangeiros dá aprovação ao consul de executar estratégia de contestação das alfandegas de maneira não oficial. Pediria-se a um comerciante de vinhos portugueses que contestasse as taxas praticadas contra os mesmos, segundo as bases estabelecidas no tratado de 1840.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **14 de janeiro de 1844**.

n.1

- Concessão de plenos poderes ao Consul para entabular negociações de um tratado comercial com o México.

-Quanto á questão pendente dos vinhos portugueses, o Secretários dos negócios estrangeiros parabeniza o consul pela sua atuação nas negociações e menciona o envolvimento de advogados no caso, sendo que se terá resposta sobre a infração ou não do tratado em breve.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **28 de fevereiro de 1844**.

n.7

Acabo de receber neste momento o officio n.1 que V. Sa. me dirigiu em 8 de Janeiro ultimo, e ficando inteirado do seu conteudo aprovo o quanto V. Sa. me participa ter feito acerca do negocio dos vinhos, e o acerto com que produzio a cartas dos negociantes de Boston J. Winslow e filhos que fizeram contra o pagamento do direito de 15 Cents por galão no vinho do Porto que receberam de Portugal e fico certo de que V. Sa. será incansável para com a comissão do congresso a que foi submetido este negócio e que não perderá um só momento com o mesmo zelo com que o tem levado até o ponto em que ele se acha a fim de obtermos uma decisão definitiva da qual está dependente o ulterior procedimento que devemos ter com os generos de importação Americana. Quanto á futura Convção lembrada a V. Sa.

[p.1- verso] pelo Presidente , deve V. Sa. Sempre dizer que nos contentamos com a igualdade de direitos estabelecida pelo Tratado para os nossos produco, prescindendo de todo e qualquer favor especial.

Pelas notícias que o Governo da Sua Majestade hoje recebeu consta que as tropas dos revoltosos se (....)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **6 de março de 1844**.

n.8

- Acusa o recebimento de novidades do caso dos vinhos, sem menção a qual sejam as notícias.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **20 de abril de 1844**.

n.18

[p.1-frente] Tenho presentes os seus officios de n.5 a 10 inclusive com as segundas vias dos n. 8 e 9 e fico inteirado de seu conteúdo.

O zelo com que V. Sa. se apressou a escrever ao Presidente da Comissão das Relações exteriores da Comarca dos Representantes dos Estados Unidos logo que viu aparecer o novo Projeto de Pautas, estabelecendo direitos ad valorem sobre os vinhos em geral, mereceu a aprovação de Sua Majestade assim como a maneira porque o desempenhou.

Sua Majestade aprova igualmente a resolução com que V. Sa. estava de se dirigir para o mesmo fim ao novo ministro dos Negócios Estrangeiros logo que entrasse no exercício de suas funções, uma vez que lhe parecesse que a proposta de que se trata poderia obter a aprovação das Camaras, contando Sua Majestade que V. Sa. não desampará este importante negocio em nenhum dos tramites ou estações por que houver de passar redobrando, se é

[p'1- verso] possível as suas diligencias e esforços á medida que os obstáculos forem aparecendo, por isso que Sua Majestade não pode, nem está resolvida a considerar fielmente cumprido o Tratado concluido entre Portugal e os Estados Unidos aos 20 de agosto de 1840, em quanto um Galão de vinhos deste Reino e suas Possessões Ultramarinas não pagam os mesmos direitos que uma galão de vinho de França.

Como havia já algum tempo que não tinha visto o Encarregado de Negocios dos Estados Unidos nesta Corte fui hontem mais cedo para o Beijamão de Aniversário da Carta com o fim de lhe perguntar se ele esperava que o novo Projeto de Pautas fosse aprovado e falando largamente a este respeito lhe fiz todas as ponderações que ne

acirreran sibre o assunto, as quais, na maxima parte, não pode deixar de prestar o seu assentimento.

Quanto lhe disse que não poderia compreender como no mesmo ca-

[p.2-frente]pitulo do Projeto apareciam os espuritos [?] e agoas ardentes com um direito fixo e logo em seguida os vinhos com direitos ad valorem pretender desculpar esta inconsequencia com a necessidade que havia de protegerem os Estados as agoas ardentes destiladas no pais, mas esta proteção tanto se lhe podia dar por meio de direitos fixos, como com os ad valorem, e alem disso viam-se no Projeto os assucares e outros artigos com direitos fixos, não obstante a variedade do seu custo. Que nos assucares todos sabiam da existencia de certas qualidades da Jamaica, que fazem tanta diferença de outras da Havana como se pode dar entre uma pipa de vinho da Sicilia ou Catalão e uma pipa de vinho da Madeira.

Que o tratado se havia celebrado com o fim mui positivo e expresso com que se fazem todos os Tratados, into é, para promover e aumentar as exportações respectivas e que o fato que no nosso caso se apresentava era total-

[p.2- verso] mente singular. Que as exportações para Portugal tinham aumentado por haverem desaparecido os estorvos que existiam, diferenças de Bandeira [e varias] e que pelo contrario a nossa exportação de vinhos, principal objeto que nos levava a tratar com os Estados Unidos, havia quase totalmente acabado depois do Tratado, isto é, pelo medo com que contra as suas mui expressas disposições se estabeleceu um novo sistema de percepção de direitos no referido genero.

Que quando se observava que este sistema conferira não pequeno proveito ao Comercio francês e quando hoje se via lançar mão de outro expediente que não póde deixar de ter identicos resultados, era fácil de conceber que alguma influencia oculta dirigia os negocios neste particular objeto, mas que se tal era o caso teria sido muito melhor para o proprio credito dos Estados Unidos que não houvesse posto tanto empenho e tratar conosco.

[p.3- frente] Que o novo sistema decia produzir os mesmos resultados era obvia porquano não ha em Portugal mais do que tres ou quatro qualidades capitaes de vinhos, cujos preços são, como as proprias qualidaes, assas cnhecidos, para que possam ser falsificados no ato de despacho, entretanto que se os franceses apresentam uma variedade infinitas de qualidades e ainda mais de nominalidades que os constituem no caso de pagarem o direito que quiserem pois não se eciam vinhos do seu produto mas

não se pejam de os manufaturar do Porto, Madeira e outros para a avaliação dos quais não ha por conseguintes dado algum.

Depois de larga conversação em que como levo dito não pode deixar de concordar comigo por muitas vezes, disse-me o mesmo encarregado de Negocios, com certa linguagem de franqueza que, pondo este capitulo especial de parte, ele pelo seu modo desejava que a nova Pauta fos-

[p.3- verso] se admitida, mas que estava convencido de que tal se não podia esperar. E como desta resposta se lhe havia feito ver que dependia o resolver-me a passar-lhe uma Nota, terminei dizendo-lhe que em vista da certeza que me dava eu desistia de escrever-lhe desejando contudo que ele fizesse saber ao seu Governo os sentimentos de que se achava possuido o Governo de Sua Magestado.

Concluindo este Despacho fico esperando com ansiedade a resolução do Projeto de Lei apresentado a Camara, com o parecer da Comissão dos Negocios Estrangeiros para a reorganização do Corpo Diplomatico dos Estados Unidos, certo de que tendo o Governo levado o negocio a este ponto não disistirá dele.

O trabalho a que V. Sa. se deu para remeter a este Ministério o Extracto que acompanhou o seu Officio n.5 da obra intitulada “Histoire Naturelle de la horfeeé, ou de l’infection de la famille des Orangers par l’Abeé Laquez”

[p.4- frente] e por certo mui digno de louvor.

Deus Guarde a V. Sa. Paço das Necessidades, em 20 de Abril de 1844.

(letra diferente)Deve ler no antepobultimo parágrafo o seguinte: Concluindo o Despacho fico con ansiedade esperando a resolução do Projeto de Lei apresentado á Camara com o Relatório da Comissão Diplomatica, certo o Governo de que tendo V. Sa. levado as cousas até aquele ponto não desistirá de as acompanhar com toda a efiácia até o seu final desenlace.

Era [ilegivel] [ilegivel]

José Joaquim Gomes Bastos

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Offício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **10 junho de 1844**.

n.20

Dá parte ao consul da publicação no diário de governo de tratado de comércio firmado com a Prussia, expansivo a todas as republicas da Alemanha.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **1º de junho de 1844**.

n. 21

Expressa alegria ao ministro pelo Projeto de Lei de tarifação das imposrtações não ter passado no Senado.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **30 de julho de 1844**.

N.25

Pede providências quanto ao Ato de Agosto de 1842 do Governo dos Estados Unidos cujos protestos contrários do Governo Português ainda não haviam sido atendidos.

O encarregado salienta que tais tratados ferem os direitos previstos no Tratado de Comércio de 1840, o que levaria a anulação deste Tratado.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **21 de agosto de 1844**.

n. 27

Parabeniza o Consul pela sua intervenção que resultou o fim do Bill de 1842, que prejudicva o comércio dos vinhos Portugueses.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **18 de agosto de 1845**.

n. 11

Dá parte ao Consul do recebimento da notícia de que o Misnitro da fazenda considerou favoravelmente a Portugal o pedido já a muito em curso que as imitações dos vinhos Portugueses da Madeira e do Porto não fossem taxados com as tarifas preferenciais concedidas aos Portugueses segundo o Tratado de 1840.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **30 de setembro de 1845**.

n. 13

Aprova a tentativa do Consul de negociar o estabelecimento de vapores diretos entre Lisboa e os Estados Unidos, mandando como guia para o consul uma cópia do tratado de estabelecimento de vapores diretos entre França e Portugal.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **14 de maio de 1845**.

n. 10

Dá parte do recebimento de notícias de ainda continuarem nos Estados Unidos as discussões e processos sobre a importação de vinhos.

Dispensa o consul de emitir segundas vias das circulares, posto que, está sem auxilio de empregado para o ajudar com as tarefas consulares.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **9 de julho de 1846**.

n. 17

“(...) aptovando os argumentos que V. Sa. a esse respeito apresentou ao ministro da fazenda desse paiz, recomendo ao mesmo tempo a que V. Sa. que não perca de vista este negócio fazendo toda a diligencia para que os vinhos Portugueses sejam o mais favorecidos possivel. Convirá além disso que V. Sa. busque novas aberturas sobre o

favor que se eles nos poderão conceder em retribuição do que o Governo de S. M. Concedesse bi arroz a alguns outros productos desse país.

(...)”

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **19 de agosto de 1846**.

n. 20

“(...) Aprovo a diligencia que V. Sa. tem feito a respeito da questão dos cinhos, no entanto é para lamentar a decisão tomada pela Camara dos Representantes quanto a adoção do Projeto de Lei sobre a nova Pauta: mais tarde darei a V. Sa. instruções sobre esta materia se aaso a redução do Senad for conforme á da referida Câmara. (...)”

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **29 de agosto de 1846**.

n. 21

-Toma conhecimento da passagem da nova Pauta de tarifação das importações e promete remeter assim que possivel instruções para o consul a esse respeito.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **5 de Janeiro de 1847**.

n. 1

Aprova a espera na mudança do governo dos EUA para cobrar cumprimentos dos tratados de 1840.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade. Washington*, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro

dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **03 de março de 1847**.

n.3

“(…) Mereceu a aprovação do Governo de Sua Majestade a Nota que V. Sa. dirigiu ao Governo desse Pais reclamando o reenbolsa do excesso de Direitos pagos sobre os vinhos Portugueses desde a data do nosso Tratado, a maneira do que se praticou com os vinhos do reino das Duas Sicilias em virtude do Tratado celebrado em o 1 de dezembro de 1845 entre esses estados e a corte de Napole. (...)”

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade*. Washington, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, para o agente consular, Joaquim Cesar de Filangieri E. Morão, em **08 de Abril de 1847**.

n. 5

“(…) Estimei muito receber a notícia que V. Sa. me dá de ter sido atendida por esse Governo a sua reclamação para que fosse devolvido o excesso de Direitos pagos sobre o vinho Portugues importado nesse país desde 26 de agosto de 1840, e tenho a satisfação de lhe participar que Sua Majestade Manda que eu louve em seu Real Nome o zelo que V. Sa. empregou nesta ocasião e ao qual sem duvida é devida a decisão do Governo Americano.

Tendo-se também verificado infelizmente neste país a escassez de cereais, resolveu Sua Majestade mandar admitir até 30 de junho próximo futuro quaisquer generos de cereais de produção estrangeira em grão ou farinha, pagando os mesmos Direitos que os de produção nacional, como V. Sa. verá de incluso exemplar do Decreto de 6 do corrente publicado no diário de governo n. 81.

Certo do zelo com que V. Sa. se emprega no serviço de Sua Majestade, lhe incumpo haja de dar a devida publicidade ao mesmo Decreto, a fim de que os especuladores dessas praças se aproveitem das faculdades nele concedidas.(...)”

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *despachos do governo de Sua Majestade*. Washington, cx. 112 (1840-1849), m. 02. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde de Torjal, para o agente consular nos Estados Unidos, datado do Palácio das Necessidades, em **18 de setembro de 1849**.

n. 10

[p.1- frente] O principal negocio que V. Sa. deve ter em vista, á sua chegada aos Estados Unidos é o de conseguir que o Governo Americano de plena e efetiva execução ao Tratado existente entre ambos os paizes que tão sofismado tem sido por aquele governo, pelo que respeita aos indevidos direitos com que tem sido onerado o nosso vinho.

V. Sa. lhe observará que o inico fim por que se tentou concluir esre tratado foi o obter para aquele principal produto deste pais a igualdade de direitos que pagasse o mesmo produto da nação mais favorecida nos Estdados Unidos, e que em compensação desta concessão se deu a sua bandeira o mesmo tratamento que tem a Nacional e de mais a mais se lhe abriu o comercio das nossas Provincias do Ultramar.

Que este foi o objeto e fim do

[p.1 – verso] Tratado, e o motivo de estipulação tão favoráveis aos Estados Unidos , honrou e lealmente o afinçou o seu digno encarregado de negócios Eduardo Havanagh, negociador do mesmo tratado o que tudo foi também reconhecido pelo Congresso Ameriano, quando até mandou que se repetissem os direitos que em oposição do verdadeiro espírito e letra do Tratado se haviam levado de mais nas alfândegas desse país.

V. Sa. representará quanto á diversa maneira porque acerca deste importante produto nosso somos tratados, achando-se ele onerado com direitos enormes e ilegaes, ao passo que o Comercio Americano está gozando em Portugal e suas Provincias do Ultramar, daquelas vantagens quando se nos falta as condições debaixo das quaes as concedemos.

[p.2- frente] Quando suceda, contra o que é de esperar que se não atendam ás suas representações, apesar da justiça em que são fundadas, V. Sa. fará constar no Governo Americano que não se dando nos Estados Unidos o devido cumprimento aos Tratados, que tão fielmente tem sido e é observado em Portugal, V. Sa. tem autorização do Governo de Sua Majestade para o dar por findo, como efetivamente o dará, perdidas que sejam todas as esperanças de conseguir a sua legal e efetiva execução.

O Governo de Sua Majestade ainda confia do zelo de V. Sa. e do espirito que dave animar o Governo Americano, mesmo em prol dos seus proprios interesses, que ele não deixará de fazer justiça a esta reclamação tão ponderosa.

Nesta esperança nenhuma du-

[p.2- verso] vida terá o Governo de Sua Majestade em acudir ao desejo do Governo Americano de poder ter no porto de Lisboa a estação Naval das suas Esquadras do

Mediterraneo e de Africa, bem como para aqui poder invernar a que tem no Baltico, o que V. Sa. fica autorizado a comunicar ao dito Governo quando o julgue conveniente.

V. Sa. aproveitará para fazer conhecer verbalmente ao Governo Americano quanto o Governo de Sua Majestade tem sentido a maneira extremamente severa e alheia da antiga amizade sempre subsistente entre os dois paises com que o seu Encarregdo de Negócios Mr. Topkins, renovando reclamações a qye pela maior parte se havia respondido satisfatoriamente ha cino para seis anos, taes como a do Brigue “General Armstrong”, a do Navio

[p. 3- frente]“Miles”, e a de James Hall e outras, exigindo resposta até o primeiro do mes de outubro próximo spn pena de considerar a falta dela naquele praso como uma denegação de justiça. V. Sa. fará ver quanto esse procedimento é tanto mais imerecido quanto nunca este Governo deixou de fazer a devida justiça ás reclamações do Governo Americano e dos seus suditos.

V. Sa. fica autorizado a concluir um tratado de Comercio e de Navegação com a República do Mexico, para que já tinha recenido o competente Pleno Poder. Pode esse Tratadi ser concebido nas mesmas estipulações do que se concluiu com os Estados Unidos, mutatis mutandis quanto ao formulário.

Ha porem a advirtir qie para evitar que suceda o que aconteceu nos Estados Unidos quan-

[p. 3- verso] to ao nosso vinho, se acrescescente no fim do primeiro parágrafo do Artigo 3º. A seguinte clausula “Nos casos em que o direito seja ad valorem nunca se exigirá maior soma de dinheiro por uma mesma quantidade do da de qualquer ge nero ou mercadoria do que aquela que pagar o mesmo artigo da produção da Nação mais favorecida”. O ultimo parágrafo do dito Artigo 3º. Que começa pela palavra ‘Entendendo-se’ deve omitir-se.

Deverá V. Sa. evitar no tratado a palavra “Possessões”, substituindo a por “Provincias Ultramarinas” quando esse seja o seu sentido obvio.

O artigo 8º. Do Tratado com os Estados Unidos, estipulado quando o Comercio com as ditas Provincias Ultramarinas estava prohibido aos estrangeiros não pode ficar como esta. Deve substituir-

[p.4- frente] se pela seguinte e stipulação “Fica mutuamente entendido que as precedentes estipulações do presente Tratado não são applicáveis aos portos e territórios das Provincias Ultramarinas Portuguesas, onde o Comercio não seja legalmente permitido a todos os estrangeiros’

No 4º. Ponto declarado no Artigo 14 do Tratado com os Estados Unidos pode ficar concebido da maneira seguinte

“O presente Tratado será ratificado por Sua Majestade e pelo Presidente da Republica do Mexico, e as ratificações serão trocadas em no prazo de meses, depois da sua assinatura ou antes se for possível”

“Em testemunho do que os Plenipotenciarios respectivos o assinaram e firmaram o sinete das suas armas”

[p. 4 –verso] “Feito em... a”

V. Sa. fica autorizado a inserir no Tratado dois artigos semelhantes ao 8º. E o 9º. Do nosso tratado de 23 de julho de 1842 com a Inglaterra, com cedendo ao Mexico nos mesmo termos que está concedido aos Ingleses, o comercio com as Nossas Provincias Ultramarinas. Mas essa concessão só poderá ser feita a troca de favores especiais que o Mexico conceda aos nossos vinhos, e a mais algum dos nossos principaes produtos que naquele pais possa ter melhos saida.

Iguais tratados poderá V. Sa. concluir com as Republicas de Nova Granada, Chile e Peru, para o que vão inclusos neste Despacho os competentes Plenos Poderes.

Resta-me ainda outros assuntos com que terei brevemente de escrever a V. Sa.

[p. 5- frente] Deus Guarde a V. Sa. Paço das Necessidades, em 18 de setembro de 1849.
Conde de Torjal

MNE- LIVRO 411- Ofícios para a corte e para outras individualidades

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810).

N. 1- Copiador de Ofício de José Rademaker

Principiado em 17 de Abril de 1805

Acabado em 24 de Novembro de 1810

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Antonio de Araújo Azevedo, datado de Washington, em **26 de Abril de 1805 (p. 2 e 3)**.

Lisboa- N.1

Ilustrissimo e Excelentíssimo Senhor

Permita-me Va. Excia. a honra de lhe participar que depois de uma sofrível viagem de 40 dias, cheguei ao porto de Nova York em 24 de Março próximo passado; a 3 do corrente Abril cheguei a Philadelfia, e antes de ontem a esta Capital de Washington. Entreguei a minha Carta de Crança ao Secretário de Estado, ele me apresentou ao Presidente, e de ambos fui recebido com muita atenção. Toquei no ponto que Va. Excia. me havia ordenado sobre conter em sujeição as Nações Barbarescas, parece-me que este Governo está inclinado a isso, mas não sem terem toda a certeza de ua firme aliança. Presentemente só tem guerra contra Tripoli, e para castigar esses barbaros, tem atualmente no Mediterraneo 5 Fragatasm 3 Cuters, 2 Bergantins, e vão para lá mandar mais

9 Barcos canhoneiros. Com os mais de essas Nações, estão em paz a troco de 20 mil Patacas que anualmente pagão aos Argelinos, mas conhecendo o pouco que há de fiar em taes gentes, vivem sempre na maior desconfiança: Va. Excia. me determinará se devo fazer alguma proposta para uma alianá ofensiva e defensiva contra esses Barbaros, procurar fazer algum Tratado de Comércio semelhante aos que se achão estabelecidos entre esta, e quase todas as Nações Européias. Na conformidade do que V. Excia. me ordenou procurei receber todos os papéis que existissem no Cartório deste Consulado de Portugal mas não achei papeis nem assentos algum relativos a este Consulado: procurarei estabelecer a ordem necessária em todos estes Portos e toda a inteligencia que eu puder alcançar a bem de Comercio de Portugal a comunicarei a Va. Excia.

Anuncia notícia que aqui com algum crédito é que a Esquadra Francesa composta de 6 Naos, 4 Fragatas, que há tempos sahio de Rocherford, tem saqueado quase todas as Ilhas do West pertencentes aos Ingleses e depois se retirou para a Ilha de St. Domingos a socorrer com 2 mil homens o General Ferrand.

Em poucos dias voltarei daqui para a Cidade de Philafelphia, onde na conformidade das ordens de V. Excia. farei minha residencia.

Tendo a honra de ser vom o mais profundo respeito.

Washington em 26 de Abril de 1805.

De Va. Excia.

Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio de Araújo Azevedo.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio, em **29 de Maio de 1805**.

Carta para o Sr. Francisco Soares de Araújo e Silva

(...) Por ora só posso informar que as Embarcações Portuguesas não pagam aqui cmais Direitos que as outras Nações. Que todas as Mercadorias importadas em Embarcações estrangeiras pagam 10% de Direitos do que as Embarcações Nacionais. Os vinhos de Lisboa e do Porto tem aqui pouco gasto. O vinho da Madeira tem grande consumo, o Sal paga grandes Direitos mas ouço dizer que os diminuirão. Poucos são os Navios Portugueses que aqui aparecem; desde que cá estou só tem a Galera Telemacus Mestre João Francisco Lima do Porto em lastro de pedra pra exportar ua Carga de Milho, e o Bergantim N. S. Do Rosario, Ajuda, e Almas, Mestre Domingos Carvalho com Sal de Lisboa, Vinhos e fruta da Ilha Terceira (...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em **29 de Maio de 1805**.

N.2

Dá as mesmas notícias sobre o comércio entre os dois países, com as mesmas palavras.

Alerta sobre a necessidade de se pedir atestado de saúde às embarcações, visto que o país sofre de surtos de febre amarela quase todos os anos.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio e para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, em **4 de Junho de 1805**.

Junta do Comércio [?]- Sr. Francisco Soares de Araújo e Silva e Boletim N.3 para a Secretaria de Negócios Estrangeiros.

Reclama do fato de os navios entrarem e saírem dos Estados Unidos com a maior liberdade, não trazendo e nem levando relação das mercadorias que transportam, dos passageiros e nem dos tripulantes que vão a bordo. Dessa maneira, existem muitos casos de marinheiros que não retornam a Pátria, dos quais pode ser responsabilizados o Consul e os quais consttuem-se em vassalos perdidos por sua majestade.

Pede que em portugal de adote uma fiscalização rigorosa em relação aos documentos das embarcações para que dessa maneira seja procurado pelos mestres do navio de modo a regulamentar a situação existente, que é inaceitável.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Joaquim Monteiro, datada da Philadelfia, em **15 de junho de 1815**.

Philadelphia, 15 de Junho de 1815

Sr. Joaquim Monteiro

New York

Na sua ultimada carta de 8 do Corrte. Me diz V.M. que estando tantos anos nessa terra nunca lhe constara que Navio algum português chegasse a nenhum dos Estados da sua Nomeação, e pouco depois me diz que Boston está compreendido na sua nomeação. Aqui se acha agora o Mestre Domingos Carvalho do Bergantim N. S. Do Rosário Ajuda e almas que diz ter estado em Boston várias vezes, e que conhecesse outros Mestres Portugueses que também la estiverão; parece pois que até agora não tem vm tido a mais exata informação a esse respeito: ademais, se são poucas as embarcações portuguesas que aparecem em Boston, são muitas as Americanas que aí importão generos de Portugal, e que reexportão as desses Estados para o Mesmo Reino: isto o tenho visto desde que estou aqui somente pelas Gazetas e como preciso que em tudo mais pronta e minuta informação que pelas Gazetas, recomendo a vm queira procurar algum correspondentem em Boston (...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio, em **24 de Maio de 1806**.

Carta para Francisco Soares de Araújo e Silva (Junta do Comércio)

(...) Não tenho remetido lista geral dos Naviod Portugueses vindos a esses Portos, por que no curso de um ano que aqui estou, não tem por cá aparecido mais que estes dois Navios, e a Baltimore um denominado Boa Esperança Mestre Manoel Lopes da Silvam todos três vindos do Porto em lastro de pedra, voltando com Cargas de Milho, pouco Trigo, e Aduela, e dois Bergantins que vierão do Fayal e Graciosa, N. S. Do Rozario, Mestre Domingos Carvalho, e Aguia, Mestre Vitorino Francisco Coelho; com vinho e

fruta, que para lá voltarão com encomendas, e um a pouca de madeira e Aduela. Quase todo o Comércio de esses Estados para Portugal, e suas Ilhas, é levad por Navios Americanos, bem que seus fretes sejam mais caros em razão de pagarem 12 a 20 mil reis cada mês de soldadas a seus Marinheiros, em quanto os Portugueses só ganhão de 6 mil reis para baixo. Esta grande diferença de Soldadas, e o mal que os Mestres de Navios Portugueses tratão seus marinheiros, faz com que muitos deles fujão, e escondendo-se por algum tempo, depois entrão no serviço Americano. Para de algum mofo evitar uma tal deserção, seriam bem se os Mestres de Navios Portugueses acariciassem, seus Marinheiros em vez de os espanvarem, e que voltando para Portugal, lá lhe pedissem rigorosa conta dos Marinheiros que por cá deixam ficar. Também é muito para sentir que a balança do Comercio penda tanto contra Portugal. Calculando-se as importações e exportações destes Estados nos anos de 1802, 3 e 4, se vem a reputar a anual exportação dos generos destes Estados para Portugal, e suas Ilhas em Patacas.....\$ 1.925.000 e de generos estrangeiros reexportados d`aqui para Portugal e suas Ilhas em396.000 (2. 321.000) e a importação dos generos de Portugal e suas Ilhas nestes Estados só em1.083.000 Deixando assim um anual balanço contra Portugal de \$1.238.000.

Tenho a honra de ser com a mais perfeita estimação.

Philadelphia 24 de maio de 1806.

De Va. Sa.

Ilmo. Sr. Francisco Soares de Araújo e Silva

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio, em **10 de julho de 1806**.

Francisco Soares de Araújo e Silva (Junta do Comércio)

(...) No comércio não há aqui novidade alguma, as Colheitas dos frutos desse Reino, prometem ser muito abundantes, mas os preços se conservão altos em proporção. Para à cidade do Porto tem ido algumas cargas de Milho a 220r por alqueire e um pouco de trigo por 500r. Para Ilha do Fayal tem ido Aduela de Pipa a 52\$000 por milheiro Azeite de peixe a 2\$100 por Almude e Arroz a 4\$000 por quental. (...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Francisco Soares de Araújo e Silva, da Junta no Comércio, em **4 de Abril de 1807**.

Francisco Soares de Araújo e Silva (Junta do Comércio)

(...) Aqui se acha o Hiato Português denominado Flor do Mar, de que é mestre Joao Cardoso vindo ultimamente de Lisboa com algum Vinho e Sal, a carregar Milho para a cidade do Porto. (...)

A importação aqui de Generos de Portugal é mui pouca a excepção de alguns vinhos, e Sal; deste ultimo genero é provavrl que dàqui em diante haja maior extração para cá pois que esse governo finalmente se derminou retirar todos os Direitos de entrada do Sal, o que espero se hade considerar como de proveito para Portugal, e também espero com tempo conseguir o diminuirem-se os Direitos de Entrada dos Vinhos do Fayal e Figueira, e outros nossos vinhos de inferior qualidades. (...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em **24 de fevereiro de 1808**.

Rio de Janeiro

n. 46

Os ultimos officios que tive a honra de escrever a V. Excia. foram n 44 e 45, datados em 15 de Janeiro próximo passado, confirmando ter este Governo posto um embargo para destes portos não saírem Navios americanos, nem se exportarem generos, ou mercadorias quaes fossem em Navios de Nação alguma para Portos estrangeiros; e também avisei a chegada aqui de Mr. Rose Ministro Extraordinário de Sa. Mag. Britanica aver se ajustar as diferenças entre essas duas Nações. Não tenho te agora recebido officio algum de Va. Exc. Desde o que tive a honra de receber com data de 21 cde Julho de 1807, mas as noticias publicas me dao a saber que S. ^a R. o Principe Regente Nosso Senhor houve por bem ausentar-se do seu Reino de Portugal para os seus Estados do Brasil até se concluir uma Paz geral e vindo essa noticia confirmada por muitas diferentes vias, pouca razão me resta a duvidar que ela seja verdadeir. Como fiel Vassalo que sou e sempre serei do Principe Regente Nosso Snor. Profundamente sinto a causa que deu motivos à sua Viagem, e bem sinceramentodesejo a certeza de ter S. ^a R. e toda Sua Real família chegado salvadamente.

D'aqui se pode suprir o Brasil com os Generos mencionados na lista inclusa, e é provável logo que este Governo levantar o embargo os Negociantes procurem saber de mim se serão lá admitidos, e com qe generos, rogo a V. Excia. me determine se os devo animar com a certeza de que S. A. R. os permitira a negociarem para o Brasil como de antes para Portugal, ou de qual modo S. ^a R. for servido ordenar. (...)

Lista anexa: Lista de vários generos dos estados unidos da america.

Farinha

Bolhaxa

Carne Salgada

Carne de porco salgada

manteiga

queijos

vellas de espermacete

Velas de cebo

Sabão

Semente de linho

Pólvora

Maçame

Alcatrão

Pez

Resina

Termentina

Papel [e vários]

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em **2 de maio de 1808**.

n. 48

Continua a referir-se sobre a situação de inimizade entre EUA e Inglaterra, e EUA e França, a continuidade do bloqueio marítimo americano.

Reitera a pergunta feita no último ofício sobre a forma que se procederá com o comércio pois:

“(…) A inibição de se exportarem generos ou mercadorias de estes Estados unidos para quaisquer Potos estrangeiro ainda existe, mas vários negociantes desejando (logo que se

permita a exportação) serem os primeiros negociantes de aqui para o Brasil, tem procurado saber de mim que generos serão lá permitidos e com que restrições? A que só respondi que logo que eu receba as ordens de Va. Excia. faria publico o modo por que Sua Alteza Real fosse servido permitir o comércio daqui para o Brasil (...)”

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em **11 de julho de 1808**.

n.52

Como continua o embargo nos estados unidos e já vem por mais de seis meses, dá notícia que os americanos tem por isso investigado grades somas de capital nas produções agricolas e manufatureiras internas e que “tem dado grande gosto a esse governo que parece preferir a agricultura e manufatura a qualquer comércio”

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Mr. Silvanus F. Jenkins, em **18 de março de 1809**.

Mr Silvanus F. Jenkins

New York

(...) All goods are now allowed to be imported into Brazil and exported from there, the Brazil wood excepted, the Duties are 24pC. Advalorem on imports by foreigners, and only 16 when Portuguese property imported in Portuguese vessels and when intended for reexportation, it must on arrival be só declared at the Custon house and when only pay 4 pC called Baldeação, after which it may be reshipped on other National or foreign vessels for abroad, but this is only to take place in the Ports of Rio de Janeiro, Bahia, S. Salvador, Pernambuco, Maranhão and Pará. (...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, D. Rodrigo de Souza Coutinho, em **20 de março de 1809**.

n. 57- endereçado a D. Rodrigo de Souza coutinho

(...) Este Governo e a Nação em Geral, parecem estar mui Satisfeitos pela declaração que o Principe Regente Nosso Senhr foi servido fazer de que os Navios Americanos se havião de considerar nos portos do Brasil como os das Nações mais favorecidas e pelo benigno modo com que lá fora recebido Mr. Hill, o Consul que de cá foi. Agora nomearão Mr. Thomar Sunter ministro plenipotenciario para a Corte do Principe Regente Nosso Senhor no Rio de Janeiro e parece ele não tardará em partir para essa cidade: o dito Mr. Sunter é filho de um desses Generaes da revolução natural da Carolina, e esteve algum tempo por Secretário de Legação com Mr Pinkeney então Ministro desses Estados Unidos em Paris.(...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 411 (1805-1810). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Robert Dickson, em **19 de setembro de 1809**.

Robert Dickson

Informação sobre a exportação de gêneros para Portugal. Informa que não existem itens proibidos de ingresso em Lisboa, embora o Tabaco, Algodão, Açúcar e Cacau só podem entrar para baldeação, pagando-se direitos de 4 e meio por cento.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), datado da Philadelphia, em **27 de dezembro de 1809**.

n-68

No meu antecedente officio n. 67 datado em 4 do corrente mês de Dezembro, tive a honra de informar a V. Excia. da causa porque aqui se suspenderão as negociações com a Inglaterra, té agora, nada mais tem havido de novo a esse respeito, se não muitas observações nas Gazetas contra o procedimento do Ministro de Sua majestade Britanica, e aprovação da resolução do Presidente de estes Estados Unidos em suspender toda a comunicação com esse Ministro. No congresso, parece haver bastante paetido inglez, pois tendo-se no senado, sem opposição, aprovado a determinação tomada pelo Presidente, na casa dos Representantes de esta Nação já tem havido seus debates sobre ter sido, ou não acertado huma tal determinação, mas bem que o partido inglêz seja considerável, como é entre os da minoridade ou a que aqui chamão do partido oposto a este governo, pouco poderão conseguir pelos seus argumentos, os debates porem são interessantes e por isso tenho a honra de aqui junto, remeter a V. Excia. um masso das Gazetas que os contem.

O Secretário de Estado da repartição das finanças aqui, no conforme que anualmente é obrigado a fazer ao Congresso sobre o estado de essa repartição, agora fez ver quanto te aqui diminuido os rendimentos das Alfandegas, tendo no ano de 1807 rendido livre de despesas mais de 16 milhões de dollars, no ano de 1808 pouco mais rendeu de 10 milhões e no presente ano não mais de 6 milhões e meio. Que esse rendimento com o das vendas de varias terras, faria importar a total receita em Dollars 9.,315.753. Que o Balanço do ano próximo passado nos cofres era 13.846.717. Sendo o total para o ano 1809 23.162.470. Que a despesa do dito ano tinha sido como segue, Na repartição civil, incluindo outras várias, e as casuais pela comunicação com nações estrangeiras, importaram Dollars 1.439.633. No estabelecimento militar, incluindo armas e fortificações Dollars 3.366.403. Item d'Armada 2.379.267. Item para defesa das fronteiras contra os Gentis, e combates com eles 292.303 – 6.037.973. Juros sobre a divida nacional 3.126.149- 10.603.755 Pagamento a conta do principal da divida

nacional 6.729.777- 17.333.532. Balanço nos cofres em 30 de setembro de 1809 5.828.938 – 23.162.470.

Que desta exposição se via só a despesa do Governo, exclusivo do pagamento feito a conta do principal da dívida nacional, tinha neste no excedido a receita quase em 13 milhões, e que esse excesso, como também o pagamento feito ao principal da dívida nacional, se tinha pago do balanço que se achava nos cofres do ano antecedente. Que com o que ainda restava a receber-se até o fim do presente ano, haveria para o ano de 1810, andando a despesa em tempo de Paz por 8 Milhões, e para isso era preciso pedir-se um empréstimo de 4 milhões de dollars. Que se houvesse guerra, seria de necessidade pedirem-se muitos maiores empréstimos, e aumentar consideravelmente os Direitos das Alfandegas nas que sem aludir a isso e somente junto a vista na diminuição do rendimento dos dois anos antecedentes, ele se via obrigado a dizer que ou seria preciso por-se outra vez o Embargo em todo o seu vigor ou retirar-se toda e qualquer restrição sobre o comércio e Navegação dos cidadãos destes Estados Unidos. Um a tal declaração, feita por um dos principais membros deste governo, de primeiro causou receio que outra vez haveria aqui um Embargo, mas agora não se cre que este governo a tal se atreveria, conhecendo quanto isso desgostaria a quase toda esta nação, particularmente ao Estado de Massachusetts, o que se supõe é que se retirarão todas as restrições sobre o Comércio, permitindo a todos os Navios o saírem armados para sua defesa. Entretanto não deixam de aqui estar com bastante receio que Sua majestade Britânica lhes declare Guerra, o que sem dúvida seria um grande mal para estes Estados Unidos, pois apenas estão em estado de se defenderem, a sua força Naval não há mais do que consta da Lista inclusa, gente para Soldados, há bastante, mas sem disciplina, sem oficiais capazes de os instruir na arte da guerra e muito faltos de armas.

Tenho a honra de ser com o mais profundo respeito.

Philadelphia, 27 de dezembro de 1809.

Ilmo. Exmo. Sr. Conde de Linhares.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), em **1 de Fevereiro de 1810**.

n. 71

Em 2 de Janeiro próximo passado , tive a honra de escrever a V. Excia. o meu último ofício N. 70. Vou agora aos pés de V. Excia. participar-lhe que Mr. Suntar, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciario que este Governo há tempos nomeou para ir residir junto à corte de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor no Rio de Janeiro, agora parte para esse seu destino, e tendo-se ele oferecido, é o Portadot d`esse ofício. Não sei, nem teno razão de supor, que ele vá incumbido de tratar negócio algum particular, nem mesmo de propor um Tratado de Comercio, porque este Governo parece preferir o conceder igual franqueza de Comércio a todas as Nações em geral do que ligar-se por Tratado paarticular. Pouco vantajoso para estes Estados Unidos pode ser o Comércio d`aqui com o Brasil, porque lá pouco se precisão os generos que aqui há, alguns generos do Brazil poderião aqui deixar proveito, mas sendo mui poucos os que faria conta levar de cá para lá em retorno, claro está que o balanço de tal comercio todo seria a favor do Brasilç e não é de supor se inclinarão a isso, enquanto lhes for permitido suprirem as Ilhas de Havana, Porto Rico, Sta Cruz e Varias, com generos de aqui que lá muito necessitão e trazerem de lá em retorno mais baratos do que do Brasil açúcar, Café e vários em que tanto se tem lucrado. (...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, em **20 de Junho de 1810**.
Lisboa

Em seu devido tempo tive a honra de receber dois officios de V. Excia. o primeiro datado de 28 de março acusando a recepção do meu officio de 4 de janeiro e o segundo datado em 25 de abril próximo passado, pel qual V. Excia. me recomenda o promover a exportação de Trigo e Farinha desses Estados Unidos para Lisboa. Eu fiz logo espalhar a noticia aqui da falta que havia desses generos em Portugal e, o lucro que era de esperar-se em tais especulações, e bem que eu não pude dizer os preços por que esses generos agora lá se vendiam nem que se lá chegassem esses avisos dos Negociantes de Lisboa, que é sobre o que mais calculão os Negociantes aqui com tudo j;a de New York vários se resolveram a mandar e daqui vão agora duas Embarcações que levão para cima de dois mil barris de Farinha, farei o possível a persuadir outros a seguir o exemplo. (...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 411 (1805-1810). Offício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, em **8 de agosto de 1810**.

Lisboa

Tive a honra em 20 de junho próximo passado de responder aos officios que Va. Excia. foi servido dirigir-me em 28 de março e 25 de abril. Tenho depois (em conformidade do que V. Excia. me mandou) continuado a animar os Negociantes a mandarem farinhas d'esta para essa Cidade, mas poucos são os que até agora se tem resolvido, em razão de custar esse genero 8\$800rs por barrica além de despesas, seguros e fretes e o olharem as despesas e direitos que esse genero paga em Lisboa e que (segundo as ultimas notícias) lá não se vende por mais de 12\$800rs por barrica, o que não lhes deixa um lucro competente. O Negociante que agora se resolve a mandar uma de Farinha não cacula em ter lucro na Carregação que exporta, vai somente na esperança de que lá lhe será permitido trazer em retorno alguns Vinhos brancos, do quais há aqui grande falta. (...)

CÓPIA 1-

The undersigned Charge des Affaires of His Royal Highness The Prince Regente of Portugal to the United States of America, has the honour to inform the Secretary of State that the Administration of the whale fishery on the seas and Coast of Brazil has complained to H. R. H. Against the frequent encroachments of a number of American Vessels on the whale fishery from and along the coast of S. Catharines island to the River Plate in consequence of which he states that that fishery has been very considerably diminished for years past, and is likely to suffer still more this present year, he takes particular notice of two of those vessels that had been driven to the above mentioned Island by streps of weather, and which after having received every friendly assistance they stood in need of, proceeded directly for Galé and having arrived near to that little island came to anchor and have out their boats in the very same Latitude where the Portugueses whale fishers known by the name of Armação da Piedade Catch their whales and he adds that bad weather happening to come on again those same vessels put back to S. Catharine with as much unconcernness as if they had neither violated the rights of hospitality nor the law of Nations.

I must beg have to mention that when the Marques de Lavradio was Governor of Brazil he confiscated an English Brig with Cargo of trainoil and Spermacet having (...)

Philafelphia, 16 March 1807.

MNE- LIVRO 412- Ofícios para a Corte e outras individualidades

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 412 (1810-1816).

N2- Copiador de ofício de José Rademaker

Principiado em 7 de Dezembri de 1810

Findo em 12 de outubro de 1816

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Ministro dos Negócios

Estrangeiros e da Guerra ,Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), em **7 de dezembro de 1810**.

n. 80

A narrativa do ofício começa falando sobre os problemas dos EUA com a Espanha, nas questões da compra da Louisiana e da Florida, esse trecho é uma continuação desse parágrafo:

“(...) Esta Nação parece regozijar-se com as revoluções que tem havido em algumas partes d’América Hespanhola e pelas Gazetas abertamente louvão esses procederes e desejão que todas as Colonias se fação independentes. O governador de Guatemala em um manifesto que incluso tenho a honra de remeter a V. Excia., com justa razão se queixa de aqui se facilitar a passagem de Intrigantes para esses países, e permita-me V. Excia. dizer que me parece seria bem n’ao consentir que em Porto algum fo Brasil desembarcassem Passageiros que não pudessem mostrar seus passaportes portugueses.

Mr. Jarvis estando Consul desses Estados Unidos em Lisboa foi chamado, e já aqui chegou, dizem que para melhor emprego se se julga sará o Consulado do Rio de Janeiro, gabão-noe muito pelos grandes Serviços que fez em Lisboa, em reduzir a quarentena a cinco dias, em alcanças a entrada da Farinha, e do Arroz pagando tão leves Direitos, e a entrada do Tabaco para exportação; mas ainda que ele for para o Rio de Janeiro, espero que nem por ele, nem por outro qualquer, esta Nação alcance favores que não merece. O comercio entre este, e esse Paiz Snr, é e sempre a de ser a favor do Brasil, e se os Negociantes Brasileiros não se quiserem animar a mandar seus generos para cá, quando estes Americanos precisarem deles, como muitas vezes hão de precisar, lá os irão buscar, assim como lá vão fazer a pesca das Baleias. (...)

Ilm. Exmo. Sr. Conde de Linhares

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, em **25 de Fevereiro de 1811**.

Lisboa- P. Miguel Pereira Forjas

A correspondencia dá notícia de se ter enviado de Lisboa um representante chamado Sampaio para tratar dos assuntos relativos à compra de Farinha e trigo dos Estados Unidos para Lisboa. A esse respeito, José rademaker acrescenta:

“(…) Tenho tido a particular satisfação de ver sucessivamente continuar a exportação de farinhas, e mais comestíveis de esses diversos Portos para o de Lisboa, e persuado-me que se V. Excia. tivesse havido em bem empregar-me, mandando-me ordem para eu remeter destes Estados Unidos Farinhas e mais comestíveis necessários para o consumo do Exército português (estabelecendo-me um semelhante crédito ao de que vem munido o Negociante Sampaio, sobre cujo credito eu pudesse sacar pelas importâncias dos generos que eu de cá fosse remetendo para Lisboa), eu executaria essa ordem com tanta pontualidade e expedição que não só se não havia de experimentar falta em Lisboa, mas se reduzirão consideravelmente os preços ao Povo. Não duvido que o Negociante que agora vem incumbido de fazer essas compras consiga quanto intenta, mas permita-me V. Excia. dizer que a experiencia que eu aqui tenho de mais de seis anos facilitaria muito tão importante compras sem acrescer a considerável despesa que forçosamente deverá fazer um Negociante mandado expressamente para aqui efetuar as mesmas compras. O cambio está agora 10 à 12 por cento abaixo do Par com Londres, o que causará grave prejuízo no negociar as letras que para essas compras o dito Negociante tras sobre o Governo de Sua majestade Britanica, e sendo as mesmas letras de mui avultadas quantias, em vez de virem repartidas em mais pequenas parcelas, mais difício lhe será o negociar. (...)”

Anexo- Preços da Farinha nos Estados Unidos da América em 25 de Fev de 1811

Em New York Dollars \$9,75/100 à \$10

Em Philadelphia \$10,50/100

Em Baltimore \$9,50/100

Faz de despesa com frete, seguro e V. \$3,50/100 por Barrica pouco mais ou menos.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios

Estrangeiros e da Guerra, Conde de Linhares (D. Rodrigo de Souza Coutinho), em **16 de agosto de 1811.**

n. 88

Envio de Tabaco da Virginia para o rio de janeiro, conforme instruções recebidas. Obtenção difficil e formas de cultivo assinaladas junto com as sementes.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra da Regência, Miguel Pereira Forjaz, em **30 de setembro de 1811.**

Lisboa-D. Miguel Pereira Forjas

Tive a honra, em 5 do presente setembro, de receber o officio de V. Excia. datado de 26 de junho ultimo: o desejo de eu dar uma exata informação do que V. Excia. foi servido encarregar-me, tem té agora involuntariamente demorado a resposta. O que tenho alcançado saber é que Cavalos para a remonta da tropa, em grande número, só se poderão aqui haver no Estado de New England, Lá comprão-se muitos de 30 à 40 Dollar para se mandarem para as Ilhas de Sota Vento (West India Islands) e os melhores de 60 a 70 Dollars se mandão para Domerairy: Estes, parece-me, serão os mais próprios para o serviço da Cavalaria, pois que os outros geralmente são mais pequenos. Donos de Navios que os costumam transportar me dizem lhes parece que 50 Dollars seri um frete arrazoado para Lisboa pois que para Barbados se da 35 Dollars, e para Demerary 50 Dollars de frete. Dizem-me que o sustento andaria de 12 a 14 Dollars, que as manjedouras e naus acomodações para receber os Cavalos a bordo são por conta dos Donos dos Navios. Que o espaço, geralmente se calcula ser 22 a 24 polegadas para cada um, medindo do Cabrestante ou Bolinete até o Tombadilho, Tolda, ou Salto sobre a coberta do Navio para duas fileiras de Cavalos, com a manjedoura no meio: Os navios do estado de New England, fabricados a esse fim, tem as bordas muito altas, e por isso levão com segurança de 50 a 60 cavalos cada um. O premio do seguro que se costuma dar, seria talvez o melhor modo de se julgar a perda que poderia haver. Para as West Indias dão 9 por cento pela viagem, para Lisboa, pode ser, se alcançaria se 12 a 12 ½ por cento incluindo todos os riscos. O calculo de custo, parece-me não havia muito diferir do seguinte:

Supondo Cavalos a custarem cada um	Dollars 70
“ Comida 14 Bushels/35 Alqueires de Aveia, e 6 Quintaes de Feno.....	12
“ Compensação a um homem para os ir procurar, e gastos até se embarcar....	2
“ Frete.....	50
“ Premio de seguro contra todo o risco, sobre 160 Dls para cobrir todas as despesas a 12 ½ por cento.....	20
Segue a outra lauda.....	\$154

[p.2]

Vem da lauda retro-----Dollars 154
 Comissão ao Correspondente que executar a ordem 2 ½ por
 cento.....3,85/100
 Sairia cada Cavalo posto em Lisboa.....Dls
 157,85/100
 Que corresponde a 126\$280rs, moeda portuguesa
 (...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Mr. Silvanes F. Jenkins, em **18 de fevereiro de 1812**.

Mr. Silvanes F. Jenkins- New York

(...)I do not know that any articles be now proibited in Brazil or Portugal, except all from France, and West India produce such as Sugas, Coffe, eV which can not be admit for consupcion by reason of Colonial Policy. In Brazil the port of Saint Catherine is now free port for the reception of all articles whatever not destinet for thr consupcions of the place, but for re-exportation and the articles that are liable to warchosing and re-exportation Duties, which come to about 4 ½ p. Ce. The same at Lisbon. (...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **6 de Abril de 1812**.

n. 94

Volta ao Embargo:

-Situação do abastecimento de Farinhas e mantimentos em Lisboa prejudicado, embora haja uma reserva.

-Situação dos mercadores dos EUA que tem letras em Londres, que devem retornar em mercadorias e desse modo ficam perdias.

Apontamentos sobre a impossibilidade dos EUA sustentarem guerra contra a Inglaterra tendo em vista a fragilidade de sua economia, e a parca situação de suas fortificações, armamentos e exército.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios do Estado Americano, James Madisson, **11 de Maio de 1812**.

Secretário do Estado- James Madisson

Carta ao secretário de Estado pedindo que entre em contato com o presidente para interceder a favor de Portugal na questão do Embargo. O Encarregado português ressalta a antiga e ininterrupta relação comercial entre os dois países, a importância e benefício das exortações de farinhas e generos alimentícios dos EUA para Portugal para ambos os países e a condição de neutralidade entre os dois governos nos conflitos europeus e americanos.

Ressalta ainda que com isso não visa intervir na política interna do país, que a cada um cabe as suas decisões mas apela para a antiguidade e benefício desse comércio.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **30 de maio de 1812**.

n. 97

Dá conhecimento ao encarregado dos negócios estrangeiros da resposta negativa obtida do presidente a sua solicitação de permitir cargas para Portugal. Diz no ofício que esse alegou não estar na sua jurisdição as decisões sobre o embargo.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **21 de julho de 1812**.

n.102

Dá conta das exportações de mantimentos dos estados unidos para portugal, que após o fim do bloqueio voltaram a acontecer e do grande numero de portugueses interessados em comprar navios americanos para para Lisboa mandar mantimentos e das dificuldades enfrentadas em encontrar 2/3 de marinheiros portugueses pedindo licença para adotar o procedimento do encarregado espanhol, que, para o mesmo fim, dispensou as embarcações de mantimentos de irem a hespanha com apenas os encarregados espanhois.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para Governador de Cayena, João Severiano Maciel da Costa, em **6 de outubro de 1812**.

P/ O Gov de Cayna- S. João Severiano Maciel da Costa

Descreve os fatos acontecidos com o embargo e a forma como se tem dado passaportes e a compra de navios americanos para o comércio de Farinhas com portugal, e o modo como os Navios Britanicos tem respeitado essa comércio.

Em virtude da carestia de generos alimentícios que aparentemente se enfreta em Cayena, o encarregado faz reve descrição de como entabular comércio, dizendo que:

“(…) Nenhum embaraço se oferece por agora a irem daqui Carnes, ou outros quaesquer mantimentos em retorno dos generos coloniais que V. Sria. Fizer expedir para cá em Embarcações portuguesas, Os generos porem que aqui chegam em qualquer nacio estrangeiro pagão dobrados direitos. Nenhum carregamento se vende aqui a Dinheiro de

contado, sim ao prazo de dois, quatro, seis e mais mezes, conforme são, e se pode ajustar, e pelo contrario, quase todos os generos deste Pais se compram a pagar logo, para o que, é preciso sacrificar meio por cento ao mês sobre o que se desembolção, ebquanto se não efeturam a cobrança das vendas. Os generos mais procurados aqui são açúcar, Café, Melaço, Cebo, Peles de Cabra, Couros secos, Crinas e Pontas: o Cravo da India, Marfim, Cacao, e Rocou, as vezes também se vende bem (...)"

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **31 de agosto de 1813**.

n. 111

"(...) O congresso extraordinário, findou no dia dois do presente mês, determinando outra vez ajuntar-se, como de costume, nos principios de dezembro próximo futuro. Tendo sido o principal objeto de essa sessão o estabelecer modo de se haver Dinheiros para suprir as enormes despesas da guerra, se determinou que cada Estado contribuisse em proporção para a quantia de três Milhões de Dollars, que se posessem Tazas sobre todas as vendas em Leilão, vendas em partidas e pelo miudo de vinhos, agoas-ardentes, sal e Fazendas estrangeiras, sobre carruagens, pertenças para destilações e açúcar refinado aqui, e que Obrigações, Letras de Câmbio e Va. Serião sobre papel estampado, que todos os ditos Impostos principiassem com Janeiro próximo futuro e continuassem quanto a presente guerra e um ano depois: Como esses povo se sujeitarão, quando se virem obrigados a pagar tais tributos, tempo o mostrará (...)"

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Vice-Consul em Nova York, Joaquim José Vasques Junior, em **30 de outubro de 1813**.

Sr. Joaquim José Vasques Junior- New York (Vice Consul)

"(...) Em resposta só se me oferece dizer que eu não tenho té agora nomeado pessoa alguma em New Orleans para lá fazer as vezes de Vice Consul português não tendo havido comercio algum de lá para Portugal. A novidade de agora se exportar algodão de

lá para Lisboa, sabendo-se a grande quantidade desse genero que o Brasil produz, receio poderá dar justa causa a este governo queixar-se de que assim os Portugueses d'aqui suprirem as manufaturas da inglaterra, e que talvez isso se poderá interpretar como transgressão da neutralidade declaradas pelo Principe N. S. (...)”

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **4 de janeiro de 1814**.

n. 115- Rio de Janeiro

“Em 9 de dezembro próximo passado, tive a honra de escrever a V. Excia. o meu último officio n. 114, remetendo Copia da Comunicação que o Presidente desses Estados Unidos tinha feito ao Congresso quando se ajuntou no dia 7 do mesmo mês, e avisei a probabilidade que havia de outra vez se por aqui um Embargo geral. Tenho agora a honra de remeter a V. Excia. a inclusa Gazetta que contem a declaração do tal embargo, o qual deverá durar até o primeiro de janeiro de 1815, se antes dessa época se não suspenderem as hostilidades entre Esses Estados Unidos e a Gran Bretanha, ou houver algum outro monito para o Presidente, por sua proclamação mandar suspender o mesmo Embargo. As Embarcações neutraes poderão sair em lastro, não levando mais mantimentos do que os necessarios para as suas Equipagens, assim se achão suspendidas as importações de Farinhas e Va. De cá para Portugal. Queira Deus os Trigos da Russia, da Inglaterra, da Cosra de Barbaria e Va. Suprão a dalta d'estas Farinhas, e que este Governo se desengane, que o seu errado sistema de condescender com o da França não poderá ter efeito algum contra a felicidade de Portugal. Logo que se publicou o Embargo, certos indivíduos, abarcarão quantos generos estrangeiros aqui havião, e os fizerão subir a preços exorbitantes. Sal, que pouco antes se vendia a 400rs por alqueire, agora custa 1\$200rs. Açúcar, que não custava mais de 120rs por arroba, agora se vende a 400rs. Chá de 800rs por arroba, agora está a 3\$200rs. Café que se podia haver a 150rs por arroba, agora não há have-lo por menos de 350rs e Va. e Va. É penoso ver os tristes efeitos deta guerra, além do monopólio que se está fazendo em generos quase indispensáveis a estes povos, eles se verem privados de seus usuais modos de vida, e em alguns Lugares, obrigados a abandonar suas casas para ver reduzidas a cinzas. (...)”

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **15 de julho de 1815**.

n. 124

(...) Nenhumas novidades tenhi de comunicar a V. Excia.: tudo aqui se acha em perfeita tranquilidade, sendo o grande objeto o reestabelecer-se por via do comércio o abatido crédito em que se achavão as Finanças. Se as alfândegas continuarem a render como tem rendido depois da paz, em pouco tempo se tornarão a encher os Cofres: parece que nos ultimos dois meses de maio e junho só a Alfandega de New York rendera dois milhões de dollars.(...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Carta do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para J. B. Nones, em **15 de julho de 1815**.

J. B. Nones- Esquator- Norfolk

Mercadorias usualmente mandadas ao Brasil pelos EUA: Flour, Cardiage, Tar, Spermaceti Candles, White Soap, Hames, [?] hands Gin, eVa.

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 412 (1810-1816). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, José Rademaker, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, em **13 de Abril de 1816**.

n. 128

(...) O Comércio aqui acha-se presentemente muito abatido, tanto por estes negociantes recearem que o estado de paz na europa não será permanentemente, como por lá não se haver agora mister das produções deste país. Para Portugal, nada vai daqui a exceção de algumas cargas de milho que de lá se vem buscarm nas s/ão por tão altos preços que nenhum proveito poderão deixar. (...)"

MNE- L. 414- Ofícios para a corte e para outras individualidades

Há de este livro servir para nele se registrarem os ofícios dirigidos por esta legação a diversas autoridades

Philadelphia, 1 de dezembro de 1822

**O encarregado dos negócios políticos e comerciais
dos Estados Portugueses nos Estados Unidos.
Francisco Solano Constancio**

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 414 (1821-1825). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, para o Sr. Henrique Guilherme Schmitz, em **8 de fevereiro de 1823**.

Envio de instruções ao Sr. Henrique Guilherme Schmitz para negociação de uma convenção com a recém-formada república do Haiti.

Tratam-se, aparentemente, de documentos de encaminhamento redigidos por Joaquim Barroso Pereira, primeiro adido da legação em exercício. Não são relatórios para o Governo português, então, pouco é o interesse que sua leitura pode ter.

Se houver tempo, volto para chegar o livro até o final, li, na íntegra, as 15 primeiras páginas de aproximadamente 50 que o livro contém.

MNE- L. 410- Ofícios para a Corte e para outras individualidades

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 410 (1822-1828).

Há de este Livro servir para registrar todos os ofícios dirigidos por esta legação ao Ministro e Secretário dos Negócios estrangeiros. Philadelphia, 1 de outubro de 1822.

O Encarregados dos Negócios políticos e comerciais

dos Estados Portugueses nos Estados Unidos

Francisco Solano Constancio

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades. Washington*, liv. 410 (1822-1828). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, em **14 de maio de 1823**.

N. 28

p/ Silvestre Pinheiro Ferreira

(...) Devo lembrar a V. Excia. que os Navios Portugueses pagão nos portos dos Estados Unidos, um Dollar por tonelada por direito chamado de *torenage* o de *placões*[?] e alem disto pagão de pilotagem um quarto mais que os americanos, e um direito para o Hospital, onde todavia não é admitido marinheiro algum nosso sem pagar os seus gastos e far fiança. Tão bem pagão alguns outros direitos como de descargo eV. Nos nossos portos, não são excessivos os direitos exigidos dos Navios Estrangeiros, mas, tanto para eles como para os Nacionais há um sem numero de formalidades e de repartições, guardas, eV de modo que o encomodo e demora são realmente insuportáveis, e formão um dos grandes estorvos ao Comercio. As Cortes já simplificarão o que diz respeito as visitas e a guardas, mas ainda resta, a meu ver, muito a fazer para facilitar todas as operações fiscais conexas com a entrada e a saida de Navios nos nossos Portos.

Não falo nos tratados fundados na reciprocidade que os Estados Unidos tem sucessivamente feito com a Holanda, Cidades Renseáticas, Russia e Grande Bretanha, e no direito adicional de 10 por cento que pagão as fazendas trazidas em navios d'aquelas potencias que tem estabelecido nossos direitos sobre os generos importados em Navios Nacionais, que nos vasos Estrangeiros, porque estou certo que V. Excia. está plenamente inteirado d'esses factos, e dos motivos que tiverão as referidas Potencias para admitir o principio que forma a base de todo o Tratado de Comercio proposto pelo governo dos Estados Unidos desde a paz de Gond[?] sendo manifesto o interesse que nestes ajustes terão os Americanos Unidos. Todavia se V. Excia. julgar útil, que eu dê alguns esclarecimentos neste importante assumpto, estou prompto e preparado a expor o

resultado das minhas investigações n'este particular. Acerca das nossas relações futuras com o Brasil, é certo que, ainda depois de separado de Portugal, será um dos nossos principais mercados, tanto para a venda dos produtos do nosso solo, como dos da industria estrangeira, e também nos portos do Brasil acharão nossos Navios retornos e fretes vantajosos. Por todas estas e outras razões, em quanto for possível, devemos favorecer as relações comerciais entre os dois paízes, mais que as que havemos de formar ou smpliar com as outras Nações. É verdade que isto é na suposição de se achar o Brasil em um estado de socego, obedecendo as autoridades portuguesas, ou algum Governo, ou mais regulares, pacíficos e sensatos, que não tratem aqueles de quem descendem como o faz hoje a atróz facção do Rio de Janeiro. Não vejo, todavia, ao presente provabilidade de se verificar tão fausta e desejavel perspectiva, e como nos [sic] crise politica e comercial em que nos achamos digo vemos, cumpre aproveitar todos os recursos, e crear outros novos que supporão graves perdas já experimentadas ou de que estamos ameaçados, por esse motivo é que tenho lembrado a necessidade de dar mais extensão ao nosso comércio com aquelas Nações que a isso se prestarem, ainda que seja um prejuízo das Relações, hoje interrompidas, entre o Brasil ou a maior parte dele. (...)

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 410 (1822-1828). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, em **14 de junho de 1823**.

n.32

(...) Em quanto a circular de V. Excia. de n 22, sobre o Par da moeda Portuguesa comparada com a dos Estados Unidos, não me é possível cumprir com as ordens de V. Excia. por não haver Cambio estabelecido entre Portugal e os Estados Unidos, nem letras sacadas de um país sobre o outro. Quando se faz algum ajuste de pagamento a efetuar em Portugal a favor de algum indivíduo residente nos estados unidos, é sempre estipulado em Patacas Hespanholas. Nas alfandegas dos Estados Unidos reduzem -se as avaliações feitas em Portugal em reis a razão de um dollar e 24 cents por 1\$000 rs. O par com a Inglaterra é de 4 dollar e 44 4/9 ou 4/10 cents por uma libra esterlina. Esta diferença que noto entre a fração 4/9 e 4/10 existe entre a avaliação do Comércio e a do Congresso. Sobre o par com a França existe dúvida, não concordando a avaliação adotada pela moeda dos Estados Unidos com os ensaios feitos por ordem da

Administração Geral da Moeda em Paris. Pelos ensaios feitos em Paris, a Pataca Hespanhola vale 5 francos e 43 centimos, e o dollar Americano 5 dollars e 42 centimos: o Crusado novo em prata 2 francos e 98 centimos. A referida Administração considera 1.000rs iguais a 6 francos e 21 centimos. A libra esterlina ou Soberano actual vale 5 francos e 11 centimos. Por estes dados fácil é calcula o Par entre as Moedas de Portugal e dos Estados Unidos, mas o mais seguro será ensaiar as de cada pais (...).

A.N.T.T., Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo das Legações, *Ofícios para a corte e para outras individualidades*. Washington, liv. 410 (1822-1828). Ofício do agente consular nos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, para o Secretário dos Negócios Estrangeiros, Silvestre Pinheiro Ferreira, em **3 de julho de 1823**.

.

n. 33

(...) Dos portos dos Estados Unidos tem partido bastante polvora e munição para Pernambuco e outros portos dissidentes do Brazil. Não é possível evitá-lo aqui, mas se tivéssemos cruseiros de frente dos portos declarados em bloqueio facil seria aprezar as Embarcações que tivessem contrabando de guerra, Infelizmente a Bahia está bloqueada, não em papel, mas em realidade, e cada dia se reforça a esquadra de Cochrone. Estamos esperando a notícia de uma ação entre a nossa esquadra e a do Rio, da qual tudo dependerá O discurso do Imperador do Brazil as suas cortes é digno de seu autor, e bem deixa ver que qualidade de Constituição ele quer dar aos Brasileiros. Será sem duvida formada sobre o modelo da de Flurbido[?] , e executada pelo mesmo teor. Talvez tenha a mesma sorte. (...)

Anexo 2- Comércio do Brasil- 1808-1850

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *200 anos do Comércio Exterior*. 2007.

Balança comercial brasileira - 1808/20

Valores em Mil Contos de Réis

	Exportação	Importação	Saldo
1808	19.000	19.500	-500
1809	19.100	20.050	-950
1810	19.400	20.250	-850
1811	19.500	20.500	-1.000
1812	19.750	21.000	-1.250
1813	19.950	20.950	-1.000
1814	20.000	21.400	-1.400
1815	20.300	21.600	-1.300
1816	20.500	20.650	-150
1817	20.250	22.000	-1.750
1818	20.150	21.000	-850
1819	20.050	20.500	-450
1820	20.100	21.500	-1.400
1808/20	258.050	270.900	
Média 1808/20	19.850	20.838	

FONTE

Anuario Estatistico Commercial - Commercio, Industria e Agricultura. "O Brasil em 1920".

*Valores estimados.

PRINCIPAIS MERCADORIAS DE EXPORTAÇÃO (1821/1830)

Açúcar
Algodão
Café
Peles e Couros

Balança comercial brasileira - 1821/30

Valores em Mil Contos de Réis

	Exportação	Importação	Saldo
1821	20.119	21.260	-1.141
1822	19.754	22.498	-2.744
1823	20.653	19.420	1.233
1824	19.162	24.061	-4.899
1825	21.396	22.841	-1.445
1826	16.599	18.672	-2.073
1827	24.919	26.894	-1.975
1828	32.111	31.940	171
1829	33.415	35.531	-2.116
1830	35.135	42.047	-6.912
1821/30	243.263	265.164	
Média 1821/30	24.326	26.516	

FONTE

IBGE - Anuário Estatístico do Brasil 1952

PRINCIPAIS MERCADORIAS DE EXPORTAÇÃO (1821/1830)

	Café	Açúcar	Algodão	Peles e Couros	Demais	TOTAL
1821/30	18,6%	32,2%	20,0%	13,8%	15,4%	100,0%

Balança comercial brasileira - 1831 / 1839-40

Valores em Contos de Réis

	Exportação	Importação	Saldo
1831	32.431	33.491	-1.060
1832	31.815	32.146	-331
1833-34	36.175	36.285	-110
1834-35	32.992	36.577	-3.585
1835-36	41.442	41.196	246
1836-37	34.183	45.320	-11.137
1837-38	33.511	40.757	-7.246
1838-39	41.598	49.446	-7.848
1839-40	43.192	52.359	-9.167
1831/40	327.339	367.577	
Média 1831/40	36.371	40.842	

FONTE

IBGE - Anuário Estatístico do Brasil 1952

PRINCIPAIS MERCADORIAS DE EXPORTAÇÃO (1831/1840)

	Café	Açúcar	Algodão	Peles e Couros	Demais	TOTAL
1831/40	43,8%	24,0%	11,0%	7,9%	13,3%	100,0%

Balança comercial brasileira - 1840-41 / 1849-50

Valores em Contos de Réis

	Exportação	Importação	Saldo
1840-41	41.672	57.727	-16.055
1841-42	39.084	56.041	-16.957
1842-43	41.039	50.639	-9.600
1843-44	43.800	55.289	-11.489
1844-45	47.054	55.228	-8.174
1845-46	53.630	52.194	1.436
1846-47	52.449	55.740	-3.291
1847-48	57.926	47.350	10.576
1848-49	56.290	51.570	4.720
1849-50	55.032	59.165	-4.133
1841/50	487.976	540.943	
Média 1841/50	48.798	54.094	

FONTE

IBGE - Anuário Estatístico do Brasil 1952

PRINCIPAIS MERCADORIAS DE EXPORTAÇÃO (1841/1850)

	Café	Açúcar	Algodão	Peles e Couros	Demais	TOTAL
1841/50	41,3%	26,7%	7,5%	8,6%	15,9%	100,0%

Balança comercial brasileira - 1850-51 / 1859-60

Valores em Contos de Réis

	Exportação	Importação	Saldo
1850-51	67.788	76.918	-9.130
1851-52	66.640	92.860	-26.220
1852-53	73.644	87.332	-13.688
1853-54	76.843	85.838	-8.995
1854-55	90.698	85.170	5.528
1855-56	94.432	92.779	1.653
1856-57	114.547	125.227	-10.680
1857-58	96.200	130.264	-34.064
1858-59	106.782	127.268	-20.486
1859-60	112.958	113.028	-70
1851/60	900.532	1.016.684	
Média 1851/60	90.053	101.668	

FONTE

IBGE - Anuário Estatístico do Brasil 1952

PRINCIPAIS MERCADORIAS DE EXPORTAÇÃO (1851/1860)

	Café	Açúcar	Algodão	Peles e Couros	Borracha	Demais	TOTAL
1851/60	48,8%	21,2%	6,2%	7,2%	2,2%	14,4%	100,0%

Anexo 3- Comércio entre Portugal e Estados Unidos na primeira metade do século XIX

Fonte: *Balanças Gerais do Comércio do Reino de Portugal, seus Domínios e Nações Estrangeiras (1796-1831)* e RIBEIRO, Jorge Manuel Martins. *Comércio e diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*. Tese de doutorado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997, 2v.

Comércio do Reino de Portugal com as Nações (1789-1831)			
Ano	Importação	Exportação	Saldo
1789	9.623.838.576	7.534.548.607	-2.089.289.969
1796	12.652.771.691	16.013.356.598	3.360.584.907
1797	14.498.399.597	11.822.970.024	-2.675.429.573
1798	14.729.238.360	15.053.960.930	324.722.570
1799	19.755.284.401	17.688.107.851	-2.067.176.550
1800	20.031.347.325	20.684.802.298	653.454.973
1801	19.337.425.504	25.103.785.190	5.766.359.686
1802	17.942.240.592	21.405.349.072	3.463.108.480
1803	15.068.304.594	21.528.379.563	6.460.074.969
1804	17.841.034.672	21.060.962.501	3.219.927.829
1805	19.636.685.570	22.654.204.293	3.017.518.723
1806	16.440.921.781	23.255.505.141	6.814.583.360
1807	13.896.318.253	20.999.506.331	7.103.188.078
1808	2.740.598.802	5.811.038.620	3.070.439.818
1809	8.833.965.232	9.858.222.739	1.024.257.507
1810	17.051.885.239	12.521.960.437	-4.529.924.802
1811	38.704.238.725	6.913.924.928	-31.790.313.797
1812	34.402.186.998	10.458.591.995	-23.943.595.003
1813	30.980.925.575	9.930.704.288	-21.050.221.287
1814	22.659.349.718	17.566.960.844	-5.092.388.874
1815	24.675.065.880	19.584.708.422	-5.090.357.458
1816	17.869.944.037	16.178.708.073	-1.691.235.964
1817	15.808.462.678	15.770.143.859	-38.318.819
1818	19.680.104.244	16.928.380.434	-2.751.723.810
1819	14.833.740.017	11.291.405.295	-3.542.334.722
1820	12.798.987.166	11.578.343.502	-1.220.643.664
1821	14.160.302.151	10.167.465.972	-3.992.836.179
1822	12.205.570.005	10.819.718.064	-1.385.851.941
1823	12.019.885.033	8.175.665.222	-3.844.219.811
1824	13.584.441.067	8.500.236.464	-5.084.204.603
1825	12.414.174.041	10.791.955.459	-1.622.218.582
1826	10.427.613.697	6.383.608.891	-4.044.004.806
1827	10.482.315.387	8.057.083.345	-2.425.232.042
1828	8.665.140.920	7.719.566.191	-945.574.729
1829	8.956.003.062	6.221.050.652	-2.734.952.410
1830	8.843.485.345	6.983.049.827	-1.860.435.518
1831	6.841.501.522	6.633.356.588	-208.144.934

Comércio de Portugal com os Estados Unidos da América no comércio português (1789-1831)

Ano	Importação	Exportação	Total
1789	552.774.783	193.680.604	-359.094.179
1796	105.928.130	440.985.822	335.057.692
1797	375.198.736	265.757.938	-109.440.798
1798	289.029.500	283.501.827	-5.527.673
1799	502.108.738	630.271.540	128.162.802
1800	638.159.439	704.409.900	66.250.461
1801	2.490.061.040	443.865.070	-2.046.195.970
1802	880.591.700	401.267.355	-479.324.345
1803	1.226.271.228	529.298.980	-696.972.248
1804	1.409.630.004	334.728.050	-1.074.901.954
1805	421.752.251	826.238.110	404.485.859
1806	915.999.641	458.334.635	-457.665.006
1807	947.271.945	569.580.810	-377.691.135
1808	74.235.536	82.382.800	8.147.264
1809	1.218.591.684	268.786.900	-949.804.784
1810	3.767.967.598	236.282.655	-3.531.684.943
1811	13.073.393.454	629.772.100	-12.443.621.354
1812	13.627.718.944	1.940.511.260	-11.687.207.684
1813	6.021.074.600	361.103.627	-5.659.970.973
1814	445.690.110	199.173.775	-246.516.335
1815	868.346.868	1.034.905.130	166.558.262
1816	864.640.940	575.379.960	-289.260.980
1817	541.679.951	465.266.575	-76.413.376
1818	1.586.941.254	219.279.410	-1.367.661.844
1819	543.376.820	189.791.260	-353.585.560
1820	126.375.822	166.126.160	39.750.338
1821	242.337.810	246.657.790	4.319.980
1822	138.104.799	386.099.338	247.994.539
1823	101.354.658	144.300.550	42.945.892
1824	188.872.086	216.444.760	27.572.674
1825	133.672.690	654.104.390	520.431.700
1826	192.759.930	211.341.216	18.581.286
1827	109.667.210	155.199.470	45.532.260
1828	75.120.260	164.211.380	89.091.120
1829	77.693.756	145.334.149	67.640.393
1830	74.909.385	66.553.143	-8.356.242
1831	77.494.560	139.116.793	61.622.233

**Participação dos Estados Unidos
no Comercio do Reino- %**

	Importação	Exportação
1789	6	3
1796	1	3
1797	3	2
1798	2	2
1799	3	4
1800	3	3
1801	13	2
1802	5	2
1803	8	2
1804	8	2
1805	2	4
1806	6	2
1807	7	3
1808	3	1
1809	14	3
1810	22	2
1811	34	9
1812	40	19
1813	19	4
1814	2	1
1815	4	5
1816	5	4
1817	3	3
1818	8	1
1819	4	2
1820	1	1
1821	2	2
1822	1	4
1823	1	2
1824	1	3
1825	1	6
1826	2	3
1827	1	2
1828	1	2
1829	1	2
1830	1	1
1831	1	2

**Importação de Madeiras por Portugal nos Estados Unidos da
América (1789-1831)**

Ano	Madeiras	Total	% do total de importações
1789		552.774.783	0,0
1796	73.942.550	105.928.130	69,8
1797	43.510.080	375.198.736	11,6
1798	40.812.560	289.029.500	14,1
1799	56.313.600	502.108.738	11,2
1800	70.375.289	638.159.439	11,0
1801	25.117.120	2.490.061.040	1,0
1802	51.642.784	880.591.700	5,9
1803	15.046.090	1.226.271.228	1,2
1804	80.777.995	1.409.630.004	5,7
1805	108.853.770	421.752.251	25,8
1806	82.392.275	915.999.641	9,0
1807	36.757.575	947.271.945	3,9
1808	2.400.000	74.235.536	3,2
1809	46.814.325	1.218.591.684	3,8
1810	80.246.610	3.767.967.598	2,1
1811	56.047.698	13.073.393.454	0,4
1812	33.936.285	13.627.718.944	0,2
1813	110.581.455	6.021.074.600	1,8
1814	17.875.020	445.690.110	4,0
1815	42.853.580	868.346.868	4,9
1816	47.901.370	864.640.940	5,5
1817	14.801.800	541.679.951	2,7
1818	44.304.170	1.586.941.254	2,8
1819	50.485.160	543.376.820	9,3
1820	48.371.890	126.375.822	38,3
1821	75.279.905	242.337.810	31,1
1822	98.842.264	138.104.799	71,6
1823	14.712.402	101.354.658	14,5
1824	77.397.430	188.872.086	41,0
1825	59.885.440	133.672.690	44,8
1826	130.095.410	192.759.930	67,5
1827	73.837.100	109.667.210	67,3
1828	31.022.540	75.120.260	41,3
1829	53.303.960	77.693.756	68,6
1830	69.892.680	74.909.385	93,3
1831	52.167.290	77.494.560	67,3

**Importação de Mantimentos por Portugal nos Estados Unidos da
América (1789-1831)**

Ano	Mantimentos	Total	% do total de importações
1789	477.944.136	552.774.783	86,5
1796	15.321.684	105.928.130	14,5
1797	312.502.176	375.198.736	83,3
1798	241.124.650	289.029.500	83,4
1799	428.760.188	502.108.738	85,4
1800	529.099.230	638.159.439	82,9
1801	2.460.857.420	2.490.061.040	98,8
1802	825.094.016	880.591.700	93,7
1803	721.449.507	1.226.271.228	58,8
1804	1.324.058.209	1.409.630.004	93,9
1805	307.148.281	421.752.251	72,8
1806	815.133.326	915.999.641	89,0
1807	897.856.570	947.271.945	94,8
1808	71.635.356	74.235.536	96,5
1809	973.447.699	1.218.591.684	79,9
1810	2.705.740.966	3.767.967.598	71,8
1811	12.717.359.096	13.073.393.454	97,3
1812	13.512.080.899	13.627.718.944	99,2
1813	5.785.977.615	6.021.074.600	96,1
1814	341.494.890	445.690.110	76,6
1815	798.941.638	868.346.868	92,0
1816	775.184.580	864.640.940	89,7
1817	461.285.731	541.679.951	85,2
1818	1.506.405.554	1.586.941.254	94,9
1819	475.899.640	543.376.820	87,6
1820	48.749.808	126.375.822	38,6
1821	115.082.005	242.337.810	47,5
1822	13.640.455	138.104.799	9,9
1823	45.711.076	101.354.658	45,1
1824	31.185.336	188.872.086	16,5
1825	20.917.490	133.672.690	15,6
1826	42.775.120	192.759.930	22,2
1827	8.087.100	109.667.210	7,4
1828	11.508.900	75.120.260	15,3
1829	6.497.296	77.693.756	8,4
1830	1.561.600	74.909.385	2,1
1831	1.778.000	77.494.560	2,3

**Exportação de Vinhos por Portugal nos Estados Unidos da América
(1789-1831)**

Ano	Vinhos	Total	% do total de exportações
1796	201.666.000	440.985.822	45,7
1797	129.168.000	265.757.938	48,6
1798	104.310.000	283.501.827	36,8
1799	156.557.500	630.271.540	24,8
1800	141.552.000	704.409.900	20,1
1801	188.360.000	443.865.070	42,4
1802	138.203.000	401.267.355	34,4
1803	85.922.500	529.298.980	16,2
1804	145.789.000	334.728.050	43,6
1805	144.033.000	826.238.110	17,4
1806	194.771.000	458.334.635	42,5
1807	239.742.500	569.580.810	42,1
1808		82.382.800	0,0
1809	132.807.500	268.786.900	49,4
1810	38.970.000	236.282.655	16,5
1811	18.300.000	629.772.100	2,9
1812	88.685.000	1.940.511.260	4,6
1813	7.280.000	361.103.627	2,0
1814	2.032.000	199.173.775	1,0
1815	106.386.000	1.034.905.130	10,3
1816	190.350.500	575.379.960	33,1
1817	48.763.250	465.266.575	10,5
1818	10.987.000	219.279.410	5,0
1819	3.229.500	189.791.260	1,7
1820	68.415.000	166.126.160	41,2
1821	130.913.750	246.657.790	53,1
1822	149.487.000	386.099.338	38,7
1823	23.098.750	144.300.550	16,0
1824	97.438.000	216.444.760	45,0
1825	53.883.750	654.104.390	8,2
1826	95.028.750	211.341.216	45,0
1827	52.346.250	155.199.470	33,7
1828	90.012.000	164.211.380	54,8
1829	66.140.500	145.334.149	45,5
1830	45.129.000	66.553.143	67,8
1831	28.855.000	139.116.793	20,7

Reexportação de Portugal nos Estados Unidos da América (1789-1831)

Ano	Reexportações	Total	% do total das exportações
1796	111.956.398	440.985.822	25,4
1797	26.661.890	265.757.938	10,0
1798	70.071.047	283.501.827	24,7
1799	394.465.400	630.271.540	62,6
1800	465.255.000	704.409.900	66,0
1801	170.513.410	443.865.070	38,4
1802	126.884.400	401.267.355	31,6
1803	324.927.180	529.298.980	61,4
1804	65.994.500	334.728.050	19,7
1805	595.887.350	826.238.110	72,1
1806	174.049.615	458.334.635	38,0
1807	205.068.590	569.580.810	36,0
1808		82.382.800	0,0
1809	25.282.000	268.786.900	9,4
1810	57.038.000	236.282.655	24,1
1811	328.447.680	629.772.100	52,2
1812	1.582.264.325	1.940.511.260	81,5
1813	90.914.285	361.103.627	25,2
1814	141.014.370	199.173.775	70,8
1815	518.406.410	1.034.905.130	50,1
1816	270.040.720	575.379.960	46,9
1817	383.861.400	465.266.575	82,5
1818	94.821.240	219.279.410	43,2
1819	100.756.700	189.791.260	53,1
1820	29.014.000	166.126.160	17,5
1821	53.951.080	246.657.790	21,9
1822	95.988.880	386.099.338	24,9
1823	10.943.480	144.300.550	7,6
1824	26.771.640	216.444.760	12,4
1825	486.576.600	654.104.390	74,4
1826	8.078.246	211.341.216	3,8
1827	39.832.900	155.199.470	25,7
1828	22.802.640	164.211.380	13,9
1829	388.700	145.334.149	0,3
1830	723.200	66.553.143	1,1
1831	15.384.800	139.116.793	11,1

**Exportação de Sal por Portugal nos Estados Unidos da
América (1789-1831)**

Ano	Sal	Total	% no total das exportações
1796	86.586.000	440.985.822	19,6
1797	72.932.150	265.757.938	27,4
1798	71.829.600	283.501.827	25,3
1799	45.293.200	630.271.540	7,2
1800	63.073.400	704.409.900	9,0
1801	38.832.000	443.865.070	8,7
1802	91.596.400	401.267.355	22,8
1803	82.632.100	529.298.980	15,6
1804	87.663.700	334.728.050	26,2
1805	47.642.800	826.238.110	5,8
1806	55.358.920	458.334.635	12,1
1807	88.715.000	569.580.810	15,6
1808		82.382.800	0,0
1809	74.376.200	268.786.900	27,7
1810	112.862.175	236.282.655	47,8
1811	236.113.300	629.772.100	37,5
1812	209.878.075	1.940.511.260	10,8
1813	226.460.272	361.103.627	62,7
1814	5.560.165	199.173.775	2,8
1815	58.920.520	1.034.905.130	5,7
1816	88.074.320	575.379.960	15,3
1817	28.537.425	465.266.575	6,1
1818	69.486.990	219.279.410	31,7
1819	71.194.700	189.791.260	37,5
1820	65.642.960	166.126.160	39,5
1821	48.199.240	246.657.790	19,5
1822	58.351.058	386.099.338	15,1
1823	94.822.880	144.300.550	65,7
1824	58.844.560	216.444.760	27,2
1825	22.629.200	654.104.390	3,5
1826	45.001.750	211.341.216	21,3
1827	52.507.600	155.199.470	33,8
1828	37.133.600	164.211.380	22,6
1829	66.736.134	145.334.149	45,9
1830	13.527.265	66.553.143	20,3
1831	12.016.293	139.116.793	8,6

Anexo 4- Balanço do Comércio dos Estados Unidos da América de 1821-1833

Fonte: PITKIN, Timothy. *A statistical view of the commerce of the United States of America*. New Haven: Durie e Peck, 1835, 2v.

1821	Importação	Exportação			Balanço (Exp-Imp)	% Part. Imp.	% Part. Exp.
		Prod. Doméstica	Prod. Externa	Total			
Inglaterra, Man, e Berwick	23180862	16339109	2125594	18464703	-4716159	37,0	28,4
Portugal	356116	147726	66	147792	-208324	0,6	0,2
Madeira	190289	193414	26667	220081	29792	0,3	0,3
Faial e Açores	137982	26837	11158	37995	-99987	0,2	0,1
Cabo Verde	64036	22176	7656	29832	-34204	0,1	0,0
Costa do Brasil	605126	885348	496412	1381760	776634	1,0	2,1
Total	62585724	43671894	21302488	64974382	2388658	100,0	100,0

1822	Importação	Exportação			Balanço (Exp-Imp)	% Part. Imp.	% Part. Exp.
		Prod. Doméstica	Prod. Externa	Total			
Inglaterra, Man, e Berwick	32108947	21072395	1029224	22101619	-10007328	38,6	30,6
Portugal	442660	102935	18555	121490	-321170	0,5	0,2
Madeira	188757	186952	4662	191614	2857	0,2	0,3
Faial e Açores	202445	33160	10454	43614	-158831	0,2	0,1
Cabo Verde	47422	34941	35832	70773	23351	0,1	0,1
Brazil e outras Colônias Portuguesas na Am.	1486567	1217411	246518	1463929	-22638	1,8	2,0
Total	83241541	49874079	22286202	72160281	-11081260	100,0	100,0

1823	Importação	Exportação			Balanço (Exp-Imp)	% Part. Imp.	% Part. Exp.
		Prod. Doméstica	Prod. Externa	Total			
Inglaterra, Man, e Berwick	26301270	18986185	978474	19964659	-6336611	33,9	26,7
Portugal	181094	48077	300	48377	-132717	0,2	0,1
Madeira	244263	117685	3976	121661	-122602	0,3	0,2
Faial e Açores	51429	27841	15704	43545	-7884	0,1	0,1
Cabo Verde	56849	22055	11010	33065	-23784	0,1	0,0
Brazil e outras Colônias Portuguesas na Am.	1214810	1062209	279181	1341390	126580	1,6	1,8
Total	77579267	47155408	27543622	74699030	-2880237	100,0	100,0

1824	Importação	Exportação			Balanço (Exp-Imp)	% Part. Imp.	% Part. Exp.
		Prod. Doméstica	Prod. Externa	Total			
Inglaterra, Man, e Berwick	26647922	18218841	1268282	19487123	-7160799	33,1	25,6
Portugal	242304	77255	5168	82423	-159881	0,3	0,1
Madeira	247510	315896	26347	342243	94733	0,3	0,5
Faial e Açores	45103	17463	4023	21486	-23617	0,1	0,0
Cabo Verde	66805	51019	21665	72684	5879	0,1	0,1
Brazil	2074119	1699754	602150	2301904	227785	2,6	3,0
Total	80549007	50649500	25337157	75986657	-4562350	100,0	100,0

1825	Importação	Exportação			Balanço (Exp-Imp)	% Part. Imp.	% Part. Exp.
		Prod. Doméstica	Prod. Externa	Total			
Inglaterra, Man, e Berwick	34271510	32096390	2031186	34127576	-143934	35,6	34,3
Portugal	221072	110015	2823	112838	-108234	0,2	0,1
Madeira	361016	122840	55326	178166	-182850	0,4	0,2
Faial e Açores	61703	33421	4695	38116	-23587	0,1	0,0
Cabo Verde	89592	60072	18967	79039	-10553	0,1	0,1
Brazil	2156707	1641296	752458	2393754	237047	2,2	2,4
Total	96340075	66944745	32590643	99535388	3195313	100,0	100,0

1826	Importação	Exportação			Balanço (Exp-Imp)	% Part. Imp.	% Part. Exp.
		Prod. Doméstica	Prod. Externa	Total			
Inglaterra, Man, e Berwick	24362203	19065185	1569023	20634208	-3727995	28,7	26,6
Portugal	349989	99945	538	100483	-249506	0,4	0,1
Madeira	224833	119058	25549	144607	-80226	0,3	0,2
Faial e Açores	86261	16976	2495	19471	-66790	0,1	0,0
Cabo Verde	104120	39693	9299	48992	-55128	0,1	0,1
Brazil	2156678	1597344	603005	2200349	43671	2,5	2,8
Total	84974477	53055710	24539612	77595322	-7379155	100,0	100,0

1827	Importação	Exportação			Balanço (Exp-Imp)	% Part. Imp.	% Part. Exp.
		Prod. Doméstica	Prod. Externa	Total			
Inglaterra, Man, e Berwick	28653883	23514421	904596	24419017	-4234866	36,0	29,7
Portugal	268091	116103	220	116323	-151768	0,3	0,1
Madeira	229282	100153	18281	118434	-110848	0,3	0,1
Faial e Açores	84203	13487	4861	18348	-65855	0,1	0,0
Cabo Verde	77425	80010	24155	104165	26740	0,1	0,1
Brazil	2060971	1486433	377373	1863806	-197165	2,6	2,3
Total	79484068	58921691	23403136	82324827	2840759	100,0	100,0

1828	Importação	Exportação			Balanço (Exp-Imp)	% Part. Imp.	% Part. Exp.
		Prod. Doméstica	Prod. Externa	Total			
Inglaterra, Man, e Berwick	30476139	18737661	2960261	21697922	-8778217	34,4	30,0
Portugal	112559	77010	1164	78174	-34385	0,1	0,1
Madeira	168610	101948	9985	111933	-56677	0,2	0,2
Faial e Açores	70328	19559	4719	24278	-46050	0,1	0,0
Cabo Verde	82058	67502	9727	77229	-4829	0,1	0,1
Brazil	3097752	1505770	482935	1988705	-1109047	3,5	2,8
Total	88509824	50669669	21595017	72264686	-16245138	100,0	100,0

1829	Importação	Exportação			Balanço (Exp-Imp)	% Part. Imp.	% Part. Exp.
		Prod. Doméstica	Prod. Externa	Total			
Inglaterra, Man, e Berwick	23892763	21281334	1767457	23048791	-843972	32,1	31,9
Portugal	237351	42088	628	42716	-194635	0,3	0,1
Madeira	403056	175074	15089	190163	-212893	0,5	0,3
Faial e Açores	68528	7949	78	8027	-60501	0,1	0,0
Cabo Verde	26460	68528	13477	82005	55545	0,0	0,1
Brazil	2535467	1510260	419767	1930027	-605440	3,4	2,7
Total	74492527	55700193	16658478	72358671	-2133856	100,0	100,0

1830	Importação	Exportação			Balanço (Exp-Imp)	% Part. Imp.	% Part. Exp.
		Prod. Doméstica	Prod. Externa	Total			
Inglaterra, Man, e Berwick	22755040	23773020	826946	24599966	1844926	32,1	33,3
Portugal	165321	43408	1803	45211	-120110	0,2	0,1
Madeira	239652	155719	12358	168077	-71575	0,3	0,2
Faial e Açores	32912	6649	1524	8173	-24739	0,0	0,0
Cabo Verde	33758	50560	7778	58338	24580	0,0	0,1
Brazil	2491460	1600999	242239	1843238	-648222	3,5	2,5
Total	70876920	59462029	14387479	73849508	2972588	100,0	100,0

1831	Importação	Exportação			Balanço (Exp-Imp)	% Part. Imp.	% Part. Exp.
		Prod. Doméstica	Prod. Externa	Total			
Inglaterra, Man, e Berwick	41854323	28841430	2367439	31208869	-10645454	40,6	38,4
Portugal	121446	39149	2356	41505	-79941	0,1	0,1
Madeira	177369	171563	5728	177291	-78	0,2	0,2
Faial e Açores	32092	10549	6049	16598	-15494	0,0	0,0
Cabo Verde	63643	45432	13557	58989	-4654	0,1	0,1
Brazil	2375829	1652193	423902	2076095	-299734	2,3	2,6
Total	103191124	61277057	20033526	81310583	-21880541	100,0	100,0

1832	Importação	Exportação			Balanço (Exp-Imp)	% Part. Imp.	% Part. Exp.
		Prod. Doméstica	Prod. Externa	Total			
Inglaterra, Man, e Berwick	34848562	26632068	2875137	29507205	-5341357	34,5	33,8
Portugal	123816	28262	300	28562	-95254	0,1	0,0
Madeira	228318	145667	929	146596	-81722	0,2	0,2
Faial e Açores	21682	23402	11363	34765	13083	0,0	0,0
Cabo Verde	87706	66858	19707	86565	-1141	0,1	0,1
Brazil	3890845	1232077	822717	2054794	-1836051	3,9	2,4
Total	101029265	63137470	24039473	87176943	-13852322	100,0	100,0

1833	Importação	Exportação			Balanço (Exp-Imp)	% Part. Imp.	% Part. Exp.
		Prod. Doméstica	Prod. Externa	Total			
Inglaterra, Man, e Berwick	36668315	29582673	1452768	31035441	-5632874	33,9	34,4
Portugal	170189	73313	5330	78643	-91546	0,2	0,1
Madeira	319349	119341	15542	134883	-184466	0,3	0,1
Faial e Açores	26281	18387	3528	21915	-4366	0,0	0,0
Cabo Verde	39318	162033	44987	207020	167702	0,0	0,2
Brazil	5089693	2474555	797546	3272101	-1817592	4,7	3,6
Total	108118311	70317698	19822735	90140433	-17977878	100,0	100,0